

N.Bal	Cs/Órg	Identificação da Matéria			Data da Ação			Destino	ANJOS Funcionário
		Tipo	Número	Ano	Dia	Mês	Ano		
	CN PLEG	MPV	02185 -33	2001	29	06	2001	CN SSCLCN	

Este processo contém 03 (três) folhas numeradas e rubricadas.
À SSCLCN.

N.Bal	Cs/Órg	Identificação da Matéria			Data da Ação			Destino	SONIALIM Funcionário
		Tipo	Número	Ano	Dia	Mês	Ano		
	CN SSCLCN	MPV	02185 -33	2001	03	07	2001	CN SSCLCN	

A presente Medida Provisória revogou e reeditou a Medida Provisória nº 2.118-32, sem alterações, convalidando os atos da referida Medida conforme folhas nºs 01 a 03, anexadas ao processo.

N.Bal	Cs/Órg	Identificação da Matéria			Data da Ação			Destino	SONIALIM Funcionário
		Tipo	Número	Ano	Dia	Mês	Ano		
	CN SSCLCN	MPV	02185 -33	2001	03	07	2001	CN SSCLCN	

Convalidada a Comissão Mista destinada a apreciar a MP nº 2.118-32/2001, nos termos do Ofício CN nº 103/99 (DSF 07.05.1999).

N.Bal	Cs/Órg	Identificação da Matéria			Data da Ação			Destino	SONIALIM Funcionário
		Tipo	Número	Ano	Dia	Mês	Ano		
	CN SSCLCN	MPV	02185 -33	2001	03	07	2001	CN SSCLCN	

Foram anexados os originais das emendas apresentadas à Medida Provisória nº 2.118-32, conforme folhas nºs 04 a 107.



N.Bal	Cs/Órg CN SSCLCN	Identificação da Matéria			Data da Ação			Destino CN SACM	SONIALIM Funcionário
		Tipo MPV	Número 02185 -33	Ano 2001	Dia 03	Mês 07	Ano 2001		

Ao Serviço de Comissões Mistas.

N.Bal	Cs/Órg CN SACM	Identificação da Matéria			Data da Ação			Destino CN SACM	CLEUDES Funcionário
		Tipo MPV	Número 02185 -33	Ano 2001	Dia 04	Mês 07	Ano 2001		

No prazo regimental nenhuma emenda foi adicionada à Medida Provisória.

N.Bal	Cs/Órg CN SACM	Identificação da Matéria			Data da Ação			Destino CN SACM	CLEUDES Funcionário
		Tipo MPV	Número 02185 -33	Ano 2001	Dia 04	Mês 07	Ano 2001		

Convalidadas as emendas de n°s 001 a 077 constantes da Medida Provisória n° 2118-32, nos termos do Ofício CN n° 103/99 (DSF 07.05.99).

N.Bal	Cs/Órg CN SACM	Identificação da Matéria			Data da Ação			Destino CN SSCLCN	MCASTRO Funcionário
		Tipo MPV	Número 02185 -33	Ano 2001	Dia 31	Mês 07	Ano 2001		

Decorrido o prazo regimental, sem a instalação da Comissão, a matéria é encaminhada à SSCLCN.

N.Bal	Cs/Órg CN SSCLCN		Identificação da Matéria			Data da Ação			Destino CN SSCLCN		VINICIUS Funcionário
			Tipo	Número	Ano	Dia	Mês	Ano			
			MPV	02185 -33	2001	01	08	2001			

Anexadas fls. nºs 108 a 119, referentes à Mensagem nº 427/2001-CN.

N.Bal	Cs/Órg CN SSCLCN		Identificação da Matéria			Data da Ação			Destino CN SSCLCN		VINICIUS Funcionário
			Tipo	Número	Ano	Dia	Mês	Ano			
			MPV	02185 -33	2001	01	08	2001			

A presente Medida Provisória foi reeditada com dois (2) dias de antecedência pela de nº 2.185-34, de 27 de julho de 2001, conforme publicação no DOU do dia 28.7.2001 (Seção I), com as seguintes alterações: altera o inciso II do parágrafo único do art. 8º, conforme fls. nºs 120 a 122, anexadas ao processo.

N.Bal	Cs/Órg CN SSCLCN		Identificação da Matéria			Data da Ação			Destino CN SSCLCN		VINICIUS Funcionário
			Tipo	Número	Ano	Dia	Mês	Ano			
			MPV	02185 -34	2001	01	08	2001			

Convalidada a Comissão Mista destinada a apreciar a MP nº 2.185-33/2001, nos termos do Ofício CN nº 103/99 (DSF 07.05.1999).

N.Bal	Cs/Órg CN SSCLCN		Identificação da Matéria			Data da Ação			Destino CN SACM		VINICIUS Funcionário
			Tipo	Número	Ano	Dia	Mês	Ano			
			MPV	02185 -34	2001	01	08	2001			

Ao Serviço Apoio de Comissões Mistas.

N.Bal	Cs/Órg		Identificação da Matéria			Data da Ação			Destino		Funcionário
			Tipo	Número	Ano	Dia	Mês	Ano			
	CN	SACM	MPV	02185 -34	2001	02	08	2001	CN	SACM	MCASTRO

Convalidadas as emendas n.ºs. 001 a 077 constantes da reedição anterior, nos termos do Ofício CN 103/99 (DSF 07.05.99).

N.Bal	Cs/Órg		Identificação da Matéria			Data da Ação			Destino		Funcionário
			Tipo	Número	Ano	Dia	Mês	Ano			
	CN	SACM	MPV	02185 -34	2001	02	08	2001	CN	SACM	MCASTRO

No prazo regimental não foi adicionada emenda à Medida Provisória.

N.Bal	Cs/Órg		Identificação da Matéria			Data da Ação			Destino		Funcionário
			Tipo	Número	Ano	Dia	Mês	Ano			
	CN	SACM	MPV	02185 -34	2001	13	08	2001	CN	SSCLCN	RILVANA

Decorrido o prazo regimental, sem a instalação da Comissão, a matéria é encaminhada à SSCLCN.

N.Bal	Cs/Órg		Identificação da Matéria			Data da Ação			Destino		Funcionário
			Tipo	Número	Ano	Dia	Mês	Ano			
	CN	SSCLCN	MPV	02185 -34	2001	20	08	2001	CN	SSCLCN	SONIALIM

Anexada folha n.º 123, referente ao Ofício do Líder do PFL do Senado Federal de indicação de membros para compor a Comissão Mista destinada a apreciar a Medida Provisória.

N.Bal	Cs/Órg	Identificação da Matéria			Data da Ação			Destino	SONIALIM
		Tipo	Número	Ano	Dia	Mês	Ano		
	CN SSCLCN	MPV	02185 -34	2001	22	08	2001	CN SSCLCN	Funcionário

Anexadas fls. nºs 124 a 135, referentes à Mensagem nº 492/2001-CN.

N.Bal	Cs/Órg	Identificação da Matéria			Data da Ação			Destino	AURENICE
		Tipo	Número	Ano	Dia	Mês	Ano		
	CN SSCLCN	MPV	02185 -34	2001	28	08	2001	CN SSCLCN	Funcionário

A presente Medida Provisória foi reeditada pela de nº 2.185-35, de 24-08-2001, publicada no DOU de 27-08-2001 (Seção I), sem alterações, conforme fls. nº 136 a 138, anexadas ao processo.

N.Bal	Cs/Órg	Identificação da Matéria			Data da Ação			Destino	AURENICE
		Tipo	Número	Ano	Dia	Mês	Ano		
	CN SSCLCN	MPV	02185 -35	2001	28	08	2001	CN SSCLCN	Funcionário

Convalidada a Comissão Mista destinada a apreciar a MP nº 2.185-34/2001, nos termos do Ofício CN nº 103/99 (DSF 07.05.1999).

N.Bal	Cs/Órg	Identificação da Matéria			Data da Ação			Destino	AURENICE
		Tipo	Número	Ano	Dia	Mês	Ano		
	CN SSCLCN	MPV	02185 -35	2001	28	08	2001	CN SACM	Funcionário

Ao Serviço de Apoio as Comissões Mistas.

N.Bal	Cs/Órg CN SACM		Identificação da Matéria			Data da Ação			Destino CN SACM		RILVANA ----- Funcionário
			Tipo	Número	Ano	Dia	Mês	Ano			
			MPV	02185 -35	2001	29	08	2001			

Convalidadas as emendas n.ºs. 001 a 077 constantes da reedição anterior, nos termos do Ofício CN 103/99 (DSF 07.05.99).

N.Bal	Cs/Órg CN SACM		Identificação da Matéria			Data da Ação			Destino CN SACM		RILVANA ----- Funcionário
			Tipo	Número	Ano	Dia	Mês	Ano			
			MPV	02185 -35	2001	03	09	2001			

No prazo regimental não foi adicionada emenda à Medida Provisória.

N.Bal	Cs/Órg CN SACM		Identificação da Matéria			Data da Ação			Destino CN SACM		RILVANA ----- Funcionário
			Tipo	Número	Ano	Dia	Mês	Ano			
			MPV	02185 -35	2001	05	09	2001			

Ofício PSDB/I/Nº 559/2001 da Liderança do PSDB, indicando o Deputado XICO GRAZIANO, como titular, em substituição ao Deputado AÉCIO NEVES, para integrarem a Comissão Mista, a partir de 04/09/2001. (às fls. 139).

N.Bal	Cs/Órg CN SACM		Identificação da Matéria			Data da Ação			Destino CN SSCLCN		RILVANA ----- Funcionário
			Tipo	Número	Ano	Dia	Mês	Ano			
			MPV	02185 -35	2001	10	09	2001			

Decorrido o prazo regimental, sem a instalação da Comissão Mista, a matéria é encaminhada à SSCLCN.



N.Bal	Cs/Órg CN SSCLCN	Identificação da Matéria			Data da Ação			Destino CN SSCLCN	SONIALIM ----- Funcionário
		Tipo MPV	Número 02185 -35	Ano 2001	Dia 06	Mês 11	Ano 2001		

Anexada folha nº 152, referente ao Ofício do Líder do PSDB do Senado Federal de indicação de membros para compor a Comissão Mista destinada a apreciar a Medida Provisória.

N.Bal	Cs/Órg CN SSCLCN	Identificação da Matéria			Data da Ação			Destino CN SSCLCN	SONIALIM ----- Funcionário
		Tipo MPV	Número 02185 -35	Ano 2001	Dia 28	Mês 11	Ano 2001		

Anexada folha nº 153, referente ao Ofício do Líder do PMDB do Senado Federal de indicação de membros para compor a Comissão Mista destinada a apreciar a Medida Provisória.

N.Bal	Cs/Órg CN SSCLCN	Identificação da Matéria			Data da Ação			Destino CN SSCLCN	NUNES ----- Funcionário
		Tipo MPV	Número 02185 -35	Ano 2001	Dia 11	Mês 11	Ano 2002		

Promulgada a Emenda Constitucional nº 32, em 11 de setembro de 2001, publicada no DOU (Seção I) de 12 de setembro de 2001, que em seu artigo 2º determina:

"Art. 2º. As medidas provisórias editadas em data anterior à da publicação desta emenda continuam em vigor até que medida provisória ulterior as revogue explicitamente ou até deliberação definitiva do Congresso Nacional".

N.Bal	Cs/Órg CN SSCLCN	Identificação da Matéria			Data da Ação			Destino CN ATA-PLEN	POLLA ----- Funcionário
		Tipo MPV	Número 02185 -35	Ano 2001	Dia 05	Mês 12	Ano 2002		

Ao Plenário.

N.Bal	Cs/Órg CN SSCLCN		Identificação da Matéria			Data da Ação			Destino CN SSCLCN		SONIALIM ----- Funcionário
			Tipo	Número	Ano	Dia	Mês	Ano			
			MPV	02185 -35	2001	11	09	2001			

Anexadas fls. nºs 140 a 150, referentes à Mensagem nº 566/2001-CN.

N.Bal	Cs/Órg CN SSCLCN		Identificação da Matéria			Data da Ação			Destino CN SSCLCN		SONIALIM ----- Funcionário
			Tipo	Número	Ano	Dia	Mês	Ano			
			MPV	02185 -35	2001	01	11	2001			

Anexada folha nº 151, referente ao Ofício do Líder do PFL do Senado Federal de indicação de membros para compor a Comissão Mista destinada a apreciar a Medida Provisória.

N.Bal	Cs/Órg CN SSCLCN		Identificação da Matéria			Data da Ação			Destino CN SSCLCN		SONIALIM ----- Funcionário
			Tipo	Número	Ano	Dia	Mês	Ano			
			MPV	02185 -35	2001	26	03	2003			

Anexada folha nº 154, referente ao Ofício do Líder do PPB da Câmara dos Deputados de substituição de membros para compor a Comissão Mista destinada a apreciar a Medida Provisória.

N.Bal	Cs/Órg CN SSCLCN		Identificação da Matéria			Data da Ação			Destino CN SSCLCN		SONIALIM ----- Funcionário
			Tipo	Número	Ano	Dia	Mês	Ano			
			MPV	02185 -35	2001	30	04	2003			

Anexada folha nº 155, referente ao Ofício do Líder do PMDB do Senado Federal de substituição de membros para compor a Comissão Mista destinada a apreciar a Medida Provisória.

N.Bal	Cs/Órg CN SSCLCN		Identificação da Matéria			Data da Ação			Destino CN SSCLCN		SONIALIM Funcionário
			Tipo	Número	Ano	Dia	Mês	Ano			
			MPV	02185 -35	2001	18	06	2003			

Anexada cópia a publicação da Lei nº 10.690, de 16 de junho de 2003, no DOU de 17-06-2003 (Seção I), que altera o inciso III do parágrafo único do art. 8º da Medida Provisória nº 2.185-35, conforme consta à folha nº 156.

N.Bal	Cs/Órg CN SSCLCN		Identificação da Matéria			Data da Ação			Destino CN SSCLCN		SONIALIM Funcionário
			Tipo	Número	Ano	Dia	Mês	Ano			
			MPV	02185 -35	2001	18	06	2003			

Anexadas cópia do Autógrafo do PLV nº 9, de 2003-CN, e cópia da Lei nº 10.690, de 16 de junho de 2003, conforme consta às folhas nºs 157 a 162.

N.Bal	Cs/Órg CN SSCLCN		Identificação da Matéria			Data da Ação			Destino CN SSCLCN		SONIALIM Funcionário
			Tipo	Número	Ano	Dia	Mês	Ano			
			MPV	02185 -35	2001	01	07	2003			

Incluída na Pauta da Convocação Extraordinária do Congresso Nacional no período de 1º a 31 de julho de 2003.

N.Bal	Cs/Órg CN SSCLCN		Identificação da Matéria			Data da Ação			Destino CN SSCLCN		SONIALIM Funcionário
			Tipo	Número	Ano	Dia	Mês	Ano			
			MPV	02185 -35	2001	27	08	2003			

Anexadas folhas nºs 163 a 164, referentes a designação da Comissão Mista, atualizada até a presente data.



N.Bal	Cs/Órg CN SSCLCN		Identificação da Matéria			Data da Ação			Destino CN SSCLCN	SONIALIM Funcionário
			Tipo	Número	Ano	Dia	Mês	Ano		
			MPV	02185 -35	2001	16	06	2004		

Anexada cópia do Ofício SGM/P nº 1481, de 07 de novembro de 2002, do Presidente da Câmara dos Deputados ao Presidente do Senado Federal, encaminhando o Ofício nº 333, datado de 23 de outubro do corrente, da Associação dos Juizes Federais do Brasil, conforme consta às folhas nº 165 a 167.

N.Bal	Cs/Órg CN SSCLCN		Identificação da Matéria			Data da Ação			Destino CN SSCLCN	SONIALIM Funcionário
			Tipo	Número	Ano	Dia	Mês	Ano		
			MPV	02185 -35	2001	24	02	2005		

Anexada o avulso da Medida Provisória nº 237, de 2005, que altera o art. 8º da MP nº 2.185, de 24 de agosto de 2005, conforme consta à folha nº 168.

N.Bal	Cs/Órg CN SSCLCN		Identificação da Matéria			Data da Ação			Destino CN SSCLCN	SONIALIM Funcionário
			Tipo	Número	Ano	Dia	Mês	Ano		
			MPV	02185 -35	2001	13	06	2005		

Anexado cópia do Autógrafos do PLV nº 11, de 2005, oriundo da Medida Provisória nº 237, de 2005, conforme consta às folhas nºs 169 a 172.

N.Bal	Cs/Órg CN SSCLCN		Identificação da Matéria			Data da Ação			Destino CN SSCLCN	AURENICE rev. AURENICE ret. AURENICE
			Tipo	Número	Ano	Dia	Mês	Ano		
			MPV	02185 -35	2001	22	07	2010		

Juntada cópia do DOU de 20-7-2010, referente à publicação da Medida Provisória nº 496, de 19 de julho de 2010, que altera o art. 8º, da Medida Provisória nº 2.185-35, de 2001, conforme constam às folhas nºs 111 e 112.

***** Retificado em 22/07/2010*****

Onde se lê: "conforme constam às folhas nºs 111 e 112."

Leia-se: "conforme constam às folhas nºs 173 e 174."

N.Bal	Cs/Órg		Identificação da Matéria			Data da Ação			Destino	AURENICE
			Tipo	Número	Ano	Dia	Mês	Ano		
	CN	SSCLCN	MPV	02185 -35	2001	23	07	2010	CN SSCLCN	

Juntada cópia do DOU de 23-7-2010, referente à republicação por incorreção da Medida Provisória nº 496, de 19-7-2010, que altera o art. 8º, da Medida Provisória nº 2.185-35, de 2001, conforme constam às folhas nºs 175 e 176.

N.Bal	Cs/Órg		Identificação da Matéria			Data da Ação			Destino	RENATORD rev. RENATORD
			Tipo	Número	Ano	Dia	Mês	Ano		
	CN	SSCLCN	MPV	02185 -35	2001	16	12	2010	CN SSCLCN	

Juntada cópia do DOU de 16-12-2010, referente à publicação da Lei nº 12.348, de 15 de dezembro de 2010, que altera dispositivos da Medida Provisória nº 2.185-35, de 2001, conforme constam às folhas nºs 177 e 178.

CASA	ÓRGÃO	IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA			DATA DA AÇÃO			FUNCIONÁRIO
		TIPO	NÚMERO	ANO	DIA	MÊS	ANO	

CASA	ÓRGÃO	IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA			DATA DA AÇÃO			FUNCIONÁRIO
		TIPO	NÚMERO	ANO	DIA	MÊS	ANO	

SENADO FEDERAL
Secretaria Geral da Mesa
SERVIÇO DE PROTOCOLO LEGISLATIVO
MPV Nº 2185-33, de 2001
Em 29/06/2001
Viana



CONGRESSO NACIONAL

TERMO DE AUTUAÇÃO

Aos vinte e nove dias do mês de junho de 2001, em cumprimento ao disposto no Art. 2º, *Caput*, da Resolução Nº 1, de 1989-CN, autuei a **MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2185-33**, de 28 de junho de 2001, publicada no Diário Oficial da União, Seção I, de 29 de junho de 2001, páginas 66 a 67. Eu, Adhemar Cavalcante Mendes, Chefe do Serviço de Protocolo Legislativo do Senado Federal, lavrei o presente.

SENADO FEDERAL
Protocolo Legislativo
M.P.V. Nº 2185-33/2001
Fls. 01 Viana



Art. 8º O art. 57 da Lei nº 4.878, de 3 de dezembro de 1965, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 57.

§ 1º Recebidas as peças de que trata este artigo, a autoridade procederá na forma prevista no art. 54, item I, desta Lei.

§ 2º As sanções civis, penais e disciplinares poderão cumular-se, sendo independentes entre si.

§ 3º A responsabilidade administrativa do servidor será afastada no caso de absolvição criminal que negue a existência do fato ou sua autoria.

§ 4º A suspensão preventiva de que trata o parágrafo único do art. 51 é obrigatória quando se tratar de transgressões aos incisos IX, XII, XVI, XXVIII, XXXVIII, XL, XLVIII, LI, LVIII e LXII do art. 43, ou no caso de recebimento de denúncia pelos crimes previstos nos arts. 312, caput, 313, 316, 317 e seu § 1º, e 318 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal)." (NR)

Art. 9º O disposto no art. 8º aplica-se aos processos disciplinares em curso.

Art. 10. A Lei nº 5.619, de 3 de novembro de 1970, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 13. O policial militar, pelo efetivo exercício de suas funções, fará jus às seguintes gratificações:

I - Gratificação de Tempo de Serviço;

II - Gratificação de Função Policial Militar;

III - Gratificação de Operações Policiais Militares." (NR)

Seção III

Da Gratificação de Operações Policiais Militares

Art. 27-A. A Gratificação de Operações Policiais Militares é atribuída ao policial militar pelo efetivo desempenho de operações policiais militares.

Parágrafo único. A Gratificação de que trata este artigo somente é devida ao policial militar em serviço ativo e no efetivo desempenho de função policial militar. (NR)

Art. 27-B. A Gratificação de Operações Policiais Militares, devida a partir de 1º de outubro de 2000, corresponde ao percentual de setenta e três por cento do soldo do posto de Coronel." (NR)

Art. 11. A Lei nº 5.906, de 23 de julho de 1973, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 13.

IV - Gratificação de Operações Bombeiro-Militar." (NR)

Seção III

Da Gratificação de Operações Bombeiro-Militar

Art. 27-A. A Gratificação de Operações Bombeiro-Militar é atribuída ao bombeiro-militar pelo efetivo desempenho de operações de bombeiro-militar.

Parágrafo único. A Gratificação de que trata este artigo somente é devida ao bombeiro-militar em serviço ativo e no efetivo desempenho da função bombeiro-militar. (NR)

Art. 27-B. A Gratificação de Operações Bombeiro-Militar, devida a partir de 1º de outubro de 2000, corresponde ao percentual de setenta e três por cento do soldo do posto de Coronel." (NR)

Art. 12. As despesas decorrentes da aplicação do disposto nos arts. 2º, 9º e 10 desta Medida Provisória correrão à conta das Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios - Governo do Distrito Federal - Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda, constante do Orçamento da União, até que seja criado o fundo de que trata o art. 21, inciso XIV, da Constituição Federal.

Art. 13. Até que seja editada lei que disponha sobre as obrigações, os deveres, as prerrogativas e o regime de remuneração do pessoal militar da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiro Militar do Distrito Federal e dos ex-Territórios de Roraima e do Amapá, continuam sendo devidas:

I - a Gratificação de Condição Especial de Trabalho, nas condições estabelecidas na Lei nº 9.633, de 12 de maio de 1998;

II - a Gratificação de Atividade Militar, nas condições estabelecidas na Lei Delegada nº 12, de 7 de agosto de 1992; e

III - a Pensão Militar, nas condições estabelecidas na Lei nº 3.765, de 4 de maio de 1960, vigente em 28 de dezembro de 2000.

Art. 14. O art. 17 da Lei nº 7.102, de 20 de junho de 1983, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 17. O exercício da profissão de vigilante requer prévio registro no Departamento de Polícia Federal, que se fará após a apresentação dos documentos comprobatórios das situações enumeradas no art. 16." (NR)

Art. 15. Ficam convalidados os atos praticados com base na Medida Provisória nº 2.116-20, de 21 de junho de 2001.

Art. 16. Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 17. Revoga-se a Medida Provisória nº 2.116-20, de 21 de junho de 2001.

Brasília, 28 de junho de 2001; 180ª da Independência e 113ª da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO
Pedro Parente

ANEXO

(Anexo III à Lei nº 9.264, de 7 de fevereiro de 1996)

CLASSES	CARGOS	VENCIMENTO BÁSICO (R\$)	PARCELA COMPLEMENTAR (R\$)
ESPECIAL	Delegado de Polícia, Perito Criminal Perito Médico-Legista	524,30	6,02
PRIMEIRA	Delegado de Polícia, Perito Criminal Perito Médico-Legista	445,66	77,63
SEGUNDA	Delegado de Polícia, Perito Criminal Perito Médico-Legista	378,81	68,45
ESPECIAL	Agente de Polícia Escrivão de Polícia Papiloscopista Policial Agente Penitenciário	309,93	41,40
PRIMEIRA	Agente de Polícia Escrivão de Polícia Papiloscopista Policial Agente Penitenciário	254,14	34,15
SEGUNDA	Agente de Polícia Escrivão de Polícia Papiloscopista Policial Agente Penitenciário	210,94	28,64

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.185-33, DE 28 DE JUNHO DE 2001

Estabelece critérios para a consolidação, a assunção e o refinanciamento, pela União, da dívida pública mobiliária e outras que especifica, de responsabilidade dos Municípios.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 62 da Constituição, adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:

Art. 1º Fica a União autorizada, até 15 de junho de 2000, a assumir as seguintes obrigações de responsabilidade dos Municípios:

I - dívida junto a instituições financeiras nacionais ou estrangeiras, cujos contratos tenham sido firmados até 31 de janeiro de 1999, inclusive a decorrente de transformação de operações de antecipação de receita orçamentária em dívida fundada;

II - dívida junto a instituições financeiras nacionais ou estrangeiras, decorrente de cessão de crédito firmada até 31 de janeiro de 1999;

III - dívida mobiliária interna constituída até 12 de dezembro de 1995 ou que, constituída após essa data, consubstancia simples rolagem de dívida mobiliária anterior;

IV - dívida mobiliária externa constituída até 12 de dezembro de 1995 ou que, constituída após essa data, consubstancia simples rolagem de dívida mobiliária anterior;

V - dívida relativa a operações de antecipação de receita orçamentária, contraída até 31 de janeiro de 1999; e

VI - dívida relativa a operações de crédito celebradas com instituições financeiras na qualidade de agente financeiro da União, dos Estados ou de fundos e programas governamentais, regularmente constituídos.

§ 1º Para efeito dos incisos I, III, V e VI, serão consideradas apenas as operações registradas, até 31 de janeiro de 1999, no Banco Central do Brasil.

§ 2º Poderão ser ainda objeto de assunção pela União as dívidas de entidades integrantes da administração pública municipal indireta, enquadráveis nos incisos I a VI do caput e que sejam previamente assumidas pelo Município.

§ 3º O serviço das dívidas mencionadas nos incisos I, II, V e VI do caput deste artigo, não pago e com vencimento ou qualquer forma de exigibilidade que tenha ocorrido entre 31 de janeiro de 1999 e a data de assinatura do contrato de refinanciamento poderá ser refinanciado pela União, observadas as condições estabelecidas nesta Medida Provisória, exceto quanto a:

I - prazo: em até cento e oitenta meses, com prestações mensais e consecutivas, vencendo-se a primeira na data de assinatura do contrato de refinanciamento e, as demais, nas datas de vencimento estipuladas para o restante das dívidas refinanciadas ao amparo desta Medida Provisória;

II - encargos: equivalentes ao custo médio de captação da dívida mobiliária interna do Governo Federal (taxa SELIC), acrescidos, em caso de inadimplemento, de juros moratórios de um por cento ao ano, sobre o saldo devedor previamente atualizado;

III - extra-limite das demais dívidas refinanciadas na forma desta Medida Provisória e da Lei nº 8.727, de 5 de novembro de 1993; e

IV - amortização mensal mínima de R\$ 1.000,00 (mil reais), adicionalmente ao previsto no § 1º do art. 2º.

§ 4º Não serão abrangidas pela assunção a que se refere este artigo nem pelo refinanciamento a que se refere o art. 2º:

I - as dívidas renegociadas com base nas Leis nºs 7.976, de 27 de dezembro de 1989, e 8.727, de 1993;

II - as dívidas relativas à dívida externa objeto de renegociação no âmbito do Plano Brasileiro de Financiamento da Dívida Externa (BIB, BEA, DMLP e Clube de Paris);

III - as parcelas das dívidas referidas nos incisos I, II, III, V e VI do caput deste artigo que não tenham sido desembolsadas pela instituição financeira até 31 de janeiro de 1999; e

IV - as dívidas externas junto a organismos internacionais multilaterais ou agências governamentais de crédito estrangeiras.

§ 5º A assunção de que trata este artigo será precedida da aplicação de deságio sobre o saldo devedor das obrigações, conforme estabelecido pelo Poder Executivo.

§ 6º Poderá ainda a União, nos respectivos vencimentos, fornecer os recursos necessários ao pagamento da dívida de que trata o inciso IV do caput deste artigo, incorporando o valor pago ao saldo devedor do refinanciamento.

SENADO FEDERAL

Protocolo Legislativo

M.P.V. Nº 2185-33/2001

Fls. 02 Diana



Art. 2º As dívidas assumidas pela União serão refinanciadas aos Municípios, observando-se o seguinte:

I - prazo: até trezentas e sessenta prestações mensais e sucessivas, calculadas com base na Tabela Price, vencendo-se a primeira em até trinta dias após a assinatura do contrato e as seguintes em iguais dias dos meses subsequentes;

II - juros: calculados e debitados mensalmente, à taxa de nove por cento ao ano, sobre o saldo devedor previamente atualizado;

III - atualização monetária: calculada e debitada mensalmente com base na variação do Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna (IGP-DI), calculado pela Fundação Getúlio Vargas, ou outro índice que vier a substituí-lo;

IV - garantias adequadas que incluirão, obrigatoriamente, a vinculação de receitas próprias e dos recursos de que tratam os arts. 156, 158 e 159, inciso I, "b", e § 3º, da Constituição, e a Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996;

V - limite de comprometimento de treze por cento da Receita Líquida Real - RLR, para efeito de atendimento das obrigações correspondentes ao serviço da dívida refinanciada;

VI - em caso de descumprimento das obrigações pactuadas, sem prejuízo das demais cominações contratuais, os encargos referidos nos incisos II e III serão substituídos pela taxa média ajustada dos financiamentos diários apurados no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (SELIC), divulgada pelo Banco Central do Brasil, acrescida de um por cento ao ano, elevando-se em quatro pontos percentuais o limite de comprometimento estabelecido no inciso V;

VII - em caso de impuntualidade no pagamento, sem prejuízo da aplicação do disposto no inciso VI, o valor da prestação será atualizado pela taxa média ajustada dos financiamentos diários apurados no SELIC, divulgada pelo Banco Central do Brasil, e acrescido de juros de mora de um por cento ao ano, calculados pro rata die; e

VIII - repasse aos Municípios dos deságios aplicados às obrigações assumidas pela União.

§ 1º Para o estabelecimento do prazo, será observado o mínimo de R\$ 1.000,00 (mil reais) para o valor inicial das amortizações mensais do contrato de refinanciamento.

§ 2º A elevação do limite de comprometimento será aplicada a partir da prestação subsequente ao descumprimento.

§ 3º Os acréscimos a que se refere o inciso VII não estão sujeitos ao limite de comprometimento da RLR.

§ 4º A taxa de juros poderá ser reduzida para:

I - sete inteiros e cinco décimos por cento, se o Município amortizar extraordinariamente valor equivalente a dez por cento do saldo devedor atualizado da dívida assumida e refinanciada pela União; e

II - seis por cento, se o Município amortizar extraordinariamente valor equivalente a vinte por cento do saldo devedor atualizado da dívida assumida e refinanciada pela União.

§ 5º A redução a que se refere o § 4º será aplicada a partir da data da integralização do correspondente percentual de amortização extraordinária.

§ 6º Não se aplicam à amortização extraordinária de que trata o § 4º deste artigo:

I - o disposto no art. 5º; e

II - o limite de comprometimento da RLR.

§ 7º As dívidas de responsabilidade dos Municípios junto à União, exceto as relativas a impostos e contribuições, contraídas até 31 de janeiro de 1999, poderão ser refinanciadas na forma desta Medida Provisória.

Art. 3º A critério do Município, a dívida poderá ser refinanciada a taxas inferiores à prevista no inciso II do art. 2º, desde que efetuada amortização extraordinária, no prazo de trinta meses, contados da data de assinatura dos respectivos contratos de refinanciamento.

§ 1º As taxas de que tratam o caput serão de:

I - sete inteiros e cinco décimos por cento, se o Município comprometer-se a amortizar extraordinariamente valor equivalente a dez por cento do saldo devedor atualizado da dívida assumida e refinanciada pela União; e

II - seis por cento, se o Município comprometer-se a amortizar extraordinariamente valor equivalente a vinte por cento do saldo devedor atualizado da dívida assumida e refinanciada pela União.

§ 2º Findo o prazo estabelecido no caput e não sendo realizada integralmente a amortização extraordinária, o saldo devedor será recalculado, desde a data da assinatura do contrato, alterando-se a taxa de juros para:

I - nove por cento, se o Município se comprometer na forma do inciso I do § 1º;

II - nove por cento, se o Município se comprometer na forma do inciso II do § 1º e a amortização extraordinária não tiver atingido dez por cento do saldo devedor atualizado;

III - sete e meio por cento, se o Município se comprometer na forma do inciso II do § 1º e a amortização extraordinária tiver atingido dez por cento do saldo devedor atualizado.

Art. 4º Os títulos públicos emitidos após 12 de dezembro de 1995, para pagamento de precatórios judiciais, nos termos do art. 33 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, poderão ser objeto da assunção e do refinanciamento a que se referem os arts. 1º, 2º e 3º, observando-se, nesta hipótese, que a prestação mensal do contrato de refinanciamento corresponderá, no mínimo, à prestação que seria devida relativamente a esses títulos, calculada pela Tabela Price, para o prazo de cento e vinte meses.

Parágrafo único. Não será abrangida pela assunção e pelo refinanciamento a que se refere o caput a dívida mobiliária em poder do próprio ente emissor, mesmo que por intermédio de fundo de liquidez, ou que tenha sido colocada em mercado após 31 de dezembro de 1998.

Art. 5º Para fins de aplicação do limite estabelecido no inciso V do art. 2º, poderão ser deduzidas do limite apurado as despesas efetivamente realizadas no mês anterior pelo Município, correspondentes aos serviços das seguintes obrigações por ele tituladas:

I - dívida refinanciada com base na Lei nº 7.976, de 1989;

II - dívida externa contratada até 31 de janeiro de 1999, mesmo aquela objeto de reestruturação no âmbito do Plano Brasileiro de Financiamento da Dívida Externa (BIB, BEA, DMLP e Clube de Paris);

III - parcelamento de dívidas firmadas com base no art. 58 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, e na Lei nº 8.620, de 5 de janeiro de 1993;

IV - dívidas parceladas junto ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, cuja formalização tenha ocorrido até 31 de janeiro de 1999;

V - comissão do agente, incidente sobre o pagamento da prestação decorrente da Lei nº 8.727, de 1993; e

VI - dívida relativa a crédito imobiliário refinanciado ao amparo da Lei nº 8.727, de 1993, e efetivamente assumido pelo Município, deduzidas as receitas auferidas com essas operações.

§ 1º Poderão, ainda, ser deduzidas as despesas referentes a principal, juros e demais encargos das operações decorrentes da Lei nº 8.727, de 1993, realizadas no mês, excetuada a comissão do agente.

§ 2º Os valores relativos à redução da prestação pela aplicação do limite a que se refere este artigo ou pela dedução a que se refere o art. 6º terão seu pagamento postergado, sobre eles incidindo os encargos financeiros dos contratos de refinanciamento, para o momento em que o serviço da dívida comprometer valor inferior ao limite.

§ 3º O limite de treze por cento estabelecido no art. 2º é aplicável somente para as dívidas refinanciadas nos termos desta Medida Provisória.

§ 4º Eventual saldo devedor resultante da aplicação do limite de comprometimento estabelecido na forma deste artigo, poderá ser refinanciado nas mesmas condições previstas nesta Medida Provisória, em até cento e vinte meses, a partir do vencimento da última prestação do contrato de refinanciamento.

§ 5º No caso previsto no § 4º, as prestações não poderão ser inferiores ao valor da última prestação do refinanciamento.

Art. 6º O montante efetivamente desembolsado pelo Município relativamente ao serviço das dívidas mencionadas nos incisos I, II, III e IV do art. 1º, vencidas entre 31 de janeiro de 1999 e a data de assinatura do contrato de refinanciamento, poderá ser deduzido das prestações calculadas com base na Tabela Price, limitada a dedução mensal a cinquenta por cento do valor da primeira prestação.

Art. 7º Para os fins desta Medida Provisória, entende-se como RLR a receita realizada nos doze meses anteriores ao mês imediatamente anterior àquele em que ela estiver sendo apurada, observado o seguinte:

I - serão excluídas as receitas provenientes de operações de crédito, de anulação de restos a pagar, de alienação de bens, de transferências vinculadas a qualquer título, de transferências voluntárias ou doações recebidas com o fim específico de atender a despesas de capital; e

II - serão computadas as receitas oriundas do produto da arrecadação do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transportes Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação destinado à concessão de quaisquer favores fiscais ou financeiros, inclusive na forma de empréstimos ou financiamentos, ainda que por meio de fundos, instituições financeiras ou outras entidades controladas pelo poder público, concedidas com base no referido imposto e que resulte em redução ou eliminação, direta ou indireta, do respectivo ônus.

Parágrafo único. O superávit financeiro das autarquias e fundações, excluídas as de caráter previdenciário, será considerado como receita realizada para fins de cálculo da RLR.

Art. 8º O contrato de refinanciamento de dívidas deverá prever que o Município:

I - somente poderá emitir novos títulos da dívida pública mobiliária municipal interna ou externa, após a integral liquidação da dívida objeto do refinanciamento previsto nesta Medida Provisória; e

II - somente poderá contrair novas dívidas, inclusive operações de Antecipação de Receita Orçamentária, se a dívida financeira total do Município for inferior à sua RLR anual.

Parágrafo único. Excluem-se das vedações a que se refere o inciso II:

I - a contratação de operações de crédito instituídas por programas federais, destinadas à modernização e ao aparelhamento da máquina administrativa dos Municípios;

II - os empréstimos ou financiamentos junto a organismos financeiros multilaterais e a instituições de fomento e cooperação ligadas a governos estrangeiros, que tenham avaliação positiva da agência financiadora, e ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, desde que contratados dentro do prazo de um ano contado de 30 de junho de 1999 e destinados exclusivamente à complementação de programas em andamento.

Art. 9º O limite de comprometimento da RLR de que trata o inciso V do art. 2º será elevado em dois pontos percentuais para os Municípios que, a partir de 1º de janeiro de 2000:

I - não tenham adequado suas despesas com pessoal aos limites estabelecidos na legislação em vigor;

II - não tenham implantado contribuição previdenciária para os servidores ativos e inativos, com alíquota média de, no mínimo, onze por cento da remuneração total; e

III - não tenham limitado suas despesas com aposentados e pensionistas, na forma da legislação em vigor.

Art. 10. Somente por lei poderão ser autorizadas novas composições ou prorrogações das dívidas refinanciadas com base nesta Medida Provisória, ou, ainda, alteração a qualquer título das condições de refinanciamento ora estabelecidas.

Art. 11. A União assumirá as obrigações decorrentes desta Medida Provisória mediante emissão de títulos do Tesouro Nacional, com características a serem definidas pelo Poder Executivo.

Art. 12. A receita proveniente dos pagamentos dos refinanciamentos concedidos aos Municípios, nos termos desta Medida Provisória, será integralmente utilizada para abatimento da dívida pública de responsabilidade do Tesouro Nacional.

Art. 13. Fica o Banco do Brasil S.A. designado agente financeiro da União para o fim de celebração, acompanhamento e controle dos contratos de assunção e de refinanciamento de que trata esta Medida Provisória, cabendo ao devedor o pagamento da corrente remuneração.

Art. 14. Fica a União autorizada a realizar, por intermédio da Caixa Econômica Federal, operações de crédito com os Municípios, destinadas a programas de fortalecimento e modernização da máquina administrativa municipal, utilizando para esse fim recursos provenientes de contratos de empréstimo junto a organismos financeiros internacionais.

Art. 15. Fica facultado ao Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, na hipótese de assunção pela União de obrigações relativas a repasses do FGTS, nos termos desta Medida Provisória, autorizar os agentes financeiros a promover o retorno dos recursos repassados, nas condições originalmente estabelecidas, desde que sejam constituídas garantias suficientes.

Art. 16. Ficam convalidados os atos praticados com base na Medida Provisória nº 2.118-32, de 21 de junho de 2001.

Art. 17. Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 18. Revoga-se a Medida Provisória nº 2.118-32, de 21 de junho de 2001.

Brasília, 28 de junho de 2001; 180ª da Independência e 113ª da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO
Pedro Parente

SENADO FEDERAL

Protocolo Legislativo

M.P.V. Nº 2185-3/2001

Fls. 03

Viana



CONGRESSO NACIONAL

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MP 1.811-2

000001

2 DATA 28/0499	3 PROPOSIÇÃO MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1811-2, de 22 de abril de 1999			
4 AUTOR DEPUTADO GEDDEL VIEIRA LIMA	5 Nº PRONTUÁRIO 193			
6 1 <input checked="" type="checkbox"/> - SUPRESSIVA 2 <input type="checkbox"/> - SUBSTITUTIVA 3 <input type="checkbox"/> - MODIFICATIVA 4 <input type="checkbox"/> - ADITIVA 9 <input type="checkbox"/> - SUBSTITUTIVO GLOBAL				
7 PÁGINA 01/01	8 ARTIGO 1º	PARÁGRAFO 3º	INCISO I	ALÍNEA

9 TEXTO

Suprima-se o inciso I do §3º do art. 1º da Medida Provisória nº 1811-2/99 :

JUSTIFICATIVA

O texto do inciso impedirá a renegociação de dívidas de Estados e Municípios que, após a renegociação efetivada com base nas Leis nºs 7.976, de 27 de dezembro de 1989 e 8.727, de 5 de novembro de 1993, sofreram desequilíbrio em suas contas decorrente de medidas legislativas federais, tais como redução dos índices de participação nos fundos constitucionais, além das reduções por força do Fundo de Estabilização Fiscal e parcelamento de débitos previdenciários herdados de administrações anteriores.

Ressalte-se que muitos Estados e Municípios sofreram perdas consideráveis em sua receita em função da desindustrialização que causa redução na arrecadação do ICMS.

Deve ser destacado, ainda, que essas dívidas, renegociadas em termos de dólares americanos, está em processo de elevação.

Nestas condições, entendemos deva ser suprimido o inciso referido.

SENADO FEDERAL
Subs. Coord. Legisl. do C. N.
MPV 2185-33/2001
Fls. 04

Recibi o original
SENADO FEDERAL
Subs. Coord. Legisl. do C. N. horas.
Nome: /
Fis. Matricula:

SENADO FEDERAL
Subs. Coord. Legisl. do C. N.
MP- 218-26/200
Fls. 04

Serviço de Comissões Mistas
MPV 1811-2 de 1999
Fls. 93

10 SENADO Subs. Co. MPV 2185-33/2001 Fls. 06	ASSINATURA 	SENADO FEDERAL Subs. Coord. Legisl. do C. N. MPV 2.989-11/99 Fls. 30
---	----------------	---

Não se admitirá emenda que diga respeito a mais de um dispositivo.

(art. 230 - RISF)

CAMPO A SER PREENCHIDO PELA UNIDADE RECEBEDORA

1 - ETIQUETA

- Local reservado para numeração da Emenda.

CAMPOS A SEREM PREENCHIDOS PELO AUTOR

02 - DATA

- Data da apresentação da Emenda;

03 - PROPOSIÇÃO

- Identificação da matéria à qual será oferecida a Emenda;

04 - AUTOR

- Nome do(s) autor(es) da Emenda, considerando-se o primeiro subscritor como Autor;

05 - Nº PRONTUÁRIO

- Corresponde ao nº do prontuário do Parlamentar no histórico funcional;

06 - TIPO

- Assinalar com um "x" o tipo da Emenda, sendo:

- 1) Supressiva;
- 2) Substitutiva;
- 3) Modificativa;
- 4) Aditiva;
- 9) Substitutivo Global;

07 - PÁGINA

- Nº sequencial da(s) página(s);

08 - REFERÊNCIA

- Artigo, Parágrafo, Inciso, Alínea.

OBS.: Preencher estes campos com os correspondentes do dispositivo a ser emendado.

- Nos casos de serem as Emendas:

- a) "Inclua-se onde couber", preencher o código "999" no campo correspondente ao artigo;
- b) "Substitutivo Global", preencher o código "001" no campo correspondente ao artigo.

09 - TEXTO

- Datilografar o texto da EMENDA e sua JUSTIFICATIVA;

10 - ASSINATURA

- Local reservado para a assinatura do autor da EMENDA.

11 - DESTINO DAS VIAS:

1a.via- Original/Comissões

2a. via - CEGRAF

3a. via - Relator/Assessor

4a. via - Autor



EMENDA Nº À MPV 1811-2, DE 1999

Suprime o inciso II do art. 1º da Medida Provisória nº 1811-2, de 1999.

JUSTIFICATIVA

A Medida Provisória nº 1811-2, de 1999, estabeleceu critérios para a renegociação das dívidas dos Municípios junto à União. Trata-se da fase final do processo de reestruturação financeira das unidades da Federação, conduzido pelo governo federal, e que já renegociou as dívidas dos governos e dos bancos estaduais.

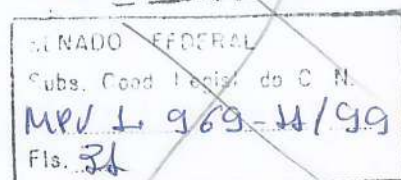
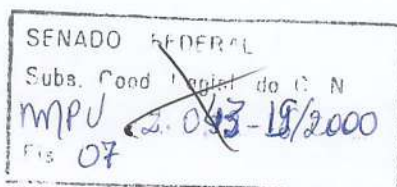
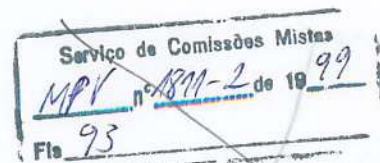
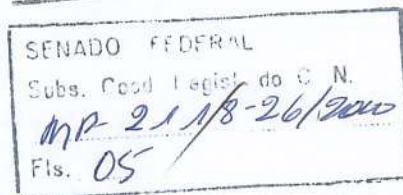
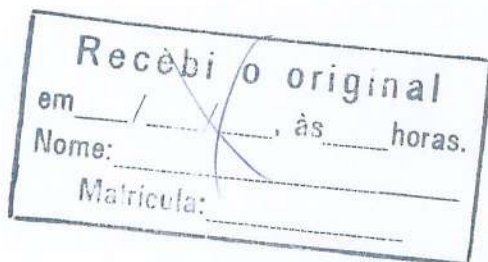
Há uma razoável parcela de endividamento que padecem de sérias dúvidas quanto à sua legalidade e oportunidade, não devendo ser objeto de rolagem, sob pena de premiar os Municípios que abusaram do endividamento em prejuízo do contribuinte em geral e, particularmente, dos Municípios que zelaram por suas finanças, razão pela qual proponho a exclusão das mesmas.

Pelo exposto, espero contar com o apoio dos senhores congressistas para a aprovação da presente proposição.

Sala da Comissão Mista,

Em

Paulo Hartung
Senador PAULO HARTUNG





EMENDA SUPRESSIVA Nº **À MPV Nº 1811-2, DE 1999**

Suprime os incisos IV e V, do caput, e os §§ 2º e 4º do art. 1º da MPV nº 1811-2, de 1999.

JUSTIFICAÇÃO

Esta matéria, que tem relação direta com a competência privativa do Senado Federal no que tange ao endividamento dos entes federados, tem que ser suficientemente discutida pelo Congresso Nacional.

Há toda uma polêmica em torno dos municípios que serão mais ou menos beneficiados por essa Medida Provisória, sem que se tenha informações sistematizadas suficientes à necessária visão global do seu alcance.

Assim, alterações lançadas na reedição da Medida Provisória, sem o seu necessário esclarecimento, sem, sequer, o necessário destaque para as novas redações, conforme determinado em lei complementar, gera sérias dúvidas sobre todo o processo.

Por essas razões, proponho a supressão desses dispositivos, por estarem diretamente relacionados, pelo menos a princípio, a um ou outro município e não ao seu conjunto.

Sala da Comissão Mista,
Em


Senador PAULO HARTUNG

Recobi o original
em ____/____/____, às ____ horas.
Nome: _____
Município: _____

SENADO FEDERAL
Subs. Coord. Legis. do C. N.
MPV 2.185-33/2001
Fls. **06**

SENADO FEDERAL
Subs. Coord. Legis. do C. N.
MP- 2.118-261
Fls. **06**

Serviço de Comissões Mistas
MPV nº 1811-2 de 1999
Fls. **94**

SENADO FEDERAL
Subs. Coord. Legis. do C. N.
MPV 2.053-18/2000
Fls. **08**

SENADO FEDERAL
Subs. Coord. Legis. do C. N.
MPV 2.969-11/99
Fls. **22**



CÂMARA DOS DEPUTADOS

MP 1.811-2

000004

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.811², DE 22 DE ABRIL DE 1999

EMENDA SUBSTITUTIVA

Dê-se nova redação ao § 4º do art. 1º nos seguintes termos:

“§ 4º A assunção de que trata este artigo será precedida de aplicação de deságio sobre o saldo devedor das obrigações, *conforme critérios comuns estabelecidos pelo Poder Executivo com todos os Municípios.*”

Justificativa

A emenda tem por objetivo equalizar os objetivos dos critérios de deságio a ser estabelecido pelo Poder Executivo com cada município a fim de que não haja tratamento desigual entre eles de acordo com os interesses e conveniências políticas de ambas as partes.

Brasília, 26 de abril de 1999.

Deputado João Paulo (PT/SP)

Recobi o original

em ____/____/____, às ____ horas.

Nome: _____

Matrícula: _____

SENADO FEDERAL

Subs. Coord. Legisl. do C. N.

MPV 2185-33/2001

Fls. 07

SENADO FEDERAL

Subs. Coord. Legisl. do C. N.

MPV 2043-18/2000

Fls. 09

Serviço de Comissões Mistas

MPV nº 1811-2 de 19/99

Fls. 95

SENADO FEDERAL

Subs. Coord. Legisl. do C. N.

MPV 1969-11/99

Fls. 33



CÂMARA DOS DEPUTADOS

MP 1.811-2

000005

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.811, ² DE 22 DE ABRIL DE 1999

EMENDA ADITIVA

Inclua-se no artigo 1º o inciso IV:

"IV - dívidas e obrigações financeiras de outras naturezas até 31 de janeiro de 1999".

Justificativa

A emenda tem por objetivo estender as mesmas condições de refinanciamento para os Municípios não contemplados originalmente pela Medida Provisória, mas que incorreram em dívidas e obrigações financeiras de outras naturezas para dar andamento a suas respectivas administrações.

Brasília, 26 de abril de 1999.

Deputado João Paulo (PT/SP)

SENADO FEDERAL
Subs. Coord. Legist. do C. N.
MPV 2185-33/2001
Fls. 08

Recebi o original
em ____/____/____, às ____ horas.
Nome: _____
Matrícula: _____

SENADO FEDERAL
Subs. Coord. Legist. do C. N.
MP- 2118-26/2000
Fls. 08

Serviço de Comissões Mistas
MPV 1811-2 de 19 99
Fls. 96

SENADO FEDERAL
Subs. Coord. Legist. do C. N.
MPV 2.095-18/2000
Fls. 10

SENADO FEDERAL
Subs. Coord. Legist. do C. N.
MPV 2.969-11/99
Fls. 34



SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador PAULO HARTUNG

MP 1.811-2

000006

EMENDA SUPRESSIVA Nº À MPV Nº 1811-2, DE 1999

Suprime o inciso VIII do art. 2º da MPV nº 1811-2, de 1999.

JUSTIFICAÇÃO

Esta matéria, que tem relação direta com a competência privativa do Senado Federal no que tange ao endividamento dos entes federados, tem que ser suficientemente discutida pelo Congresso Nacional.

Há toda uma polêmica em torno dos municípios que serão mais ou menos beneficiados por essa Medida Provisória, sem que se tenha informações sistematizadas suficientes à necessária visão global do seu alcance.

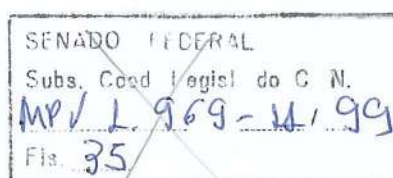
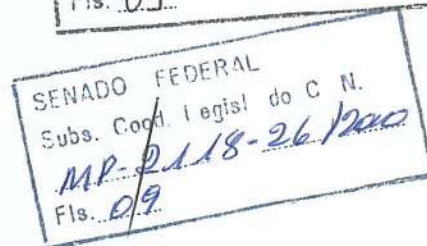
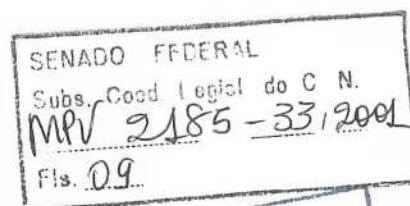
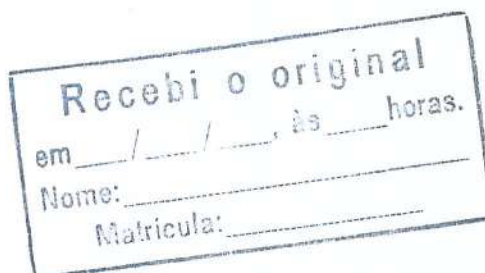
Assim, alterações lançadas na reedição da Medida Provisória, sem o seu necessário esclarecimento, sem, sequer, o necessário destaque para as novas redações, conforme determinado em lei complementar, gera sérias dúvidas sobre todo o processo.

Por essas razões, proponho a supressão desses dispositivos, por estarem diretamente relacionados, pelo menos a princípio, a um ou outro município e não ao seu conjunto.

Sala da Comissão Mista,

Em

Senador PAULO HARTUNG



**EMENDA MODIFICATIVA À MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.811-2
DE 22 de Abril de 1999.**

Dê-se ao Inciso I, do artigo 2º da Medida Provisória N.º 1.811-2, de 22 de abril de 1999, a seguinte redação:

“I – prazo: até trezentos e sessenta prestações mensais e sucessivas, calculadas com base na Tabela Price, estabelecendo-se prazo contratual de carência de 24 (vinte e quatro) a 36 (trinta e seis) meses, conforme o montante renegociado, sendo o resíduo desta, amortizado após o pagamento do principal.

JUSTIFICATIVA

- Por força do programa de “municipalização”, os municípios brasileiros passaram a receber diversas obrigações anteriormente executadas pelos Estados e União. Houve também a diminuição da RLR, com o advento do FUNDEF, FEF e Lei Kandir. A carência explicitada nesta emenda vem a compensar essas “perdas”, permitindo que o governo municipal adapte seus recursos para a realização de obras sociais.

Sala das Sessões, em 28 de abril de 1999


SENADOR ANTERO PAES DE BARROS
PSDB/MT

Recibo Original

SENADO FEDERAL

Nome: Cec. Leg. do C. N.

MP 2.185-26/2001

Fls. 10

SENADO FEDERAL

Subs. Coord. Leg. do C. N.

MPV 2.185-33/2001

Fls. 10

SENADO FEDERAL

Subs. Coord. Leg. do C. N.

MPV 2.185-18/2000

Fls. 12

SENADO FEDERAL

Subs. Coord. Leg. do C. N.

MPV 2.969-11/99

Fls. 36

Serviço de Comissões Mistas

MPV nº 1811-2 de 19 99

Fls. 98

MP 1.811-2

000008

**EMENDA MODIFICATIVA À MEDIDA PROVISÓRIA N.º 1.811-2
DE 22 de Abril de 1999.**

Dê-se ao Inciso II, do artigo 2º da Medida Provisória N.º 1.811-2, de 22 de abril de 1999, a seguinte redação:

“II – juros: calculados e debitados mensalmente, à taxa de cinco por cento ao ano, sobre o saldo devedor previamente atualizado.”

JUSTIFICATIVA

- Recentemente a União, através da Caixa Econômica Federal, liberou financiamentos para o programa PRÓ-INFRA, com juros de 5% ao ano. Se o objeto do refinanciamento são dívidas contraídas com objetivos semelhantes ao do PRÓ-INFRA, os encargos contratuais deverão, por obviedade, serem iguais. Também entendemos que essa MP tenha o dever de contemplar os municípios com uma diminuição nos dispêndios mensais e anuais com a dívida. Dívidas anteriores foram contratadas com juros de 5% a 6% ao ano. Refinanciar essas dívidas com encargos de 9% inviabilizará qualquer tentativa de renegociação.

Sala das Sessões, em 28 de abril de 1999

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS

PSDB/MT

Recebi o original

SENADO FEDERAL

em _____ Subs. Coord. Legisl. do C. N. horas.

Nome: _____

Matrícula: _____

SENADO FEDERAL

Subs. Coord. Legisl. do C. N.

MPV 2185-33/2001

Fls. 11

SENADO FEDERAL

Subs. Coord. Legisl. do C. N.

MPV 2118-26/2000

Fls. 11

SENADO FEDERAL

Subs. Coord. Legisl. do C. N.

MPV 2043-13/2000

Fls. 13

SENADO FEDERAL

Subs. Coord. Legisl. do C. N.

MPV 1.969-11/99

Fls. 27

Serviço de Comissões Mistas

MPV 1844-2 de 19 99

Fls. 99



EMENDA Nº À MPV 1811-2, DE 1999

O § 3º do art. 2º da Medida Provisória nº 1811-2, de 1999, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º

§ 3º Os acréscimos a que se refere o inciso VII poderão elevar o comprometimento da RLR, respeitado o limite de que trata o inciso V.” (NR)

JUSTIFICATIVA

O art. 52, inciso VII, da Constituição Federal determina ser competência privativa do Senado Federal “dispor sobre limites globais e condições para as operações de crédito externo e interno da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, de suas autarquias e demais entidades controladas pelo poder público federal”. No caso dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de suas respectivas autarquias e fundações, esta Casa regulamentou sua competência constitucional por meio da Resolução nº 78, de 1998.

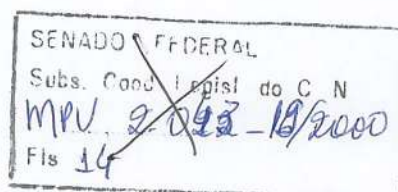
Aquele diploma legal, em seu art. 6º, II, reza que “o dispêndio anual máximo com amortizações juros e demais encargos de todas as operações de crédito, já contratadas e a contratar, inclusive o originário de débitos renegociados ou parcelados, acrescido, ainda do valor devido, vencido e não pago, não poderá exceder a 13% (treze por cento) da Receita Líquida Real”.

Assim, verifica que a elevação do comprometimento da RLR acima do limite de treze por cento, prevista no § 3º do art. 2º da Medida Provisória nº 1811-2 é inconstitucional, na medida em que fere a já mencionada competência privativa do Senado Federal, razão pela qual apresento a presente proposição.

Pelo exposto, espero contar com o apoio dos senhores congressistas para a aprovação da presente proposição.

Sala da Comissão Mista,
Em

Paulo Hartung
Senador PAULO HARTUNG





CÂMARA DOS DEPUTADOS

MP 1.811-2

000010

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.811, ² DE 22 DE ABRIL DE 1999

EMENDA ADITIVA

Inclua-se no artigo 2º o seguinte parágrafo:

"Parágrafo. Aos Municípios que não forem contemplados pelos termos desta Medida Provisória serão concedidas condições especiais de crédito através do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal, por meio de seus programas específicos de financiamento, de acordo com o que estabelece este artigo, para a realização de obras e prestação de serviços, considerados básicos e essenciais à população".

Justificativa

A maioria esmagadora dos Municípios brasileiros não possuem dívida mobiliária. Do total de 5.500, estima-se que apenas 5 deles, São Paulo, Rio de Janeiro, Campinas, Guarulhos e Osasco, tenham lançado títulos públicos no mercado. Os demais possuem dívidas de outras ordens. Nesse sentido, todos esses municípios saem prejudicados pelo fato de a União estar agora favorecendo a reestruturação da dívida pública de pouquíssimos deles em termos reconhecidamente vantajosos. A emenda tem o objetivo de fazer equalização dessas vantagens, permitindo que os Municípios não contemplados pela MP venham a ter acesso a crédito através dos bancos oficiais para realizarem obras e serviços essenciais à população.

Brasília, 26 de abril de 1999

Deputado João Paulo (PT/SP)

SENADO FEDERAL
Subs. Coord. Legist. do C. N.
MPV 2185-33/2001
Fls. 13

Recebi o original
em ____/____/____, às ____ horas.
Nome: _____
Matrícula: _____

SENADO FEDERAL
Subs. Coord. Legist. do C. N.
MPV 2118-26/2001
Fls. 13

SENADO FEDERAL
Subs. Coord. Legist. do C. N.
MPV 2185-33/2001
Fls. 15

SENADO FEDERAL
Subs. Coord. Legist. do C. N.
MPV 2185-33/2001
Fls. 39

Serviço de Comissões Mistas
MPV nº 1811-2 de 1999
Fls. 100



EMENDA Nº À MPV 1811-2, DE 1999

Suprima-se o art. 3º da Medida Provisória nº 1811-2, de 1999.

JUSTIFICATIVA

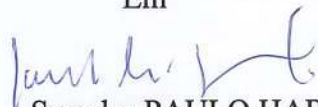
A Medida Provisória nº 1811-2, de 1999, constitui a fase final do processo de saneamento financeiro das unidades da Federação, desta feita destinada à esfera municipal na questão do endividamento público.

Ocorre, porém, que entre as dívidas passíveis de renegociação, conforme consta do art. 1º do diploma legal em tela, foram incluídas as dívidas oriundas da emissão de títulos públicos para o pagamento de precatórios, nos termos do art. 33, parágrafo único, do ADCT. Tais títulos públicos foram objeto de uma Comissão Parlamentar de Inquérito que concluiu pela irregularidade da emissão da quase totalidade dos mesmos.

Assim, incluir tais dívidas no processo de rolagem seria premiar os Municípios que abusaram do endividamento em prejuízo do contribuinte em geral e, particularmente, dos Municípios que zelaram por suas finanças, razão pela qual proponho sua exclusão.

Pelo exposto, espero contar com o apoio dos senhores congressistas para a aprovação da presente proposição.

Sala da Comissão Mista,
Em


Senador PAULO HARTUNG

Recebi o original
em ____/____/____, às ____ horas.
Nome: _____
Matrícula: _____

Subs. Coord. Legisl. do C. N.
MPV 2185-33/2001
Fls. 14

SENADO FEDERAL
Subs. Coord. Legisl. do C. N.
MP-2118-26/2000
Fls. 14

SENADO FEDERAL
Subs. Coord. Legisl. do C. N.
MPV 2.093-18/2000
Fls. 16

SENADO FEDERAL
Subs. Coord. Legisl. do C. N.
MPV 1.969-41/99
Fls. 40

Serviço de Comissões Mistas
MPV n.º 1811-2 de 19 99
Fls. 101



CÂMARA DOS DEPUTADOS

MP 1.811-2

000012

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.811, ² DE 22 DE ABRIL DE 1999

EMENDA ADITIVA

Inclua-se o seguinte parágrafo único ao artigo 3º:

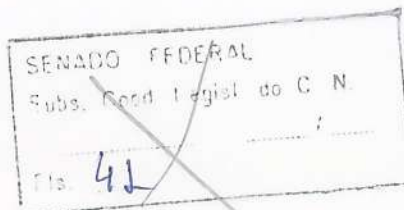
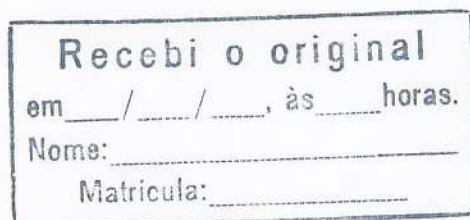
"Parágrafo único. Excluem-se do total dos títulos públicos referidos no *caput* deste artigo todos aqueles que estejam sendo contestados na Justiça, ou que sejam objeto de inquérito no Ministério Público, por irregularidades nos fatos e/ou atos que geraram suas emissões ou nas destinações diferentes dos fatos e/ou atos geradores".

Justificativa

Com a CPI dos Precatórios evidenciou-se a existência de uma quantidade considerável de casos de precatórios irregulares, muitos deles emitidos para encobrir outras ações impróprias ou ilegais da administração pública municipal. Até que sejam julgados pela Justiça não cabe virem a ser refinanciados nos termos da MP nº 1.811, razão pela qual a presente emenda procura retirá-los dos refinanciamentos.

Brasília, 26 de abril de 1999

Deputado João Paulo (PT/SP)



EMENDA ADITIVA À MEDIDA PROVISÓRIA 1
DE 22 de abril 1999.

Acrescenta-se à Medida Provisória N.º 1.811-2, de 22 de abril de 1999, o seguinte inciso I, do artigo 4º, renumerando os posteriores:

“Deduzir, para efeito de cálculo da Receita Líquida Real, de que trata o inciso V do artigo 2º, os repasses feitos pelos municípios ao Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental – FUNDEF”

JUSTIFICATIVA

- Os repasses ao FUNDEF, por serem considerados compromisso inabaláveis e imposteráveis pelos governantes municipais, ao serem apartados do cálculo de RLR, delineiam um conceito mais apurado de Receita Líquida Real, expurgando desta, aquele repasse obrigatório à educação municipal e possibilitando um melhor cumprimento contratual das cláusulas desse acordo de renegociação de dívidas.

Sala das Sessões, em 28 de Abril de 1999

SENADO FEDERAL
Subs. Coord. Legisl. do C. N.
MPV 2185-33/2001
Fls. 16


SENADOR ANTERO PAES DE BARROS
PSDB/MT

Recebi o original
em ____/____/____, às ____ horas.
Nome: _____
Matricula: _____

SENADO FEDERAL
Subs. Coord. Legisl. do C. N.
MP-2118-26/2001
Fls. 16

SENADO FEDERAL
Subs. Coord. Legisl. do C. N.
MPV 2185-33-18/2000
Fls. 18

SENADO FEDERAL
Subs. Coord. Legisl. do C. N.
Fls. 42

Serviço de Comissões Mistas
MAV nº 111-2 de 1999
Fls. 103



EMENDA SUPRESSIVA Nº À MPV Nº 1811-2, DE 1999

Suprime o art. 5º da MPV nº 1811-2, de 1999.

JUSTIFICAÇÃO

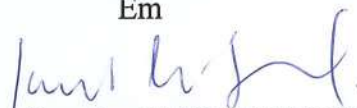
Esta matéria, que tem relação direta com a competência privativa do Senado Federal no que tange ao endividamento dos entes federados, tem que ser suficientemente discutida pelo Congresso Nacional.

Há toda uma polêmica em torno dos municípios que serão mais ou menos beneficiados por essa Medida Provisória, sem que se tenha informações sistematizadas suficientes à necessária visão global do seu alcance.

Assim, alterações lançadas na reedição da Medida Provisória, sem o seu necessário esclarecimento, sem, sequer, o necessário destaque para as novas redações, conforme determinado em lei complementar, gera sérias dúvidas sobre todo o processo.

Por essas razões, proponho a supressão desses dispositivos, por estarem diretamente relacionados, pelo menos a princípio, a um ou outro município e não ao seu conjunto.

Sala da Comissão Mista,
Em


Senador PAULO HARTUNG

Recebi o original
em ____/____/____, às ____ horas.
Nome: _____
Matrícula: _____

SENADO FEDERAL
Subs. Coord. Legisl. do C. N.
MP-9118-26/2000
Fls. 17

SENADO FEDERAL
Subs. Coord. Legisl. do C. N.
MPV 2185-33/2001
Fls. 17

SENADO FEDERAL
Subs. Coord. Legisl. do C. N.
MPV 2043-18/2000
Fls. 19

SENADO FEDERAL
Subs. Coord. Legisl. do C. N.
MPV 1969-41/99
Fls. 43

Serviço de Comissões Mistas
MPV 1811-2 de 19 99
Fls. 104



EMENDA Nº À MPV 1811-2, DI 1999

O parágrafo único do art. 7º da Medida Provisória nº 1.811-1, de 1999, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 7º

Parágrafo único. Exclui-se das vedações a que se refere o inciso II a contratação de operações de crédito junto a instituições financeiras federais destinadas à modernização da administração tributária e à implantação de projetos multissetoriais integrados de combate à miséria.

JUSTIFICATIVA

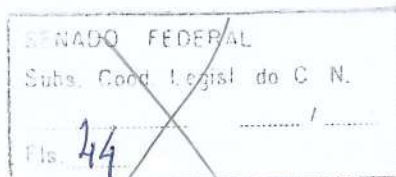
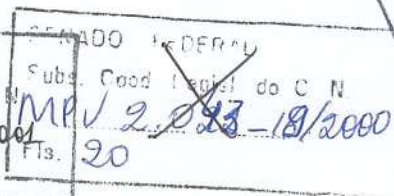
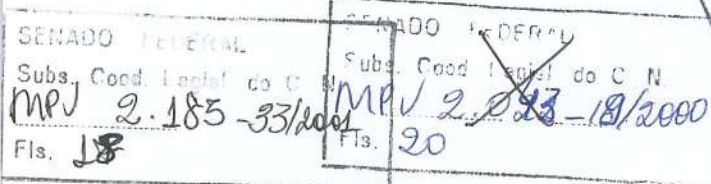
A exceção criada à assunção de nova dívida, desde que destinada à modernização e ao aparelhamento da máquina administrativa municipal, atende ao pressuposto lógico de que não se deve limitar o acesso a recursos que visem à modernização das máquinas arrecadoras e fiscalizadoras municipais, que objetivem o aumento da arrecadação tributária a médio ou longo prazos.

Entendo, todavia, diante da crise que se abate sobre o país, com graves reflexos sobre os indicadores sociais, deva ser contemplada, além da modernização da administração tributária, a modernização da gestão dos recursos públicos, com vistas à otimização e racionalização da utilização dos recursos públicos, a partir da adoção de modernas técnicas de planejamento, coordenação e controle, tanto público quanto social das ações, de modo a romper com a cultura assistencialista, que jamais estrutura solução definitiva para os problemas sociais, adotando o planejamento estratégico como instrumento de eficiência da gestão dos recursos públicos de modo a promover a transformação dos condicionantes sociais e reestruturação de organizações comunitárias, mais criativas, mais produtivas e mais eficazes.

Pelo exposto, espero contar com o apoio dos senhores congressistas para a aprovação da presente proposição.

Sala da Comissão Mista,
Em

Paulo Hartung
Senador PAULO HARTUNG





EMENDA Nº À MPV 1811-2/99

O art. 8º da Medida Provisória nº 1811-2, de 1999, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 8º As resoluções do Conselho Monetário Nacional referentes a contingenciamento de crédito ao setor público não se aplicam às operações de crédito de interesse dos Municípios que: (NR)

I – tenham adequado suas despesas com pessoal aos limites estabelecidos na legislação em vigor; (NR)

II – tenham implantado contribuição previdenciária para os servidores ativos e inativos, com alíquota média de, pelo menos, dez por cento da remuneração total; (NR)

III – tenham limitado sua despesa com aposentados e pensionistas, na forma da legislação em vigor. (NR)

§ 1º Os municípios que, considerado o exercício financeiro de 2000, não cumprirem o disposto nos incisos I a III do *caput* terão seu comprometimento da RLR elevado em até dois pontos percentuais para o exercício financeiro seguinte, respeitado o limite de que trata o inciso V do art. 2º. (NR)

§ 2º Ao final de cada exercício financeiro será verificado o cumprimento das condições previstas nos incisos I a III do *caput*, considerada a legislação vigente à época. (NR)

§ 3º É assegurado o retorno ao nível de comprometimento da RLR quando as condições previstas nos incisos I a III do *caput* forem implementadas, nos termos da legislação em vigor na data da sua verificação.” (NR)

Recebi o original
em ____ / ____ / ____, às ____ horas.
Nome: _____
M. Regulat: _____

JUSTIFICATIVA

O art. 52, inciso VII, da Constituição Federal determina ser competência privativa do Senado Federal “dispor sobre limites globais e condições para as operações de crédito externo e interno da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, de suas autarquias e demais entidades controladas pelo poder público federal”. No caso dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de suas respectivas autarquias e fundações, esta Casa regulamentou sua competência constitucional por meio da Resolução nº 78, de 1998.

Aquele diploma legal, em seu art. 6º, II, reza que “o dispêndio anual máximo com amortizações juros e demais encargos de todas as operações de crédito, já contratadas e a contratar, inclusive o originário de débitos renegociados ou parcelados, acrescido, ainda do valor devido, vencido e não pago, não poderá exceder a 13% (treze por cento) da Receita Líquida Real”.

SENADO FEDERAL
Subs. Coord. Legisl. do C. N.
MP-2185-33/2001
Fls. 19

SENADO FEDERAL
Subs. Coord. Legisl. do C. N.
MP-2185-33/2001
Fls. 21

SENADO FEDERAL
Subs. Coord. Legisl. do C. N.
MP-2185-33/2001
Fls. 19

Serviço de Contas Mistas
MPV 1811-2 de 1999
Fls. 106

MP 1.811-2

000017

**EMENDA ADITIVA À MEDIDA PROVISÓRIA N.º 1.811-2
DE 22 DE ABRIL DE 1999**

Acrescenta-se à Medida Provisória N.º 1.811-2, de 22 de abril de 1999, o seguinte artigo 13º, renumerando os posteriores:

“Artigo 13º Encontra-se anexo a esta Medida Provisória a minuta de contrato estabelecendo condições para adesão a este programa de refinanciamento de débitos municipais.

JUSTIFICATIVA

- Torna-se imperiosa a breve divulgação dessa Minuta de Contrato, motivada pelo exíguo tempo (30 de junho de 1999) em que dispõe as partes, União e Municípios, para se adequarem as condições para adesão ao referido programa de refinanciamento de débitos municipais.

Sala das Sessões, em 28 de abril de 1999


SENADOR ANTERO PAES DE BARROS
PSDB/MT

Recebi o original
em ____/____/____, às ____ horas.
Nome: _____
Matrícula: _____

SENADO FEDERAL
Subs. Coord. Legisl. do C. N.
MPV 2185-33/2001
Fls. 20

SENADO FEDERAL
Subs. Coord. Legisl. do C. N.
MPV 2118-26/2001
Fls. 20

SENADO FEDERAL
Subs. Coord. Legisl. do C. N.
MPV 2043-18/2000
Fls. 22

SENADO FEDERAL
Subs. Coord. Legisl. do C. N.
MPV 1.969-11/99
Fls. 47

Serviço de Comissões Mistas
MPV nº 1811-2 de 19 99
Fls. 108



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador PAULO HARTUNG

Assim, verifica-se que a elevação do comprometimento da RLR acima do limite de treze por cento, prevista no art. 8º da Medida Provisória nº 1811-2 é inconstitucional, na medida em que fere a já mencionada competência privativa do Senado Federal.

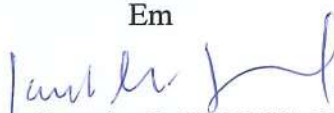
Esta proposição, além de escoimar do texto a inconstitucionalidade acima apontada, visa premiar os Municípios que já adequaram suas administrações às exigências da Medida Provisória em tela, excluindo as operações de crédito de seu interesse das normas de contingenciamento de crédito ao setor público, emitidas pelo Conselho Monetário Nacional.

Por outro lado, a apuração do cumprimento das metas estabelecidas nos incisos do artigo 8º deve considerar a legislação vigente na data em que for efetivada e não a data da assinatura do contrato.

Um exemplo claro dessa necessidade é a existência dos projetos que regulamentam a reforma administrativa, consubstanciada na Emenda à Constituição nº 19, de 1998, que viabilizarão o ajustamento da máquina pública estadual e municipal.

Assim, considerando que a incidência da cláusula penal, neste caso, deve considerar a lei vigente na data de sua aplicação, principalmente quando estamos diante de um contrato envolvendo duas esferas de governo, é que peço o apoio dos meus colegas congressistas a esta emenda.

Sala da Comissão Mista,
Em


Senador PAULO HARTUNG

Recebi o original
em ____/____/____, às ____ horas.
Nome: _____
Matrícula: _____

SENADO FEDERAL
Subs. Coord. Legisl. do C. N.
MPV 2185-33/2001
Fls. 21

SENADO FEDERAL
Subs. Coord. Legisl. do C. N.
MPV 2185-33/2001
Fls. 21

SENADO FEDERAL
Subs. Coord. Legisl. do C. N.
MPV 2185-33/2001
Fls. 23

Serviço de Comissões Mistas
MPV nº 1811-2 de 10/99
Fls. 107



EMENDA Nº **À MPV 1.811-2 DE 1999**

Inclua-se no texto da Medida Provisória nº 1811-2, de 1999, o seguinte artigo.

“Art. . As solicitações de contratação de operação de que trata esta medida provisória deverão ser encaminhadas em globo à apreciação do Senado Federal .

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda visa a preservação da competência constitucional privativa do Senado Federal no que tange ao acompanhamento, especificação de limites e fiscalização do endividamento da União, dos Estados e dos Municípios, bem como de autorização dessas operações.

Por outro lado, é indispensável que o Senado Federal possa ter a necessária visão do conjunto, a fim de que possa conferir o necessário equilíbrio entre os diversos municípios.

Pelo exposto, espero contar com o apoio dos senhores congressistas para a aprovação da presente proposição.

Sala da Comissão, em


Senador PAULO HARTUNG

Recebi o original
em ____/____/____, às ____ horas.
Nome: _____
Matrícula: _____

SENADO FEDERAL
Subs. Coord. Legis. do C. N.
MPV 2185-33/2000
Fls. 22

SENADO FEDERAL
Subs. Coord. Legis. do C. N.
MPV 2118-26/2000
Fls. 22

SENADO FEDERAL
Subs. Coord. Legis. do C. N.
MPV 2048-19/2000
Fls. 24

Serviço de Comissões Mistas
MPV nº 1811-2 de 1999
Fls. 108



EMENDA Nº **À MPV 1811-2 DE 1999**

Inclua-se no texto da Medida Provisória nº 1811-2, de 1999, o seguinte artigo.

“Art. . A eficácia do contrato de refinanciamento de dívida de que trata esta Medida Provisória fica condicionada à sua aprovação pelo Senado Federal, nos termos de sua competência constitucional. (NR)

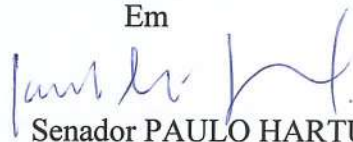
Parágrafo único. Dependerão, ainda, de aprovação do Senado Federal as alterações contratuais previstas no art. 9º desta Medida Provisória.” (NR)

JUSTIFICAÇÃO

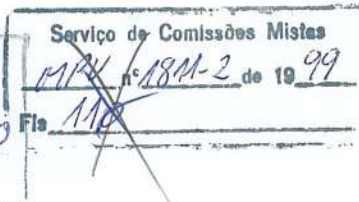
A presente emenda visa a preservação da competência constitucional privativa do Senado Federal no que tange ao acompanhamento, especificação de limites e fiscalização do endividamento da União, dos Estados e dos Municípios, bem como de autorização dessas operações.

Pelo exposto, espero contar com o apoio dos senhores congressistas para a aprovação da presente proposição.

Sala da Comissão Mista,
Em


Senador PAULO HARTUNG

Recebi o original
em ____ / ____ / ____, às ____ horas.
Nome: _____
Matrícula: _____





Congresso Nacional

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MP 1811-3

000020

2

3

EMENDA A MEDIDA PROVISÓRIA 1811-3 de

4

DEPUTADO HUGO BIEHL

5

1884

6

TIPO

1 ☐

- SUPRESSIVA

2 ☐

- SUBSTITUTIVA

3 ☐

- MODIFICATIVA

4 ☒

- ADITIVA

☐

- SUBSTITUTIVO GLOBAL

01/01

8

TEXTO

EMENDA ADITIVA

Acrescenta-se redação à Medida Provisória 1811-3, incluindo dois incisos no "caput" do art. 1º, com a seguinte redação:

Art. 1º

“VI – dívida relativa a precatórios existentes em 31 de dezembro de 1998;

VII – créditos tributários pertencentes à União, relativos a tributos e contribuições correspondentes a fatos geradores ocorridas até 31 de dezembro de 1999”.

JUSTIFICATIVA

Recebi o original

em ____/____/____, às ____ horas.

Nome: _____

Matrícula: _____

Em boa hora o Governo Federal se propõe a implementar mecanismos que permitam aos municípios endividados regularizar suas finanças, engajando todas as entidades da federação no esforço de controle do déficit público.

Apesar da medida significar um subsídio disfarçado aos municípios mais endividados, constitui um esforço no sentido de regularizar tais débitos, ao invés da rolagem sistemática, como vinha acontecendo.

SENADO FEDERAL

Subs. Coord. Legisl. do C. N.

MPV 2.185-33/2001

Fls. 24

ASSINATURA

SENADO FEDERAL
Subs. Coord. Legisl. do C. N.

MPV 2.118-26/2000

Fls. 24

SENADO FEDERAL

Subs. Coord. Legisl. do C. N.

MPV 2.043-18/2000

Fls. 26

SENADO FEDERAL

Subs. Coord. Legisl. do C. N.

MPV 2.969-41/99

Fls. 50

Serviço de Comissões Mistas

nº ____ de 19 ____

Fls. 13

MEDIDA PROVISÓRIA 1.811-3, de 20 de maio de 1999**EMENDA ADITIVA Nº**

Inclua-se os incisos VI, VII e VIII do Art. 1º da Medida Provisória com a seguinte redação:

“Art. 1º

VI - dívidas contratuais com a iniciativa privada, consolidadas em 31 de dezembro de 1998;

VII - dívidas junto às entidades da Administração Indireta Federal, inclusive INSS e FGTS;

VIII - dívidas renegociadas com base nas Leis nºs 7.976, de 27 de dezembro de 1989, e 8.717, de 5 de novembro de 1993.

§ 3º

I – (revogado)”

JUSTIFICATIVA

O Governo Federal tem adotado, nos últimos anos, notadamente no período do primeiro mandato do atual governo, medidas para enfrentar o desequilíbrio fiscal da União, exigindo sacrifícios aos Estados e Municípios, interferindo na competência e na gestão de seus recursos financeiros, principalmente nas transferências da União para os Estados e Municípios, modificando, ferindo a autonomia do pacto federativo.

SENADO FEDERAL
Subs. Coord. Legisl. do C. N.
MPV 2185-33/2001
Fls. 25

Recebi o original
em / /
Nome: /
Mate. /
SENADO FEDERAL
Subs. Coord. Legisl. do C. N.
MP- 9118-26/200
Fls. 25

SENADO FEDERAL
Subs. Coord. Legisl. do C. N.
Med 2. 045-10/2000
Fls 27

SENADO FEDERAL
Subs. Coord. Legisl. do C. N.
MPV 1.969-11/99
Fls. 51

Serviço das Comissões Mistas
nº de 19
Fls. 10x


No caso dos municípios a situação é mais crítica. A dívida total da administração direta municipal segundo o Ministério da Fazenda é superior a R\$ 24, 0 bilhões, correspondente a 27,0% da dívida total junto ao Tesouro Nacional. Deste montante, os juros e amortizações correspondentes a R\$ 6,6 bilhões estão sendo pagos regularmente (posição dezembro de 1998).

A medida provisória em tela foi baixada com a finalidade de refinaranciar e equacionar o restante da dívida, ou seja, R\$ 17,4 bilhões. Contudo, o esforço exigido pela União inviabiliza financeiramente a gestão municipal nas suas obrigações e competências legais, transformando o Prefeito Municipal em mero interventor da União.

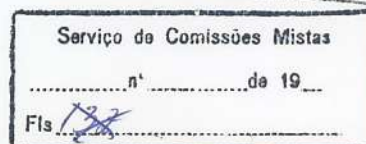
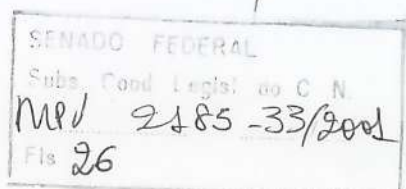
A bancada do Bloco Parlamentar PSB – PC do B, preocupado com a gestão das Prefeituras Municipais de todo o País e solidário com as suas respectivas comunidades, representadas na Frente Nacional de Prefeitos, encabeçada pelo Ilmo. Sr. Célio de Castro, Prefeito Municipal de Belo Horizonte do Partido Socialista Brasileiro – PSB, exige tratamento isonômico que foi dado aos Estados e propõe emenda aditiva, incluindo e transferindo para a União as dívidas contraídas com a iniciativa privada, consolidadas em 31/12/98, as dívidas junto às entidades da Administração Indireta Federal, inclusive INSS e FGTS e as dívidas renegociadas cm base nas Leis nºs 7.976, de 27/12/89 e 8.727, de 5/11/93.

A inclusão das dívidas acima mencionadas é não ultrapassar o limite de comprometimento da Receita Líquida Real – RLR, estabelecido pela medida provisória em tela, possibilitando às Prefeituras destinar o restante de sua receita líquida real para cumprir as suas funções constitucionais no atendimento das necessidades de suas comunidades.

Sala da Comissão, 26 de maio de 1999


Deputada Luíza Erundina
Líder do Bloco PSB – PC do B


Deputado Aldo Rebelo
Vice-Líder do Bloco PSB – PC do B





CÂMARA DOS DEPUTADOS

MP 1811-3

000022

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.811-3 DE 20 DE MAIO DE 1999

EMENDA ADITIVA

Inclua-se no artigo 1º o seguinte inciso:

“inciso - dívidas e obrigações financeiras de outras naturezas até 31 de janeiro de 1999”.

Justificativa

A emenda tem por objetivo estender as mesmas condições de refinanciamento para os Municípios não contemplados originalmente pela Medida Provisória, mas que incorreram em dívidas e obrigações financeiras de outras naturezas para dar andamento a suas respectivas administrações.

Brasília, 24 de maio de 1999.

Deputado João Paulo (PT/SP)

Dep. Fernando Ferro
PT/PE

Recebi o original
em ____/____/____, às ____ horas.
Nome: _____
Matrícula: _____

SENADO FEDERAL
Subs. Coord. Legisl. do C. N.
MP-2118-26/2000
Fls. 27

SENADO FEDERAL
Subs. Coord. Legisl. do C. N.
MPV 2185-33/2000
Fls. 27

SENADO FEDERAL
Subs. Coord. Legisl. do C. N.
MPV 2185-33/2000
Fls. 29

Serviço de Comissões Mistas
nº ____ de 19 ____
Fls. 123



MP 1811-3

000023

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data: 26.05.99

Proposição: Medida Provisória nº 1811-3/99

Autor: Deputado Eurípedes Miranda

Nº Prontuário:

1



Supressiva

2



Substitutiva

3



Modificativa

4



Aditiva

5



Substitutiva
Global

Página: 1/1

Artigo: 2º

Parágrafo: 2º e 3º

Inciso: VI e VII

Alinea:

Texto: Suprima-se os incisos VI e VII do artigo 2º e os parágrafos 2º e 3º do mesmo artigo.

JUSTIFICAÇÃO

O disposto nos incisos VI e VII do artigo 2º da MP impõe sanções adicionais aos municípios, nos casos de descumprimento de obrigações pactuadas ou impontualidade no pagamento, elevando os encargos originais incidentes sobre o saldo devedor e sobre o cálculo da prestação. Considerando a série de exigências feitas pela MP e, também, as dificuldades que os Estados da Federação vêm encontrando para cumprir os seus acordos de renegociação de dívidas com a União, acreditamos seja impossível a aplicação das sanções previstas naqueles incisos, sob pena de inviabilizar a administração municipal. Os parágrafos 2º e 3º do artigo 2º, pelo fato de estarem relacionados diretamente aos incisos VI e VII a que a emenda se refere, também deverão ser suprimidos.

1811-e-99

SENADO FEDERAL
Subs. Coord. Legisl. do C. N.
MPV 2185-33/2001
Fls. 28

Recebi o original
em ____/____/____, às ____ horas.
Nome: _____
Matrícula: _____

SENADO FEDERAL
Subs. Coord. Legisl. do C. N.
MP 2118-26/2000
Fls. 28

Assinatura:

1811-e-sam

SENADO FEDERAL
Subs. Coord. Legisl. do C. N.
MPV 2-023-19/2000
Fls. 30

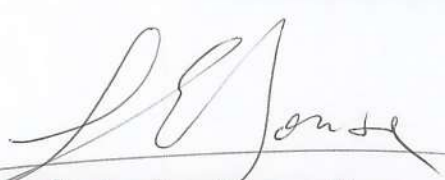
Serviço de Comissões Mistas
nº ____ de 19 ____
Fls. 128

A medida provisória em tela foi baixada com a finalidade de refinanciar e equacionar o restante da dívida, ou seja, R\$ 17,4 bilhões. Contudo, o esforço exigido pela União inviabiliza financeiramente a gestão municipal nas suas obrigações e competências legais, transformando o Prefeito Municipal em mero interventor da União.

A bancada do Bloco Parlamentar PSB – PC do B, preocupado com a gestão das Prefeituras Municipais de todo o País e solidário com as suas respectivas comunidades, representadas na Frente Nacional de Prefeitos, encabeçada pelo Ilmo. Sr. Célio de Castro, Prefeito Municipal de Belo Horizonte do Partido Socialista Brasileiro – PSB, exige tratamento isonômico que foi dado aos Estados e propõe emenda alterando e reduzindo a taxa de juros de 7,5% para 5% para os município que amortizar 10% da dívida assumida pela União e de 6% para 4% para o município que amortizar 20% da dívida assumida pela União, referentes aos incisos I e II, do § 4º do artigo 2º..

Tal medida é necessária para incentivar e premiar a boa gestão municipal no saneamento de suas contas públicas, notadamente na amortização e no serviço de suas dívidas junto à União.

Sala da Comissão, 26 de maio de 1999


Deputada Luíza Erundina
Líder do Bloco PSB – PC do B


Deputado Aldo Rebelo
Vice-Líder do Bloco PSB – PC do B

Recebi o original
em ____/____/____ às ____ horas.
Nome: _____
Matrícula: _____

SENADO FEDERAL
Subs. Coord. Legisl. do C. N.
MPV 2 185-33/2001
Fls. 29

SENADO FEDERAL
Subs. Coord. Legisl. do C. N.
MPV 2 043-18/2000
Fls. 31

SENADO FEDERAL
Subs. Coord. Legisl. do C. N.
MPV 1 969-11/99
Fls. 55

Serviço de Comissão
..... nº de 19 ____
Fls. 12

MEDIDA PROVISÓRIA 1.811-3, de 20 de maio de 1999

EMENDA MODIFICATIVA Nº

Dê-se ao parágrafo 4º do Art. 2º da Medida Provisória a seguinte redação:

"Art. 2º

§ 4º

I - cinco por cento, se o Município amortizar extraordinariamente, no prazo de um ano contado da assinatura do contrato, valor equivalente a dez por cento da dívida assumida pela união; e

II - quatro por cento, se o Município amortizar extraordinariamente, no prazo de um ano contado da assinatura do contrato, valor equivalente a vinte por cento da dívida assumida pela União." (NR)

SENADO FEDERAL
Subs. Coord. Legist. do C. N.
MPV 2185-33/2001
Fls. 30

JUSTIFICATIVA

Recebi o original
em ____/____/____ às ____ horas.
Nome: _____
Matrícula: _____

O Governo Federal tem adotado, nos últimos anos, notadamente no período do primeiro mandato do atual governo, medidas para enfrentar o desequilíbrio fiscal da União, exigindo sacrifícios aos Estados e Municípios, interferindo na competência e na gestão de seus recursos financeiros, principalmente nas transferências da União para os Estados e Municípios, modificando, ferindo a autonomia do pacto federativo.

No caso dos municípios a situação é mais crítica. A dívida total da administração direta municipal segundo o Ministério da Fazenda é superior a R\$ 24, 0 bilhões, correspondente a 27,0% da dívida total junto ao Tesouro Nacional. Deste montante, os juros e amortizações correspondentes a R\$ 6,6 bilhões estão sendo pagos regularmente (posição dezembro de 1998).

SENADO FEDERAL
Subs. Coord. Legist. do C. N.
MPV 2185-33/2001
Fls. 30

SENADO FEDERAL
Subs. Coord. Legist. do C. N.
MPV 2093-19/2000
Fls. 32

Serviço de Comissões Mistas
nº ____ de 19 ____
Fls. 125

EMENDA MODIFICATIVA Nº

Dê-se aos incisos II e V do Art. 2º da Medida Provisória a seguinte redação:

“Art. 2º

II - juros: calculados e debitados mensalmente, à taxa de seis por cento ao ano, sobre o saldo devedor previamente atualizado;

V - limite de comprometimento de dez por cento da Receita Líquida Real - RLR, para efeito de atendimento das obrigações correspondentes ao serviço da dívida refinanciada;

.....” (NR)

JUSTIFICATIVA

Recebi o original	
em ____/____/____ às ____ horas.	Nome: _____
Matrícula: _____	

O Governo Federal tem adotado, nos últimos anos, notadamente no período do primeiro mandato do atual governo, medidas para enfrentar o desequilíbrio fiscal da União, exigindo sacrifícios aos Estados e Municípios, interferindo na competência e na gestão de seus recursos financeiros, principalmente nas transferências da União para os Estados e Municípios, modificando, ferindo a autonomia do pacto federativo.

No caso dos municípios a situação é mais crítica. A dívida total da administração direta municipal segundo o Ministério da Fazenda é superior a R\$ 24, 0 bilhões, correspondente a 27,0% da dívida total junto ao Tesouro Nacional. Deste montante, os juros e amortizações correspondentes a R\$ 6,6 bilhões estão sendo pagos regularmente (posição dezembro de 1998).

SENADO FEDERAL
Subs. Coord. Legist. do C. N.
MP-2118-36/2000
Fls. 31

SENADO FEDERAL
Subs. Coord. Legist. do C. N.
MP-2118-36/2000
Fls. 33

Serviço de Comissões Mistas
nº _____ de 19 ____
Fls. 127

SENADO FEDERAL
Subs. Coord. Legist. do C. N.
MP-2118-36/2000
Fls. 34

A medida provisória em tela foi baixada com a finalidade de refinarçar e equacionar o restante da dívida, ou seja, R\$ 17,4 bilhões. Contudo, o esforço exigido pela União inviabiliza financeiramente a gestão municipal nas suas obrigações e competências legais, transformando o Prefeito Municipal em mero interventor da União.

A bancada do Bloco Parlamentar PSB – PC do B, preocupado com a gestão das Prefeituras Municipais de todo o País e solidário com as suas respectivas comunidades, representadas na Frente Nacional de Prefeitos, encabeçada pelo Ilmo. Sr. Célio de Castro, Prefeito Municipal de Belo Horizonte do Partido Socialista Brasileiro – PSB, exige tratamento isonômico que foi dado aos Estados e propõe emenda alterando e reduzindo a alíquota de 9% para **6%** referente ao inciso II do artigo 2º e alterando e reduzindo o limite de comprometimento de 13% para **10%** da Receita Líquida Real – RLR, o inciso V do mesmo artigo.

Tal medida é necessária para não onerar o serviço da dívida municipal e não comprometer e tornar viável a gestão das Prefeituras, principalmente no custeio e manutenção dos serviços básicos oferecidos para o atendimento das necessidades básicas das comunidades locais

Sala da Comissão, 26 de maio de 1999


Deputada Luíza Erundina
Líder do Bloco PSB – PC do B


Deputado Aldo Rebelo
Vice-Líder do Bloco PSB – PC do B

SENADO FEDERAL
Subs. Coord. Legisl. do C. N.
MPV 2185-33/2001
Fls. 32

Recebi o original
em ____/____/____ às ____ horas.
Nome: _____
Matriculado: _____
SENADO FEDERAL
Subs. Coord. Legisl. do C. N.
MPV 2185-33/2001
Fls. 32

SENADO FEDERAL
Subs. Coord. Legisl. do C. N.
MPV 2185-33/2001
Fls. 34

Serviço de Comissão Mistas
nº ____ de 19 ____
Fls. 138



MP 1811-3

000026

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data: 26.05.99

Proposição: Medida Provisória nº 1811-3/99

Autor: Deputado Eurípedes Miranda

Nº Prontuário:

1 ☐ Supressiva 2 ☐ Substitutiva 3 ☐ Modificativa 4 ☒ Aditiva 5 ☐ Substitutiva Global

Página: 1/1

Artigo: 2º

Parágrafo:

Inciso:

Alínea:

Texto: Inclua-se no art. 2º da MP o seguinte inciso VIII, renumerando-se o atual para IX:

Art. 2º.....

VIII - ficam cessadas as penalidades previstas nos incisos VI e VII do art. 2º tão logo se tornem insubsistentes os motivos que lhe deram causa.

JUSTIFICAÇÃO

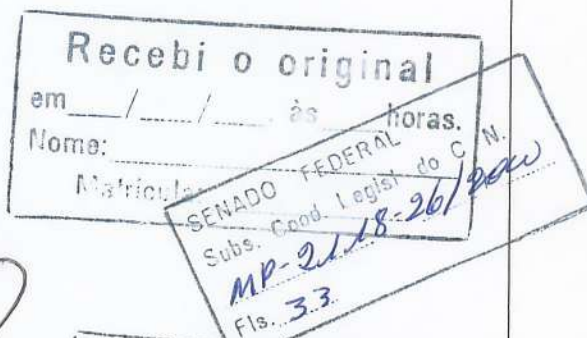
Em outra emenda de nossa autoria, mostramo-nos frontalmente contrários aos incisos VI e VII da MP 1.811, motivo pelo qual propusemos a supressão desses dispositivos.

Entretanto, caso não seja acolhida nossa propositura, deve, por dever de justiça, cessar qualquer penalidade imposta aos Municípios tão logo cessem os motivos que deram causa a essas penalidades.

1811A_99

Assinatura:

1811_a.sam



Subs. Coord. Legisl. do C. N.
MPV 2185-33/2001
Fls. 33

Serviço de Comissões Mistas
nº de 19
Fls. 128



MP 1811-3

000027

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data: 26.05.99

Proposição: Medida Provisória nº 1811-3/99

Autor: Deputado Eurípedes Miranda

Nº Prontuário:

1

Supressiva

2

Substitutiva

3

☒

Modificativa

4

Aditiva

5

Substitutiva
Global

Página: 1/1

Artigo: 4º

Parágrafo: 4º

Inciso:

Alínea:

Texto: Dê-se ao § 4º do art. 4º a seguinte redação::

Art. 4º.....

§ 4º. Eventual saldo devedor resultante da aplicação do limite de comprometimento estabelecido na forma deste artigo, poderá ser refinanciado nas mesmas condições previstas e em igual prazo previsto nesta medida provisória, a partir do vencimento da última prestação do contrato de refinanciamento.

JUSTIFICAÇÃO

A julgar pela dívida dos Estados, recentemente negociada com a União, será uma incógnita o montante do saldo devedor gerado pelo excedente do limite de 13% da Receita Real Líquida.

O prazo para esse refinanciamento, portanto, deverá ser, no mínimo, igual ao principal, mesmo porque o valor mínimo fixado para a prestação impede o alongamento desnecessário do prazo.

1811-D_99

Assinatura:

1811 d.sam

SENADO FEDERAL

Subs. Coord. Legist. do C. N.

MPV 2.043-18/2000

Fls. 56

SENADO FEDERAL

Subs. Coord. Legist. do C. N.

MPV 2185-33/2001

Fls. 34

Recebi o original

em ____/____/____, às ____ horas

Nome:

Matrícula:

Serviço de Comissão

Fls. 140



MP 1811-3

000028

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data: 26.05.99

Proposição: Medida Provisória nº 1811-3/99

Autor: Deputado Eurípedes Miranda

Nº Prontuário:

1 ☐ Supressiva 2 ☐ Substitutiva 3 ☒ Modificativa 4 ☐ Aditiva 5 ☐ Substitutiva Global

Página: 1/1

Artigo: 4º

Parágrafo: 5º

Inciso:

Alínea:

Texto: Dê-se ao § 5º do art. 4º a seguinte redação:

Art. 4º

§5º. No caso previsto no parágrafo anterior, as prestações não poderão ser superiores ao valor da última prestação do refinanciamento.

JUSTIFICAÇÃO

A redação original desse dispositivo na MP "...as prestações não poderão ser inferiores ao valor da última prestação do refinanciamento.", na verdade, não impõe qualquer limite a essa prestação. Essa, portanto, a razão da nossa emenda..

1811B_99

SENADO FEDERAL
Subs. Coord. Legisl. do C. N.
MPV 2185-33/2001
Fls. 35

Recebido
em ____/____/____
Nome: _____
Matricula: _____
SENADO FEDERAL
Subs. Coord. Legisl. do C. N.
MPV-2185-33/2001
Fls. 35 às ____ horas

Assinatura:

1811_b.sam

SENADO FEDERAL
Subs. Coord. Legisl. do C. N.
MPV 2185-33/2001
Fls. 37

Serviço de Comissões Mistas
nº ____ de 19 ____
Fls. 18

**MP 1811-3****000029****APRESENTAÇÃO DE EMENDAS****Data:** 26.05.99**Proposição:** Medida Provisória nº 1811-3/99**Autor:** Deputado Eurípedes Miranda**Nº Prontuário:**

1	<input checked="" type="checkbox"/>	Supressiva	2	<input type="checkbox"/>	Substitutiva	3	<input type="checkbox"/>	Modificativa	4	<input type="checkbox"/>	Aditiva	5	<input type="checkbox"/>	Substitutiva Global
---	-------------------------------------	------------	---	--------------------------	--------------	---	--------------------------	--------------	---	--------------------------	---------	---	--------------------------	---------------------

Página: 1/1**Artigo:** 8º**Parágrafo:****Inciso:****Alinea:****Texto:** Suprima-se o art. 8º e seus incisos.**JUSTIFICAÇÃO**

A Emenda Constitucional nº 19/98, que trata da Reforma Administrativa, já impõe penalidades aos entes federados que não se adequarem aos novos limites de despesa com pessoal, nos limites que dispuser a complementar.

O projeto de lei complementar em questão (PLC 249/98), já aprovado na Câmara dos Deputados, impõe esses limites e as penalidades nos casos de descumprimento.

Imputar novas penalidades a quem descumprir esses limites é exorbitar do poder regulamentar, além de não ser a MP o instrumento adequado para a matéria.

Por essa razão, propomos a supressão desse dispositivo.

SENADO FEDERAL MP1811C 99 Subs. Coord. Legisl. do C. N. MPV 2185 -33/2000 Fls. 36

Recebi o original em ____/____/____ às ____ horas. Nome: _____ Matrícula: _____ SENADO FEDERAL Subs. Coord. Legisl. do C. N. MP 2118-26/2000 Fls. 35

Assinatura:
1811_c.sam

SENADO FEDERAL Subs. Coord. Legisl. do C. N. MPV 2185 -33/2000 Fls. 78

Serviço de Comissões Mistas nº ____ de 19 ____ Fls. 14
--



CÂMARA DOS DEPUTADOS

MP 1.891-5

000030

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.891⁵, DE 29 DE JUNHO DE 1999

EMENDA SUBSTITUTIVA

Dê-se nova redação ao § 4º do art. 1º nos seguintes termos:

“§ 4º A assunção de que trata este artigo será precedida de aplicação de deságio sobre o saldo devedor das obrigações, *conforme critérios comuns estabelecidos pelo Poder Executivo com todos os Municípios.*”

Justificativa

A emenda tem por objetivo equalizar os objetivos dos critérios de deságio a ser estabelecido pelo Poder Executivo com cada município a fim de que não haja tratamento desigual entre eles de acordo com os interesses e conveniências políticas de ambas as partes.

Brasília, 05 de julho de 1999.

Deputado *Geraldo Maceba*

PT/DF

[Assinatura]

SENADO FEDERAL
Subs. Coord. Legisl. do C. N.
MPV 2185-33/2001
Fls. 37

Recebi o original	
em ____/____/____, às ____ horas.	
Nome: _____	
Matrícula: _____	

SENADO FEDERAL
Subs. Coord. Legisl. do C. N.
MPV 2185-33/2001
Fls. 36

SENADO FEDERAL
Subs. Coord. Legisl. do C. N.
MPV 2185-33/2001
Fls. 39

SENADO FEDERAL
Subs. Coord. Legisl. do C. N.
MPV 1.891-5/99
Fls. 63

Serviço de Contas e Notas
MPV 1891-5/99
Fls. 201



CÂMARA DOS DEPUTADOS

MP 1.891-5

000031

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.891⁵, DE 29 DE JUNHO DE 1999

EMENDA ADITIVA

Inclua-se no artigo 1º o seguinte inciso:

"inciso - dívidas e obrigações financeiras de outras naturezas até 31 de janeiro de 1999".

Justificativa

A emenda tem por objetivo estender as mesmas condições de refinanciamento para os Municípios não contemplados originalmente pela Medida Provisória, mas que incorreram em dívidas e obrigações financeiras de outras naturezas para dar andamento a suas respectivas administrações.

Brasília, 05 de julho de 1999.

Deputado *Geraldo Magela*

Suplente

Dep. Geraldo Magela

PT/DF

Recebi o original
em ____/____/____, às ____ horas.
Nome: _____
Matricula: _____

SENADO FEDERAL
Subs. Coord. Legisl. do C. N.
MP 1.891-5
Fls. 37
21/8.26/2000

SENADO FEDERAL
Subs. Coord. Legisl. do C. N.
MPV 2185-33/2001
Fls. 38

SENADO FEDERAL
Subs. Coord. Legisl. do C. N.
MPV 2.040-18/2000
Fls. 40

SENADO FEDERAL
Subs. Coord. Legisl. do C. N.
MPV 1891-5
Fls. 202
10.79



CÂMARA DOS DEPUTADOS

MP 1.891-5

000032

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.891, DE 29 DE JULHO DE 1999

EMENDA ADITIVA

Inclua-se no artigo 2º o seguinte parágrafo:

"Parágrafo. Aos Municípios que não forem contemplados pelos termos desta Medida Provisória serão concedidas condições especiais de crédito através do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal, por meio de seus programas específicos de financiamento, de acordo com o que estabelece este artigo, para a realização de obras e prestação de serviços, considerados básicos e essenciais à população".

Justificativa

A maioria esmagadora dos Municípios brasileiros não possuem dívida mobiliária. Do total de 5.500, estima-se que apenas 5 deles, São Paulo, Rio de Janeiro, Campinas, Guarulhos e Osasco, tenham lançado títulos públicos no mercado. Os demais possuem dívidas de outras ordens. Nesse sentido, todos esses municípios saem prejudicados pelo fato de a União estar agora favorecendo a reestruturação da dívida pública de pouquíssimos deles em termos reconhecidamente vantajosos. A emenda tem o objetivo de fazer equalização dessas vantagens, permitindo que os Municípios não contemplados pela MP venham a ter acesso a crédito através dos bancos oficiais para realizarem obras e serviços essenciais à população.

Brasília, 05 de julho de 1999

Deputado *Geraldo Magela*

Geraldo Magela

SENADO FEDERAL
Subs. Coord. Legisl. do C. N.
MPV 2185-33/2001
Fls. 39

Recebi o original
em ____/____/____, às ____ horas.
Nome: _____
Matrícula: _____

Dep. Geraldo Magela
PT/DF

SENADO FEDERAL
Subs. Coord. Legisl. do C. N.
MPV 2185-26/2001
Fls. 38

SENADO FEDERAL
Subs. Coord. Legisl. do C. N.
MPV 2.043-18/2000
Fls. 41

Serviço de Publicações Mistas
MPV 1.891-5 de 10.99
Fls. 203



CÂMARA DOS DEPUTADOS

MP 1.891-5

000033

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.891, DE 29 DE JUNHO DE 1999

EMENDA ADITIVA

Inclua-se o seguinte parágrafo único ao artigo 3º:

"Parágrafo único. Excluem-se do total dos títulos públicos referidos no *caput* deste artigo todos aqueles que estejam sendo contestados na Justiça, ou que sejam objeto de inquérito no Ministério Público, por irregularidades nos fatos e/ou atos que geraram suas emissões ou nas destinações diferentes dos fatos e/ou atos geradores".

Justificativa

Com a CPI dos Precatórios evidenciou-se a existência de uma quantidade considerável de casos de precatórios irregulares, muitos deles emitidos para encobrir outras ações impróprias ou ilegais da administração pública municipal. Até que sejam julgados pela Justiça não cabe virem a ser refinanciados nos termos da MP nº 1.811, razão pela qual a presente emenda procura retirá-los dos refinanciamentos.

Brasília, 05 de julho de 1999

Deputado *Geraldo Magela*

Gustavo

Dep. Geraldo Magela

PT/DF

Recebi o original
em ____/____/____, às ____ horas.
Nome: _____
Matrícula: _____

SENADO FEDERAL
Subs. Coord. Legis. do C. N.
MP- 2118-26/2000
Fls. 39

SENADO FEDERAL
Subs. Coord. Legis. do C. N.
MPV 2185-33/2001
Fls. 40

SENADO FEDERAL
Subs. Coord. Legis. do C. N.
MPV 2-123-18/2000
Fls. 42

Serviço de Contas e Atos
MPV 1891-5 99
204



CONGRESSO NACIONAL

1.

MP 1.891-6

000034

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

2. 03/08/1999 data	3. proposição MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.891-6 DE 29 DE JULHO DE 1999
-----------------------	---

4. autor DEPUTADA LAURA CARNEIRO	5. nº do prontuário 311
---	----------------------------

1. <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
--	--	--	-------------------------------------	---

7. página	8. artigo 2º	parágrafo	inciso	alínea
-----------	-----------------	-----------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

- 9.
- Altera o art. 2º, que passa a ter a seguinte redação:
- "Art.2º – As dívidas assumidas pela União serão refinanciadas aos Municípios, observando-se o seguinte:
- I – prazo: até trezentas e sessenta prestações mensais e sucessivas, calculadas com base na Tabela Price, vencendo-se a primeira em até trinta dias após a assinatura do contrato e as seguintes em iguais dias dos meses subsequentes;
- II – juros: calculados e debitados mensalmente, à taxa de nove por cento ao ano, sobre o saldo devedor previamente atualizado;
- III – atualização monetária: calculada e debitada mensalmente com base na variação do Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI), calculado pela Fundação Getúlio Vargas, ou outro índice que vier a substituí-lo;
- IV – garantias adequadas que incluirão, obrigatoriamente, a vinculação de receitas próprias e dos recursos de que tratam os arts. 156, 158 e 159, inciso I, "b", e §3º, da Constituição, e a Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996;
- V – limite de comprometimento de treze por cento da Receita Líquida Real – RLR, para efeito de atendimento das obrigações correspondentes ao serviço da dívida refinanciada;
- VI – em caso de descumprimento das obrigações pactuadas, sem prejuízo das demais cominações contratuais, os encargos referidos nos incisos I e III serão substituídos pela taxa média ajustada dos financiamentos diários apurados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC), divulgada pelo Banco Central do Brasil, acrescida de um por cento ao ano, elevando-se em quatro pontos percentuais o limite de comprometimento estabelecido no inciso anterior;
- VII – em caso de impontualidade no pagamento, sem prejuízo da aplicação no disposto no inciso anterior, o valor da prestação será atualizado pela taxa média ajustada dos financiamentos diários apurados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC), divulgada pelo Banco Central do Brasil, e acrescido de juros de mora de um por cento ao ano, calculados pro rata die: e
- VIII – repasse aos Municípios dos deságios aplicados à obrigações assumidas pela União.

Recebi o original

em ____/____/____, às ____ horas.

Nome: _____

Matrícula: _____

SENADO FEDERAL

Subs. Coord. Legisl. do C. N.

MPV 2.043-18/2000
Fls. 43

Serviço de Comissões Mistas

da 19

Fls. 289

SENADO FEDERAL
Subs. Coord. Legisl. do C. N.
MPV 2.043-18/2000
Fls. 41SENADO FEDERAL
Subs. Coord. Legisl. do C. N.
MPV 2.043-18/2000
Fls. 40

§1º Para o estabelecimento do prazo, será observado o mínimo de R\$ 1.000,00 (mil reais) para o valor inicial das amortizações mensais do contrato de refinanciamento.

§2º A elevação do limite de comprometimento será aplicada a partir da prestação subsequente ao descumprimento.

§3º Os acréscimos a que se refere o inciso VII não estão sujeitos ao limite de comprometimento da RLR.

§4º A taxa de juros poderá ser reduzida para:

I – sete inteiros e cinco décimos por cento, se o Município amortizar extraordinariamente valor equivalente a dez por cento do saldo devedor atualizado da dívida assumida e refinanciada pela União;

II – seis por cento, se o Município amortizar extraordinariamente valor equivalente a vinte por cento do saldo devedor atualizado da dívida assumida e refinanciada pela União; e

III – até seis por cento, em função do grau de municipalização de unidades federais de serviços de saúde e de assistência social, obedecidos os critérios definidos pelo Ministério da Fazenda.

§5º A redução a que se referem os **incisos I e II** do parágrafo anterior será aplicada a partir da data da integralização do correspondente percentual de amortização extraordinária.

§6º A redução a que se refere o inciso III do §4º será aplicada a partir da deliberação do Ministério da Fazenda, mediante solicitação do Município.

§7º Não se aplicam à amortização extraordinária de que trata os **incisos I e II** do §4º deste artigo:

I – o disposto no art.4º; e

II – o limite de comprometimento da RLR.

JUSTIFICATIVA

A lei de refinanciamento das dívidas estaduais continha incentivo à privatização, pois condicionou a redução da taxa de juros do refinanciamento à efetivação de amortizações extraordinárias, que poderiam ser financiadas com a receita de privatização de unidades não essenciais ao funcionamento dos Estados.

Em se tratando de Municípios, raro é o caso em que existem unidades não essenciais passíveis de serem privatizadas. Nesta situação, cabe avançar velozmente no processo de municipalização, o que promoverá efetivamente a diminuição de encargos sob a responsabilidade do Governo Federal.

Com a municipalização, o Tesouro Nacional é desonerado. De modo a garantir que este seja um processo duradouro, nada mais justo do que reduzir os juros para os Municípios que efetivamente se engajarem na municipalização de serviços básicos, como saúde e assistência social, gerando condições de longo prazo para o financiamento das atividades municipalizadas.

Recebi o original

em ____/____/____, às ____ horas

Nome: _____

Matrícula: _____

PARLAMENTAR

Brasília,

Deputado

SENADO FEDERAL
Subs. Coord. Legist. do C. N.
MPV 2185-33/2001
Fls. 42

SENADO FEDERAL
Subs. Coord. Legist. do C. N.
MPV 2185-33/2001
Fls. 44

Serviço de Comissões Mistas
de 19
210



MP 1.891-6

000035

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

2 DATA
04 / 08 / 993 PROPOSIÇÃO
MP 1.891-6, de 29 de julho de 19994 AUTOR
Rubem Medina5 Nº PRONTUÁRIO
3256 TIPO
1 ☐ - SUPRESSIVA 2 ☐ - SUBSTITUTIVA 3 ☒ - MODIFICATIVA 4 ☐ - ADITIVA 9 ☐ - SUBSTITUTIVO GLOBAL7 PÁGINA
01/048 ARTIGO
2º

PARÁGRAFO

INCISO

ALÍNEA

9 TEXTO
Altera o Art. 2º, que passa a ter a seguinte redação:

"Art 2º As dívidas assumidas pela União serão refinanciadas aos Municípios, observando-se o seguinte:

I – prazo: até trezentas e sessenta prestações mensais e sucessivas, calculadas com base na Tabela Price, vencendo-se a primeira em até trinta dias após a assinatura do contrato e as seguintes em iguais dias dos meses subseqüentes;

II – juros: calculados e debitados mensalmente, à taxa de nove por cento ao ano, sobre o saldo devedor previamente atualizado;

III – atualização monetária: calculada e debitada mensalmente com base na variação do Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI), calculado pela Fundação Getúlio Vargas, ou outro índice que vier a substituí-lo;

IV – garantias adequadas que incluirá, obrigatoriamente, a vinculação de receitas próprias e dos recursos de que tratam os arts. 156, 158 e 159, inciso I, "b", e §3º, da Constituição, e a Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996;

V – limite de comprometimento de treze por cento da Receita Líquida Real – RLR, para efeito de atendimento das obrigações correspondentes ao serviço da dívida refinanciada;

VI – em caso de descumprimento das obrigações pactuadas, sem prejuízo das demais cominações contratuais, os encargos referidos nos incisos I e III serão substituídos pela taxa média ajustada dos financiamentos diários apurados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC), divulgada pelo Banco Central do Brasil, acrescida de um por cento ao ano, elevando-se em quatro pontos percentuais o limite de comprometimento estabelecido no inciso anterior;

Recebi o original

em _____ ASSINATURA _____ às _____ horas.

Nome _____

Matricula: _____

Serviço de Comissões Mistas

de 19 _____

Fls. 69 & 11

O TEXTO DEVE SER DATILOGRAFADO E APRESENTADO EM 4 VIAS

SENADO FEDERAL
Subs. Cond. Legisl. do C. N.
MPV 2.043-19/2000
Fls. 43SENADO FEDERAL
Subs. Cond. Legisl. do C. N.
MPV 2.043-19/2000
Fls. 43SENADO FEDERAL
Subs. Cond. Legisl. do C. N.
MPV 2.043-19/2000
Fls. 43

Não se admitirá emenda que diga respeito a mais de um dispositivo.

(art. 230 - RISF)

CAMPO A SER PREENCHIDO PELA UNIDADE RECEBEDORA

01 - ETIQUETA - Local reservado para numeração da Emenda.

CAMPOS A SEREM PREENCHIDOS PELO AUTOR

- 02 - DATA - Data da apresentação da Emenda;
- 03 - PROPOSIÇÃO - Identificação da matéria à qual será oferecida a Emenda;
- 04 - AUTOR - Nome do(s) autor(es) da Emenda, considerando-se o primeiro subscritor como Autor;
- 05 - Nº PRONTUÁRIO - Corresponde ao nº do prontuário do Parlamentar no histórico funcional;
- 06 - TIPO - Assinalar com um "X" o tipo da Emenda, sendo:
- 1) Supressiva;
 - 2) Substitutiva;
 - 3) Modificativa;
 - 4) Aditiva;
 - 5) Substitutivo Global;
- 07 - PÁGINA - Nº sequencial da(s) página(s);
- 08 - REFERÊNCIA - Artigo, Parágrafo, Inciso, Alínea.
- OBS.: Preencher estes campos com os correspondentes do dispositivo a ser emendado.
- Nos casos de serem as Emendas:
- a) "Inclua-se onde couber", preencher o código "999" no campo correspondente ao artigo;
 - b) "Substitutivo Global", preencher o código "001" no campo correspondente ao artigo.
- 09 - TEXTO - Datilografar o texto da EMENDA e sua JUSTIFICATIVA;
- 10 - ASSINATURA - Local reservado para a assinatura do autor da EMENDA.

11 - DESTINO DAS VIAS:

1a. via - Original/Comissões

2a. via - CEGRAF

3a. via - Relator/Assessor

4a. via - Autor



APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

ETIQUETA

2 DATA
04/08/993 PROPOSIÇÃO
MP 1.891-6, de 29 de julho de 19994 AUTOR
Rubem Medina5 Nº PRONTUÁRIO
3256 TIPO
1 ☐ - SUPRESSIVA 2 ☐ - SUBSTITUTIVA 3 ☒ - MODIFICATIVA 4 ☐ - ADITIVA 9 ☐ - SUBSTITUTIVO GLOBAL7 PÁGINA
02/048 ARTIGO
2º

PARÁGRAFO

INCISO

ALÍNEA

9 TEXTO

VII – em caso de impontualidade no pagamento, sem prejuízo da aplicação no disposto no inciso anterior, o valor da prestação será atualizado pela taxa média ajustada dos financiamentos diários apurados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC), divulgada pelo Banco Central do Brasil, e acrescido de juros de mora de um por cento ao ano, calculados pro rata die; e

VIII – repasse aos Municípios dos deságios aplicados às obrigações assumidas pela União.

§1º Para o estabelecimento do prazo, será observado o mínimo de R\$ 1.000,00 (mil reais) para o valor inicial das amortizações mensais do contrato de refinanciamento.

§2º A elevação do limite de comprometimento será aplicada a partir da prestação subsequente ao descumprimento.

§3º Os acréscimos a que se refere o inciso VII não estão sujeitos ao limite de comprometimento da RLR.

§4º A taxa de juros poderá ser reduzida para:

I – sete inteiros e cinco décimos por cento, se o Município amortizar extraordinariamente valor equivalente a dez por cento do saldo devedor atualizado da dívida assumida e refinanciada pela União;

II – seis por cento, se o Município amortizar extraordinariamente valor equivalente a vinte por cento do saldo devedor atualizado da dívida assumida e refinanciada pela União;

III – sete inteiros e cinco décimos por cento, sempre que o Município se responsabilizar por no mínimo 40% das matrículas na rede pública de ensino fundamental, apuradas pelo censo educacional realizado pelo Ministério da Educação no ano imediatamente anterior; e

Recebi o original

em _____, às _____ horas.

Assinatura

Nome

Matrícula

Serviço de Contas Mistas

de 19

70212

SENADO FEDERAL
Subs. Coord. Legist. do C.N.
MPV 9183-23/99
Fls. 44SENADO FEDERAL
Subs. Coord. Legist. do C.N.
MPV 9183-26/99
Fls. 43SENADO FEDERAL
Subs. Coord. Legist. do C.N.
MPV 9183-19/2000
Fls. 46

SENADO FEDERAL

Subs. Coord. Legist. do C.N.

MPV 1.569-11/99

Fls. 70

Não se admitirá emenda que diga respeito a mais de um dispositivo.

(art. 230 - RISF)

CAMPO A SER PREENCHIDO PELA UNIDADE RECEBEDORA

01 - ETIQUETA - Local reservado para numeração da Emenda.

CAMPOS A SEREM PREENCHIDOS PELO AUTOR

- 02 - DATA - Data da apresentação da Emenda;
- 03 - PROPOSIÇÃO - Identificação da matéria à qual será oferecida a Emenda;
- 04 - AUTOR - Nome do(s) autor(es) da Emenda, considerando-se o primeiro subscritor como Autor;
- 05 - Nº PRONTUÁRIO - Corresponde ao nº do prontuário do Parlamentar no histórico funcional;
- 06 - TIPO - Assinalar com um "X" o tipo da Emenda, sendo:
- 1) Supressiva;
 - 2) Substitutiva;
 - 3) Modificativa;
 - 4) Aditiva;
 - 5) Substitutivo Global;
- 07 - PÁGINA - Nº sequencial da(s) página(s);
- 08 - REFERÊNCIA - Artigo, Parágrafo, Inciso, Alínea.

OBS.: Preencher estes campos com os correspondentes do dispositivo a ser emendado.

- Nos casos de serem as Emendas:

- a) "Inclua-se onde couber", preencher o código "999" no campo correspondente ao artigo;
- b) "Substitutivo Global", preencher o código "001" no campo correspondente ao artigo.

- 09 - TEXTO - Datilografar o texto da EMENDA e sua JUSTIFICATIVA;
- 10 - ASSINATURA - Local reservado para a assinatura do autor da EMENDA.

11 - DESTINO DAS VIAS:

- 1a. via - Original/Comissões
3a. via - Relator/Assessor

- 2a. via - CEGRAF
4a. via - Autor



APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

ETIQUETA

2 DATA
04/08/993 PROPOSIÇÃO
MP 1.891-6, de 29 de julho de 19994 AUTOR
Rubem Medina5 Nº PRONTUÁRIO
3256 TIPO
1 ☐ - SUPRESSIVA 2 ☐ - SUBSTITUTIVA 3 ☒ - MODIFICATIVA 4 ☐ - ADITIVA 9 ☐ - SUBSTITUTIVO GLOBAL7 PÁGINA
03/048 ARTIGO PARÁGRAFO INCISO ALÍNEA
2º

9 TEXTO

IV- seis por cento, sempre que o Município se responsabilizar por no mínimo 75% das matrículas na rede pública de ensino fundamental, apuradas pelo censo educacional realizado pelo Ministério da Educação no ano imediatamente anterior.

§5º A redução a que se referem **os incisos I e II** do parágrafo anterior será aplicada a partir da data da integralização do correspondente percentual de amortização extraordinária.

§6º A redução a que se refere os incisos III e IV do §4º será aplicada a partir da comprovação, pelo Ministério da Fazenda, do percentual apurado pelo Ministério da Educação para o Município.

§7º Não se aplicam à amortização extraordinária de que tratam **os incisos I e II** do §4º deste artigo:

I – o disposto no art. 4º; e

II – o limite de comprometimento da RLR.

Recebi o original

em / / , às horasNome: Matrícula: SENADO FEDERAL
Subs. Cond. Legisl. do C. N.

MP 2.118-26/2000

Fls. 43

SENADO FEDERAL

Subs. Cond. Legisl. do C. N.

MPV 2.185-33/2000

Fls. 45

SENADO FEDERAL

Subs. Cond. Legisl. do C. N.

MPV 2.043-18/2000

Fls. 47

SENADO FEDERAL

Subs. Cond. Legisl. do C. N.

MPV 1.969-11/99

Fls. 71

Serviço de Comissões Mistas

de 19

Fls. 813

10

ASSINATURA

Não se admitirá emenda que diga respeito a mais de um dispositivo.

(art. 230 - RISF)

CAMPO A SER PREENCHIDO PELA UNIDADE RECEPTORA

01 - ETIQUETA - Local reservado para numeração da Emenda.

CAMPOS A SEREM PREENCHIDOS PELO AUTOR

- 02 - DATA - Data da apresentação da Emenda;
- 03 - PROPOSIÇÃO - Identificação da matéria à qual será oferecida a Emenda;
- 04 - AUTOR - Nome do(s) autor(es) da Emenda, considerando-se o primeiro subscritor como Autor;
- 05 - Nº PRONTUÁRIO - Corresponde ao nº do prontuário do Parlamentar no histórico funcional;
- 06 - TIPO - Assinalar com um "X" o tipo da Emenda, sendo:
- 1) Supressiva;
 - 2) Substitutiva;
 - 3) Modificativa;
 - 4) Aditiva;
 - 5) Substitutivo Global;
- 07 - PÁGINA - Nº sequencial da(s) página(s);
- 08 - REFERÊNCIA - Artigo, Parágrafo, Inciso, Alínea.

OBS.: Preencher estes campos com os correspondentes do dispositivo a ser emendado.

- Nos casos de serem as Emendas:

- a) "Inclua-se onde couber", preencher o código "999" no campo correspondente ao artigo;
- b) "Substitutivo Global", preencher o código "001" no campo correspondente ao artigo.

- 09 - TEXTO - Datilografar o texto da EMENDA e sua JUSTIFICATIVA;
- 10 - ASSINATURA - Local reservado para a assinatura do autor da EMENDA.

11 - DESTINO DAS VIAS:

- 1a. via - Original/Comissões
- 3a. via - Relator/Assessor

- 2a. via - CEGRAF
- 4a. via - Autor



APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

2	DATA	3	PROPOSIÇÃO
04 / 08 / 99		MP 1.891-6, de 29 de julho de 1999	
4	AUTOR	5	Nº PRONTUÁRIO
Rubem Medina		325	
6	TIPO		
1 <input type="checkbox"/> - SUPRESSIVA	2 <input type="checkbox"/> - SUBSTITUTIVA	3 <input checked="" type="checkbox"/> - MODIFICATIVA	4 <input type="checkbox"/> - ADITIVA
9 <input type="checkbox"/> - SUBSTITUTIVO GLOBAL			
7	PÁGINA	8	ARTIGO
04/04		2º	
9			
PARÁGRAFO			
INCISO			
ALÍNEA			

JUSTIFICATIVA:

SENADO FEDERAL

Subs. Coord. Legisl. do C. N.

MPV 2185-33/2001

Fls. 46

Esta emenda permite que os Municípios com maior índice de participação no financiamento do ensino fundamental não sejam penalizados com taxa de juros muito elevada, o que prejudicaria o processo de municipalização.

De fato, a taxa de juros de 9% ao ano é extremamente elevada, se considerarmos uma economia estabilizada.

Busca-se estimular o processo de municipalização do ensino: à semelhança do incentivo à privatização, presente na negociação da dívida dos Estados, cria-se incentivo à municipalização do ensino fundamental na negociação da dívida dos Municípios.

A possibilidade de redução da taxa de juros neste caso representa uma política de governo consistente, na direção de apoiar o ensino fundamental, que tem seu marco na criação do FUNDEF.

O grau de municipalização do ensino, do qual decorre o direito ao benefício, será aferido através do censo escolar do Ministério de Educação, que é um processo sob o estrito controle do Governo Federal.

Recebi o original

em ____/____/____, às ____ horas.

Nome:

Matrícula:

SENADO FEDERAL

Subs. Coord. Legisl. do C. N.

MPV 2.043-19/2000

Fls. 48

SENADO FEDERAL

Subs. Coord. Legisl. do C. N.

MPV 1.969-11/99

Fls. 72

SENADO FEDERAL

Subs. Coord. Legisl. do C. N.

MP-2118-26/2000

Fls. 44

ASSINATURA

Serviço de Comissões Mistas

de 19

Fls.

214

Não se admitirá emenda que diga respeito a mais de um dispositivo.

(art. 230 - RISF)

CAMPO A SER PREENCHIDO PELA UNIDADE RECEBEDORA

01 - ETIQUETA - Local reservado para numeração da Emenda.

CAMPOS A SEREM PREENCHIDOS PELO AUTOR

- 02 - DATA - Data da apresentação da Emenda;
- 03 - PROPOSIÇÃO - Identificação da matéria à qual será oferecida a Emenda;
- 04 - AUTOR - Nome do(s) autor(es) da Emenda, considerando-se o primeiro subscritor como Autor;
- 05 - Nº PRONTUÁRIO - Corresponde ao nº do prontuário do Parlamentar no histórico funcional;
- 06 - TIPO - Assinalar com um "X" o tipo da Emenda, sendo:
- 1) Supressiva;
 - 2) Substitutiva;
 - 3) Modificativa;
 - 4) Aditiva;
 - 5) Substitutivo Global;
- 07 - PÁGINA - Nº sequencial da(s) página(s);
- 08 - REFERÊNCIA - Artigo, Parágrafo, Inciso, Alínea.

OBS.: Preencher estes campos com os correspondentes do dispositivo a ser emendado.

- Nos casos de serem as Emendas:

- a) "Inclua-se onde couber", preencher o código "999" no campo correspondente ao artigo;
- b) "Substitutivo Global", preencher o código "001" no campo correspondente ao artigo.

- 09 - TEXTO - Datilografar o texto da EMENDA e sua JUSTIFICATIVA;
- 10 - ASSINATURA - Local reservado para a assinatura do autor da EMENDA.

11 - DESTINO DAS VIAS:

1a. via - Original/Comissões

2a. via - CEGRAF

3a. via - Relator/Assessor

4a. via - Autor



CÂMARA DOS DEPUTADOS

MP 1.891-10
000036

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.891, DE 23 DE NOVEMBRO DE 1999

EMENDA SUPRESSIVA

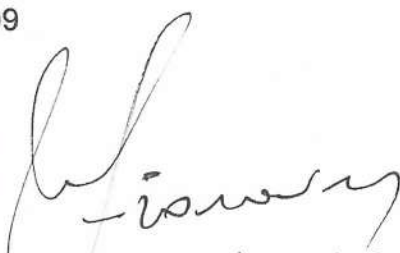
Suprima-se, na redação dada ao inciso II do art. 1º da Lei nº 9.717, de 27 de novembro de 1.998, pelo art. 18 da Medida Provisória, a expressão "e inativo, e dos pensionistas":

Justificativa

A cobrança de contribuição de inativos e pensionistas é INCONSTITUCIONAL, como decidiu o STF no julgamento da ADIN nº 2.010. Isso impede qualquer proposta legislativa que materialize essa contribuição, como é o caso da redação dada à Lei nº 9.717/98.

Brasília, 23 de novembro de 1999

Deputado


DEP. VALDOMIRO FIOLENTE
PT/RS

Recebi o original
em ____ / ____ / ____, às ____ horas.
Nome: _____
Matrícula: _____

SENADO FEDERAL
Subs. Coord. Legisl. do C. N.
MP-2118-26/2000
Fls. 45

SENADO FEDERAL
Subs. Coord. Legisl. do C. N.
MPV 2.013-18/2000
Fls. 49

SENADO FEDERAL
Subs. Coord. Legisl. do C. N.
MPV 2185-33/2001
Fls. 47

Serviço de Comissão Mista
MPV nº 1891-10 de 1999
Fls. 328

SENADO FEDERAL
Subs. Coord. Legisl. do C. N.
MPV 1969-4/99
Fls. 75



CÂMARA DOS DEPUTADOS

MP 1.891-10

000037

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.891, DE 23 DE NOVEMBRO DE 1999

EMENDA SUPRESSIVA

Suprima-se, na redação dada ao § 2º do art. 1º da Lei nº 9.639, de 25 de maio de 1.998 pelo art. 16 da Medida Provisória, a expressão "e sociedades de economia mista":

Justificativa

A inclusão da possibilidade de que o Estado, o DF e o Município assumam os débitos previdenciários de suas sociedades de economia mista implica em prejuízo ao erário, quando tais empresas são de capital misto e de personalidade jurídica própria. Em caso de privatização, essas empresas estarão isentas de débitos previdenciários, já que será exclusivamente responsável pela quitação dos mesmos a parcela retida do Fundo de Participação. Ainda que isso dependa de lei, não haverá meios de impedir que os entes assumam débitos, em prejuízo do conjunto da sociedade, que são oriundos de suas sociedades de economia mista.

Brasília, 23 de novembro de 1999

Deputado

DEP. WALDOMIRO PIORAVANTE
PT/RS

SENADO FEDERAL
Subs. Coord. Legisl. do C. N.
MPV 2185-33/2001
Fls. 48

Recebi o original
em ____ / ____ às ____ horas.
Nome: _____
Assinatura: _____

Serviço de Comissões Mistas
MPV 1891-10 de 19 99
Fls. 329

SENADO FEDERAL
Subs. Coord. Legisl.
MP-2185-33/2001
Fls. 46

SENADO FEDERAL
Subs. Coord. Legisl. do C. N.
MPV 2185-33-18/2000
Fls 50

SENADO FEDERAL
Subs. Coord. Legisl. do C. N.
MPV 1.891-10/99
Fls. 74



CÂMARA DOS DEPUTADOS

MP 1.891-10

000038

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.891, DE 23 DE NOVEMBRO DE 1999

EMENDA SUPRESSIVA

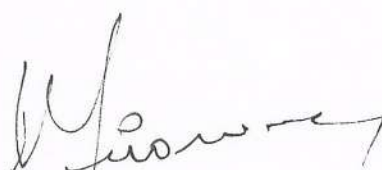
Suprima-se o inciso III do art. 9º da Lei nº 9.717, de 27 de novembro de 1.998, constante do art. 18 da Medida Provisória

Justificativa

O princípio da autonomia dos entes federativos é incompatível com a atribuição do poder de polícia à União no que tange à apuração de infrações e aplicação de penalidades, relacionadas à inobservância da Lei nº 9.717/98. A referida Lei é INCONSTITUCIONAL, especialmente por fixar penalidades no caso de descumprimento das "normas gerais" impostas aos Estados, DF e Municípios que desconhecem as obrigações dos entes federativos decorrentes do art. 40 da CF, que não podem ser condicionadas pela União.

Brasília 23 de novembro de 1999

Deputado


DEP. WLADIMIRO FIORAVANTE
PT/RS

Recebi o original
em ____ / ____ / ____
Nome: _____
Matrícula: _____
Fls. _____
SENADO FEDERAL
Subs. Coord. Legist. do C. N.
MPV 2.118-33/2000
Fls. 47

SENADO FEDERAL
Subs. Coord. Legist. do C. N.
MPV 2.185-33/2001
Fls. 49

Serviço de Comissões Mistas
MPV nº 1.891-10/99
de 19 99
Fls. 328

SENADO FEDERAL
Subs. Coord. Legist. do C. N.
MPV 2.093-19/2000
Fls. 51

SENADO FEDERAL
Subs. Coord. Legist. do C. N.
MPV 2.969-11/99
Fls. 73

CONGRESSO NACIONAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE COMISSÕES
Serviço de Apoio às Comissões Mistas

EMENDAS APRESENTADAS PERANTE A COMISSÃO MISTA, DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A **MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.969-13** ADOTADA EM 03 DE FEVEREIRO DE 2000 E PUBLICADA NO DIA 04 DO MESMO MÊS E ANO, QUE "ESTABELECE CRITÉRIOS PARA CONSOLIDAÇÃO, A ASSUNÇÃO E O REFINANCIAMENTO, PELA UNIÃO, DA DÍVIDA PÚBLICA MOBILIÁRIA E OUTRAS QUE ESPECIFICA, DE RESPONSABILIDADE DOS MUNICÍPIOS":

CONGRESSISTAS	EMENDAS NºS			
Deputado EURÍPEDES MIRANDA.....	039	040	041	042
	043	044.		
Deputado WALTER PINHEIRO.....	045.			

SACM

TOTAL DE EMENDAS CONVALIDADAS: 038

TOTAL DE EMENDAS ADICIONADAS: 007

TOTAL DE EMENDAS: 045

RELATOR: Deputado ARMANDO MONTEIRO/PMDB-CD

Recebi o original
em ____/____/____, às ____ horas.
Nome: _____
Matrícula: _____

SENADO FEDERAL
Subs. Coord. Legisl. do C. N.
MPV 2485-33/2001
Fls. 50

SENADO FEDERAL
Subs. Coord. Legisl. do C. N.
MP-2118-26/2000
Fls. 48

SENADO FEDERAL
Subs. Coord. Legisl. do C. N.
MPV 2.042-19/2000
Fls. 52

Serviço de Comissões Mistas
MPV nº 1969-13 de 19/2000
Fls. 110



MP 1.969-13

000039

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data: 09.2.2000		Proposição: Medida Provisória nº 1.969-13/2000		
Autor: Deputado Eurípedes Miranda		Prontuário Nº: 047		
1. Supressiva	2. Substitutiva	3. Modificativa	4. Aditiva X	5. Substitutiva Global
Página: 1/1	Artigo: 2º	Parágrafo: º	Inciso:	Alínea:

Texto:

Inclua-se no art. 2º da MP o seguinte inciso VIII, renumerando-se o atual para IX:

Art. 2º

VIII – ficam cessadas as penalidades previstas nos incisos VI e VII deste artigo tão logo se tornem insubsistentes os motivos que lhe deram causa.

JUSTIFICAÇÃO

Em outra emenda de nossa autoria, mostramo-nos contrários aos incisos VI e VII da MP, motivo pelo qual propusemos a supressão daqueles dispositivos. Entretanto, caso não seja acolhida nossa propositura, sugerimos a inclusão do inciso VIII, que cessaria qualquer penalidade imposta aos Municípios, a partir do momento em que os motivos que lhe deram causa não mais existissem.

SENADO FEDERAL
Subs. Coord. Legisl. do C. N.
MPV 2185-33/2001
Fls. 51

Recebi o original
em ____/____/____
Nome: _____
Matrícula: _____
Fls. 49

Serviço de Comissões Mistas
MPV 2185-33/2001
Fls. 111

Assinatura:

SENADO FEDERAL
Subs. Coord. Legisl. do C. N.
MPV 2.048-19/2000
Fls. 53



MP 1.969-13

000040

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

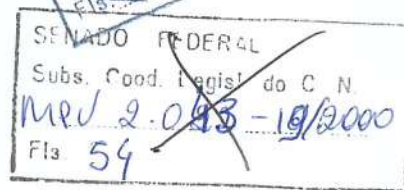
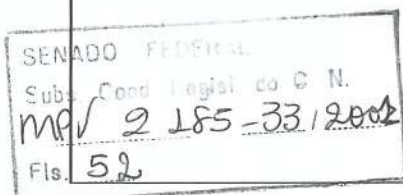
Data: 09.2.2000		Proposição: Medida Provisória nº 1.969-13/2000		
Autor: Deputado Eurípedes Miranda		Prontuário Nº: 047		
1. Supressiva X	2. Substitutiva	3. Modificativa	4. Aditiva	5. Substitutiva Global
Página: 1/1	Artigo: 2º	Parágrafo: 2º e 3º	Inciso: VI e VII	Alínea:

Texto:

Suprimam-se os incisos VI e VII do art. 2º e os §§ 2º e 3º do mesmo artigo.

JUSTIFICAÇÃO

O disposto nos incisos VI e VII do art. 2º da MP impõe sanções adicionais aos municípios, nos casos de descumprimento de obrigações pactuadas ou impontualidade no pagamento, elevando os encargos originais incidentes sobre o saldo devedor e sobre o cálculo da prestação. Considerando a série de exigências feitas pela MP e, também, as dificuldades que os Estados vêm encontrando para cumprir os seus acordos de renegociação de dívidas com a União, acreditamos seja impossível a aplicação das sanções previstas naqueles incisos, sob pena de inviabilizar a administração municipal. O parágrafos 2º e 3º do art. 2º, pelo fato de estarem relacionados diretamente com os incisos a que a presente emenda se refere, também deverão ser suprimidos.



Assinatura:





MP 1.969-13

000041

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data: 09.2.2000		Proposição: Medida Provisória nº 1.969-13/2000		
Autor: Deputado Eurípedes Miranda		Prontuário Nº: 047		
1. Supressiva	2. Substitutiva	3. Modificativa X	4. Aditiva	5. Substitutiva Global
Página: 1/1	Artigo: 5º	Parágrafo: 4º	Inciso:	Alínea:

Texto:

Dê-se ao § 4º do art. 5º a seguinte redação:

Art. 5º

§ 4º Eventual saldo devedor resultante da aplicação do limite de comprometimento estabelecido na forma deste artigo, poderá ser refinanciado nas mesmas condições previstas e em igual prazo previsto nesta medida provisória, a partir do vencimento da última prestação do contrato de refinanciamento.

JUSTIFICAÇÃO

A julgar pela dívida dos Estados, renegociada com a União, e considerando a inconsistência macroeconômica do Plano Real, é uma incógnita a evolução do saldo devedor nesse período, gerado pelo excedente do limite de 13% da Receita Real Líquida.

O prazo, portanto, para o refinanciamento do saldo devedor apurado deverá ser, no mínimo, igual ao do refinanciamento original.

SENADO FEDERAL
Subs. Coord. Legist. do C. N.
MPV 2185-33/2001
Fls. 53

Recebi o original
em ____/____/____ às ____ horas.
Nome: _____
Matrícula: _____

SENADO FEDERAL
Subs. Coord. Legist. do C. N.
MP-2118-36/2000
Fls. 51

SENADO FEDERAL
Subs. Coord. Legist. do C. N.
MPV 2.043-19/2000
Fls. 55

Assinatura:

Serviço de Comissões Mistas
MPV nº 1969-13 de 19/2000
Fls. 113



MP 1.969-13

000042

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data: 09.2.2000		Proposição: Medida Provisória nº 1.969-13/2000		
Autor: Deputado Eurípedes Miranda		Prontuário Nº: 047		
1. Supressiva	2. Substitutiva	3. Modificativa X	4. Aditiva	5. Substitutiva Global
Página: 1/1	Artigo: 5º	Parágrafo: 5º	Inciso:	Alínea:

Texto:

Dê-se ao § 5º, do art. 5º, a seguinte redação:

Art. 5º

§ 5º No caso previsto no parágrafo anterior, as prestações não poderão ser superiores ao valor da última prestação do refinanciamento.

JUSTIFICAÇÃO

A redação original desse dispositivo na MP " as prestações não poderão ser inferiores ao valor da última prestação do refinanciamento.", não impõe qualquer limite a essa prestação, além de poder causar dificuldades adicionais para o município na ocasião, razões pelas quais sugerimos a presente alteração.

Recebi o original
em ____/____/____, às ____ horas.
Nome: _____
Matrícula: _____

SENADO FEDERAL
Subs. Coord. Legis. do C. N.
MP 2.118-26/2000
Fls. 52

SENADO FEDERAL
Subs. Coord. Legis. do C. N.
MP 2185-33/2001
Fls. 54

SENADO FEDERAL
Subs. Coord. Legis. do C. N.
MP 2.118-26/2000
Fls. 56

Assinatura:

Serviço de Comissões Mistas
MP nº 1969-13 de 12/2000
Fls. 114



MP 1.969-13

000043

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

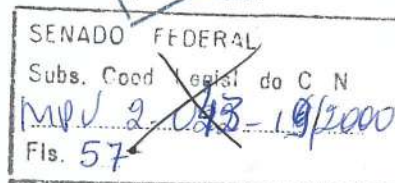
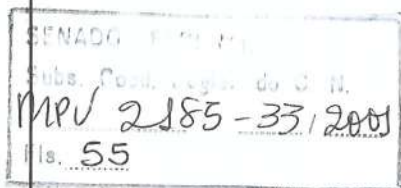
Data: 09.2.2000		Proposição: Medida Provisória nº 1.969-13/2000		
Autor: Deputado Eurípedes Miranda		Prontuário Nº: 047		
1. Supressiva X	2. Substitutiva	3. Modificativa	4. Aditiva	5. Substitutiva Global
Página: 1/1	Artigo: 9º	Parágrafo:	Inciso:	Alínea:

Texto:

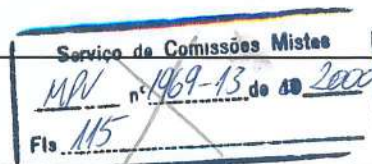
Suprima-se o art. 9º e seus incisos.

JUSTIFICAÇÃO

A Emenda Constitucional nº 19/98 e a Lei de Responsabilidade Fiscal são alguns dos instrumentos legais que tratam de limites para despesas com pessoal, prevendo, inclusive, sanções quando as determinações nesse sentido não forem cumpridas. Imputar novas penalidades ao ente federado que descumprir esses limites é exorbitar do poder regulamentar, além do que o instituto da medida provisória não seria o adequado para dispor sobre a matéria.



Assinatura:





MP 1.969-13

000044

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

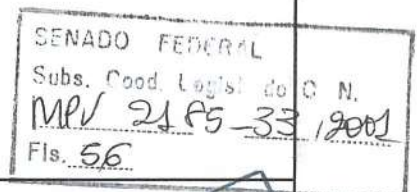
Data: 09.2.2000		Proposição: Medida Provisória nº 1.969-13/2000		
Autor: Deputado Eurípedes Miranda		Prontuário Nº: 047		
1. Supressiva X	2. Substitutiva	3. Modificativa	4. Aditiva	5. Substitutiva Global
Página: 1/1	Artigo: 18º	Parágrafo: 0	Inciso:	Alínea:

Texto:

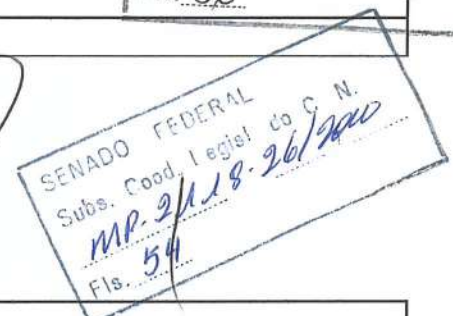
Suprima-se do art. 18 da MP, a alteração proposta ao art. 1º da Lei nº 9.717, de 27 de novembro de 1998.

JUSTIFICAÇÃO

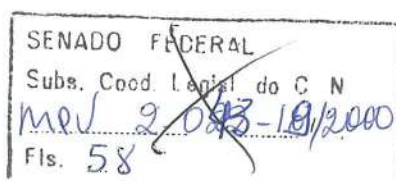
A MP pretende permitir que as contribuições de pessoal civil e militar, ativo e inativo, e dos pensionistas, ao invés de serem utilizadas, única e exclusivamente, para pagamento de benefícios previdenciários, possam ser utilizadas para despesas administrativas com finalidade previdenciária, o que, no nosso entender, distorce a finalidade dessas contribuições.



Recebi o original
em ____/____/____, às ____ horas.
Nome: _____
Matrícula: _____



Assinatura:





CÂMARA DOS DEPUTADOS

MP 1.969-13

000045

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.969-13, DE 3 DE FEVEREIRO DE 2000

EMENDA SUPRESSIVA


Suprima-se, na redação dada ao inciso III do art. 1º da Lei nº 9.717, de 27 de novembro de 1.998, pelo art. 18 da Medida Provisória, a expressão "e inativo, e dos pensionistas":

Justificativa

A cobrança de contribuição de inativos e pensionistas é INCONSTITUCIONAL, como decidiu o STF no julgamento da ADIN nº 2.010. Isso impede qualquer proposta legislativa que materialize essa contribuição, como é o caso da redação dada à Lei nº 9.717/98.

Brasília, 8 de fevereiro de 2000

Deputado


DEP. WALTER PINHEIRO
PT/BA

SENADO FEDERAL
Subs. Coord. Legis. do C. N.
MPV 2185-33/2000
Fls. 57

Recebi o original
em ____/____/____, às ____ horas
Nome: _____
Matrícula: _____

SENADO FEDERAL
Subs. Coord. Legis. do C. N.
MPV 2185-33/2000
Fls. 55

SENADO FEDERAL
Subs. Coord. Legis. do C. N.
MPV 2185-33/2000
Fls. 59

Serviço de Comissões Mistas
MPV nº 1969-13 de 19/2000
Fls. 117

CONGRESSO NACIONAL

EMENDA ADICIONADA PERANTE A COMISSÃO MISTA DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº.1.969-15, DE 30 DE MARÇO DE 2000 E PUBLICADA NO DIA 31 DO MESMO MÊS E ANO QUE "ESTABELECE CRITÉRIOS PARA CONSOLIDAÇÃO, A ASSUNÇÃO E O REFINANCIAMENTO, PELA UNIÃO, DA DÍVIDA PÚBLICA MOBILIÁRIA E OUTRAS QUE ESPECIFICA, DE RESPONSABILIDADE DOS MUNICÍPIOS."

CONGRESSISTA

EMENDAS NÚMEROS

DEPUTADO SALVADOR ZIMBALDI

046, 047.

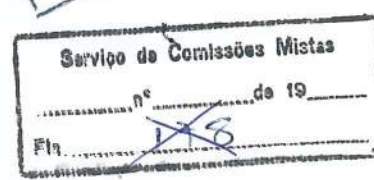
SACM.

Emendas Convalidadas: 45

Emendas Adicionadas: 02

TOTAL DE EMENDAS: 47

RELATOR:





CONGRESSO NACIONAL

MP 1969-15

000046

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

2	DATA 04 / 04 / 00	3	PROPOSIÇÃO MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.969-15
4	AUTOR DEPUTADO SALVADOR ZIMBALDI	5	Nº PRONTUÁRIO 387
6	TIPO 1 <input checked="" type="checkbox"/> - SUPRESSIVA 2 <input type="checkbox"/> - SUBSTITUTIVA 3 <input type="checkbox"/> - MODIFICATIVA 4 <input type="checkbox"/> - ADITIVA 9 <input type="checkbox"/> - SUBSTITUTIVO GLOBAL		
7	PÁGINA	8	ARTIGO 1º
			PARÁGRAFO 3º
			INCISO IV
			ALÍNEA
9	TEXTO		

SUPRIMA-SE o inciso IV do parágrafo 3º do artigo 1º, que diz:
" O serviço das dívidas mencionadas nos incisos I,II,V e VI do **caput** deste artigo, não pago e com vencimento ou qualquer outra forma de exigibilidade que tenha ocorrido entre 31 de janeiro de 1999 e a data de assinatura do contrato de refinanciamento; e"

JUSTIFICATIVA

As dificuldades financeiras em que se encontram a maioria dos municípios, provocaram a inadimplência atualmente instalada, sem possibilidade de poderem assumir outra negociação com as instituições financeiras credoras cujos valores são oriundos de parcelas vencidas entre 31.01.99 e a data da assinatura do contrato.

Recebi o original
em ____/____/____, às ____ horas.
Nome: _____
Matrícula: _____

SENADO FEDERAL
Subs. Coord. Legis. do C. N.
MPV 2185-33/2001
Fls. 59

SENADO FEDERAL
Subs. Coord. Legis. do C. N.
MPV 2185-33/2000
Fls. 61

SENADO FEDERAL
Subs. Coord. Legis. do C. N.
MPV 2118-26/2000
Fls. 57

Serviço de Comissões Mistas
de 19 ____
Fls. 179

Não se admitirá emenda que diga respeito a mais de um dispositivo.

(art. 230 - RISF)

CAMPO A SER PREENCHIDO PELA UNIDADE RECEBEDORA

01 - ETIQUETA - Local reservado para numeração da Emenda.

CAMPOS A SEREM PREENCHIDOS PELO AUTOR

- 02 - DATA - Data da apresentação da Emenda;
- 03 - PROPOSIÇÃO - Identificação da matéria à qual será oferecida a Emenda;
- 04 - AUTOR - Nome do(s) autor(es) da Emenda, considerando-se o primeiro subscritor como Autor;
- 05 - Nº PRONTUÁRIO - Corresponde ao nº do prontuário do Parlamentar no histórico funcional;
- 06 - TIPO - Assinalar com um "X" o tipo da Emenda, sendo:
- 1) Supressiva;
 - 2) Substitutiva;
 - 3) Modificativa;
 - 4) Aditiva;
 - 5) Substitutivo Global;
- 07 - PÁGINA - Nº sequencial da(s) página(s);
- 08 - REFERÊNCIA - Artigo, Parágrafo, Inciso, Alínea.

OBS.: Preencher estes campos com os correspondentes do dispositivo a ser emendado.

- Nos casos de serem as Emendas:

- a) "Inclua-se onde couber", preencher o código "999" no campo correspondente ao artigo;
- b) "Substitutivo Global", preencher o código "001" no campo correspondente ao artigo.

- 09 - TEXTO - Datilografar o texto da EMENDA e sua JUSTIFICATIVA;
- 10 - ASSINATURA - Local reservado para a assinatura do autor da EMENDA.

11 - DESTINO DAS VIAS:

1a. via - Original/Comissões

2a. via - CEGRAF

3a. via - Relator/Assessor

4a. via - Autor



CONGRESSO NACIONAL

MP 1969-15

000047

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

2	DATA 04 / 04 / 00	3	PROPOSIÇÃO MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.969-15
4	AUTOR DEPUTADO SALVADOR ZIMBALDI	5	Nº PRONTUÁRIO 387
6	TIPO 1 <input type="checkbox"/> - SUPRESSIVA 2 <input type="checkbox"/> - SUBSTITUTIVA 3 <input type="checkbox"/> - MODIFICATIVA 4 <input checked="" type="checkbox"/> - ADITIVA 9 <input type="checkbox"/> - SUBSTITUTIVO GLOBAL		
7	PÁGINA	8	ARTIGO 999
			PARÁGRAFO
			INCISO
			ALÍNEA

9

INCLUA-SE ONDE COUBER:

" ART. O serviço das dívidas mencionadas nos incisos I,II,V e VI do caput do artigo 1º, não pago e com vencimento ou qualquer outra forma de exigibilidade que tenha ocorrida entre 31 de janeiro de 1999 e a data de assinatura de contrato de refinanciamento, poderá ser objeto de assunção pela União e refinanciado aos Municípios ". Renumerando-se os artigos seguintes.

JUSTIFICATIVA

O art. 6º prevê que os valores desembolsados por municípios que conseguiram saldar as parcelas mencionadas, possam ser deduzidos das futuras prestações, não havendo, portanto, favorecimento aos municípios inadimplentes.

A inclusão do referido artigo, não possibilita a entrada de novos recursos nos cofres municipais, pois trata-se de refinanciamento dos valores não pagos por insuficiência de caixa. Tal sugestão proporcione aos municípios o mesmo tratamento dado aos Estados, pois a Lei nº 9.496 de 11.09.97 no seu artigo 1º, inciso IV parágrafo 2º não obsta o refinanciamento.

SENADO FEDERAL
Subs. Coord. Legisl. do C. N.
MPV 2185 - 33/2001
Fls. 60

SENADO FEDERAL
Subs. Coord. Legisl. do C. N.
MPV 2.043 - 19/2000
Fls. 62

Recebi o original
em / / às horas.
Nome:
Matrícula:
SENADO FEDERAL
Subs. Coord. Legisl. do C. N.
MPV 2118 - 26/2000
Fls. 58

Serviço de Comissões Mistas
Fls. 180

ASSINATURA

Não se admitirá emenda que diga respeito a mais de um dispositivo.

(art. 230 - RISF)

CAMPO A SER PREENCHIDO PELA UNIDADE RECEPTORA

01 - ETIQUETA - Local reservado para numeração da Emenda.

CAMPOS A SEREM PREENCHIDOS PELO AUTOR

- 02 - DATA - Data da apresentação da Emenda;
- 03 - PROPOSIÇÃO - Identificação da matéria à qual será oferecida a Emenda;
- 04 - AUTOR - Nome do(s) autor(es) da Emenda, considerando-se o primeiro subscritor como Autor;
- 05 - Nº PRONTUÁRIO - Corresponde ao nº do prontuário do Parlamentar no histórico funcional;
- 06 - TIPO - Assinalar com um "X" o tipo da Emenda, sendo:
- 1) Supressiva;
 - 2) Substitutiva;
 - 3) Modificativa;
 - 4) Aditiva;
 - 5) Substitutivo Global;
- 07 - PÁGINA - Nº sequencial da(s) página(s);
- 08 - REFERÊNCIA - Artigo, Parágrafo, Inciso, Alínea.

OBS.: Preencher estes campos com os correspondentes do dispositivo a ser emendado.

- Nos casos de serem as Emendas:

- a) "Inclua-se onde couber", preencher o código "999" no campo correspondente ao artigo;
- b) "Substitutivo Global", preencher o código "001" no campo correspondente ao artigo.

- 09 - TEXTO - Datilografar o texto da EMENDA e sua JUSTIFICATIVA;
- 10 - ASSINATURA - Local reservado para a assinatura do autor da EMENDA.

11 - DESTINO DAS VIAS:

1a. via - Original/Comissões

2a. via - CEGRAF

3a. via - Relator/Assessor

4a. via - Autor

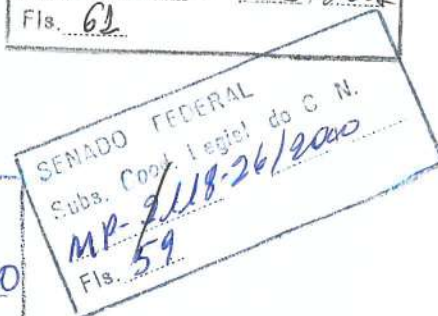
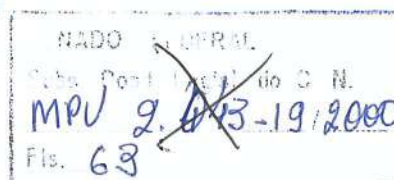
CONGRESSO NACIONAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE COMISSÕES
Serviço de Apoio às Comissões Mistas

EMENDAS ADICIONADAS PERANTE A COMISSÃO MISTA, DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A **MEDIDA PROVISÓRIA N.º 2022-16**, ADOTADA EM 20 DE ABRIL DE 2000 E PUBLICADA NO DIA 24 DO MESMO MÊS E ANO, QUE "ESTABELECE CRITÉRIOS PARA CONSOLIDAÇÃO, A ASSUNÇÃO E O REFINANCIAMENTO, PELA UNIÃO, DA DÍVIDA PÚBLICA MOBILIÁRIA E OUTRAS QUE ESPECIFICA, DE RESPONSABILIDADE DOS MUNICÍPIOS":

CONGRESSISTA	EMENDAS N.ºS
Senador NEY SUASSUNA.....	048 049 050.

SACM
TOTAL DE EMENDAS CONVALIDADAS: 047
TOTAL DE EMENDAS ADICIONADAS: 003
TOTAL DE EMENDAS 050

Recebi o original
em ____ / ____ , às ____ horas.
Nome: _____
Matrícula: _____





EMENDA Nº – MP Nº 2.022-16, DE 2000

Insira-se o seguinte inciso VII ao art. 1º da Medida Provisória nº 2.022-16, de 20 de abril de 2000:

“Art. 1º Fica a União autorizada, até 15 de junho de 2000, a assumir as seguintes obrigações de responsabilidade dos Municípios:

.....
VII – outros passivos que se constituam em dívida do Município.”

JUSTIFICAÇÃO

Recebi o original
em ____/____/____, às ____ horas
Nome: _____
Matrícula: _____

O estabelecimento de uma política estrutural de equilíbrio das contas públicas depende de que se dêem as condições efetivas para que os Municípios consigam equilibrar os seus orçamentos.

A Medida Provisória nº 1.969-15 constitui-se em elemento fundamental para o atingimento da solidez nas finanças públicas municipais, entretanto acabou por excluir do escopo do refinanciamento dívidas que prejudicam a responsabilidade fiscal dos Municípios.

SENADO FEDERAL
Subs. Coord. Legisl. do C. N.
MPV 2185-33/2000
Fls. 62

SENADO FEDERAL
Subs. Coord. Legisl. do C. N.
MP-2118-26/2000
Fls. 60

SENADO FEDERAL
Subs. Coord. Legisl. do C. N.
Fls. 64

End. Internet: neysuassun@senado.gov.br

Serviço de Comissões Mistas
MPV 2022-16 de 19
Fls. 64



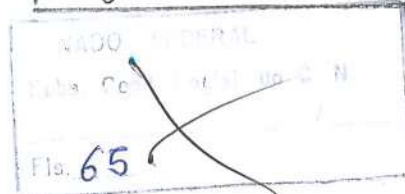
SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador **NEY SUASSUNA**

Dentro desse contexto, a presente emenda tem por objetivo permitir que o refinanciamento das dívidas municipais ocorra de forma integral, a fim de que sejam liquidados todos os passivos que prejudicam aos municípios no empreendimento de suas políticas sociais.

Assim, pode-se perceber a importância de tal emenda para que se inicie uma nova etapa em nossa Federação, afastando definitivamente a possibilidade da insolvência de entes públicos, o que, caso ocorresse, redundaria em graves danos sociais.

Sala das Sessões,


Senador NEY SUASSUNA





EMENDA Nº

À MPV Nº 2.022-16, DE 2000 que “
estabelece critérios para a consolidação, a
assunção e o refinanciamento, pela União,
da dívida pública mobiliária e outras que
específica, de responsabilidade dos
Municípios”.

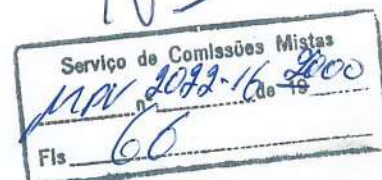
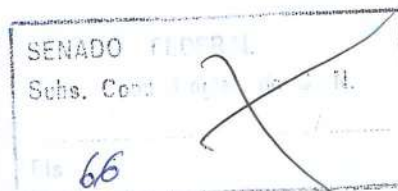
Insira-se o seguinte parágrafo 7º ao art. 1º da Medida Provisória
nº 2.022-16, de 20 de abril de 2000:

“Art.1º.....

§ 7º Para apuração do valor refinanciado relativo à dívida mobiliária ,
com exceção da referida no Art. 4º, as condições básicas estabelecidas
no *caput* poderão retroagir até 30 de setembro de 1997, desde que o
município seja responsável, no mínimo, por 85% do ensino fundamental
público e aplique, no mínimo, 9 % do total de receitas tributárias
próprias e de transferências não vinculadas em atividades e projetos
ligados à saúde pública”.

JUSTIFICAÇÃO

A Constituição de 1988 estabeleceu que Estados e Municípios são
entes federativos de mesmo status jurídico-constitucional. No entanto, o



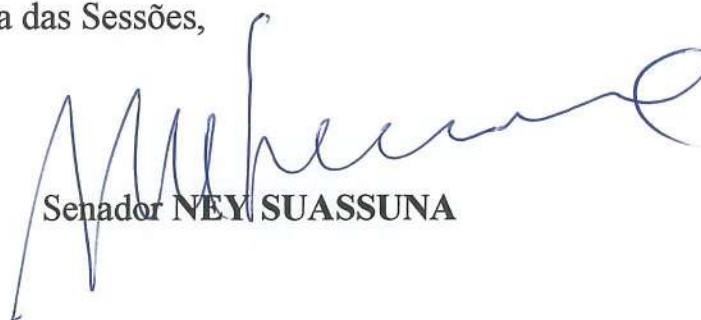


processo de refinanciamento das dívidas dos Estados e Municípios não levou este fato em consideração.

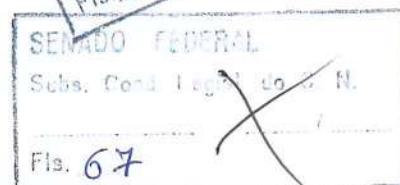
O objetivo desta emenda é corrigir tal situação, privilegiando aqueles municípios que têm seus orçamentos fortemente comprometidos com a prestação de serviços básicos à população.

Deste modo, estará restabelecido o princípio da isonomia entre entes da Federação de mesmo status jurídico-constitucional, através de um critério que leva em consideração o comprometimento dos municípios com a prestação de serviços essenciais à população.

Sala das Sessões,



Senador **NEY SUASSUNA**





EMENDA Nº – MP Nº 2.022-16, DE 2000

Dê-se a seguinte redação ao inciso V do art. 2º da Medida Provisória nº 2.022-16, de 20 de abril de 2000:

“Art. 2º As dívidas assumidas pela União serão refinanciadas aos municípios, observando-se o seguinte:

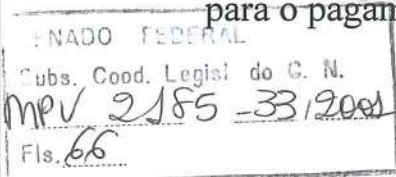
.....
V - limite de comprometimento entre o mínimo de sete por cento da Receita Líquida Real até o máximo de treze por cento da Receita Líquida Real, para efeito de atendimento das obrigações correspondentes ao serviço da dívida refinanciada, diretamente proporcional ao número de habitantes de cada Município;”

JUSTIFICAÇÃO



A diversidade dos municípios brasileiros quanto às suas finanças públicas faz com que não seja justo o estabelecimento de condições universais para o pagamento de suas dívidas refinanciadas com o Governo Federal.

Destarte, o objetivo da presente emenda é estabelecer limites diferenciados de comprometimento da Receita Real Líquida para o pagamento da dívida dos municípios junto ao Governo Federal.



End. Internet: neysuassun@senado.gov.br



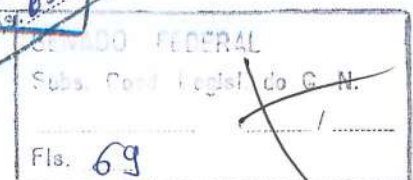
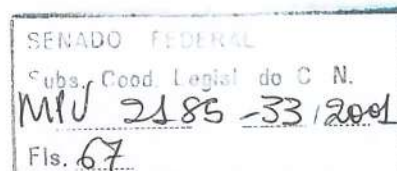


SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador **NEY SUASSUNA**

Com tal emenda, conseguir-se-á atingir o princípio da equidade fiscal de acordo com a capacidade pagamento de cada município, a fim de não se prejudicar a gestão dos municípios menores.

Sala das Sessões,

Senador **NEY SUASSUNA**



ax0419h8/00

End. Internet: neysuassun@senado.gov.br

CONGRESSO NACIONAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE COMISSÕES
SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS

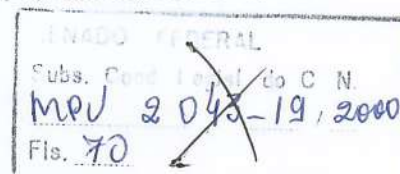
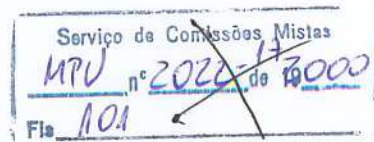
EMENDAS APRESENTADAS PERANTE A COMISSÃO MISTA, DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.022-17, ADOTADA EM 23 DE MAIO DE 2000 E PUBLICADA NO DIA 24 DO MESMO MÊS E ANO, QUE "ESTABELECE CRITÉRIOS PARA CONSOLIDAÇÃO, A ASSUNÇÃO E O REFINANCIAMENTO, PELA UNIÃO, DA DÍVIDA PÚBLICA MOBILIÁRIA E OUTRAS QUE ESPECIFICA, DE RESPONSABILIDADE DOS MUNICÍPIOS":

CONGRESSISTAS	EMENDAS NºS
Deputado ARNALDO FARIA DE SÁ	054, 057
Senador CARLOS BEZERRA	053
Senador OSMAR DIAS	052
Deputado PAULO PAIM	055, 058, 061, 062, 063
Deputado PROFESSOR LUIZINHO	056, 059, 060
Deputado RUBEM MEDINA	051

SACM

TOTAL DE EMENDAS -063

Convalidadas - 050
 Adicionadas - 013





CONGRESSO NACIONAL

MP 2.022-17

000051

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data
26/05/2000

proposição
Medida Provisória nº 2.022-17 de 23/05/2000

autor
Deputado Rubem Medina

nº do prontuário
325

1 ☐ Supressiva 2. ☐ substitutiva 3. ☐ modificativa 4. ☐ aditiva 5. ☐ Substitutivo global

Página 01/02

Artigo 1º

Parágrafo

Inciso

alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Insiram-se os parágrafos 7º e 8º ao art. 1º da Medida Provisória nº 2.022-17, de 23 de Maio de 2000:

"Art. 1º Fica a União autorizada, até 15 de junho de 2000, a assumir as seguintes obrigações de responsabilidade dos Municípios:

§ 7º Para apuração do valor refinanciado relativo à dívida mobiliária, com exceção da referida no Art. 4º, as condições básicas estabelecidas no caput poderão retroagir até 30 de setembro de 1997.

§ 8º Para ajustamento de contratos assinados em data anterior a esta lei, o montante da dívida mobiliária inicialmente refinanciado será recalculado, abatendo-se a diferença encontrada, corrigida pelas condições do contrato, do saldo devedor na data do ajustamento."

Recebi o original

em ___/___/___, às ___ horas.

Nome: _____

Matrícula: _____

SENADO FEDERAL
Subs. Coord. Legisl. do C. N.
MPV 2.022-17
Fls. 67

PARLAMENTAR

SENADO FEDERAL
Subs. Coord. Legisl. do C. N.
MPV 2.022-17
Fls. 69

SENADO FEDERAL
Subs. Coord. Legisl. do C. N.
MPV 2.022-17
Fls. 71

Serviço de Comissões Mistas
MPV nº 2.022-17 de 2000
Fls. 101 B



CONGRESSO NACIONAL

ETIQUETA

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 26/05/2000	proposição Medida Provisória nº 2.022-17 de 23/05/2000
--------------------	--

autor Deputado Rubem Medina	nº do prontuário 325
---------------------------------------	-------------------------

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página 02/02	Artigo 1º	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

JUSTIFICAÇÃO

Desde a Constituição de 1988, Estados, Distrito Federal e Municípios são considerados entes federativos de igual status jurídico-constitucional. Portanto, não há razão para dar tratamento desigual a Estados, Distrito Federal e Municípios, estabelecendo-se diferentes formas para a apuração do saldo devedor de suas dívidas mobiliárias refinanciadas junto ao Governo Federal.

A Lei 9496/97, que rege os financiamentos dos Estados e Distrito Federal determina que, para apuração do valor refinanciado relativo à dívida mobiliária interna (exceto a resultante de emissões para pagamento de precatórios judiciais), as condições financeiras do crédito poderão retroagir a 30/09/97. Isto significa que se tome o saldo devedor nesta data e que se o corrija pelas condições do contrato até a data de assinatura da operação de refinanciamento. Na prática, concede-se uma redução do saldo devedor em montante geralmente substancial. Ocorre que tal permissão não consta da legislação aplicada aos Municípios.

O proposto nos parágrafos 7º e 8º, ora inseridos no art. 1º da Medida Provisória nº 2022-17, de 23 de maio de 2000, visa corrigir esta desigualdade de condições financeiras observada na legislação de refinanciamento das dívidas dos Estados e do Distrito Federal face à dos Municípios, que impôs a estes pesada desvantagem.

Recebi o original
em ____/____/____, às ____ horas.
Nome: _____
Matrícula: FEDERAL
SENADO
Subs. Coord. Legist. do C. N.
MP- 2118-26/2000
Fls. 68
Serviço de Comissões Mistas
MPV nº 2022-17 de 2000
Fls. 192

PARLAMENTAR

SENADO FEDERAL
Subs. Coord. Legist. do C. N.
MPV 2185-33/2001
Fls. 70

SENADO FEDERAL
Subs. Coord. Legist. do C. N.
Fls. 72



EMENDA Nº – MP Nº 2.022-17, DE 23 DE MAIO DE 2000

Insira-se o seguinte inciso ao art. 1º da Medida Provisória nº 2.022-17, de 23 de maio de 2000:

“Art. 1º Fica a União autorizada, até 15 de junho de 2000, a assumir as seguintes obrigações de responsabilidade dos Municípios:

.....
VII – dívidas municipais contraídas junto a Fundo Estadual de Desenvolvimento Urbano.”

JUSTIFICAÇÃO

Os municípios brasileiros apresentam grande disparidade em relação ao perfil de suas dívidas, mas, sem dúvida nenhuma, a questão do endividamento relacionado ao desenvolvimento urbano, dadas suas repercussões sociais, deve vir a ter tratamento prioritário quando da repactuação de dívidas feitas entre os municípios e o Governo Federal.

A Medida Provisória nº 2.022-17, de 2000, que trata do refinanciamento das dívidas municipais, embora constitua-se em um importante instrumento para sanear e equilibrar as finanças públicas municipais, apresenta limitação no que diz respeito ao refinanciamento relacionado ao desenvolvimento urbano.

A emenda ora apresentada tem por objetivo permitir que os municípios possam refinaranciar dívidas relacionadas com o desenvolvimento urbano, ao mesmo tempo em que cria condições para que os governadores repactuem estas dívidas com os municípios sem que desequilibrem suas próprias finanças públicas.

Assim, a presente emenda constituir-se-á, após aprovada, em elemento fundamental para que se consiga atingir o equilíbrio fiscal dos municípios sem descuidar das questões sociais.

Recebi o original
em ____/____/____, às ____ horas.
Nome: _____
Matrícula: _____

Dados/emendas/2000
Rncs/MP 2.022-17

SENADO FEDERAL
Subs. Coord. Legal do C. N.
MPV 2.043-19/2000
Fls. 73

OSMAR DIAS
Senador

SENADO FEDERAL
Subs. Coord. Legal do C. N.
MP 2.022-17/2000
Fls. 69

Serviço de Comissões Mistas
MPV nº 2.022-17 de 2000
Fls. 103

SENADO FEDERAL
Subs. Coord. Legal do C. N.
MPV 2.022-17/2000
Fls. 74



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador CARLOS BEZERRA

MP 2.022-17

000053

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.022-17, de 23 de maio de 2000

Estabelece critérios para a consolidação, a assunção e o refinanciamento, pela União, da dívida pública mobiliária e outras que especifica, de responsabilidade dos Municípios.

Recebi o original
em ____/____/____ às ____ horas.
Nome: _____
Nº matricula: _____

EMENDA Nº

Fls. 79

Dê-se a seguinte redação ao art. 1º da Lei nº 9.639, de 25 de maio de 1998, alterado pelo art. 16 da Medida Provisória nº 2.022-16, de 20 de abril de 2000:

Art. 1º Os Estados, O Distrito Federal e os Municípios, a partir desta data, poderão optar pela amortização de suas dívidas para com o Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, oriundas de contribuições sociais, bem como as decorrentes de obrigações acessórias, mediante o emprego de quatro pontos percentuais do Fundo de Participação dos Estados – FPE e de nove pontos percentuais do Fundo de Participação dos Municípios – FPM.

§ 1º As unidades federativas mencionadas neste artigo poderão optar por incluir nessa espécie de amortização as dívidas de suas autarquias e das fundações por elas instituídas e mantidas, hipótese em que haverá o acréscimo de três pontos nos percentuais do FPE e de três pontos nos percentuais do FPM referidos no **caput**.

§ 2º Mediante o emprego de mais de quatro pontos percentuais do respectivo Fundo de Participação, as unidades federativas a que se refere este artigo poderão optar por incluir, nesta espécie de amortização, as dívidas para com o INSS, de suas empresas públicas e sociedades de economia mista, mantendo-se os critérios de atualização e incidência de acréscimos legais aplicáveis às empresas desta natureza.

Serviço de Comissões Mistas

MPV nº 2022-17 de 2000
Fls. 104

(NR)

SENADO FEDERAL
Ass. Coord. Legis. do C. N.
MPV 2185-33/2001
Fls. 72

SENADO FEDERAL
Ass. Coord. Legis. do C. N.
MP 2118-26/2000
Fls. 70

JUSTIFICAÇÃO

A Medida Provisória nº 2.022-20, de 20 de abril de 2000, que “Estabelece critérios para a consolidação, a assunção e o refinanciamento, pela União, da dívida pública mobiliária e outras que especifica, de responsabilidade dos Municípios”, alterou a redação do art. 1º da Lei nº 9.639, de 25 de maio de 1998, que dispõe sobre a amortização, com recursos do Fundo de Participação dos Estados – FPE e do Fundo de Participação dos Municípios – FPM, de dívidas dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, assim como de sua autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista, junto ao Instituto Nacional do Seguro Social – INSS.

A data limite para a opção de que trata aquela norma venceu, pelo texto proposto pela MP 2.022-20/2000, no dia 17 de dezembro de 1999, para as dívidas existentes até a competência de novembro de 1999.

Ocorre que diversas Câmaras Municipais estão com suas contas bloqueadas pelo fato de suas dívidas previdenciárias não haverem sido incluídas nos parcelamentos obtidos pelas respectivas Prefeituras Municipais.

Esta emenda visa a solucionar o problema acima apontado mediante a reabertura do prazo de opção de que trata o art. 1º da Lei nº 9.639, de 1998, para o que conta com o apoio dos nobres membros do Congresso Nacional.

Sala das Sessões, em


SENADOR CARLOS BEZERRA

Recebi o original
em ____/____/____, às ____ horas.
Nome: _____
Matrícula: _____

SENADO FEDERAL
Subs. Coord. Leg. do C. N.
MPV 2.043-19/2000
Fls. 75

SENADO FEDERAL
Subs. Coord. Leg. do C. N.
MPV 2185-33/2001
Fls. 73

SENADO FEDERAL
Subs. Coord. Leg. do C. N.
MPV 2118-26/2000
Fls. 71

Serviço de Comissões Asses
MPV 2022-20/2000
Fls. 105



CONGRESSO NACIONAL

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MP 2.022-17

000054

DATA
29/05/2000PROPOSIÇÃO
MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.022-17AUTOR
Deputado ARNALDO FARIA DE SÁNº PRONTUÁRIO
337TIPO
1 () SUPRESSIVA 2 () SUBSTITUTIVA 3 (X) MODIFICATIVA 4 () ADITIVA 5 () SUBSTITUTIVO GLOBALPÁGINA
01/01ARTIGO
17

PARÁGRAFO

INCISO

ALÍNEA

TEXTO

Dê-se ao art. 17 da Medida Provisória nº 2.022-17, de 24 de maio de 2000, a seguinte redação:

"Art. 17. Os benefícios mantidos pela Previdência Social serão reajustados, em 1º de maio de 2000, em trinta e três vírgula quarenta e sete por cento."

JUSTIFICAÇÃO

Conforme pronunciamento de minha autoria em Plenário, consideramos o reajuste de 5,81% proposto pelo Governo para os beneficiários do Regime Geral de Previdência Social que recebem acima de um salário mínimo uma afronta à sociedade brasileira, aos trabalhadores que construíram este País e por mais de trinta anos verteram contribuições para o sistema previdenciário na esperança de um tratamento digno quando se afastassem da atividade laborativa.

Este índice além de não refletir a realidade econômica brasileira, haja vista que é inferior aos índices de reajuste de água, luz, telefone e combustíveis, trará consequências nefastas para a Previdência Social, pois continuará provocando o achatamento dos valores dos benefícios, de tal sorte que num futuro próximo estarão todos os aposentados e pensionistas recebendo apenas um salário mínimo.

Somos contrário, também, ao reajuste "pro rata", previsto no parágrafo único do art. 17, pois tem caráter ainda mais perverso, uma vez que determina reajustes ainda menores do que 5,81% para aqueles que solicitaram o benefício em data posterior a junho de 1999.

É de fundamental importância que o Poder Legislativo posicione-se contrariamente às imposições do Poder Executivo em relação aos aposentados e pensionistas e, neste sentido, a Emenda ora apresentada pode se configurar num primeiro passo para reverter a inércia que tem predominado.

00634900A.056

Recebi o original
em _____, às _____ horas.
Nome: _____
Matrícula: _____

ASSINATURA

ARNALDO FARIA DE SÁ
Deputado Federal/SP

006349a

SENADO FEDERAL

Subs. Coord. Leg. do C. N.

MPV 2.185-33/2001

Fls. 74

SENADO FEDERAL

Subs. Coord. Leg. do C. N.

MPV 2.043-19/2000

Fls. 76

Serviço de Comissões Mistas

MPV 2.022-17/2000

Fls. 106

Subs. Coord. Leg. do C. N.

MP-2118-26/2000

Fls. 72



MP 2.022-17

000055

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

2	DATA	3	PROPOSTA
4	AUTOR	5	Nº PRONTUÁRIO
6	TIPUS 1 <input type="checkbox"/> - SUPRESSIVA 2 <input type="checkbox"/> - SUBSTITUTIVA 3 <input type="checkbox"/> - MODIFICATIVA 4 <input type="checkbox"/> - ADITIVA 9 <input type="checkbox"/> - SUBSTITUTIVO GLOBAL		
7	PÁGINA	8	ARTIGO
		9	PARÁGRAFO
		10	INCISO
		11	ALÍNEA

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.022-17, de 23 de maio de 2000-05-26

EMENDA MODIFICATIVA

Dê-se ao art. 17 da Medida Provisória a seguinte redação:

"Art. 17. Os benefícios mantidos pela Previdência social serão reajustados, em 1º de junho de 2000, em 11,02% (onze vírgula zero dois por cento), a título de recomposição do poder de compra.

Parágrafo único. Para os benefícios concedidos pela Previdência Social a partir de 1º de julho de 1999, o reajuste nos termos do "caput" dar-se-á de acordo com os percentuais indicados no Anexo a esta Lei."

ANEXO

até Junho	/	1999	11,02%
até Julho	/	1999	10,50%
até Agosto	/	1999	9,98%
até Setembro	/	1999	9,47%
até Outubro	/	1999	8,93%
até Novembro	/	1999	8,44%
até Dezembro	/	1999	7,92%
até Janeiro	/	2000	7,42%
até Fevereiro	/	2000	6,92%
até Março	/	2000	6,41%
até Abril	/	2000	5,92%
até Maio	/	2000	5,42%

Recebi o original
em ___/___/___, às ___ horas.
Nome: _____
Matrícula: _____

SENADO FEDERAL
Subs. Coord. Leg. do C. N.
MPV 2185-33/2001
Fls. 75

JUSTIFICAÇÃO

A reposição de 5,81% fixada na Medida Provisória, que é baseada tão somente na variação acumulada do INPC nos doze meses anteriores ao reajustes, é totalmente insuficiente para assegurar o que manda a CF, quando sabemos que a inflação medida pelo IGP-DI, que é o índice utilizado para reajustar os benefícios em atraso, supera 16%. Mais do que isso: as perdas acumuladas pelos aposentados e pensionistas, e jamais reposta pelo Governo, supera 33%. A presente emenda visa amenizar essas perdas, antes de tudo assegurado, aos benefícios previdenciários, pelo menos o mesmo reajuste concedido ao salário mínimo a partir de abril de 2000.

Sala das Sessões, 29 de Maio de 2000
Deputado Paulo Paim - PT/RS

SENADO FEDERAL
Subs. Coord. Leg. do C. N.
Fls. 47

Serviço de Comissões Mistas
MPV 2022-17 de 2000
Fls. 107

SENADO FEDERAL
Subs. Coord. Leg. do C. N.
MP-2118-26/2000
Fls. 73

10 ASSINATURA

O TEXTO DEVE SER DATILOGRAFADO E APRESENTADO EM 4 VIAS

MP 2.022-17

000056

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.022-17, de 23 de maio de 2000

EMENDA MODIFICATIVA

Dê-se ao art. 17 da Medida Provisória a seguinte redação:

"Art. 17. Os benefícios mantidos pela Previdência social serão reajustados, em 1º de junho de 2000, em 11,02% (onze vírgula zero dois por cento), a título de recomposição do poder de compra.

Parágrafo único. Para os benefícios concedidos pela Previdência Social a partir de 1º de julho de 1999, o reajuste nos termos do "caput" dar-se-á de acordo com os percentuais indicados no Anexo a esta Lei."

ANEXO

até Junho / 1999	11,02%
até Julho / 1999	10,50%
até Agosto / 1999	9,98%
até Setembro / 1999	9,47%
até Outubro / 1999	8,93%
até Novembro / 1999	8,44%
até Dezembro / 1999	7,92%
até Janeiro / 2000	7,42%
até Fevereiro / 2000	6,92%
até Março / 2000	6,41%
até Abril / 2000	5,92%
até Maio / 2000	5,42%

Recebi o original
em ____/____/____ às ____ horas.
Nome: _____
Matrícula: _____

JUSTIFICAÇÃO

A reposição de 5,81% fixada na Medida Provisória, que é baseada tão somente na variação acumulada do INPC nos doze meses anteriores ao reajustes, é totalmente insuficiente para assegurar o que manda a CF, quando sabemos que a inflação medida pelo IGP-DI, que é o índice utilizado para reajustar os benefícios em atraso, supera 16%. Mais do que isso: as perdas acumuladas pelos aposentados e pensionistas, e jamais reposta pelo Governo, supera 33%. A presente emenda visa amenizar essas perdas, antes de tudo assegurado, aos benefícios previdenciários, pelo menos o mesmo reajuste concedido ao salário mínimo a partir de abril de 2000.

SENADO FEDERAL
Subs. Coord. Legisl. do C. N.
Fls. 78

Sala das Sessões, 29/05/2000

DER. PROFESSOR WIZIUKO
PT/SP

Serviço de Comissões Mistas
MPV 2022-17 de 2000
Fls. 108

SENADO FEDERAL
Subs. Coord. Legisl. do C. N.
MPV 2185-33/2001
Fls. 76

SENADO FEDERAL
Subs. Coord. Legisl. do C. N.
MPV 2118-26/2000
Fls. 74



CONGRESSO NACIONAL

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MP 2.022-17

000057

DATA
29/05/2000PROPOSIÇÃO
MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.022-17AUTOR
Deputado ARNALDO FARIA DE SÁNº PRONTUÁRIO
337

1 () SUPRESSIVA

2 () SUBSTITUTIVA

3 (X) MODIFICATIVA

4 () ADITIVA

5 () SUBSTITUTIVO GLOBAL

PÁGINA
01/01ARTIGO
19

PARÁGRAFO

INCISO

ALÍNEA

TEXTO

Suprima-se do art. 19 da Medida Provisória nº 2.022-17, de 24 de maio de 2000, a alteração proposta ao art. 41 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

JUSTIFICAÇÃO

O art. 19 da Medida Provisória nº 2.022-17, de 24 de maio de 2000, altera a redação dos arts. 41, 96 e 134 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre os planos de benefícios da Previdência Social.

Não somos contrários às modificações propostas aos arts. 96 e 134, haja vista que a primeira delas objetiva reduzir os juros pagos pelos trabalhadores que desejem comprovar tempo de contribuição em atraso, enquanto a segunda alteração é meramente redacional.

Por outro lado, posicionamo-nos contrariamente à modificação proposta ao art. 41, a qual objetiva estabelecer as regras para o reajustamento dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social a partir de junho de 2001, prejudicando sobremaneira os aposentados e pensionistas. De fato, ao determinar que o reajuste terá por base índice a ser definido em regulamento, transfere-se unicamente ao Poder Executivo, sem qualquer participação do Poder Legislativo, a tarefa de fixar o índice e o percentual de reajuste dos beneficiários do RGPS a partir de 2001. Além disso, a alteração propugnada retira do texto da lei a obrigatoriedade dos reajustes serem tais que preservem em caráter permanente o seu valor real. Por último, torna anual os reajustes dos benefícios, desconsiderando novos cenários econômicos nos quais a inflação pode voltar a elevar-se de forma significativa.

Diante do exposto, estamos convictos da necessidade da aprovação da Emenda de nossa autoria que pretende a retirada do art. 19 da Medida Provisória nº 2.022, de 24 de maio de 2000, da alteração imposta ao art. 41 da Lei nº 8.213/91, preservando as demais alterações contidas no referido dispositivo.

Recebi o original

em ____/____/____, às ____ horas.

Nome: _____

Matrícula: _____

Serviço de Comissão Mista

MPV 2022-17 de 2000

Fls. 109

Assinatura

Subs. Coord. Geral do C. N.

Fls. 79

ARNALDO FARIA DE SÁ
Deputado Federal/SPNACIONAL
b2
MPV 2185-33/2000
00634900.056
77NACIONAL
b2
MPV 2185-33/2000
006349
75



APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MP 2.022-17

000058

2	DATA	3	PROP.
4	AUTOR	5	Nº PRONTUÁRIO
6	TIPO 1 <input type="checkbox"/> - SUPRESSIVA 2 <input type="checkbox"/> - SUBSTITUTIVA 3 <input type="checkbox"/> - MODIFICATIVA 4 <input type="checkbox"/> - ADITIVA 9 <input type="checkbox"/> - SUBSTITUTIVO GLOBAL		
7	PÁGINA	8	ARTIGO PARÁGRAFO INCÍSO ALÍNEA

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.022-17, de 23 de maio de 2000-05-26

EMENDA MODIFICATIVA

Dê-se ao art. 41 da Lei nº 8.213, de 1991, alterado pelo art. 19 da Medida Provisória a seguinte redação:

"Art. 41. Os valores dos benefícios em manutenção serão reajustados, a partir de 1º de junho de 2001, de acordo com as seguintes normas:

I – reajustamento para preservação, em caráter permanente, do valor real do benefício, na data de sua concessão;

II – atualização no mínimo, a cada doze meses, de acordo com a variação média acumulada, desde o reajustamento anterior, dos índices de preços ao consumidor apurados pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, Fundação Getúlio Vargas e Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas – FIPE, destinados a aferir o poder de compra de famílias com renda de até 10 vezes o piso de benefícios da previdência social;

§ 8º Para os benefícios que tenham sofrido majoração devido à elevação do salário mínimo, o referido aumento deverá ser descontado quando da aplicação do disposto no **caput**, de acordo com normas a serem baixadas pelo Ministério da Previdência e Assistência Social."

JUSTIFICAÇÃO

Além de inconstitucional, por delegar ao Poder Executivo matéria de competência do Congresso, a redação original da Medida Provisória não estabelece critérios claros e objetivos para o reajustamento, deixando ao livre arbítrio do MPAS definir qual será o percentual do reajuste, inclusive mediante a "escolha" do índice que tenha a menor variação, como foi proposto pela Medida Provisória. De fato, nos últimos anos o INPC tem sido o índice com variação menor, e por isso – após ter sucessivamente escolhido o IRSM, o PC-R, o IGP-DI e até o IGP-M – o Governo o elegeu para fixar o reajuste. Mas não é esse um critério justo, pois reflete postura casuista e contrária ao que determina a Constituição. Assim, propomos que o reajuste seja o resultado da média de índices de inflação apurados pelo IBGE, FGV e FIPE que tenham validade para famílias com renda de até R\$ 1.510,00. E essa regra precisa desde logo ser fixada, para que não haja no futuro novas surpresas e mais achatamento do valor dos benefícios.

Salas das Sessões, 29 de Maio de 2000
Deputado Paulo Paim – PT/RS

ASSINATURA

Recebi o original

em ____/____/____, às ____ horas

Nome: _____

Matrícula: _____

Serviço de Comissões Mistas

MPV nº 2022-17 de 2000

Fls. 110

SENADO FEDERAL

Subs. Coord. Legis. do C. N.

MPV 2022-17-33/2000

Fls. 78

SENADO FEDERAL

Subs. Coord. Legis. do C. N.

MP-2118-26/2000

Fls. 76

Subs. Coord. Legis. do C. N.

MPV 2.043-19/2000

Fls. 80

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.022-17, de 23 de maio de 2000-05-26

EMENDA MODIFICATIVA

Dê-se ao art. 41 da Lei nº 8.213, de 1991, alterado pelo art. 19 da Medida Provisória a seguinte redação:

"Art. 41. Os valores dos benefícios em manutenção serão reajustados, a partir de 1º de junho de 2001, de acordo com as seguintes normas:

I – reajustamento para preservação, em caráter permanente, do valor real do benefício, na data de sua concessão;

II – atualização no mínimo, a cada doze meses, de acordo com a variação média acumulada, desde o reajustamento anterior, dos índices de preços ao consumidor apurados pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, Fundação Getúlio Vargas e Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas – FIPE, destinados a aferir o poder de compra de famílias com renda de até 10 vezes o piso de benefícios da previdência social;

§ 8º Para os benefícios que tenham sofrido majoração devido à elevação do salário mínimo, o referido aumento deverá ser descontado quando da aplicação do disposto no caput, de acordo com normas a serem baixadas pelo Ministério da Previdência e Assistência Social."

JUSTIFICAÇÃO

Além de inconstitucional, por delegar ao Poder Executivo matéria de competência do Congresso, a redação original da Medida Provisória não estabelece critérios claros e objetivos para o reajustamento, deixando ao livre arbítrio do MPAS definir qual será o percentual do reajuste, inclusive mediante a "escolha" do índice que tenha a menor variação, como foi proposto pela Medida Provisória. De fato, nos últimos anos o INPC tem sido o índice com variação menor, e por isso – após ter sucessivamente escolhido o IRSM, o PC-R, o IGP-DI e até o IGP-M – o Governo o elegeu para fixar o reajuste. Mas não é esse um critério justo, pois reflete postura casuista e contrária ao que determina a Constituição. Assim, propomos que o reajuste seja o resultado da média de índices de inflação apurados pelo IBGE, FGV e FIPE que tenham validade para famílias com renda de até R\$ 1.510,00. E essa regra precisa desde logo ser fixada, para que não haja no futuro novas surpresas e mais achatamento do valor dos benefícios.

SENADO FEDERAL
Subs. Coord. Legisl. do C. N.
MPV 2.185-33/2001
Fls. 79

Sala das Sessões, 24/05/2000

Recebi o original
em ____/____/____, às ____ horas.
Nome: _____
Matrícula: _____

Serviço de Comissões Mistas
UPV 202-17/2000
Fls. 111

SENADO FEDERAL
Subs. Coord. Legisl. do C. N.
Fls. 81

DEP. PROFESSOR WIZINHO
PT/SP

SENADO FEDERAL
Subs. Coord. Legisl. do C. N.
MP- 2.118-26/2000
Fls. 77

MP 2.022-17

000060

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.022-17, de 23 de maio de 2000-05-20

EMENDA SUPRESSIVA

Suprima-se, do art. 25 da Medida Provisória, a revogação do § 2º do art. 41 da Lei nº 8.213/91, assim redigido:

Art. 41.

§ 2º Na hipótese de se constatar perda de poder aquisitivo com a aplicação do disposto neste artigo, o Conselho Nacional de Seguridade Social-CNSS poderá propor um reajuste extraordinário para recompor esse valor, sendo feita igual recomposição das faixas e limites fixados para os salários-de-contribuição.

JUSTIFICAÇÃO

A revogação do dispositivo supra transcrito é um grave retrocesso, pois tenta consolidar a extinção do Conselho Nacional de Seguridade Social, operada por medida provisória, e ilegitimamente, em prejuízo do caráter descentralizado e democrático da gestão da seguridade social. Essa revogação impedirá que o CNSS possa, como fez em 1996, apontar a existência de defasagens a serem corrigidas. É um empecilho à política de desmonte da previdência social e redução dos valores de benefícios, e a sociedade brasileira, os aposentados e os pensionistas rejeitam com veemência essa medida.

Sala das Sessões, 24/05/2000

X DEP. PROFESSOR WILSON
PT/SP

Recebi o original
em ____/____/____
Nome: _____
Matrícula: _____
SENADO FEDERAL
Subs. Coord. Legal do C. N.
Fls. 28

SENADO FEDERAL
Subs. Coord. Legal do C. N.
Fls. 82

Serviço de Comissões Mistas
MPV nº 2022-17 de 2000
Fls. 112

SENADO FEDERAL
Subs. Coord. Legal do C. N.
MPV 2.185-33/2001
Fls. 80



APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MP 2.022-17

000061

2	DATA	3	PROPOSIÇÃO
4	AUTOR	5	Nº PRONTUÁRIO
6	TIPO 1 <input type="checkbox"/> - SUPRESSIVA 2 <input type="checkbox"/> - SUBSTITUTIVA 3 <input type="checkbox"/> - MODIFICATIVA 4 <input type="checkbox"/> - ADITIVA 9 <input type="checkbox"/> - SUBSTITUTIVO GLOBAL		
7	PÁGINA	8	ARTIGO PARÁGRAFO INCISO ALÍNEA

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.022-17, de 23 de maio de 2000-05-26

EMENDA SUPRESSIVA

Suprima-se, do art. 25 da Medida Provisória, a revogação do § 2º do art. 41 da Lei nº 8.213/91, assim redigido:

Art. 41.

§ 2º Na hipótese de se constatar perda de poder aquisitivo com a aplicação do disposto neste artigo, o Conselho Nacional de Seguridade Social-CNSS poderá propor um reajuste extraordinário para recompor esse valor, sendo feita igual recomposição das faixas e limites fixados para os salários-de-contribuição.

JUSTIFICAÇÃO

A revogação do dispositivo supra transcrito é um grave retrocesso, pois tenta consolidar a extinção do Conselho Nacional de Seguridade Social, operada por medida provisória, e ilegitimamente, em prejuízo do caráter descentralizado e democrático da gestão da seguridade social. Essa revogação impedirá que o CNSS possa, como fez em 1996, apontar a existência de defasagens a serem corrigidas. É um empecilho à política de desmonte da previdência social e redução dos valores de benefícios, e a sociedade brasileira, os aposentados e os pensionistas rejeitam com veemência essa medida.

Salas das Sessões, 29 de Maio de 2000
Deputado Paulo Paim – PT/RS

SENADO FEDERAL
Subs. Coord. Legisl. do C. N.
Fls. 83

Serviço de Comissões Mistas
MPV nº 2022-17 de 2000
Fls. 115

10	SENADO FEDERAL Subs. Coord. Legisl. do C. N. MPV nº 2022-17 de 2000 Fls. 79	ASSINATURA
----	--	------------

O TEXTO DEVE SER DATILOGRAFADO E APRESENTADO EM 4 VIAS



APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MP 2.022-17

000062

2 DATA
29 / 05 / 003 PROPOSIÇÃO
MP 2022-17/20004 AUTOR
DEP. PAULO PAIM5 Nº PRONTUÁRIO
5106 TIPO
1 ☐ - SUPRESSIVA 2 ☐ - SUBSTITUTIVA 3 ☒ - MODIFICATIVA 4 ☐ - ADITIVA 9 ☐ - SUBSTITUTIVO GLOBAL7 PÁGINA
8 ARTIGO PARÁGRAFO INCISO ALÍNEA

9 TEXTO

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.022-17, de 23 de maio de 2000-05-26

EM ANEXO

EMENDA ADITIVA

Inclua-se, onde couber, o seguinte artigo:

“Art. Os benefícios de aposentadoria e pensão concedidos até 31 de agosto de 1993, bem assim os benefícios decorrentes de aposentadoria concedida até essa data, serão reajustados, em 1º de junho de 2000, em 33,47% (trinta e três virgula quarenta e sete por cento).

Parágrafo único. Para os benefícios concedidos pela previdência social a partir de 1º de setembro de 1993, o reajuste nos termos do “caput” dar-se-á de acordo com percentuais “pro rata”, fixados em ato do Poder Executivo, observada a data de início do benefício.”

JUSTIFICAÇÃO

O não cumprimento da Constituição vem acarretando perdas cumulativas, que não podem ser ignoradas. Segundo a Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas, essas perdas são superiores a 33%, desde agosto de 1993. A presente emenda visa assegurar essa recomposição, dando total cumprimento ao que determina o art. 194, inciso IV da Constituição.

SENADO FEDERAL

Subs. Coord. Legisl. do C. N.

MPV 2.185-33/2000
Fls. 82Sala das Sessões, 29 de Maio de 2000
Deputado Paulo Paim - PT/RS

SENADO FEDERAL

Subs. Coord. Legisl. do C. N.

MPV 2.043-19/2000
Fls. 84

Recebi o original

em 1 / 1, às 1 horas.

Nome:

Matrícula:

Serviço de Comissões Mistas

MPV nº 2022-17/2000

Fls. 119

10

ASSINATURA

SENADO FEDERAL

Subs. Coord. Legisl. do C. N.

MP-2118-26/2000
Fls. 80

O TEXTO DEVE SER DATILOGRAFADO E APRESENTADO EM 4 VIAS



APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MP 2.022-17

000063

2	DATA	3	PROPO:
4	AUTOR	5	Nº PRONTUÁRIO
6	TIPO 1 <input type="checkbox"/> - SUPRESSIVA 2 <input type="checkbox"/> - SUBSTITUTIVA 3 <input type="checkbox"/> - MODIFICATIVA 4 <input type="checkbox"/> - ADITIVA 9 <input type="checkbox"/> - SUBSTITUTIVO GLOBAL		
7	PÁGINA	8	ARTIGO PARÁGRAFO INCISO ALÍNEA

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.022-17, de 23 de maio de 2000-05-26

EMENDA ADITIVA

Inclua-se, onde couber, o seguinte artigo:

“Art. O art. 11 da Lei nº 9.711, de 20 de novembro de 1998, passa a vigorar com a seguinte redação:

‘Art. 11. Os benefícios mantidos pela Previdência Social serão reajustados, a partir de 2001, inclusive, em 1º de maio de cada ano.’”

JUSTIFICAÇÃO

A alteração da data-base dos reajustes previdenciários para junho de cada ano implicou na separação entre as datas de reajuste de benefícios, em função do seu valor. Isso além de prejudicar as reinvidicações dos aposentados e pensionistas, também causa dificuldades na avaliação e aplicação dos reajustes devidos. A nossa proposta, portanto, é de que a data-base retorne ao mês de maio de cada ano.

Sala das Sessões, 29 de Maio de 2000
Deputado Paulo Paim – PT/RS

Recebi o original
em ____/____/____, às ____ horas
Nome: _____
Matrícula: _____

SENADO FEDERAL
Subs. Coord. Legisl. do C. N.
MPV 2185-33-19/2000
Fls. 85

Serviço de Comunicação
MPV 2022-17 de 2000
Fls. 15

SENADO FEDERAL
Subs. Coord. Legisl. do C. N.
MPV 2118-26/2000
Fls. 81

ASSINATURA

O TEXTO DEVE SER DATILOGRAFADO E APRESENTADO EM 4 VIAS

SENADO FEDERAL
Subs. Coord. Legisl. do C. N.
MPV 2185-33-19/2000
Fls. 83



CONGRESSO NACIONAL

ETIQUETA

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data
26/06/2000proposição
Medida Provisória nº 2.022-18 de 21/06/2000autor
Deputado Rubem Medinanº do prontuário
3251 ☐ Supressiva 2. ☐ substitutiva 3. ☐ modificativa 4. ☒ aditiva 5. ☐ Substitutivo global

Página 2/2

Artigo 1º

Parágrafo

Inciso

alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

JUSTIFICAÇÃO

Desde a Constituição de 1988, Estados, Distrito Federal e Municípios são considerados entes federativos de igual status jurídico-constitucional. Portanto, não há razão para dar tratamento desigual a Estados, Distrito Federal e Municípios, estabelecendo-se diferentes formas para a apuração do saldo devedor de suas dívidas mobiliárias refinanciadas junto ao Governo Federal.

A Lei 9496/97, que rege os financiamentos dos Estados e Distrito Federal determina que, para apuração do valor refinanciado relativo à dívida mobiliária interna (exceto a resultante de emissões para pagamento de precatórios judiciais), as condições financeiras do crédito poderão retroagir a 30/09/97. Isto significa que se torne o saldo devedor nesta data e que se corrija pelas condições do contrato até a data de assinatura da operação de refinanciamento. Na prática, concede-se uma redução do saldo devedor em montante geralmente substancial. Ocorre que tal permissão não consta da legislação aplicada aos municípios.

O proposto nos parágrafos 7º e 8º, ora inseridos no art. 1º da Medida Provisória nº 2022-18, de 21 de junho de 2000, visa corrigir esta desigualdade de condições financeiras observada na legislação de refinanciamento das dívidas dos Estados e do Distrito Federal face à dos Municípios, que impôs a estes pesada desvantagem.

Recebi o original
em ____/____/____, às ____ horas.
Nome: _____
Matricula: _____

SENADO FEDERAL
Subs. Coord. Legisl. do C. N.
MP- 2118-26/2000
Fls. 82

PARLAMENTAR

Serviço de Comissões Mistas
MPV 2043-19/2000
Fls. 178

SENADO FEDERAL
Subs. Coord. Legisl. do C. N.
MPV 2183-33/2001
Fls. 84

SENADO FEDERAL
Subs. Coord. Legisl. do C. N.
MPV 2043-19/2000
Fls. 86



CONGRESSO NACIONAL

MP 2.022-18

000064

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data
26/06/2000proposição
Medida Provisória nº 2.022-18 de 21/06/2000autor
Deputado Rubem Medinanº do prontuário
3251 ☐ Supressiva 2. ☐ substitutiva 3. ☐ modificativa 4. ☒ aditiva 5. ☐ Substitutivo global

Página 01/02

Artigo 1º

Parágrafo

Inciso

alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Insiram-se os parágrafos 7º e 8º ao art. 1º da Medida Provisória nº 2.022-18, de 21 de junho de 2000:

“Art. 1º Fica a União autorizada, até 15 de junho de 2000, a assumir as seguintes obrigações de responsabilidade dos Municípios:

§ 7º Para apuração do valor refinanciado relativo à dívida mobiliária, com exceção da referida no Art. 4º, as condições básicas estabelecidas no caput poderão retroagir até 30 de setembro de 1997.

§ 8º Para ajustamento de contratos assinados em data anterior a esta lei, o montante da dívida mobiliária inicialmente refinanciado será recalculado, abatendo-se a diferença encontrada, corrigida pelas condições do contrato, do saldo devedor na data do ajustamento.”

Recebi o original
em ____/____/____, às ____ horas.
Nome: _____
Matrícula: _____

SENADO FEDERAL
Subs. Coord. Legis. do C. N.
MP-2022-18-26/2000
Fls. 83

Serviço de Comissões Mistas
do Senado Federal
Fls. 177

PARLAMENTAR

SENADO FEDERAL
Subs. Coord. Legis. do C. N.
MPV 2185-33/2001
Fls. 85

SENADO FEDERAL
Subs. Coord. Legis. do C. N.
MPV 2043-19/2000
Fls. 87

CONGRESSO NACIONAL

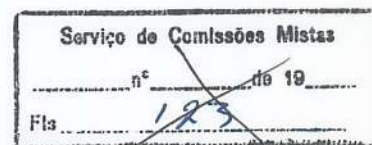
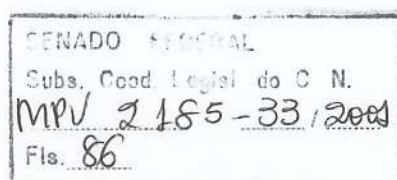
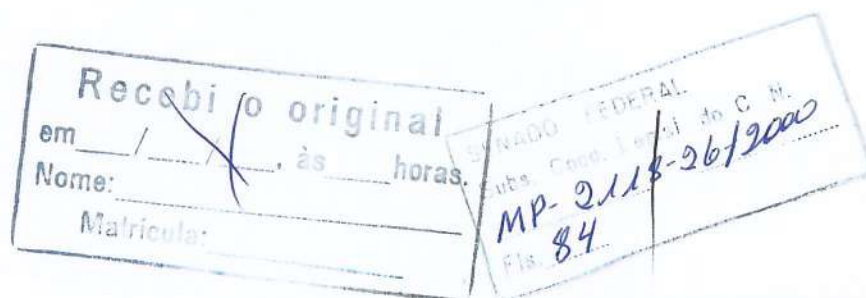
EMENDAS ADICIONADAS PERANTE A COMISSÃO MISTA DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº. 2.043-20, DE 28 DE JULHO DE 2000 E PUBLICADA NO DIA 29 DO MESMO MÊS E ANO QUE "ESTABELECE CRITÉRIOS PARA CONSOLIDAÇÃO, A ASSUNÇÃO E O REFINANCIAMENTO, PELA UNIÃO, DA DÍVIDA PÚBLICA MOBILIÁRIA E OUTRAS QUE ESPECIFICA, DE RESPONSABILIDADE DOS MUNICÍPIOS".

CONGRESSISTAS	EMENDAS NÚMEROS
DEPUTADO RUBEM MEDINA	067.
DEPUTADO WALTER PINHEIRO	065, 066.

SACM.

EMENDAS APRESENTADAS: 64
EMENDAS ADICIONADAS: 03
TOTAL DE EMENDAS: 67

RELATOR:



MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.043-20, de 28 de julho de 2000

EMENDA MODIFICATIVA

Dê-se ao § 2º do art. 1º da Lei nº 9.717, de 27 de novembro de 1998, alterada pelo art. 20 da Medida Provisória, a seguinte redação:

"Art. 1º.

§ 2º. O disposto no parágrafo anterior não se aplica aos Municípios que tenham constituído regime próprio de previdência social destinado a atender servidor público titular de cargo efetivo."

JUSTIFICAÇÃO

A redação do § 2º do art. 1º da Lei nº 9.717/98, ora introduzido pela Medida Provisória, ignora uma questão fundamental: a manutenção e constituição de regimes próprios de previdência pelos Municípios é automática quando adotado o regime estatutário para os seus servidores. Essa exigência decorre da garantia de benefícios previdenciários específicos aos servidores **ocupantes de cargos efetivos**, o que impede que uma lei possa **proibir** ou **limitar** o exercício da autonomia municipal quando define o regime jurídico de seus servidores. Caso um município que hoje adota regime celetista venha a adotar o regime estatutário, a partir daí seus servidores estarão cobertos por **regime próprio** de previdência, já que o RGPS não assegura os benefícios do art. 40 da CF, que são **garantidos** aos ocupantes de cargos efetivos. Portanto, a parte final do § 2º deve ser suprimida, posto que é *inconstitucional*.

Sala das Sessões, 10/08/2000

DEP. WALTER FIUZEIRO
PT/BA

Recebi o original
em ____/____/____ de ____ horas.
Nome: _____
Matrícula: _____

SENADO FEDERAL
Subs. Coord. Legisl. do C. N.
MP 2043-20/2000
Fls. 85

SENADO FEDERAL
Subs. Coord. Legisl. do C. N.
MPV 2.185-33/2001
Fls. 87

Serviço de Comissões Mistas
nº ____ de ____
Fls. 124

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.043-20, de 28 de julho de 2000

EMENDA MODIFICATIVA

Dê-se ao inciso X do art. 1º da Lei nº 9.717, de 27 de novembro de 1998, alterada pelo art. 20 da Medida Provisória, a seguinte redação:

"Art. 1º.

X - vedação de inclusão nos benefícios, para efeito de cálculo e percepção destes, de parcelas remuneratórias pagas em decorrência de função de confiança, de cargo em comissão ou de local de trabalho, exceto quando incorporadas por força de lei à remuneração permanente do servidor quando em atividade.

....."

JUSTIFICAÇÃO

Embora sadio o princípio contemplado no inciso X do art. 1º da Lei nº 9.717/98, ora introduzido pela Medida Provisória, é preciso deixar claro que não serão afetadas as vantagens que já se incorporaram à remuneração do servidor, sob pena de ofensa ao art. 40, § 8º da CF, que assegura a aposentadoria integral com a remuneração percebida na data da aposentadoria inerente ao exercício do cargo.

Sala das Sessões, 28/07/2000

DEP. WALTER PINHEIRO
PT/BA

Recebi o original
em ____/____/____, às ____ horas.
Nome: _____
Nº de matrícula: _____

SENADO FEDERAL
Subs. Coord. Legisl. do C. N.
MPV 2.043-20/2000
Fls. 86

SENADO FEDERAL
Subs. Coord. Legisl. do C. N.
MPV 2.043-20/2000
Fls. 88

Serviço de Comissões Mistas
____ de ____ de 19____
Fls. 125



CONGRESSO NACIONAL

MP 2043-20

000067

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 01/08/2000	proposição Medida Provisória nº 2043-20 de 28/07/2000
autor Deputado Rubem Medina	nº do prontuário 325

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página 1/2	Artigos 1º	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Insiram-se os parágrafos 7º, 8º e 9º ao art. 1º da Medida Provisória nº 2.043-20, de 28 de julho de 2000:

“Art. 1º Fica a União autorizada, até 15 de junho de 2000, a assumir as seguintes obrigações de responsabilidade dos Municípios:

§ 7º Para apuração do valor refinanciado relativo à dívida mobiliária interna, com exceção da referida no Art. 4º, as condições básicas estabelecidas no caput poderão retroagir até 30 de setembro de 1997.

§ 8º Para o ajustamento de contratos assinados em data anterior a esta lei, o montante da dívida mobiliária inicialmente refinanciado será recalculado, abatendo-se a diferença encontrada, corrigida pelas condições do contrato, do saldo devedor na data da celebração do contrato de Confissão, Promessa de Assunção, Consolidação e Refinanciamento de Dívidas Mobiliárias.

§ 9º A diferença entre o valor da prestação efetivamente desembolsado, relativo ao serviço da dívida refinanciada, nos termos desta Medida Provisória, e o valor da prestação recalculada de acordo com o contrato ajustado será atualizada e poderá ser deduzida das prestações vincendas, sendo que para todos os cálculos devem-se utilizar as condições contratuais vigentes.”

PARLAMENTAR

--

Recebi o original
em ____/____/____, às ____ horas.
Nome: _____
Matrícula: _____

SENADO FEDERAL
Subs. Coord. Legisl. do C. N.
MPV 2185-33/2001
Fls. 89

SENADO FEDERAL
Subs. Coord. Legisl. do C. N.
MP-2185-33/2001
Fls. 87

Serviço de Comissões Mistas
nº ____ de 19 ____
Fls. 126



CONGRESSO NACIONAL

ETIQUETA

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 01/08/2000	proposição Medida Provisória nº 2043-20 de 28/07/2000
autor Deputado Rubem Medina	nº do prontuário 325

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página 2/2	Artigo 1º	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

JUSTIFICAÇÃO

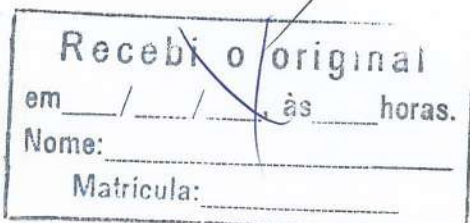
Desde a Constituição de 1988, Estados, Distrito Federal e Municípios são considerados entes federativos de igual status jurídico-constitucional. Portanto, não há razão para dar tratamento desigual a Estados, Distrito Federal e Municípios, estabelecendo-se diferentes formas para a apuração do saldo devedor de suas dívidas mobiliárias refinanciadas junto ao Governo Federal.

A Lei 9496/97, que rege os financiamentos dos Estados e Distrito Federal determina que, para apuração do valor refinanciado relativo à dívida mobiliária interna (exceto a resultante de emissões para pagamento de precatórios judiciais), as condições financeiras do crédito poderão retroagir a 30/09/97. Isto significa que o saldo devedor nesta data seja corrigido pelas condições do contrato até a data de assinatura da operação de refinanciamento. Na prática, concede-se uma redução do saldo devedor em montante geralmente substancial. Para os Estados este benefício significou reduções de até 30% do saldo devedor. Ocorre que tal permissão não consta da legislação aplicada aos municípios.

O proposto nos parágrafos 7º, 8º e 9º, ora inseridos no art. 1º da Medida Provisória nº 2043-20, de 28 de julho de 2000, visa corrigir esta desigualdade de condições financeiras observada na legislação de refinanciamento das dívidas dos Estados e do Distrito Federal face à dos Municípios, que impôs a estes pesada desvantagem.

PARLAMENTAR

<i>[Assinatura]</i>



CONGRESSO NACIONAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE COMISSÕES
SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS

EMENDA APRESENTADA PERANTE A COMISSÃO MISTA DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A **MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.043-21**, ADOTADA EM 25 DE AGOSTO DE 2000 E PUBLICADA NO DIA 28 DO MESMO MÊS E ANO, QUE "ESTABELECE CRITÉRIOS PARA CONSOLIDAÇÃO, A ASSUNÇÃO E O REFINANCIAMENTO, PELA UNIÃO, DA DÍVIDA PÚBLICA MOBILIÁRIA E OUTRAS QUE ESPECIFICA, DE RESPONSABILIDADE DOS MUNICÍPIOS":

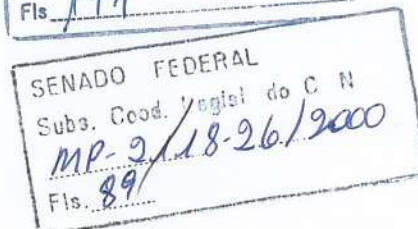
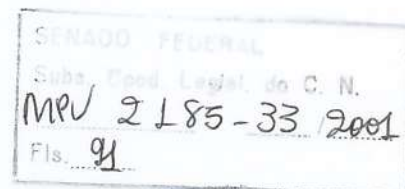
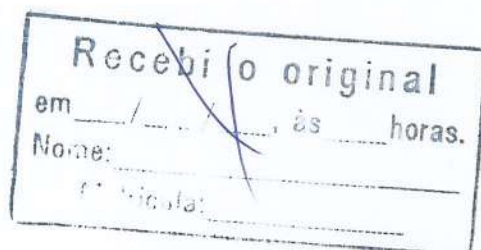
CONGRESSISTA	EMENDA Nº
Deputado RUBEM MEDINA	068.

SACM

TOTAL DE EMENDAS – 068

Convalidadas – 067

Adicionadas - 001





CONGRESSO NACIONAL

MP 2.043-21

000068

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 01/08/2000	proposição Medida Provisória nº 2043-21 de 25/08/2000
--------------------	--

autor Deputado Rubem Medina	nº do prontuário 325
--------------------------------	-------------------------

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página 1/2	Artigos 1º	Parágrafo	Inciso	alínea
------------	------------	-----------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Insiram-se os parágrafos 7º, 8º e 9º ao art. 1º da Medida Provisória nº 2.043-21, de 25 de agosto de 2000:

“Art. 1º Fica a União autorizada, até 15 de junho de 2000, a assumir as seguintes obrigações de responsabilidade dos Municípios:

§ 7º Para apuração do valor refinanciado relativo à dívida mobiliária interna, com exceção da referida no Art. 4º, as condições básicas estabelecidas no caput poderão retroagir até 30 de setembro de 1997.

§ 8º Para o ajustamento de contratos assinados em data anterior a esta lei, o montante da dívida mobiliária inicialmente refinanciado será recalculado, abatendo-se a diferença encontrada, corrigida pelas condições do contrato, do saldo devedor na data da celebração do contrato de Confissão, Promessa de Assunção, Consolidação e Refinanciamento de Dívidas Mobiliárias.

§ 9º A diferença entre o valor da prestação efetivamente desembolsado, relativo ao serviço da dívida refinanciada, nos termos desta Medida Provisória, e o valor da prestação recalculada de acordo com o contrato ajustado será atualizada e poderá ser deduzida das prestações vincendas, sendo que para todos os cálculos devem-se utilizar as condições contratuais vigentes.”

SENADO FEDERAL
Subs. Coord. Leg. do C. N.
MPV 2185-33/2001
Fls. 92

PARLAMENTAR

SENADO FEDERAL
Subs. Coord. Leg. do C. N.
MPV 2148-26/2000
Fls. 90

Recebi o original
em _____ as _____ horas.
Nome: _____
Matrícula: _____

Serviço de Comissões Mistas
MPV nº 2043-21 de 2000
Fls. 142



CONGRESSO NACIONAL

ETIQUETA

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data
01/08/2000

proposição
Medida Provisória nº 2043-21 de 25/08/2000

autor
Deputado Rubem Medina

nº do prontuário
325

1 ☐ Supressiva 2. ☐ substitutiva 3. ☐ modificativa 4. ☐ aditiva 5. ☐ Substitutivo global

Página 2/2

Artigo 1º

Parágrafo

Inciso

alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

JUSTIFICAÇÃO

Desde a Constituição de 1988, Estados, Distrito Federal e Municípios são considerados entes federativos de igual status jurídico-constitucional. Portanto, não há razão para dar tratamento desigual a Estados, Distrito Federal e Municípios, estabelecendo-se diferentes formas para a apuração do saldo devedor de suas dívidas mobiliárias refinanciadas junto ao Governo Federal.

A Lei 9496/97, que rege os financiamentos dos Estados e Distrito Federal determina que, para apuração do valor refinanciado relativo à dívida mobiliária interna (exceto a resultante de emissões para pagamento de precatórios judiciais), as condições financeiras do crédito poderão retroagir a 30/09/97. Isto significa que o saldo devedor nesta data seja corrigido pelas condições do contrato até a data de assinatura da operação de refinanciamento. Na prática, concede-se uma redução do saldo devedor em montante geralmente substancial. Para os Estados este benefício significou reduções de até 30% do saldo devedor. Ocorre que tal permissão não consta da legislação aplicada aos municípios.

O proposto nos parágrafos 7º, 8º e 9º, ora inseridos no art. 1º da Medida Provisória nº 2043-21, de 25 de agosto de 2000, visa corrigir esta desigualdade de condições financeiras observada na legislação de refinanciamento das dívidas dos Estados e do Distrito Federal face à dos Municípios, que impôs a estes pesada desvantagem.

SENADO FEDERAL
Subs. Coord. Legis. do C. N.
MPV 2185-33/2001
Fls. 93

PARLAMENTAR

Recebi o original
em ____/____/____, às ____ horas.
Nome: _____
Matrícula: _____

Serviço de Comissões Mistas
MPV nº 2043-21 de 2000
Fls. 173

CONGRESSO NACIONAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE COMISSÕES
Serviço de Apoio às Comissões Mistas

EMENDAS ADICIONADAS PERANTE A COMISSÃO MISTA, DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A **MEDIDA PROVISÓRIA N.º 2.118-27**, ADOTADA EM 26 DE JANEIRO DE 2001 E PUBLICADA NO DIA 27 DO MESMO MÊS E ANO, QUE "ESTABELECE CRITÉRIOS PARA CONSOLIDAÇÃO, A ASSUNÇÃO E O REFINANCIAMENTO, PELA UNIÃO, DA DÍVIDA PÚBLICA MOBILIÁRIA E OUTRAS QUE ESPECIFICA, DE RESPONSABILIDADE DOS MUNICÍPIOS":

CONGRESSISTAS	EMENDAS N.ºS
Senadora HELOÍSA HELENA.....	072.
Deputado WALDEMIR MOKA.....	069 070 071.

SACM

EMENDAS CONVALIDADAS: 068

EMENDAS ADICIONADAS: 004

TOTAL DE EMENDAS: 072





CONGRESSO NACIONAL

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

ETIQUETA

MP 2.118-27

000069

Data
01/02/2001

Proposição
Medida Provisória nº 2118-27 de 26 de janeiro de 2001

Autor
DEPUTADO WALDEMIR MOKA

Nº Prontuário
439

1. ☐ Supressiva 2. ☐ Substitutiva 3. ☐ Modificativa 4. ☒ Aditiva 5. ☐ Substitutivo Global

Página
1/1

Artigo
2º

Parágrafo
8º

Inciso

Alínea

TEXTO/JUSTIFICAÇÃO

ESTABELECE CRITÉRIOS PARA A CONSOLIDAÇÃO, A ASSUNÇÃO E O REFINANCIAMENTO, PELA UNIÃO, DA DÍVIDA PÚBLICA MOBILIÁRIA E OUTRAS QUE ESPECIFICA, DE RESPONSABILIDADE DOS MUNICÍPIOS.

PROPOSTA:

Art. 2º AS DIVIDAS ASSUMIDAS PELA UNIÃO SERÃO REFINANCIADAS AOS MUNICÍPIOS, OBSERVANDO-SE O SEGUINTE:

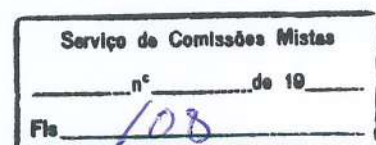
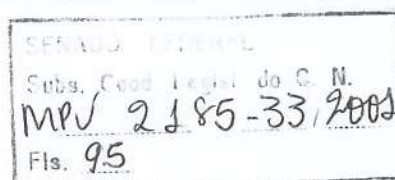
§ 8º AS DESPESAS EFETUADAS PELOS MUNICÍPIOS PARA IMPLEMENTAÇÃO DE PROGRAMA DE DEMISSÃO INCENTIVADA DOS SERVIDORES PÚBLICOS, PARA ADEQUAÇÃO DE SUAS DESPESAS COM PESSOAL AOS LIMITES ESTABELECIDOS NA LEGISLAÇÃO EM VIGOR, SERÃO DEDUZIDAS DAS PARCELAS MENSAIS DO REFINANCIAMENTO CONTRATADO. (AC)

JUSTIFICAÇÃO

A presente Emenda visa criar condições para que os Municípios se adequem aos limites de despesa com Pessoal impostos pela Lei Complementar 101, de 04.05.2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal). Como sabemos, os programas de demissão incentivada, quando de sua implementação, representam um pesado ônus para a administração pública, mas que é compensado pela redução posterior de gastos. A capacidade de os municípios implementarem os ajustes necessários, porém, fica limitada em função do elevado percentual de comprometimento de suas receitas com o serviço da dívida refinanciada junto à União.

Nesse sentido, buscamos a aprovação deste dispositivo, uma vez que a busca de uma gestão responsável do ponto de vista fiscal, passa necessariamente pela desoneração dos cofres municipais durante o período de transição.

ASSINATURA





CONGRESSO NACIONAL

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

ETIQUETA

MP 2.118-27

000070

Data
01/02/2001

Proposição
Medida Provisória nº 2118-27 de 26 de janeiro de 2001

Autor
DEPUTADO WALDEMIR MOKA

Nº Prontuário
439

1. ☐ Supressiva 2. ☒ Substitutiva 3. ☐ Modificativa 4. ☐ Aditiva 5. ☐ Substitutivo Global

Página
1/1

Artigo
5º

Parágrafo
4º

Inciso

Alínea

TEXTO/JUSTIFICAÇÃO

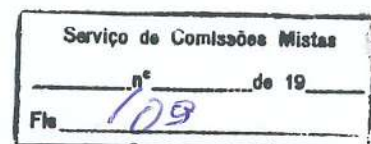
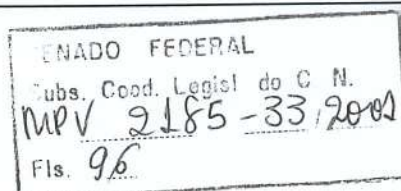
Art. 5º PARA FINS DE APLICAÇÃO DO LIMITE ESTABELECIDO NO INCISO V DO ART. 2º, PODERÃO SER DEDUZIDAS DO LIMITE APURADO AS DESPESAS EFETIVAMENTE REALIZADAS NO MÊS ANTERIOR PELO MUNICÍPIO, CORRESPONDENTES AOS SERVIÇOS DAS SEGUINTE OBRIGAÇÕES POR ELE TITULADAS:

.....
§ 4 EVENTUAL SALDO DEVEDOR RESULTANTE DA APLICAÇÃO DO LIMITE DE COMPROMETIMENTO ESTABELECIDO NA FORMA DESTE ARTIGO E O RESULTANTE DE EVENTUAIS DEDUÇÕES APLICADAS ÀS PARCELAS MENSAS, CONFORME PERMITIDO PELO § 8º AO ART. 2º DESTA LEGISLAÇÃO, PODERÃO SER REFINANCIADOS NAS MESMAS CONDIÇÕES PREVISTAS NESTA MEDIDA PROVISÓRIA, EM ATÉ CENTO E VINTE MESES, A PARTIR DO VENCIMENTO DA ÚLTIMA PRESTAÇÃO DO CONTRATO DE REFINANCIAMENTO. (NR)

JUSTITIFICAÇÃO

A presente Emenda visa permitir que os eventuais saldos devedores resultantes da aplicação da dedução de que trata o §8º do art. 2º (cuja redação está sendo proposta por meio da Emenda anterior de minha autoria) sejam refinanciados nos mesmos termos do dispositivo acima.

ASSINATURA





CONGRESSO NACIONAL

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MP 2.118-27

000071

Data
01/02//2001

Proposição
Medida Provisória nº 2118-27 de 26/01/2001

Autor
DEPUTADO WALDEMIR MOKA

Nº Prontuário
439

1. ☐ Supressiva 2. ☒ Substitutiva 3. ☐ Modificativa 4. ☐ Aditiva 5. ☐ Substitutivo Global

Página
1/1

Artigo
8º

Parágrafo
UNICO

Inciso
II

Alínea

TEXTO/JUSTIFICAÇÃO

Art. 8º O CONTRATO DE REFINANCIAMENTO DE DÍVIDAS DEVERÁ PREVER QUE O MUNICÍPIO:

PARÁGRAFO ÚNICO: EXCLUEM-SE DAS VEDAÇÕES A QUE SE REFERE O INCISO II:

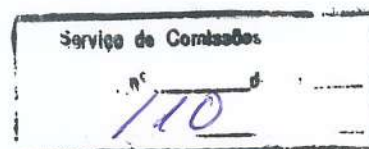
OS EMPRÉSTIMOS OU FINANCIAMENTOS JUNTO A ORGANISMOS FINANCEIROS MULTILATERAIS E A INSTITUIÇÕES DE FOMENTO E COOPERAÇÃO LIGADAS A GOVERNOS ESTRANGEIROS, QUE TENHAM AVALIAÇÃO POSITIVA DA AGÊNCIA FINANCIADORA, E AO BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL – BNDES, DESDE QUE CONTRATADAS COM ANTECEDÊNCIA MÍNIMA DE **SEIS MESES** DO FINAL DO MANDATO DO CHEFE DO PODER EXECUTIVO E DESTINADOS EXCLUSIVAMENTE À COMPLEMENTAÇÃO DE PROGRAMAS EM ANDAMENTO. (NR)

JUSTITIFICAÇÃO

Os empréstimos ou financiamentos de que trata esse dispositivo passam por rigorosa avaliação e destinam-se a programas em andamento e de relevante importância para as comunidades locais. Cabe ressaltar, ainda, que tratam-se de recursos cujos encargos são bastante inferiores àqueles praticados no mercado.

O prazo dado pela redação atual inviabiliza a contratação desses empréstimos por parte dos Municípios cujas dívidas foram renegociadas. A presente Emenda visa assegurar o acesso desses entes aos financiamentos externos, sem os quais fica prejudicada a concretização de programas que dinamizam e melhoram a economia municipal.

ASSINATURA



MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2118-26, DE DE JANEIRO DE 2001.

EMENDA SUBSTITUTIVA

Dê-se ao Parágrafo único do 8º da Medida Provisória a seguinte redação:

“Art. 8º - O contrato de refinanciamento de dívidas deverá prever que o Município:

Parágrafo único – Excluem-se das vedações a que se refere o inciso II:

(...)

II – Os empréstimos ou financiamentos junto a organismos multilaterais e a instituições de fomento e cooperação ligadas a governos estrangeiros, que tenham avaliação positiva da agência financiadora, e ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, desde que contratados com antecedência mínima de seis meses do final do mandato do chefe do poder executivo e destinados exclusivamente à complementação de programas em andamento”.

JUSTIFICATIVA

A Emenda em questão adequa-se ao art. 18 da Resolução nº 78/98, que Dispõe sobre as operações de crédito interno e externo dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de suas respectivas autarquias e fundações, inclusive concessão de garantias, seus limites e condições de autorização, e dá outras providências, estabelecendo no mencionado artigo que “é vedada a contratação de operação de crédito nos cento e oitenta dias anteriores ao final

SENADO FEDERAL
Subs. Coord. Legis. do C. N.
MPV 2185-33/2001
Fls. 98

Serviço de Comissões Mistas
nº _____ de 19__
Fl. 441

do mandato do Chefe do Poder Executivo do Estado, do Distrito Federal ou do Município, esclarecendo que as operações por antecipação de receita orçamentária, e a contratação é vedada no último ano de exercício dos mandatos mencionados no *caput*.

Os municípios brasileiros, desde Maio/2000, estão submetidos a rigorosos controles de gastos (custeio e investimentos) impostos pela Lei Complementar nº 101/2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal.

Ocorre que, além das restrições previstas na lei de responsabilidade fiscal, outras foram aceitas por aqueles que renegociaram suas dívidas com a União, amparados pela Medida Provisória (MP) nº 2118-26 e edições anteriores, publicada originalmente em Nov/1998.

Em razão do caráter emergencial e provisório das Medidas Provisória, foi cometido um equívoco na MP em questão ao estabelecer no inciso II do Parágrafo único do seu art. 8º que a contratação de novos empréstimos ou financiamentos junto a organismos financeiros multilaterais e a instituições de fomento e cooperação ligadas a governos estrangeiros, que tenham avaliação positiva da agência financiadora, e ao BNDES, só serão possíveis pelos municípios **desde que contratados dentro do prazo de um ano contado de 30 de junho de 1999 e destinados exclusivamente à complementação de programas em andamento**".

Tal marco legal – **30 de junho de 1999** – ocorreu porque a Medida Provisória (MP) nº 2118 foi publicada originalmente em Nov/1998, firmando a partir daí o marco legal de 06 (seis) meses. Ocorre que os novos mandatos iniciaram em Janeiro de 2001, não havendo mais porque haver a restrição anterior.

A intenção do Legislador tem sido evitar gastos públicos desnecessários ou aqueles que sirvam de palanque eleitoral, porém a mudança que se objetiva busca dar viabilidade a projeto sociais que em muito modificarão a vida dos munícipes, em nada contrariando a Resolução n 78/98 ou a Lei nº 101/2000.

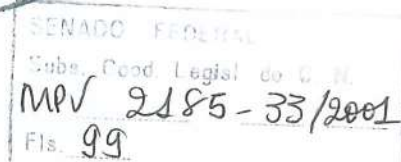
Bsb, 01 de Janeiro de 2001.

Heloísa Helena
Senadora Heloísa Helena

PT-AL



2



CONGRESSO NACIONAL

EMENDAS ADICIONADAS PERANTE A COMISSÃO MISTA DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº. 2.118-29, DE 27 DE MARÇO DE 2001 E PUBLICADA NO DIA 28 DO MESMO MÊ E ANO QUE "ESTABELECE CRITÉRIOS PARA CONSOLIDAÇÃO, A ASSUNÇÃO E O REFINANCIAMENTO, PELA UNIÃO, DA DÍVIDA PÚBLICA MOBILIÁRIA E OUTRAS QUE ESPECIFICA, DE RESPONSABILIDADE DOS MUNICÍPIOS".

CONGRESSISTAS

EMENDAS NÚMEROS

DEPUTADO MÁRCIO BITTAR

074.

DEPUTADO NILSON MOURÃO

073, 075, 076.

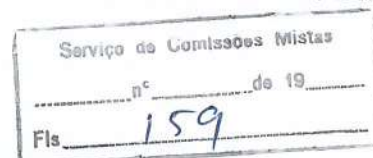
SACM.

Emendas Convalidadas: 72

Emendas Adicionadas: 04

TOTAL DE EMENDAS: 76

RELATOR:





CÂMARA DOS DEPUTADOS

MP 2118-29

000073

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.118, ^{2ª} DE 27 DE MARÇO DE 2001

EMENDA ADITIIVA

Inclua-se no inciso V, do art. 2º, a expressão "não poderá exceder a", ficando o texto final com a seguinte redação:

"Art. 2º As dívidas assumidas pela União serão refinanciadas aos Municípios, observando-se o seguinte:

.....

V - limite de comprometimento **não poderá exceder a** treze por cento da Receita Líquida Real - RLR, para efeito de atendimento das obrigações correspondentes ao serviço da dívida refinanciada;

....."

Justificativa

A MP nº 2118, de 27/03/01, ao impor um limite fixo de comprometimento da Receita Líquida Real (RLR), limita as ações dos Municípios que tenham porventura uma dívida acumulada por administrações anteriores que comprometa a execução corrente dos projetos dos novos governos. Por seu turno, a Resolução nº 78, de 1º de julho de 1998, do Senado Federal, em seu inciso II, art. 6º, dá mais espaço de negociação para as administrações municipais ao flexibilizar o comprometimento da RLR em até 13%. Esta a razão pela qual apresentamos a presente emenda usando os mesmos termos aprovados pela Resolução do Senado Federal.

Brasília, 27 de março de 2001

Nilson Mourão
DEP. NILSON MOURÃO
PT/AC

SENADO FEDERAL	
Subs. Coord. Legial do C. N.	
MPV	2.485-33/2001
Fls.	101
Serviço de Comissões Mistas	
nº	de 19
160	



CONGRESSO NACIONAL

MP 2118-29

000074

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data
02/04/2001Proposição
Medida Provisória nº 2.118 - 28 de 2001Autor
DEPUTADO MARCIO BITTARNº Prontuário
19990551. ☐ Supressiva 2. ☐ Substitutiva 3. ☒ X Modificativa 4. ☐ Aditiva 5. ☐ Substitutivo globalPágina
1/1Artigo
5ºParágrafo
4º

Inciso

Alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Dê-se ao §4º do art. 5º a seguinte redação:

Art. 5º.....
.....

§4º. Eventual saldo devedor resultante da aplicação do limite de comprometimento estabelecido na forma deste artigo, será refinanciado nas mesmas condições previstas e em quantas prestações mensais forem necessárias e suficientes para extinção do débito no valor da última prestação do contrato de financiamento.

JUSTIFICAÇÃO

Considerando que o prazo máximo (360 meses) foram insuficientes para extinção do débito em prestações calculadas com base no limite de comprometimento, e que o Município estaria suportando a prestação pactuada, adquire coerência estabelecer que daí em diante, mantenha-se o mesmo valor da prestação até que se finde o refinanciamento, independentemente do seu valor.

Fica evidente que qualquer limitação de prazo se afigura inconsistente, pelo que sustentamos que se firme pelo valor da ultima prestação, enquanto persistir o débito.

ASSINATURA

SENADO FEDERAL

Subs. Coord. Leg. do C. N.

MPV 2185-33/2001

Fls. 102

Serviço de Comissões Mistas

nº _____ de 19 ____

Fls.

161



CÂMARA DOS DEPUTADOS

MP 2118-29

000075

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.118, ²⁹ DE 27 DE MARÇO DE 2001

EMENDA SUPRESSIVA

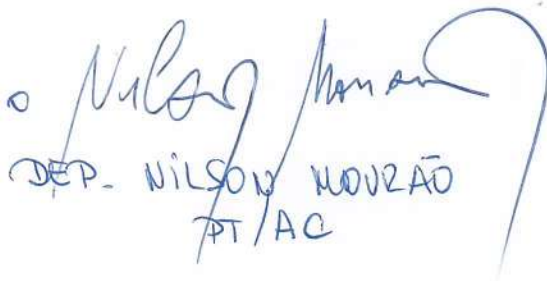
Suprima-se o inciso II do art. 9º

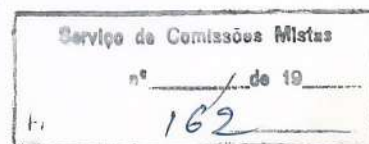
Justificativa

O princípio da autonomia dos entes federativos é incompatível com a atribuição do poder de polícia à União no que tange à apuração de infrações e aplicação de penalidades, relacionadas à inobservância da implantação de contribuição previdenciária para os servidores. O dispositivo da MP é INCONSTITUCIONAL, especialmente por fixar penalidades no caso de descumprimento das "normas gerais" impostas aos Estados, DF e Municípios que desconhecem as obrigações dos entes federativos decorrentes do art. 40 da CF, que não podem ser condicionadas pela União.

Brasília, 27 de março de 2001

Deputado


DEP. NILSON MOURÃO
PT/AC





CÂMARA DOS DEPUTADOS

MP 2118-29

000076

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.118, ^{2ª} DE 27 DE MARÇO DE 2001

EMENDA SUPRESSIVA

Suprima-se o inciso III do art. 9º

Justificativa

O princípio da autonomia dos entes federativos é incompatível com a atribuição do poder de polícia à União no que tange à apuração de infrações e aplicação de penalidades, relacionadas à inobservância da implantação de contribuição previdenciária para os servidores. O dispositivo da MP é INCONSTITUCIONAL, especialmente por fixar penalidades no caso de descumprimento das "normas gerais" impostas aos Estados, DF e Municípios que desconhecem as obrigações dos entes federativos decorrentes do art. 40 da CF, que não podem ser condicionadas pela União.

Brasília, 27 de março de 2001

Deputado

x/ *Nilson Mourão*
DEP. NILSON MOURÃO
PT/AC

CAIXA FEDERAL
Subs. Coord. Legisl. do C.N.
MPV 2118-33/2001
Fls. 104

Serviço de Comissões Mistas
Nº _____ de 10
Fls. 163

CONGRESSO NACIONAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE COMISSÕES
SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS

EMENDAS ADICIONADAS PERANTE A COMISSÃO MISTA, DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A **MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.118-31**, ADOTADA, EM 24 DE MAIO DE 2001 E PUBLICADA NO DIA 25 DO MESMO MÊS E ANO , QUE "ESTABELECE CRITÉRIOS PARA CONSOLIDAÇÃO, A ASSUNÇÃO E O REFINANCIAMENTO, PELA UNIÃO, DA DÍVIDA PÚBLICA MOBILIÁRIA E OUTRAS QUE ESPECIFICA, DE RESPONSABILIDADE DOS MUNICÍPIOS".

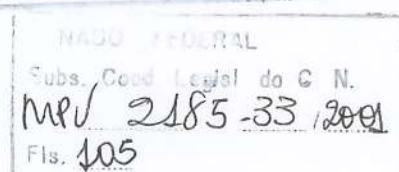
CONGRESSISTA	EMENDA Nº
Senador PAULO SOUTO	077

SACM

TOTAL DE EMENDAS – 077

Convalidadas – 076

Adicionada - 001





CONGRESSO NACIONAL

MP-2118-31

000077

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição			
	Medida Provisória nº 2.118 - 31			
Autor			nº do prontuário	
1 <input type="checkbox"/> Supressiva 2. <input type="checkbox"/> substitutiva 3. <input type="checkbox"/> modificativa 4. <input checked="" type="checkbox"/> X aditiva 5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global				
Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Acrescente-se o seguinte artigo a Medida Provisória nº 2.118- , de
de 2001:

“Art. 1º-A. A despesa com dívidas renegociadas pelos Municípios junto ao Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), até 31 de março de 2001, fica restrita a, no máximo, 2%(dois por cento) da Receita Líquida Real(RLR), conforme definido no art. 7º desta Lei.

§1º. Os valores que excederem aos limites fixados no caput passarão a constituir o saldo devedor após o deságio de 80% (oitenta por cento).

§ 2ºOs Municípios que deixarem de pagar as prestações correntes do INSS perderão os benefícios previstos nesta lei. ”

JUSTIFICAÇÃO

Desde 1999, a União tem criado instrumentos que visam à possibilitar aos diversos municípios brasileiros condições de reduzir o seu grau de endividamento, garantindo o refinanciamento de uma série de dívidas. Nesse contexto, foi editada a Medida Provisória nº 2.118. Tal

Beito

SENADO FEDERAL	Serviço de Comissões Mistas
Subs. Coord. Leg. do C. N.	MPV nº 2118-31 de 19/2001
MPV 2185-33/2001	Fls. 195
Fls. 106	

medida provisória chegou com atraso de quatro anos em relação a proposta feita para os Estados e o Distrito Federal.

Apesar de tal ação constituir-se em importante passo para a solução dos problemas dos municípios, ao não se atacar de forma incisiva a questão da capacidade de pagamento dos referidos municípios, excluiu os passivos relacionados com o INSS. De fato, hoje, registram-se em grande número dos municípios brasileiros verdadeira asfixia financeira derivada da incapacidade de honrar despesas com o INSS, mesmo após renegociadas.

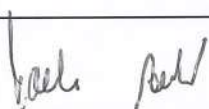
O objetivo da presente emenda é solucionar, de uma vez por todas, o problema colocado para as diversas administrações municipais.

Alguns podem questionar o porquê deste benefício, ora, mas se registrarmos que no REFIS, um programa para incorporar ao fisco empresas anteriormente inadimplentes, empresas privadas tiveram restrito o limite de pagamento a parte de sua receita, mais ainda se justifica tal ação em face de entes públicos, visto que empresas privadas tem muito maior possibilidade de ampliar as suas receitas do que os municípios.

No presente projeto tive o cuidado de colocar que o benefício só vale em relação ao passado, buscando desestimular a inadimplência voluntária, sendo que quem usufruir do benefício e deixar de pagar as despesas correntes com o INSS é excluído do programa.

PARLAMENTAR

Brasília


PAULO SOUTO
Senador

SENADO FEDERAL
Subs. Coord. Leg. do S. N.
MPV 2185-33/2001
Fls. 107

Serviço de Comissões Mistas
MPV n. 2118-31 de 18/2001
Fls. 196

29 JUN 2001

MENS / 427 / 01-EN

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.185 -33, DE 28 DE JUNHO DE 2001.

Estabelece critérios para a consolidação, a assunção e o refinanciamento, pela União, da dívida pública mobiliária e outras que especifica, de responsabilidade dos Municípios.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 62 da Constituição, adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:

Art. 1º Fica a União autorizada, até 15 de junho de 2000, a assumir as seguintes obrigações de responsabilidade dos Municípios:

I - dívida junto a instituições financeiras nacionais ou estrangeiras, cujos contratos tenham sido firmados até 31 de janeiro de 1999, inclusive a decorrente de transformação de operações de antecipação de receita orçamentária em dívida fundada;

II - dívida junto a instituições financeiras nacionais ou estrangeiras, decorrente de cessão de crédito firmada até 31 de janeiro de 1999;

III - dívida mobiliária interna constituída até 12 de dezembro de 1995 ou que, constituída após essa data, consubstancia simples rolagem de dívida mobiliária anterior;

IV - dívida mobiliária externa constituída até 12 de dezembro de 1995 ou que, constituída após essa data, consubstancia simples rolagem de dívida mobiliária anterior;

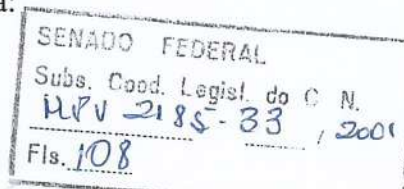
V - dívida relativa a operações de antecipação de receita orçamentária, contraída até 31 de janeiro de 1999; e

VI - dívida relativa a operações de crédito celebradas com instituições financeiras na qualidade de agente financeiro da União, dos Estados ou de fundos e programas governamentais, regularmente constituídos.

§ 1º Para efeito dos incisos I, III, V e VI, serão consideradas apenas as operações registradas, até 31 de janeiro de 1999, no Banco Central do Brasil.

§ 2º Poderão ser ainda objeto de assunção pela União as dívidas de entidades integrantes da administração pública municipal indireta, enquadráveis nos incisos I a VI do **caput** e que sejam previamente assumidas pelo Município.

§ 3º O serviço das dívidas mencionadas nos incisos I, II, V e VI do **caput** deste artigo, não pago e com vencimento ou qualquer forma de exigibilidade que tenha ocorrido entre 31 de janeiro de 1999 e a data de assinatura do contrato de refinanciamento poderá ser refinanciado pela União, observadas as condições estabelecidas nesta Medida Provisória, exceto quanto a:



I - prazo: em até cento e oitenta meses, com prestações mensais e consecutivas, vencendo-se a primeira na data de assinatura do contrato de refinanciamento e, as demais, nas datas de vencimento estipuladas para o restante das dívidas refinanciadas ao amparo desta Medida Provisória;

II - encargos: equivalentes ao custo médio de captação da dívida mobiliária interna do Governo Federal (taxa SELIC), acrescidos, em caso de inadimplemento, de juros moratórios de um por cento ao ano, sobre o saldo devedor previamente atualizado;

III - extra-limite das demais dívidas refinanciadas na forma desta Medida Provisória e da Lei nº 8.727, de 5 de novembro de 1993; e

IV - amortização mensal mínima de R\$ 1.000,00 (mil reais), adicionalmente ao previsto no § 1º do art. 2º.

§ 4º Não serão abrangidas pela assunção a que se refere este artigo nem pelo refinanciamento a que se refere o art. 2º:

I - as dívidas renegociadas com base nas Leis nºs 7.976, de 27 de dezembro de 1989, e 8.727, de 1993;

II - as dívidas relativas à dívida externa objeto de renegociação no âmbito do Plano Brasileiro de Financiamento da Dívida Externa (BIB, BEA, DMLP e Clube de Paris);

III - as parcelas das dívidas referidas nos incisos I, II, III, V e VI do **caput** deste artigo que não tenham sido desembolsadas pela instituição financeira até 31 de janeiro de 1999; e

IV - as dívidas externas junto a organismos internacionais multilaterais ou agências governamentais de crédito estrangeiras.

§ 5º A assunção de que trata este artigo será precedida da aplicação de deságio sobre o saldo devedor das obrigações, conforme estabelecido pelo Poder Executivo.

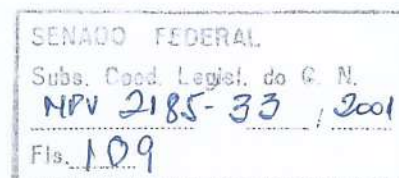
§ 6º Poderá ainda a União, nos respectivos vencimentos, fornecer os recursos necessários ao pagamento da dívida de que trata o inciso IV do **caput** deste artigo, incorporando o valor pago ao saldo devedor do refinanciamento.

Art. 2º As dívidas assumidas pela União serão refinanciadas aos Municípios, observando-se o seguinte:

I - prazo: até trezentas e sessenta prestações mensais e sucessivas, calculadas com base na Tabela Price, vencendo-se a primeira em até trinta dias após a assinatura do contrato e as seguintes em iguais dias dos meses subsequentes;

II - juros: calculados e debitados mensalmente, à taxa de nove por cento ao ano, sobre o saldo devedor previamente atualizado;

III - atualização monetária: calculada e debitada mensalmente com base na variação do Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna (IGP-DI), calculado pela Fundação Getúlio Vargas, ou outro índice que vier a substituí-lo;



IV - garantias adequadas que incluirão, obrigatoriamente, a vinculação de receitas próprias e dos recursos de que tratam os arts. 156, 158 e 159, inciso I, "b", e § 3º, da Constituição, e a Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996;

V - limite de comprometimento de treze por cento da Receita Líquida Real - RLR, para efeito de atendimento das obrigações correspondentes ao serviço da dívida refinanciada;

VI - em caso de descumprimento das obrigações pactuadas, sem prejuízo das demais cominações contratuais, os encargos referidos nos incisos II e III serão substituídos pela taxa média ajustada dos financiamentos diários apurados no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (SELIC), divulgada pelo Banco Central do Brasil, acrescida de um por cento ao ano, elevando-se em quatro pontos percentuais o limite de comprometimento estabelecido no inciso V;

VII - em caso de impontualidade no pagamento, sem prejuízo da aplicação do disposto no inciso VI, o valor da prestação será atualizado pela taxa média ajustada dos financiamentos diários apurados no SELIC, divulgada pelo Banco Central do Brasil, e acrescido de juros de mora de um por cento ao ano, calculados **pro rata die**; e

VIII - repasse aos Municípios dos deságios aplicados às obrigações assumidas pela União.

§ 1º Para o estabelecimento do prazo, será observado o mínimo de R\$ 1.000,00 (mil reais) para o valor inicial das amortizações mensais do contrato de refinanciamento.

§ 2º A elevação do limite de comprometimento será aplicada a partir da prestação subsequente ao descumprimento.

§ 3º Os acréscimos a que se refere o inciso VII não estão sujeitos ao limite de comprometimento da RLR.

§ 4º A taxa de juros poderá ser reduzida para:

I - sete inteiros e cinco décimos por cento, se o Município amortizar extraordinariamente valor equivalente a dez por cento do saldo devedor atualizado da dívida assumida e refinanciada pela União; e

II - seis por cento, se o Município amortizar extraordinariamente valor equivalente a vinte por cento do saldo devedor atualizado da dívida assumida e refinanciada pela União.

§ 5º A redução a que se refere o § 4º será aplicada a partir da data da integralização do correspondente percentual de amortização extraordinária.

§ 6º Não se aplicam à amortização extraordinária de que trata o § 4º deste artigo:

I - o disposto no art. 5º; e

II - o limite de comprometimento da RLR.

§ 7º As dívidas de responsabilidade dos Municípios junto à União, exceto as relativas a impostos e contribuições, contraídas até 31 de janeiro de 1999, poderão ser refinanciadas na forma desta Medida Provisória.



Art. 3º A critério do Município, a dívida poderá ser refinanciada a taxas inferiores à prevista no inciso II do art. 2º, desde que efetuada amortização extraordinária, no prazo de trinta meses, contados da data de assinatura dos respectivos contratos de refinanciamento.

§ 1º As taxas de que tratam o **caput** serão de:

I - sete inteiros e cinco décimos por cento, se o Município comprometer-se a amortizar extraordinariamente valor equivalente a dez por cento do saldo devedor atualizado da dívida assumida e refinanciada pela União; e

II - seis por cento, se o Município comprometer-se a amortizar extraordinariamente valor equivalente a vinte por cento do saldo devedor atualizado da dívida assumida e refinanciada pela União.

§ 2º Findo o prazo estabelecido no **caput** e não sendo realizada integralmente a amortização extraordinária, o saldo devedor será recalculado, desde a data da assinatura do contrato, alterando-se a taxa de juros para:

I - nove por cento, se o Município se comprometeu na forma do inciso I do § 1º;

II - nove por cento, se o Município se comprometeu na forma do inciso II do § 1º e a amortização extraordinária não tiver atingido dez por cento do saldo devedor atualizado;

III - sete e meio por cento, se o Município se comprometeu na forma do inciso II do § 1º e a amortização extraordinária tiver atingido dez por cento do saldo devedor atualizado.

Art. 4º Os títulos públicos emitidos após 12 de dezembro de 1995, para pagamento de precatórios judiciais, nos termos do art. 33 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, poderão ser objeto da assunção e do refinanciamento a que se referem os arts. 1º, 2º e 3º, observando-se, nesta hipótese, que a prestação mensal do contrato de refinanciamento corresponderá, no mínimo, à prestação que seria devida relativamente a esses títulos, calculada pela Tabela Price, para o prazo de cento e vinte meses.

Parágrafo único. Não será abrangida pela assunção e pelo refinanciamento a que se refere o **caput** a dívida mobiliária em poder do próprio ente emissor, mesmo que por intermédio de fundo de liquidez, ou que tenha sido colocada em mercado após 31 de dezembro de 1998.

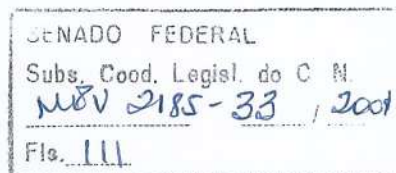
Art. 5º Para fins de aplicação do limite estabelecido no inciso V do art. 2º, poderão ser deduzidas do limite apurado as despesas efetivamente realizadas no mês anterior pelo Município, correspondentes aos serviços das seguintes obrigações por ele tituladas:

I - dívida refinanciada com base na Lei nº 7.976, de 1989;

II - dívida externa contratada até 31 de janeiro de 1999, mesmo aquela objeto de reestruturação no âmbito do Plano Brasileiro de Financiamento da Dívida Externa (BIB, BEA, DMLP e Clube de Paris);

III - parcelamento de dívidas firmadas com base no art. 58 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, e na Lei nº 8.620, de 5 de janeiro de 1993;

IV - dívidas parceladas junto ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, cuja formalização tenha ocorrido até 31 de janeiro de 1999;



V - comissão do agente, incidente sobre o pagamento da prestação decorrente da Lei nº 8.727, de 1993; e

VI - dívida relativa a crédito imobiliário refinanciado ao amparo da Lei nº 8.727, de 1993, e efetivamente assumido pelo Município, deduzidas as receitas auferidas com essas operações.

§ 1º Poderão, ainda, ser deduzidas as despesas referentes a principal, juros e demais encargos das operações decorrentes da Lei nº 8.727, de 1993, realizadas no mês, excetuada a comissão do agente.

§ 2º Os valores relativos à redução da prestação pela aplicação do limite a que se refere este artigo ou pela dedução a que se refere o art. 6º terão seu pagamento postergado, sobre eles incidindo os encargos financeiros dos contratos de refinanciamento, para o momento em que o serviço da dívida comprometer valor inferior ao limite.

§ 3º O limite de treze por cento estabelecido no art. 2º é aplicável somente para as dívidas refinanciadas nos termos desta Medida Provisória.

§ 4º Eventual saldo devedor resultante da aplicação do limite de comprometimento estabelecido na forma deste artigo, poderá ser refinanciado nas mesmas condições previstas nesta Medida Provisória, em até cento e vinte meses, a partir do vencimento da última prestação do contrato de refinanciamento.

§ 5º No caso previsto no § 4º, as prestações não poderão ser inferiores ao valor da última prestação do refinanciamento.

Art. 6º O montante efetivamente desembolsado pelo Município relativamente ao serviço das dívidas mencionadas nos incisos I, II, III e IV do art. 1º, vencidas entre 31 de janeiro de 1999 e a data de assinatura do contrato de refinanciamento, poderá ser deduzido das prestações calculadas com base na Tabela Price, limitada a dedução mensal a cinquenta por cento do valor da primeira prestação.

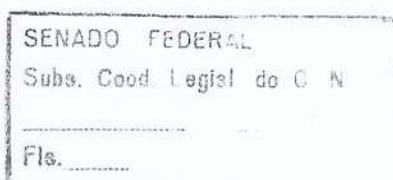
Art. 7º Para os fins desta Medida Provisória, entende-se como RLR a receita realizada nos doze meses anteriores ao mês imediatamente anterior àquele em que ela estiver sendo apurada, observado o seguinte:

I - serão excluídas as receitas provenientes de operações de crédito, de anulação de restos a pagar, de alienação de bens, de transferências vinculadas a qualquer título, de transferências voluntárias ou doações recebidas com o fim específico de atender a despesas de capital; e

II - serão computadas as receitas oriundas do produto da arrecadação do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transportes Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação destinado à concessão de quaisquer favores fiscais ou financeiros, inclusive na forma de empréstimos ou financiamentos, ainda que por meio de fundos, instituições financeiras ou outras entidades controladas pelo poder público, concedidas com base no referido imposto e que resulte em redução ou eliminação, direta ou indireta, do respectivo ônus.

Parágrafo único. O superávit financeiro das autarquias e fundações, excluídas as de caráter previdenciário, será considerado como receita realizada para fins de cálculo da RLR.

Art. 8º O contrato de refinanciamento de dívidas deverá prever que o Município:



I - somente poderá emitir novos títulos da dívida pública mobiliária municipal interna ou externa, após a integral liquidação da dívida objeto do refinanciamento previsto nesta Medida Provisória; e

II - somente poderá contrair novas dívidas, inclusive operações de Antecipação de Receita Orçamentária, se a dívida financeira total do Município for inferior à sua RLR anual.

Parágrafo único. Excluem-se das vedações a que se refere o inciso II:

I - a contratação de operações de crédito instituídas por programas federais, destinadas à modernização e ao aparelhamento da máquina administrativa dos Municípios;

II - os empréstimos ou financiamentos junto a organismos financeiros multilaterais e a instituições de fomento e cooperação ligadas a governos estrangeiros, que tenham avaliação positiva da agência financiadora, e ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, desde que contratados dentro do prazo de um ano contado de 30 de junho de 1999 e destinados exclusivamente à complementação de programas em andamento.

Art. 9º O limite de comprometimento da RLR de que trata o inciso V do art. 2º será elevado em dois pontos percentuais para os Municípios que, a partir de 1º de janeiro de 2000:

I - não tenham adequado suas despesas com pessoal aos limites estabelecidos na legislação em vigor;

II - não tenham implantado contribuição previdenciária para os servidores ativos e inativos, com alíquota média de, no mínimo, onze por cento da remuneração total; e

III - não tenham limitado suas despesas com aposentados e pensionistas, na forma da legislação em vigor.

Art. 10. Somente por lei poderão ser autorizadas novas composições ou prorrogações das dívidas refinanciadas com base nesta Medida Provisória, ou, ainda, alteração a qualquer título das condições de refinanciamento ora estabelecidas.

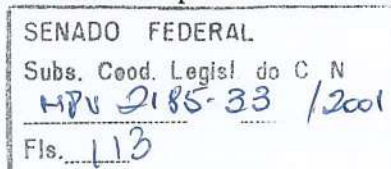
Art. 11. A União assumirá as obrigações decorrentes desta Medida Provisória mediante emissão de títulos do Tesouro Nacional, com características a serem definidas pelo Poder Executivo.

Art. 12. A receita proveniente dos pagamentos dos refinanciamentos concedidos aos Municípios, nos termos desta Medida Provisória, será integralmente utilizada para abatimento da dívida pública de responsabilidade do Tesouro Nacional.

Art. 13. Fica o Banco do Brasil S.A. designado agente financeiro da União para o fim de celebração, acompanhamento e controle dos contratos de assunção e de refinanciamento de que trata esta Medida Provisória, cabendo ao devedor o pagamento da concernente remuneração.

Art. 14. Fica a União autorizada a realizar, por intermédio da Caixa Econômica Federal, operações de crédito com os Municípios, destinadas a programas de fortalecimento e modernização da máquina administrativa municipal, utilizando para esse fim recursos provenientes de contratos de empréstimo junto a organismos financeiros internacionais.

Art. 15. Fica facultado ao Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, na hipótese de assunção pela União de obrigações relativas a repasses do FGTS, nos termos desta



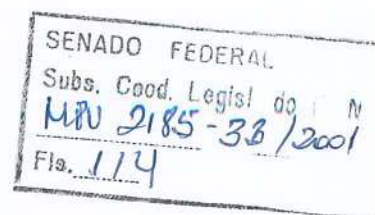
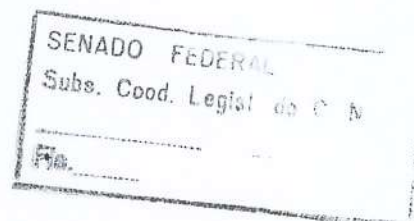
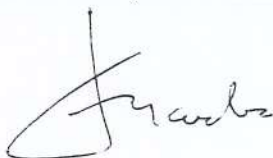
Medida Provisória, autorizar os agentes financeiros a promover o retorno dos recursos repassados, nas condições originalmente estabelecidas, desde que sejam constituídas garantias suficientes.

Art. 16. Ficam convalidados os atos praticados com base na Medida Provisória nº 2.118-32, de 21 de junho de 2001.

Art. 17. Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 18. Revoga-se a Medida Provisória nº 2.118-32, de 21 de junho de 2001.

Brasília, 28 de junho de 2001; 180º da Independência e 113º da República.



Referenda eletrônica - Pedro Parente

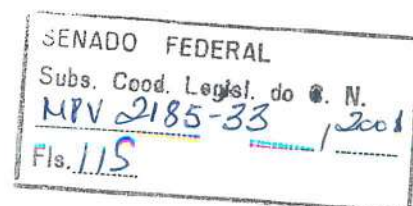
MP-2118-33(L)

Mensagem nº 675

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do artigo 62 da Constituição Federal, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências o texto da Medida Provisória nº 2.185 -33, de 28 de junho de 2001, que “Estabelece critérios para a consolidação, a assunção e o refinanciamento, pela União, da dívida pública mobiliária e outras que especifica, de responsabilidade dos Municípios”.

Brasília, 28 de junho de 2001.



E.M. nº 00299

Em 28 de junho de 2001.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

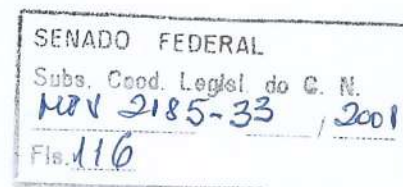
Tenho a honra de submeter à elevada consideração de Vossa Excelência proposta de Medida Provisória que estabelece critérios para a consolidação, a assunção e o refinanciamento, pela União, da dívida pública mobiliária e outras que especifica, de responsabilidade dos Municípios.

Uma vez que o termo final da Medida Provisória nº 2.118-32, de 21 de junho de 2001, que dispõe sobre o mesmo assunto, ocorreria no dia 21 de julho próximo, proponho a sua conseqüente revogação, de sorte a se evitar a duplicidade de normas sobre a matéria, mas convalidando os atos com base nela praticados.

Registro, por oportuno, que o texto em apreço possui idêntico conteúdo normativo constante de proposta anteriormente formulada pelo Senhor Ministro de Estado da Fazenda e, se acolhido por Vossa Excelência, conterà referenda na forma do Decreto nº 3.723, de 10 de janeiro de 2001.

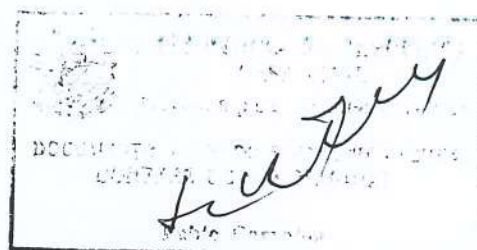
Respeitosamente,

PEDRO PARENTE
Chefe da Casa Civil da Presidência
da República



(Documento assinado eletronicamente)

EM-2118 REVOGA(4)



LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 7.976, DE 27 DE DEZEMBRO DE 1989

Dispõe sobre o refinanciamento pela União da dívida externa de responsabilidade dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, inclusive suas entidades da Administração Indireta, e dá outras providências.

LEI Nº 8.727, DE 5 DE NOVEMBRO DE 1993.

Estabelece diretrizes para a consolidação e o reescalonamento, pela União, de dívidas internas das administrações direta e indireta dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e dá outras providências.

LEI COMPLEMENTAR Nº 87, DE 13 DE SETEMBRO DE 1996.

Dispõe sobre o imposto dos Estados e do Distrito Federal sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, e dá outras providências.

LEI Nº 8.212, DE 24 DE JULHO DE 1991

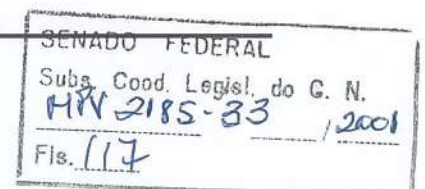
Dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui Plano de Custeio e dá outras providências.

.....
Art. 58. Os débitos dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios para com o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), existentes até 1º de setembro de 1991, poderão ser liquidados em até 240 (duzentos e quarenta) parcelas mensais.

Parágrafo único. Para apuração dos débitos será considerado o valor original, atualizado pelo índice oficial utilizado pela Seguridade Social para correção de seus créditos.
.....

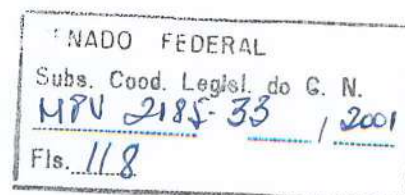
LEI Nº 8.620, DE 5 DE JANEIRO DE 1993

Altera as Leis nºs 8.212 e 8.213, de 24 de julho de 1991, e dá outras providências.



MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.118-32, DE 21 DE JUNHO DE 2001.

Estabelece critérios para a consolidação, a assunção e o refinanciamento, pela União, da dívida pública mobiliária e outras que especifica, de responsabilidade dos Municípios.



Aviso nº 736 - C. Civil.

Brasília, 28 de junho de 2001.

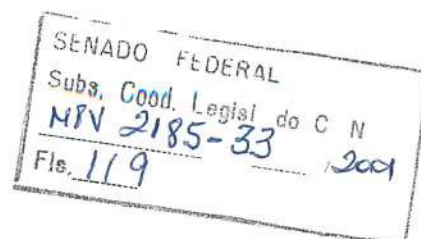
Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à deliberação do Congresso Nacional o texto da Medida Provisória nº 2.185-33, de 28 de junho de 2001.



PEDRO PARENTE
Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

A Sua Excelência o Senhor
Senador CARLOS WILSON
Primeiro Secretário do Senado Federal
BRASÍLIA-DF.



....." (NR)

"Art. 7º

IV - haja sido aprovado pelo órgão federal competente, na forma estabelecida em regulamento, no mínimo seis meses antes da comunicação de que tratam os §§ 2º e 3º do art. 2º.

....." (NR)

"Art. 11. Os parâmetros, índices e indicadores que informam o conceito de produtividade serão ajustados, periodicamente, de modo a levar em conta o progresso científico e tecnológico da agricultura e o desenvolvimento regional, pelos Ministros de Estado do Desenvolvimento Agrário e da Agricultura e do Abastecimento, ouvido o Conselho Nacional de Política Agrícola." (NR)

"Art. 12. Considera-se justa a indenização que reflita o preço atual de mercado do imóvel em sua totalidade, af incluídas as terras e acessos naturais, matas e florestas e as benfeitorias indenizáveis, observados os seguintes aspectos:

- I - localização do imóvel;
- II - aptidão agrícola;
- III - dimensão do imóvel;
- IV - área ocupada e anciandade das posses;
- V - funcionalidade, tempo de uso e estado de conservação das benfeitorias.

§ 1º Verificado o preço atual de mercado da totalidade do imóvel, proceder-se-á à dedução do valor das benfeitorias indenizáveis a serem pagas em dinheiro, obtendo-se o preço da terra a ser indenizado em TDA.

§ 2º Integram o preço da terra as florestas naturais, matas nativas e qualquer outro tipo de vegetação natural, não podendo o preço apurado superar, em qualquer hipótese, o preço de mercado do imóvel.

§ 3º O Laudo de Avaliação será subscrito por Engenheiro Agrônomo com registro de Anotação de Responsabilidade Técnica - ART, respondendo o subscritor, civil, penal e administrativamente, pela superavaliação comprovada ou fraude na identificação das informações." (NR)

"Art. 17. O assentamento de trabalhadores rurais deverá ser realizado em terras economicamente úteis, de preferência na região por eles habitada, observado o seguinte:

I - a obtenção de terras rurais destinadas à implantação de projetos de assentamento integrantes do programa de reforma agrária será precedida de estudo sobre a viabilidade econômica e a potencialidade de uso dos recursos naturais;

II - os beneficiários dos projetos de que trata o inciso I manifestarão sua concordância com as condições de obtenção das terras destinadas à implantação dos projetos de assentamento, inclusive quanto ao preço a ser pago pelo órgão federal executor do programa de reforma agrária e com relação aos recursos naturais;

III - nos projetos criados será elaborado Plano de Desenvolvimento de Assentamento - PDA, que orientará a fixação de normas técnicas para a sua implantação e os respectivos investimentos;

IV - integrarão a clientela de trabalhadores rurais para fins de assentamento em projetos de reforma agrária somente aqueles que satisfizerem os requisitos fixados para seleção e classificação, bem como as exigências contidas nos arts. 19, incisos I a V e seu parágrafo único, e 20 desta Lei;

V - a consolidação dos projetos de assentamento integrantes dos programas de reforma agrária dar-se-á com a concessão de créditos de instalação e a conclusão dos investimentos, bem como com a outorga do instrumento definitivo de titulação.

....." (NR)

"Art. 18.

§ 1º O título de domínio de que trata este artigo conterá cláusulas resolutivas e será outorgado ao beneficiário do programa de reforma agrária, de forma individual ou coletiva, após a realização dos serviços de medição e demarcação topográfica do imóvel a ser alienado.

§ 2º Na implantação do projeto de assentamento, será celebrado com o beneficiário do programa de reforma agrária contrato de concessão de uso, de forma individual ou coletiva, que conterá cláusulas resolutivas, es-

tipulando-se os direitos e as obrigações da entidade concedente e dos concessionários, assegurando-se a estes o direito de adquirir, em definitivo, o título de domínio, nas condições previstas no § 1º, computado o período da concessão para fins da negociabilidade de que trata este artigo.

§ 3º O valor da alienação do imóvel será definido por deliberação do Conselho Diretor do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, cujo ato fixará os critérios para a apuração do valor da parcela a ser cobrada do beneficiário do programa de reforma agrária.

§ 4º O valor do imóvel fixado na forma do § 3º será pago em prestações anuais pelo beneficiário do programa de reforma agrária, amortizadas em até vinte anos, com carência de três anos e corrigidas monetariamente pela variação do IGP-DI.

§ 5º Será concedida ao beneficiário do programa de reforma agrária a redução de cinquenta por cento da correção monetária incidente sobre a prestação anual, quando efetuado o pagamento até a data do vencimento da respectiva prestação.

§ 6º Os valores relativos às obras de infra-estrutura de interesse coletivo, aos custos despendidos com o plano de desenvolvimento do assentamento e aos serviços de medição e demarcação topográficos são considerados não reembolsáveis, sendo que os créditos concedidos aos beneficiários do programa de reforma agrária serão excluídos do valor das prestações e amortizados na forma a ser definida pelo órgão federal executor do programa.

§ 7º O órgão federal executor do programa de reforma agrária manterá atualizado o cadastro de áreas desapropriadas e de beneficiários da reforma agrária." (NR)

"Art. 26-A. Não serão cobradas custas ou emolumentos para registro de títulos translativos de domínio de imóveis rurais desapropriados para fins de reforma agrária." (NR)

Art. 5º Fica criado o Programa "Nossa Terra - Nossa Escola", mediante incentivo financeiro a ser concedido às famílias dos trabalhadores rurais beneficiários dos projetos de assentamento integrantes do programa de reforma agrária, que mantenham todos os seus filhos com idade entre sete e catorze anos na escola, em ensino regular de primeiro grau.

Parágrafo único. O incentivo de que trata este artigo será concedido a cada família beneficiária do programa, sob forma de redução na proporção de cinquenta por cento do valor da parcela anual do imóvel a esta alienado.

Art. 6º Fica instituído, no âmbito do Programa Nacional de Reforma Agrária, o Subprograma de combate à pobreza rural, destinado a conceder aos trabalhadores rurais assentados apoio à instalação de suas famílias, implantação de infra-estrutura comunitária e capacitação dos beneficiários, com vistas à consolidação social e produtiva dos assentamentos.

§ 1º São beneficiários do Subprograma de que trata este artigo os trabalhadores rurais, organizados em associações, contemplados com crédito fundiário na forma definida pela Lei Complementar nº 93, de 4 de fevereiro de 1998.

§ 2º Os valores despendidos na execução das ações definidas no caput deste artigo são considerados não reembolsáveis.

Art. 7º O órgão federal executor do programa de reforma agrária fica autorizado a baixar atos normativos internos disciplinando a aplicação dos arts. 17 e 18 da Lei nº 8.629, de 1993.

Art. 8º Ficam convalidados os atos praticados com base na Medida Provisória nº 2.183-54, de 28 de junho de 2001.

Art. 9º Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 27 de julho de 2001; 180º da Independência e 113º da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO
Silvano Gianni

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.183-34, DE 27 DE JULHO DE 2001.

Estabelece critérios para a consolidação, a assunção e o refinanciamento, pela União, da dívida pública mobiliária e outras que específica, de responsabilidade dos Municípios.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 62 da Constituição, adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:

Art. 1º Fica a União autorizada, até 15 de junho de 2000, a assumir as seguintes obrigações de responsabilidade dos Municípios:

I - dívida junto a instituições financeiras nacionais ou estrangeiras, cujos contratos tenham sido firmados até 31 de janeiro de 1999, inclusive a decorrente de transformação de operações de antecipação de receita orçamentária em dívida fundada;

II - dívida junto a instituições financeiras nacionais ou estrangeiras, decorrente de cessão de crédito firmada até 31 de janeiro de 1999;

III - dívida mobiliária interna constituída até 12 de dezembro de 1995 ou que, constituída após essa data, consubstancia simples rolagem de dívida mobiliária anterior;

IV - dívida mobiliária externa constituída até 12 de dezembro de 1995 ou que, constituída após essa data, consubstancia simples rolagem de dívida mobiliária anterior;

V - dívida relativa a operações de antecipação de receita orçamentária, contraída até 31 de janeiro de 1999; e

VI - dívida relativa a operações de crédito celebradas com instituições financeiras na qualidade de agente financeiro da União, dos Estados ou de fundos e programas governamentais, regularmente constituídos.

§ 1º Para efeito dos incisos I, III, V e VI, serão consideradas apenas as operações registradas, até 31 de janeiro de 1999, no Banco Central do Brasil.

§ 2º Poderão ser ainda objeto de assunção pela União as dívidas de entidades integrantes da administração pública municipal indireta, enquadráveis nos incisos I a VI do caput e que sejam previamente assumidas pelo Município.

§ 3º O serviço das dívidas mencionadas nos incisos I, II, V e VI do caput deste artigo, não pago e com vencimento ou qualquer forma de exigibilidade que tenha ocorrido entre 31 de janeiro de 1999 e a data de assinatura do contrato de refinanciamento poderá ser refinanciado pela União, observadas as condições estabelecidas nesta Medida Provisória, exceto quanto a:

I - prazo: em até cento e oitenta meses, com prestações mensais e consecutivas, vencendo-se a primeira na data de assinatura do contrato de refinanciamento e, as demais, nas datas de vencimento estipuladas para o restante das dívidas refinanciadas ao amparo desta Medida Provisória;

II - encargos: equivalentes ao custo médio de captação da dívida mobiliária interna do Governo Federal (taxa SELIC), acrescidos, em caso de inadimplemento, de juros moratórios de um por cento ao ano, sobre o saldo devedor previamente atualizado;

III - extra-limite das demais dívidas refinanciadas na forma desta Medida Provisória e da Lei nº 8.727, de 5 de novembro de 1993; e

IV - amortização mensal mínima de R 1.000,00 (mil reais), adicionalmente ao previsto no § 1º do art. 2º.

§ 4º Não serão abrangidas pela assunção a que se refere este artigo nem pelo refinanciamento a que se refere o art. 2º:

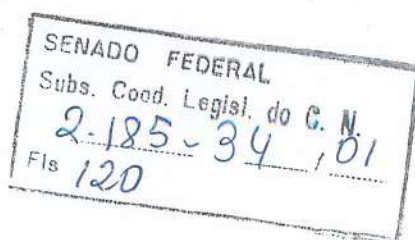
I - as dívidas renegociadas com base nas Leis nºs 7.976, de 27 de dezembro de 1989, e 8.727, de 1993;

II - as dívidas relativas à dívida externa objeto de renegociação no âmbito do Plano Brasileiro de Financiamento da Dívida Externa (BIB, BEA, DMLP e Clube de Paris);

III - as parcelas das dívidas referidas nos incisos I, II, III, V e VI do caput deste artigo que não tenham sido desembolsadas pela instituição financeira até 31 de janeiro de 1999; e

IV - as dívidas externas junto a organismos internacionais, multilaterais ou agências governamentais de crédito estrangeiras.

§ 5º A assunção de que trata este artigo será precedida da aplicação de deságio sobre o saldo devedor das obrigações, conforme estabelecido pelo Poder Executivo.



§ 6º Poderá ainda a União, nos respectivos vencimentos, fornecer os recursos necessários ao pagamento da dívida de que trata o inciso IV do caput deste artigo, incorporando o valor pago ao saldo devedor do refinanciamento.

Art. 2º As dívidas assumidas pela União serão refinanciadas aos Municípios, observando-se o seguinte:

I - prazo: até trezentas e sessenta prestações mensais e sucessivas, calculadas com base na Tabela Price, vencendo-se a primeira em até trinta dias após a assinatura do contrato e as seguintes em iguais dias dos meses subsequentes;

II - juros: calculados e debitados mensalmente, à taxa de nove por cento ao ano, sobre o saldo devedor previamente atualizado;

III - atualização monetária: calculada e debitada mensalmente com base na variação do Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna (IGP-DI), calculado pela Fundação Getúlio Vargas, ou outro índice que vier a substituí-lo;

IV - garantias adequadas que incluirão, obrigatoriamente, a vinculação de receitas próprias e dos recursos de que tratam os arts. 156, 158 e 159, inciso I, "b", e § 3º, da Constituição, e a Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996;

V - limite de comprometimento de treze por cento da Receita Líquida Real - RLR, para efeito de atendimento das obrigações correspondentes ao serviço da dívida refinanciada;

VI - em caso de descumprimento das obrigações pactuadas, sem prejuízo das demais cominações contratuais, os encargos referidos nos incisos II e III serão substituídos pela taxa média ajustada dos financiamentos diários apurados no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (SELIC), divulgada pelo Banco Central do Brasil, acrescida de um por cento ao ano, elevando-se em quatro pontos percentuais o limite de comprometimento estabelecido no inciso V;

VII - em caso de impuntualidade no pagamento, sem prejuízo da aplicação do disposto no inciso VI, o valor da prestação será atualizado pela taxa média ajustada dos financiamentos diários apurados no SELIC, divulgada pelo Banco Central do Brasil, e acrescido de juros de mora de um por cento ao ano, calculados pro rata die; e

VIII - repasse aos Municípios dos deságios aplicados às obrigações assumidas pela União.

§ 1º Para o estabelecimento do prazo, será observado o mínimo de R 1.000,00 (mil reais) para o valor inicial das amortizações mensais do contrato de refinanciamento.

§ 2º A elevação do limite de comprometimento será aplicada a partir da prestação subsequente ao descumprimento.

§ 3º Os acréscimos a que se refere o inciso VII não estão sujeitos ao limite de comprometimento da RLR.

§ 4º A taxa de juros poderá ser reduzida para:

I - sete inteiros e cinco décimos por cento, se o Município amortizar extraordinariamente valor equivalente a dez por cento do saldo devedor atualizado da dívida assumida e refinanciada pela União; e

II - seis por cento, se o Município amortizar extraordinariamente valor equivalente a vinte por cento do saldo devedor atualizado da dívida assumida e refinanciada pela União.

§ 5º A redução a que se refere o § 4º será aplicada a partir da data da integralização do correspondente percentual de amortização extraordinária.

§ 6º Não se aplicam à amortização extraordinária de que trata o § 4º deste artigo:

I - o disposto no art. 5º; e

II - o limite de comprometimento da RLR.

§ 7º As dívidas de responsabilidade dos Municípios junto à União, exceto as relativas a impostos e contribuições, contraídas até 31 de janeiro de 1999, poderão ser refinanciadas na forma desta Medida Provisória.

Art. 3º A critério do Município, a dívida poderá ser refinanciada a taxas inferiores à prevista no inciso II do art. 2º, desde que efetuada amortização extraordinária, no prazo de trinta meses, contados da data de assinatura dos respectivos contratos de refinanciamento.

§ 1º As taxas de que tratam o caput serão de:

I - sete inteiros e cinco décimos por cento, se o Município comprometer-se a amortizar extraordinariamente valor equivalente a dez por cento do saldo devedor atualizado da dívida assumida e refinanciada pela União; e

II - seis por cento, se o Município comprometer-se a amortizar extraordinariamente valor equivalente a vinte por cento do saldo devedor atualizado da dívida assumida e refinanciada pela União.

§ 2º Findo o prazo estabelecido no caput e não sendo realizada integralmente a amortização extraordinária, o saldo devedor será recalculado, desde a data da assinatura do contrato, alterando-se a taxa de juros para:

I - nove por cento, se o Município se comprometeu na forma do inciso I do § 1º;

II - nove por cento, se o Município se comprometeu na forma do inciso II do § 1º e a amortização extraordinária não tiver atingido dez por cento do saldo devedor atualizado;

III - sete e meio por cento, se o Município se comprometeu na forma do inciso II do § 1º e a amortização extraordinária tiver atingido dez por cento do saldo devedor atualizado.

Art. 4º Os títulos públicos emitidos após 12 de dezembro de 1995, para pagamento de precatórios judiciais, nos termos do art. 33 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, poderão ser objeto da assunção e do refinanciamento a que se referem os arts. 1º, 2º e 3º, observando-se, nesta hipótese, que a prestação mensal do contrato de refinanciamento corresponderá, no mínimo, à prestação que seria devida relativamente a esses títulos, calculada pela Tabela Price, para o prazo de cento e vinte meses.

Parágrafo único. Não será abrangida pela assunção e pelo refinanciamento a que se refere o caput a dívida mobiliária em poder do próprio ente emissor, mesmo que por intermédio de fundo de liquidez, ou que tenha sido colocada em mercado após 31 de dezembro de 1998.

Art. 5º Para fins de aplicação do limite estabelecido no inciso V do art. 2º, poderão ser deduzidos do limite apurado as despesas efetivamente realizadas no mês anterior pelo Município, correspondentes aos serviços das seguintes obrigações por ele tituladas:

I - dívida refinanciada com base na Lei nº 7.976, de 1989;

II - dívida externa contratada até 31 de janeiro de 1999, mesmo aquela objeto de reestruturação no âmbito do Plano Brasileiro de Financiamento da Dívida Externa (BIB, BEA, DMLP e Clube de Paris);

III - parcelamento de dívidas firmadas com base no art. 58 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, e na Lei nº 8.620, de 5 de janeiro de 1993;

IV - dívidas parceladas junto ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, cuja formalização tenha ocorrido até 31 de janeiro de 1999;

V - comissão do agente, incidente sobre o pagamento da prestação decorrente da Lei nº 8.727, de 1993; e

VI - dívida relativa a crédito imobiliário refinanciado ao amparo da Lei nº 8.727, de 1993, e efetivamente assumido pelo Município, deduzidas as receitas auferidas com essas operações.

§ 1º Poderão, ainda, ser deduzidas as despesas referentes a principal, juros e demais encargos das operações decorrentes da Lei nº 8.727, de 1993, realizadas no mês, excetuada a comissão do agente.

§ 2º Os valores relativos à redução da prestação pela aplicação do limite a que se refere este artigo ou pela dedução a que se refere o art. 6º terão seu pagamento postergado, sobre eles incidindo os encargos financeiros dos contratos de refinanciamento, para o momento em que o serviço da dívida comprometer valor inferior ao limite.

§ 3º O limite de treze por cento estabelecido no art. 2º é aplicável somente para as dívidas refinanciadas nos termos desta Medida Provisória.

§ 4º Eventual saldo devedor resultante da aplicação do limite de comprometimento estabelecido na forma deste artigo, poderá ser refinanciado nas mesmas condições previstas nesta Medida Provisória, em até cento e vinte meses, a partir do vencimento da última prestação do contrato de refinanciamento.

§ 5º No caso previsto no § 4º, as prestações não poderão ser inferiores ao valor da última prestação do refinanciamento.

Art. 6º O montante efetivamente desembolsado pelo Município relativamente ao serviço das dívidas mencionadas nos incisos I, II, III e IV do art. 1º, vencidas entre 31 de janeiro de 1999 e a data de assinatura do contrato de refinanciamento, poderá ser deduzido das prestações calculadas com base na Tabela Price, li-

mitada a dedução mensal a cinquenta por cento do valor da primeira prestação.

Art. 7º Para os fins desta Medida Provisória, entende-se como RLR a receita realizada nos doze meses anteriores ao mês imediatamente anterior àquele em que ela estiver sendo apurada, observado o seguinte:

I - serão excluídas as receitas provenientes de operações de crédito, de anulação de restos a pagar, de alienação de bens, de transferências vinculadas a qualquer título, de transferências voluntárias ou doações recebidas com o fim específico de atender a despesas de capital; e

II - serão computadas as receitas oriundas do produto da arrecadação do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transportes Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação destinado à concessão de quaisquer favores fiscais ou financeiros, inclusive na forma de empréstimos ou financiamentos, ainda que por meio de fundos, instituições financeiras ou outras entidades controladas pelo poder público, concedidas com base no referido imposto e que resulte em redução ou eliminação, direta ou indireta, do respectivo ônus.

Parágrafo único. O superávit financeiro das autarquias e fundações, excluídas de caráter previdenciário, será considerado como receita realizada para fins de cálculo da RLR.

Art. 8º O contrato de refinanciamento de dívidas deverá prever que o Município:

I - somente poderá emitir novos títulos da dívida pública mobiliária municipal interna ou externa, após a integral liquidação da dívida objeto do refinanciamento previsto nesta Medida Provisória; e

II - somente poderá contrair novas dívidas, inclusive operações de Antecipação de Receita Orçamentária, se a dívida financeira total do Município for inferior à sua RLR anual.

Parágrafo único. Excluem-se das vedações a que se refere o inciso II:

I - a contratação de operações de crédito instituídas por programas federais, destinadas à modernização e ao aperfeiçoamento da máquina administrativa dos Municípios;

II - os empréstimos ou financiamentos junto a organismos financeiros multilaterais e a instituições de fomento e cooperação ligadas a governos estrangeiros, que tenham avaliação positiva da agência financiadora, e ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, desde que contratados dentro do prazo de três anos contados de 30 de junho de 1999 e destinados exclusivamente à complementação de programas em andamento.

Art. 9º O limite de comprometimento da RLR de que trata o inciso V do art. 2º será elevado em dois pontos percentuais para os Municípios que, a partir de 1º de janeiro de 2000:

I - não tenham adequado suas despesas com pessoal aos limites estabelecidos na legislação em vigor;

II - não tenham implantado contribuição previdenciária para os servidores ativos e inativos, com alíquota média de, no mínimo, onze por cento da remuneração total; e

III - não tenham limitado suas despesas com aposentados e pensionistas, na forma da legislação em vigor.

Art. 10. Somente por lei poderão ser autorizadas novas composições ou prorrogações das dívidas refinanciadas com base nesta Medida Provisória, ou, ainda, alteração a qualquer título das condições de refinanciamento ora estabelecidas.

Art. 11. A União assumirá as obrigações decorrentes desta Medida Provisória mediante emissão de títulos do Tesouro Nacional, com características a serem definidas pelo Poder Executivo.

Art. 12. A receita proveniente dos pagamentos dos refinanciamentos concedidos aos Municípios, nos termos desta Medida Provisória, será integralmente utilizada para abatimento da dívida pública de responsabilidade do Tesouro Nacional.

Art. 13. Fica o Banco do Brasil S.A. designado agente financeiro da União para o fim de celebração, acompanhamento e controle dos contratos de assunção e de refinanciamento de que trata esta Medida Provisória, cabendo ao devedor o pagamento da respectiva remuneração.

Art. 14. Fica a União autorizada a realizar, por intermédio da Caixa Econômica Federal, operações de crédito com os Municípios, destinadas a programas de fortalecimento e modernização da máquina administrativa municipal, utilizando para esse fim recursos provenientes de contratos de empréstimo junto a organismos financeiros internacionais.

Art. 15. Fica facultado ao Conselho Curador do



Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, na hipótese de assunção pela União de obrigações relativas a repasses do FGTS, nos termos desta Medida Provisória, autorizar os agentes financeiros a promover o retorno dos recursos repassados, nas condições originalmente estabelecidas, desde que sejam constituídas garantias suficientes.

Art. 16. Ficam convalidados os atos praticados com base na Medida Provisória nº 2.185-33, de 28 de junho de 2001.

Art. 17. Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 27 de julho de 2001; 180ª da Independência e 113ª da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO
Pedro Malan

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.187-12, DE 27 DE JULHO DE 2001.

Dispõe sobre o reajuste dos benefícios mantidos pela Previdência Social, e altera dispositivos das Leis nºs 6.015, de 31 de dezembro de 1973, 8.212 e 8.213, de 24 de julho de 1991, 8.742, de 7 de dezembro de 1993, 9.604, de 5 de fevereiro de 1998, 9.639, de 25 de maio de 1998, 9.717, de 27 de novembro de 1998, e 9.796, de 5 de maio de 1999, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 62 da Constituição, adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:

Art. 1º Os benefícios mantidos pela Previdência Social serão reajustados, em 1º de junho de 2000, em cinco vírgula oitenta e um por cento.

Parágrafo único. Para os benefícios concedidos pela Previdência Social a partir de 1º de julho de 1999, o reajuste nos termos do caput dar-se-á de acordo com os percentuais indicados no Anexo a esta Medida Provisória.

Art. 2º O art. 80 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, passa a vigorar acrescido do seguinte dispositivo:

"12) pelo menos uma das informações a seguir arroladas: número de inscrição do PIS/PASEP; número de inscrição no Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, se contribuinte individual; número de benefício previdenciário - NB, se a pessoa falecida for titular de qualquer benefício pago pelo INSS; número do CPF; número de registro da Carteira de Identidade e respectivo órgão emissor; número do título de eleitor; número do registro de nascimento, com informação do livro, da folha e do termo; número e série da Carteira de Trabalho." (NR)

Art. 3º Os dispositivos adiante indicados da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 38.

§ 10. O acordo celebrado com o Estado, o Distrito Federal ou o Município conterá, ainda, cláusula em que estes autorizem, quando houver a falta de pagamento de débitos vencidos ou de prestações de acordos de parcelamento, a retenção do Fundo de Participação dos Estados - FPE ou do Fundo de Participação dos Municípios - FPM e o repasse ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS do valor correspondente à meta, por ocasião da primeira transferência que ocorrer após a comunicação da autarquia previdenciária ao Ministério da Fazenda.

§ 12. O acordo previsto neste artigo conterá cláusula em que o Estado, o Distrito Federal e o Município autorize a retenção do FPE e do FPM e o repasse à autarquia previdenciária do valor correspondente às obrigações previdenciárias correntes do mês anterior ao do recebimento do respectivo Fundo de Participação.

§ 13. Constará, ainda, no acordo mencionado neste artigo, cláusula em que o Estado, o Distrito Federal ou o Município autorize a retenção pelas instituições financeiras de outras receitas estaduais, distritais ou municipais nelas depositadas e o repasse ao INSS do restante da dívida previdenciária apurada, na hipótese em que os recursos oriundos do FPE e do FPM não forem suficientes para a quitação do parcelamento e das obrigações previdenciárias correntes.

§ 14. O valor mensal das obrigações previdenciárias correntes, para efeito deste artigo, será apurado com

base na respectiva Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e de Informações à Previdência Social - GFIP ou, no caso de sua não-apresentação no prazo legal, estimado, utilizando-se a média das últimas doze competências recolhidas anteriores ao mês da retenção prevista no § 12 deste artigo, sem prejuízo da cobrança ou restituição ou compensação de eventuais diferenças." (NR)

"Art. 55.

II - seja portadora do Registro e do Certificado de Entidade Beneficiária de Assistência Social, fornecidos pelo Conselho Nacional de Assistência Social, renovado a cada três anos;

§ 6º A inexistência de débitos em relação às contribuições sociais é condição necessária ao deferimento e à manutenção da isenção de que trata este artigo, em observância ao disposto no § 3º do art. 195 da Constituição." (NR)

"Art. 68.

§ 3º A comunicação deverá ser feita por meio de formulários para cadastramento de óbito, conforme modelo aprovado pelo Ministério da Previdência e Assistência Social.

§ 4º No formulário para cadastramento de óbito deverá constar, além dos dados referentes à identificação do Cartório de Registro Civil de Pessoas Naturais, pelo menos uma das seguintes informações relativas à pessoa falecida:

- a) número de inscrição do PIS/PASEP;
- b) número de inscrição no Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, se contribuinte individual, ou número de benefício previdenciário - NB, se a pessoa falecida for titular de qualquer benefício pago pelo INSS;
- c) número do CPF;
- d) número de registro da Carteira de Identidade e respectivo órgão emissor;
- e) número do título de eleitor;
- f) número do registro de nascimento ou casamento, com informação do livro, da folha e do termo;
- g) número e série da Carteira de Trabalho." (NR)

"Art. 102. Os valores expressos em moeda corrente nesta Lei serão reajustados nas mesmas épocas e com os mesmos índices utilizados para o reajustamento dos benefícios de prestação continuada da Previdência Social.

Parágrafo único. O reajuste dos valores dos salários-de-contribuição em decorrência da alteração do salário mínimo será descontado quando da aplicação dos índices a que se refere o caput." (NR)

Art. 4º Os dispositivos adiante indicados da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 41. Os valores dos benefícios em manutenção serão reajustados, a partir de 1º de junho de 2001, pro rata, de acordo com suas respectivas datas de início ou do seu último reajustamento, com base em percentual definido em regulamento, observados os seguintes critérios:

I - preservação do valor real do benefício;

III - atualização anual;

IV - variação de preços de produtos necessários e relevantes para a aferição da manutenção do valor de compra dos benefícios.

§ 8º Para os benefícios que tenham sofrido majoração devido à elevação do salário mínimo, o referido aumento deverá ser descontado quando da aplicação do disposto no caput, de acordo com normas a serem baixadas pelo Ministério da Previdência e Assistência Social.

§ 9º Quando da apuração, para fixação do percentual do reajuste do benefício, poderão ser utilizados

índices que representem a variação de que trata o inciso IV deste artigo, divulgados pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE ou de instituição congênera de reconhecida notoriedade, na forma do regulamento." (NR)

"Art. 96.

IV - o tempo de serviço anterior ou posterior à obrigatoriedade de filiação à Previdência Social só será contado mediante indenização da contribuição correspondente ao período respectivo, com acréscimo de juros moratórios de zero vírgula cinco por cento ao mês, capitalizados anualmente, e multa de dez por cento." (NR)

"Art. 134. Os valores expressos em moeda corrente nesta Lei serão reajustados nas mesmas épocas e com os mesmos índices utilizados para o reajustamento dos valores dos benefícios." (NR)

Art. 5º A Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 9º

§ 3º A inscrição da entidade no Conselho Municipal de Assistência Social, ou no Conselho de Assistência Social do Distrito Federal, é condição essencial para o encaminhamento de pedido de registro e de certificado de entidade beneficiária de assistência social junto ao Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS.

"Art. 18.

III - observado o disposto em regulamento, estabelecer procedimentos para concessão de registro e certificado de entidade beneficiária de assistência social às instituições privadas prestadoras de serviços e assessoramento de assistência social que prestem serviços relacionados com seus objetivos institucionais;

IV - conceder registro e certificado de entidade beneficiária de assistência social;

"Art. 28-A. Constitui receita do Fundo Nacional

de Assistência Social, o produto da alienação dos bens imóveis da extinta Fundação Legião Brasileira de Assistência." (NR)

Art. 6º A Lei nº 9.604, de 5 de fevereiro de 1998, passa a vigorar acrescida do seguinte artigo:

"Art. 2º-A. O Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS poderá transferir recursos financeiros para o desenvolvimento das ações continuadas de assistência social diretamente às entidades privadas de assistência social, a partir da competência do mês de dezembro de 1999, independentemente da celebração de acordo, convênio, ajuste ou contrato, em caráter excepcional, quando o repasse não puder ser efetuado diretamente ao Estado, Distrito Federal ou Município em decorrência de inadimplência desses entes com o Sistema da Seguridade Social.

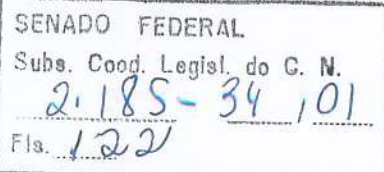
Parágrafo único. O Poder Executivo regulamentará as ações continuadas de assistência social, de que trata este artigo, no prazo de trinta dias, a partir de 10 de dezembro de 1999." (NR)

Art. 7º Os dispositivos adiante indicados da Lei nº 9.639, de 25 de maio de 1998, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, até 31 de agosto de 2001, poderão optar pela amortização de suas dívidas para com o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, oriundas de contribuições sociais, bem como as decorrentes de obrigações acessórias, até a competência junho de 2001, mediante o emprego de quatro pontos percentuais do Fundo de Participação dos Estados - FPE e de nove pontos percentuais do Fundo de Participação dos Municípios - FPM.

§ 1º As unidades federativas mencionadas neste artigo poderão optar por incluir nessa espécie de amortização as dívidas, até a competência junho de 2001, de suas autarquias e das fundações por elas instituídas e mantidas, hipótese em que haverá o acréscimo de três pontos nos percentuais do FPE e de três pontos nos percentuais do FPM referidos no caput.

§ 2º Mediante o emprego de mais quatro pontos percentuais do respectivo Fundo de Participação, as uni-





SENADO FEDERAL
Gabinete do Líder do PFL

OF. Nº 219/01-GLPFL

Brasília, 16 de agosto de 2.001.

*Façam-se as substituições
solicitadas*

Em 17/08 /2001

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, solicito seja feita a substituição na indicação dos membros da Comissão Mista incumbida do estudo e parecer da Medida Provisória nº **2.185-34**, de 27 de julho de 2001, que "**Estabelece critérios para a consolidação, a assunção e o refinanciamento, pela União, da dívida pública mobiliária e outras que especifica, de responsabilidade dos Municípios**", ficando assim constituída:

TITULARES

Freitas Neto

Francelino Pereira

SUPLENTES

Bernardo Cabral

Bello Parga

Atenciosamente,

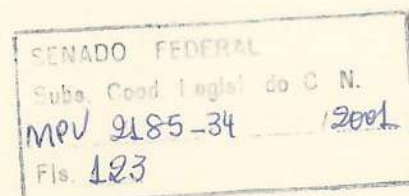
Senador HUGO NAPOLEÃO

Líder do PFL no Senado Federal

A Sua Excelência o Senhor

Senador EDISON LOBÃO

Presidente do Senado Federal, em exercício



Mem. N° 492/2001-CN

PR - COORDENAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO
Publicado na Seção
Diário Oficial de
Cópia Autenticada

28 JUL 2001

EDIÇÃO EXTRA

MEDIDA PROVISÓRIA N° 2.185-34, DE 27 DE JULHO DE 2001.

Estabelece critérios para a consolidação, a assunção e o refinanciamento, pela União, da dívida pública mobiliária e outras que especifica, de responsabilidade dos Municípios.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 62 da Constituição, adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:

Art. 1º Fica a União autorizada, até 15 de junho de 2000, a assumir as seguintes obrigações de responsabilidade dos Municípios:

I - dívida junto a instituições financeiras nacionais ou estrangeiras, cujos contratos tenham sido firmados até 31 de janeiro de 1999, inclusive a decorrente de transformação de operações de antecipação de receita orçamentária em dívida fundada;

II - dívida junto a instituições financeiras nacionais ou estrangeiras, decorrente de cessão de crédito firmada até 31 de janeiro de 1999;

III - dívida mobiliária interna constituída até 12 de dezembro de 1995 ou que, constituída após essa data, consubstancia simples rolagem de dívida mobiliária anterior;

IV - dívida mobiliária externa constituída até 12 de dezembro de 1995 ou que, constituída após essa data, consubstancia simples rolagem de dívida mobiliária anterior;

V - dívida relativa a operações de antecipação de receita orçamentária, contraída até 31 de janeiro de 1999; e

VI - dívida relativa a operações de crédito celebradas com instituições financeiras na qualidade de agente financeiro da União, dos Estados ou de fundos e programas governamentais, regularmente constituídos.

§ 1º Para efeito dos incisos I, III, V e VI, serão consideradas apenas as operações registradas, até 31 de janeiro de 1999, no Banco Central do Brasil.

§ 2º Poderão ser ainda objeto de assunção pela União as dívidas de entidades integrantes da administração pública municipal indireta, enquadráveis nos incisos I a VI do **caput** e que sejam previamente assumidas pelo Município.

§ 3º O serviço das dívidas mencionadas nos incisos I, II, V e VI do **caput** deste artigo, não pago e com vencimento ou qualquer forma de exigibilidade que tenha ocorrido entre 31 de janeiro de 1999 e a data de assinatura do contrato de refinanciamento poderá ser refinanciado pela União, observadas as condições estabelecidas nesta Medida Provisória, exceto quanto a:

NADO FEDERAL	
Subs. Coord. Legisl. do C. N.	
MPV	21.85-34 / 2001
Fls.	124

I - prazo: em até cento e oitenta meses, com prestações mensais e consecutivas, vencendo-se a primeira na data de assinatura do contrato de refinanciamento e, as demais, nas datas de vencimento estipuladas para o restante das dívidas refinanciadas ao amparo desta Medida Provisória;

II - encargos: equivalentes ao custo médio de captação da dívida mobiliária interna do Governo Federal (taxa SELIC), acrescidos, em caso de inadimplemento, de juros moratórios de um por cento ao ano, sobre o saldo devedor previamente atualizado;

III - extra-limite das demais dívidas refinanciadas na forma desta Medida Provisória e da Lei nº 8.727, de 5 de novembro de 1993; e

IV - amortização mensal mínima de R\$ 1.000,00 (mil reais), adicionalmente ao previsto no § 1º do art. 2º.

§ 4º Não serão abrangidas pela assunção a que se refere este artigo nem pelo refinanciamento a que se refere o art. 2º:

I - as dívidas renegociadas com base nas Leis nºs 7.976, de 27 de dezembro de 1989, e 8.727, de 1993;

II - as dívidas relativas à dívida externa objeto de renegociação no âmbito do Plano Brasileiro de Financiamento da Dívida Externa (BIB, BEA, DMLP e Clube de Paris);

III - as parcelas das dívidas referidas nos incisos I, II, III, V e VI do **caput** deste artigo que não tenham sido desembolsadas pela instituição financeira até 31 de janeiro de 1999; e

IV - as dívidas externas junto a organismos internacionais multilaterais ou agências governamentais de crédito estrangeiras.

§ 5º A assunção de que trata este artigo será precedida da aplicação de deságio sobre o saldo devedor das obrigações, conforme estabelecido pelo Poder Executivo.

§ 6º Poderá ainda a União, nos respectivos vencimentos, fornecer os recursos necessários ao pagamento da dívida de que trata o inciso IV do **caput** deste artigo, incorporando o valor pago ao saldo devedor do refinanciamento.

Art. 2º As dívidas assumidas pela União serão refinanciadas aos Municípios, observando-se o seguinte:

I - prazo: até trezentas e sessenta prestações mensais e sucessivas, calculadas com base na Tabela Price, vencendo-se a primeira em até trinta dias após a assinatura do contrato e as seguintes em iguais dias dos meses subsequentes;

II - juros: calculados e debitados mensalmente, à taxa de nove por cento ao ano, sobre o saldo devedor previamente atualizado;

III - atualização monetária: calculada e debitada mensalmente com base na variação do Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna (IGP-DI), calculado pela Fundação Getúlio Vargas, ou outro índice que vier a substituí-lo;



IV - garantias adequadas que incluirão, obrigatoriamente, a vinculação de receitas próprias e dos recursos de que tratam os arts. 156, 158 e 159, inciso I, "b", e § 3º, da Constituição, e a Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996;

V - limite de comprometimento de treze por cento da Receita Líquida Real - RLR, para efeito de atendimento das obrigações correspondentes ao serviço da dívida refinanciada;

VI - em caso de descumprimento das obrigações pactuadas, sem prejuízo das demais cominações contratuais, os encargos referidos nos incisos II e III serão substituídos pela taxa média ajustada dos financiamentos diários apurados no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (SELIC), divulgada pelo Banco Central do Brasil, acrescida de um por cento ao ano, elevando-se em quatro pontos percentuais o limite de comprometimento estabelecido no inciso V;

VII - em caso de impontualidade no pagamento, sem prejuízo da aplicação do disposto no inciso VI, o valor da prestação será atualizado pela taxa média ajustada dos financiamentos diários apurados no SELIC, divulgada pelo Banco Central do Brasil, e acrescido de juros de mora de um por cento ao ano, calculados **pro rata die**; e

VIII - repasse aos Municípios dos deságios aplicados às obrigações assumidas pela União.

§ 1º Para o estabelecimento do prazo, será observado o mínimo de R\$ 1.000,00 (mil reais) para o valor inicial das amortizações mensais do contrato de refinanciamento.

§ 2º A elevação do limite de comprometimento será aplicada a partir da prestação subsequente ao descumprimento.

§ 3º Os acréscimos a que se refere o inciso VII não estão sujeitos ao limite de comprometimento da RLR.

§ 4º A taxa de juros poderá ser reduzida para:

I - sete inteiros e cinco décimos por cento, se o Município amortizar extraordinariamente valor equivalente a dez por cento do saldo devedor atualizado da dívida assumida e refinanciada pela União; e

II - seis por cento, se o Município amortizar extraordinariamente valor equivalente a vinte por cento do saldo devedor atualizado da dívida assumida e refinanciada pela União.

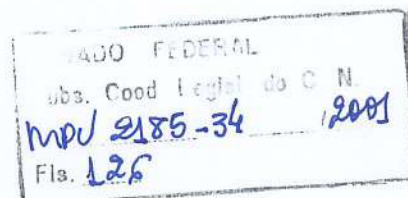
§ 5º A redução a que se refere o § 4º será aplicada a partir da data da integralização do correspondente percentual de amortização extraordinária.

§ 6º Não se aplicam à amortização extraordinária de que trata o § 4º deste artigo:

I - o disposto no art. 5º; e

II - o limite de comprometimento da RLR.

§ 7º As dívidas de responsabilidade dos Municípios junto à União, exceto as relativas a impostos e contribuições, contraídas até 31 de janeiro de 1999, poderão ser refinanciadas na forma desta Medida Provisória.



Art. 3º A critério do Município, a dívida poderá ser refinanciada a taxas inferiores à prevista no inciso II do art. 2º, desde que efetuada amortização extraordinária, no prazo de trinta meses, contados da data de assinatura dos respectivos contratos de refinanciamento.

§ 1º As taxas de que tratam o **caput** serão de:

I - sete inteiros e cinco décimos por cento, se o Município comprometer-se a amortizar extraordinariamente valor equivalente a dez por cento do saldo devedor atualizado da dívida assumida e refinanciada pela União; e

II - seis por cento, se o Município comprometer-se a amortizar extraordinariamente valor equivalente a vinte por cento do saldo devedor atualizado da dívida assumida e refinanciada pela União.

§ 2º Findo o prazo estabelecido no **caput** e não sendo realizada integralmente a amortização extraordinária, o saldo devedor será recalculado, desde a data da assinatura do contrato, alterando-se a taxa de juros para:

I - nove por cento, se o Município se comprometeu na forma do inciso I do § 1º;

II - nove por cento, se o Município se comprometeu na forma do inciso II do § 1º e a amortização extraordinária não tiver atingido dez por cento do saldo devedor atualizado;

III - sete e meio por cento, se o Município se comprometeu na forma do inciso II do § 1º e a amortização extraordinária tiver atingido dez por cento do saldo devedor atualizado.

Art. 4º Os títulos públicos emitidos após 12 de dezembro de 1995, para pagamento de precatórios judiciais, nos termos do art. 33 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, poderão ser objeto da assunção e do refinanciamento a que se referem os arts. 1º, 2º e 3º, observando-se, nesta hipótese, que a prestação mensal do contrato de refinanciamento corresponderá, no mínimo, à prestação que seria devida relativamente a esses títulos, calculada pela Tabela Price, para o prazo de cento e vinte meses.

Parágrafo único. Não será abrangida pela assunção e pelo refinanciamento a que se refere o **caput** a dívida mobiliária em poder do próprio ente emissor, mesmo que por intermédio de fundo de liquidez, ou que tenha sido colocada em mercado após 31 de dezembro de 1998.

Art. 5º Para fins de aplicação do limite estabelecido no inciso V do art. 2º, poderão ser deduzidas do limite apurado as despesas efetivamente realizadas no mês anterior pelo Município, correspondentes aos serviços das seguintes obrigações por ele tituladas:

I - dívida refinanciada com base na Lei nº 7.976, de 1989;

II - dívida externa contratada até 31 de janeiro de 1999, mesmo aquela objeto de reestruturação no âmbito do Plano Brasileiro de Financiamento da Dívida Externa (BIB, BEA, DMLP e Clube de Paris);

III - parcelamento de dívidas firmadas com base no art. 58 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, e na Lei nº 8.620, de 5 de janeiro de 1993;

IV - dívidas parceladas junto ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, cuja formalização tenha ocorrido até 31 de janeiro de 1999;



V - comissão do agente, incidente sobre o pagamento da prestação decorrente da Lei nº 8.727, de 1993; e

VI - dívida relativa a crédito imobiliário refinanciado ao amparo da Lei nº 8.727, de 1993, e efetivamente assumido pelo Município, deduzidas as receitas auferidas com essas operações.

§ 1º Poderão, ainda, ser deduzidas as despesas referentes a principal, juros e demais encargos das operações decorrentes da Lei nº 8.727, de 1993, realizadas no mês, excetuada a comissão do agente.

§ 2º Os valores relativos à redução da prestação pela aplicação do limite a que se refere este artigo ou pela dedução a que se refere o art. 6º terão seu pagamento postergado, sobre eles incidindo os encargos financeiros dos contratos de refinanciamento, para o momento em que o serviço da dívida comprometer valor inferior ao limite.

§ 3º O limite de treze por cento estabelecido no art. 2º é aplicável somente para as dívidas refinanciadas nos termos desta Medida Provisória.

§ 4º Eventual saldo devedor resultante da aplicação do limite de comprometimento estabelecido na forma deste artigo, poderá ser refinanciado nas mesmas condições previstas nesta Medida Provisória, em até cento e vinte meses, a partir do vencimento da última prestação do contrato de refinanciamento.

§ 5º No caso previsto no § 4º, as prestações não poderão ser inferiores ao valor da última prestação do refinanciamento.

Art. 6º O montante efetivamente desembolsado pelo Município relativamente ao serviço das dívidas mencionadas nos incisos I, II, III e IV do art. 1º, vencidas entre 31 de janeiro de 1999 e a data de assinatura do contrato de refinanciamento, poderá ser deduzido das prestações calculadas com base na Tabela Price, limitada a dedução mensal a cinquenta por cento do valor da primeira prestação.

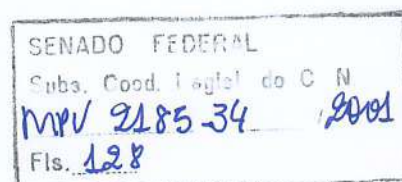
Art. 7º Para os fins desta Medida Provisória, entende-se como RLR a receita realizada nos doze meses anteriores ao mês imediatamente anterior àquele em que ela estiver sendo apurada, observado o seguinte:

I - serão excluídas as receitas provenientes de operações de crédito, de anulação de restos a pagar, de alienação de bens, de transferências vinculadas a qualquer título, de transferências voluntárias ou doações recebidas com o fim específico de atender a despesas de capital; e

II - serão computadas as receitas oriundas do produto da arrecadação do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transportes Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação destinado à concessão de quaisquer favores fiscais ou financeiros, inclusive na forma de empréstimos ou financiamentos, ainda que por meio de fundos, instituições financeiras ou outras entidades controladas pelo poder público, concedidas com base no referido imposto e que resulte em redução ou eliminação, direta ou indireta, do respectivo ônus.

Parágrafo único. O superávit financeiro das autarquias e fundações, excluídas as de caráter previdenciário, será considerado como receita realizada para fins de cálculo da RLR.

Art. 8º O contrato de refinanciamento de dívidas deverá prever que o Município:



I - somente poderá emitir novos títulos da dívida pública mobiliária municipal interna ou externa, após a integral liquidação da dívida objeto do refinanciamento previsto nesta Medida Provisória; e

II - somente poderá contrair novas dívidas, inclusive operações de Antecipação de Receita Orçamentária, se a dívida financeira total do Município for inferior à sua RLR anual.

Parágrafo único. Excluem-se das vedações a que se refere o inciso II:

I - a contratação de operações de crédito instituídas por programas federais, destinadas à modernização e ao aparelhamento da máquina administrativa dos Municípios;

II - os empréstimos ou financiamentos junto a organismos financeiros multilaterais e a instituições de fomento e cooperação ligadas a governos estrangeiros, que tenham avaliação positiva da agência financiadora, e ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, desde que contratados dentro do prazo de três anos contados de 30 de junho de 1999 e destinados exclusivamente à complementação de programas em andamento.

Art. 9º O limite de comprometimento da RLR de que trata o inciso V do art. 2º será elevado em dois pontos percentuais para os Municípios que, a partir de 1º de janeiro de 2000:

I - não tenham adequado suas despesas com pessoal aos limites estabelecidos na legislação em vigor;

II - não tenham implantado contribuição previdenciária para os servidores ativos e inativos, com alíquota média de, no mínimo, onze por cento da remuneração total; e

III - não tenham limitado suas despesas com aposentados e pensionistas, na forma da legislação em vigor.

Art. 10. Somente por lei poderão ser autorizadas novas composições ou prorrogações das dívidas refinanciadas com base nesta Medida Provisória, ou, ainda, alteração a qualquer título das condições de refinanciamento ora estabelecidas.

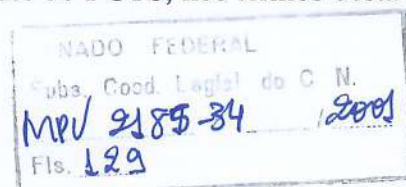
Art. 11. A União assumirá as obrigações decorrentes desta Medida Provisória mediante emissão de títulos do Tesouro Nacional, com características a serem definidas pelo Poder Executivo.

Art. 12. A receita proveniente dos pagamentos dos refinanciamentos concedidos aos Municípios, nos termos desta Medida Provisória, será integralmente utilizada para abatimento da dívida pública de responsabilidade do Tesouro Nacional.

Art. 13. Fica o Banco do Brasil S.A. designado agente financeiro da União para o fim de celebração, acompanhamento e controle dos contratos de assunção e de refinanciamento de que trata esta Medida Provisória, cabendo ao devedor o pagamento da concernente remuneração.

Art. 14. Fica a União autorizada a realizar, por intermédio da Caixa Econômica Federal, operações de crédito com os Municípios, destinadas a programas de fortalecimento e modernização da máquina administrativa municipal, utilizando para esse fim recursos provenientes de contratos de empréstimo junto a organismos financeiros internacionais.

Art. 15. Fica facultado ao Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, na hipótese de assunção pela União de obrigações relativas a repasses do FGTS, nos termos desta




Medida Provisória, autorizar os agentes financeiros a promover o retorno dos recursos repassados, nas condições originalmente estabelecidas, desde que sejam constituídas garantias suficientes.

Art. 16. Ficam convalidados os atos praticados com base na Medida Provisória nº 2.185-33, de 28 de junho de 2001.

Art. 17. Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 27 de julho de 2001; 180º da Independência e 113º da República.

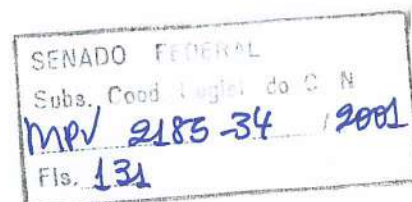


Mensagem nº 813

Senhores Membros do Congresso Nacional,

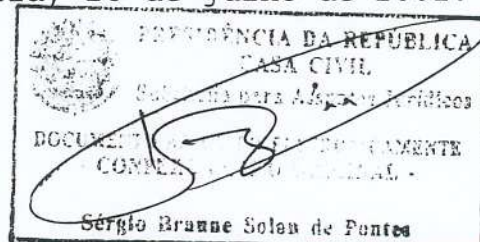
Nos termos do artigo 62 da Constituição Federal, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências o texto da Medida Provisória nº 2.185-34, de 27 de julho de 2001, que “Estabelece critérios para a consolidação, a assunção e o refinanciamento, pela União, da dívida pública mobiliária e outras que especifica, de responsabilidade dos Municípios”.

Brasília, 27 de julho de 2001.



MF 00135 EM REEDIÇÃO MPV 2185

Brasília, 26 de julho de 2001.



Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

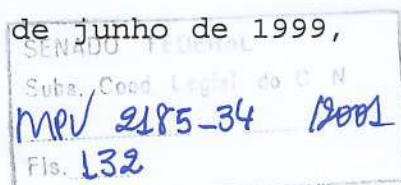
Submeto à consideração de Vossa Excelência proposta de reedição, com alteração, da Medida Provisória nº 2.185-33, de 28 de junho de 2001.

2. O inciso II do art. 8º da Medida Provisória nº 2.185-33, de 28 de junho de 2001, veda a contratação de operações se a dívida financeira total do município for superior à sua Receita Líquida Real.

3. O parágrafo único do citado artigo já excepcionaliza, dentre outras, a contratação de operações junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, desde que contratados dentro do prazo de um ano contado de 30 de junho de 1999 e destinados exclusivamente à complementação de programas já em andamento.

4. Ocorre que o prazo acima acabou revelando-se insuficiente, em face das complexas e demoradas discussões entre os municípios interessados e o agente financiador, inclusive à luz de novos princípios trazidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

5. Faz-se necessário, portanto, alterar o prazo estabelecido no citado inciso, para três anos contados de 30 de junho de 1999,



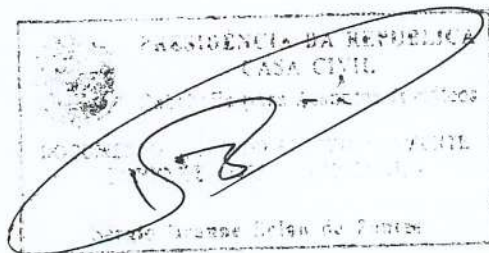
(Fls. 2 da E.M nº /MF)

de forma a possibilitar aos municípios a contratação de operações junto àquele Banco, desde que destinados exclusivamente à complementação de programas em andamento.

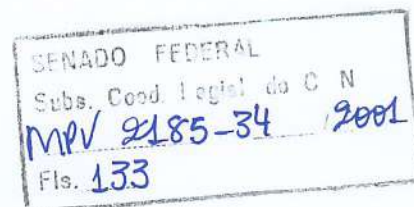
6. Dessa forma, estar-se-á possibilitando a conclusão de projetos já em andamento, cuja paralisação poderá representar despesas adicionais aos municípios envolvidos.

4. Essas, Senhor Presidente, são as razões que me levam a propor a Vossa Excelência a reedição da Medida Provisória nº 2.185-33, de 2001, com a alteração aqui mencionada.

Respeitosamente,



PEDRO SAMPAIO MALAN
Ministro de Estado da Fazenda



LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 7.976, DE 27 DE DEZEMBRO DE 1989

Dispõe sobre o refinanciamento pela União da dívida externa de responsabilidade dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, inclusive suas entidades da Administração Indireta, e dá outras providências.

LEI Nº 8.727, DE 5 DE NOVEMBRO DE 1993.

Estabelece diretrizes para a consolidação e o reescalonamento, pela União, de dívidas internas das administrações direta e indireta dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e dá outras providências.

LEI COMPLEMENTAR Nº 87, DE 13 DE SETEMBRO DE 1996.

Dispõe sobre o imposto dos Estados e do Distrito Federal sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, e dá outras providências.

LEI Nº 8.212, DE 24 DE JULHO DE 1991

Dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui Plano de Custeio e dá outras providências.

.....
Art. 58. Os débitos dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios para com o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), existentes até 1º de setembro de 1991, poderão ser liquidados em até 240 (duzentos e quarenta) parcelas mensais.

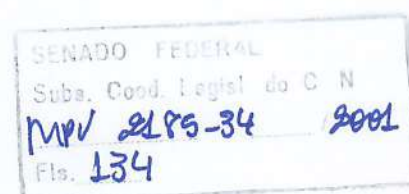
Parágrafo único. Para apuração dos débitos será considerado o valor original, atualizado pelo índice oficial utilizado pela Seguridade Social para correção de seus créditos.
.....

LEI Nº 8.620, DE 5 DE JANEIRO DE 1993

Altera as Leis nºs 8.212 e 8.213, de 24 de julho de 1991, e dá outras providências.

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.185-33, DE 28 DE JUNHO DE 2001.

Estabelece critérios para a consolidação, a assunção e o refinanciamento, pela União, da dívida pública mobiliária e outras que especifica, de responsabilidade dos Municípios.



Aviso nº 888 - C. Civil.

Brasília, 27 de julho de 2001.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à deliberação do Congresso Nacional o texto da Medida Provisória nº 2.185-34, de 27 de julho de 2001.



SILVANO GIANNI
Chefe da Casa Civil
da Presidência da República, Interino

A Sua Excelência o Senhor
Senador CARLOS WILSON
Primeiro Secretário do Senado Federal
BRASÍLIA-DF.

SENADO FEDERAL	
Subs. Cond. Legist. do C. N.	
MPV 2185-34	2001
Fls. 135	



III - do segundo ao vigésimo ano, quando emittidos para indenização de imóvel com área superior a cento e cinquenta módulos fiscais.

§ 4º No caso de aquisição por compra e venda de imóveis rurais destinados à implantação de projetos integrantes do Programa Nacional de Reforma Agrária, nos termos desta Lei e da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, e os decorrentes de acordo judicial, em audiência de conciliação, com o objetivo de fixar a prévia e justa indenização, a ser celebrado com a União, bem como com os entes federados, o pagamento será efetuado de forma escalonada em Títulos da Dívida Agrária - TDA, resgatáveis em parcelas anuais, iguais e sucessivas, a partir do segundo ano de sua emissão, observadas as seguintes condições:

I - imóveis com área de até três mil hectares, no prazo de cinco anos;

II - imóveis com área superior a três mil hectares:

- a) o valor relativo aos primeiros três mil hectares, no prazo de cinco anos;
- b) o valor relativo à área superior a três mil e até dez mil hectares, em dez anos;
- c) o valor relativo à área superior a dez mil hectares até quinze mil hectares, em quinze anos; e
- d) o valor da área que exceder quinze mil hectares, em vinte anos.

§ 5º Os prazos previstos no § 4º, quando iguais ou superiores a dez anos, poderão ser reduzidos em cinco anos, desde que o proprietário concorde em receber o pagamento do valor das benfeitorias úteis e necessárias integralmente em TDA.

§ 6º Aceito pelo proprietário o pagamento das benfeitorias úteis e necessárias em TDA, os prazos de resgates dos respectivos títulos serão fixados mantendo-se a mesma proporcionalidade estabelecida para aqueles relativos ao valor da terra e suas acessões naturais." (NR)

"Art. 6º (NR)

§ 3º (NR)

V - as áreas sob processos técnicos de formação ou recuperação de pastagens ou de culturas permanentes, tecnicamente conduzidas e devidamente comprovadas, mediante documentação e Anotação de Responsabilidade Técnica.

"Art. 7º (NR)

IV - haja sido aprovado pelo órgão federal competente, na forma estabelecida em regulamento, no mínimo seis meses antes da comunicação de que tratam os §§ 2º e 3º do art. 2º.

"Art. 11. Os parâmetros, índices e indicadores que informam o conceito de produtividade serão ajustados, periodicamente, de modo a levar em conta o progresso científico e tecnológico da agricultura e o desenvolvimento regional, pelos Ministros de Estado do Desenvolvimento Agrário e da Agricultura e do Abastecimento, ouvido o Conselho Nacional de Política Agrícola." (NR)

"Art. 12. Considera-se justa a indenização que reflita o preço atual de mercado do imóvel em sua totalidade, af incluídas as terras e acessões naturais, matas e florestas e as benfeitorias indenizáveis, observados os seguintes aspectos:

- I - localização do imóvel;
- II - aptidão agrícola;
- III - dimensão do imóvel;
- IV - área ocupada e ancianidade das posses;
- V - funcionalidade, tempo de uso e estado de conservação das benfeitorias.

§ 1º Verificado o preço atual de mercado da totalidade do imóvel, proceder-se-á à dedução do valor das benfeitorias indenizáveis a serem pagas em dinheiro, obtendo-se o preço da terra a ser indenizado em TDA.

§ 2º Integram o preço da terra as florestas naturais, matas nativas e qualquer outro tipo de vegetação natural, não podendo o preço apurado superar, em qualquer hipótese, o preço de mercado do imóvel.

§ 3º O Laudo de Avaliação será subscrito por Engenheiro Agrônomo com registro de Anotação de Responsabilidade Técnica - ART, respondendo o subscritor, civil, penal e administrativamente, pela superavaliação comprovada ou fraude na identificação das informações." (NR)

"Art. 17. O assentamento de trabalhadores rurais deverá ser realizado em terras economicamente úteis, de preferência na região por eles habitada, observado o seguinte:

I - a obtenção de terras rurais destinadas à implantação de projetos de assentamento integrantes do programa de reforma agrária será precedida de estudo sobre a viabilidade econômica e a potencialidade de uso dos recursos naturais;

II - os beneficiários dos projetos de que trata o inciso I manifestarão sua concordância com as condições de obtenção das terras destinadas à implantação dos projetos de assentamento, inclusive quanto ao preço a ser pago pelo órgão federal executor do programa de reforma agrária e com relação aos recursos naturais;

III - nos projetos criados será elaborado Plano de Desenvolvimento de Assentamento - PDA, que orientará a fixação de normas técnicas para a sua implantação e os respectivos investimentos;

IV - integrarão a clientela de trabalhadores rurais para fins de assentamento em projetos de reforma agrária somente aqueles que satisfizerem os requisitos fixados para seleção e classificação, bem como as exigências contidas nos arts. 19, incisos I a V e seu parágrafo único, e 20 desta Lei;

V - a consolidação dos projetos de assentamento integrantes dos programas de reforma agrária dar-se-á com a concessão de créditos de instalação e a conclusão dos investimentos, bem como com a outorga do instrumento definitivo de titulação.

"Art. 18. (NR)

§ 1º O título de domínio de que trata este artigo conterá cláusulas resolutivas e será outorgado ao beneficiário do programa de reforma agrária, de forma individual ou coletiva, após a realização dos serviços de medição e demarcação topográfica do imóvel a ser alienado.

§ 2º Na implantação do projeto de assentamento, será celebrado com o beneficiário do programa de reforma agrária contrato de concessão de uso, de forma individual ou coletiva, que conterá cláusulas resolutivas, estipulando-se os direitos e as obrigações da entidade concedente e dos concessionários, assegurando-se a estes o direito de adquirir, em definitivo, o título de domínio, nas condições previstas no § 1º, computado o período da concessão para fins da negociabilidade de que trata este artigo.

§ 3º O valor da alienação do imóvel será definido por deliberação do Conselho Diretor do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, cujo ato fixará os critérios para a apuração do valor da parcela a ser cobrada do beneficiário do programa de reforma agrária.

§ 4º O valor do imóvel fixado na forma do § 3º será pago em prestações anuais pelo beneficiário do programa de reforma agrária, amortizadas em até vinte anos, com carência de três anos e corrigidas monetariamente pela variação do IGP-DI.

§ 5º Será concedida ao beneficiário do programa de reforma agrária a redução de cinquenta por cento da correção monetária incidente sobre a prestação anual, quando efetuado o pagamento até a data do vencimento da respectiva prestação.

§ 6º Os valores relativos às obras de infraestrutura de interesse coletivo, aos custos despendidos com o plano de desenvolvimento do assentamento e aos serviços de medição e demarcação topográficos são considerados não reembolsáveis, sendo que os créditos concedidos aos beneficiários do programa de reforma agrária serão excluídos do valor das prestações e amortizados na forma a ser definida pelo órgão federal executor do programa.

§ 7º O órgão federal executor do programa de reforma agrária manterá atualizado o cadastro de áreas desapropriadas e de beneficiários da reforma agrária." (NR)

"Art. 26-A. Não serão cobradas custas ou emolumentos para registro de títulos translativos de domínio de imóveis rurais desapropriados para fins de reforma agrária." (NR)

Art. 5º Fica criado o Programa "Nossa Terra - Nossa Escola", mediante incentivo financeiro a ser concedido às famílias dos trabalhadores rurais beneficiários dos projetos de assentamento integrantes do programa de reforma agrária, que mantenham todos os seus filhos com idade entre sete e catorze anos na escola, em ensino regular de primeiro grau.

Parágrafo único. O incentivo de que trata este artigo será concedido a cada família beneficiária do programa, sob forma de redução na proporção de cinquenta por cento do valor da parcela anual do imóvel a esta alienado.

Art. 6º Fica instituído, no âmbito do Programa Nacional de Reforma Agrária, o Subprograma de combate à pobreza rural, destinado a conceder aos trabalhadores rurais assentados apoio à instalação de suas famílias, implantação de infra-estrutura comunitária e capacitação dos beneficiários, com vistas à consolidação social e produtiva dos assentamentos.

§ 1º São beneficiários do Subprograma de que trata este artigo os trabalhadores rurais, organizados em associações, contemplados com crédito fundiário na forma definida pela Lei Complementar nº 93, de 4 de fevereiro de 1998.

§ 2º Os valores dispendidos na execução das ações definidas no caput deste artigo são considerados não reembolsáveis.

Art. 7º O órgão federal executor do programa de reforma agrária fica autorizado a baixar atos normativos disciplinando a aplicação dos arts. 17 e 18 da Lei nº 8.629, de 1993.

Art. 8º Ficam convalidados os atos praticados com base na Medida Provisória nº 2.183-55, de 27 de julho de 2001.

Art. 9º Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 24 de agosto de 2001; 180ª da Independência e 113ª da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

José Gregori
Pedro Malan
Francisco Dornelles
José Sarney Filho
Raul Belen Jungmann Pinto

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.185-35, DE 24 DE AGOSTO DE 2001

Estabelece critérios para a consolidação, a assunção e o refinanciamento, pela União, da dívida pública mobiliária e outras que especifica, de responsabilidade dos Municípios.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 62 da Constituição, adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:

Art. 1º Fica a União autorizada, até 15 de junho de 2000, a assumir as seguintes obrigações de responsabilidade dos Municípios:

I - dívida junto a instituições financeiras nacionais ou estrangeiras, cujos contratos tenham sido firmados até 31 de janeiro de 1999, inclusive a decorrente de transformação de operações de antecipação de receita orçamentária em dívida fundada;

II - dívida junto a instituições financeiras nacionais ou estrangeiras, decorrente de cessão de crédito firmada até 31 de janeiro de 1999;

III - dívida mobiliária interna constituída até 12 de dezembro de 1995 ou que, constituída após essa data, consubstancia simples rolagem de dívida mobiliária anterior;

IV - dívida mobiliária externa constituída até 12 de dezembro de 1995 ou que, constituída após essa data, consubstancia simples rolagem de dívida mobiliária anterior;

V - dívida relativa a operações de antecipação de receita orçamentária, contraída até 31 de janeiro de 1999; e

VI - dívida relativa a operações de crédito celebradas com instituições financeiras na qualidade de agente financeiro da União, dos Estados ou de fundos e programas governamentais, regularmente constituídos.

§ 1º Para efeito dos incisos I, III, V e VI, serão consideradas apenas as operações registradas, até 31 de janeiro de 1999, no Banco Central do Brasil.

§ 2º Poderão ser ainda objeto de assunção pela União as dívidas de entidades integrantes da administração pública municipal indireta, enquadráveis nos incisos I a VI do caput e que sejam previamente assumidas pelo Município.

SENADO FEDERAL

Subs. Coord. Legisl. do C. N.

MP 2.185-35/2001

Fls. 136



c § 3º O serviço das dívidas mencionadas nos incisos I, II, V e VI do **caput** deste artigo, não pago e com vencimento ou qualquer forma de exigibilidade que tenha ocorrido entre 31 de janeiro de 1999 e a data de assinatura do contrato de refinanciamento poderá ser refinanciado pela União, observadas as condições estabelecidas nesta Medida Provisória, exceto quanto a:

I - prazo: em até cento e oitenta meses, com prestações mensais e consecutivas, vencendo-se a primeira na data de assinatura do contrato de refinanciamento e, as demais, nas datas de vencimento estipuladas para o restante das dívidas refinanciadas ao amparo desta Medida Provisória;

II - encargos: equivalentes ao custo médio de captação da dívida mobiliária interna do Governo Federal (taxa SELIC), acrescidos, em caso de inadimplimento, de juros moratórios de um por cento ao ano, sobre o saldo devedor previamente atualizado;

III - extra-limite das demais dívidas refinanciadas na forma desta Medida Provisória e da Lei nº 8.727, de 5 de novembro de 1993; e

IV - amortização mensal mínima de R\$ 1.000,00 (mil reais), adicionalmente ao previsto no § 1º do art. 2º.

§ 4º Não serão abrangidas pela assunção a que se refere este artigo nem pelo refinanciamento a que se refere o art. 2º:

I - as dívidas renegociadas com base nas Leis nºs 7.976, de 27 de dezembro de 1989, e 8.727, de 1993;

II - as dívidas relativas à dívida externa objeto de renegociação no âmbito do Plano Brasileiro de Financiamento da Dívida Externa (BIB, BEA, DMLP e Clube de Paris);

III - as parcelas das dívidas referidas nos incisos I, II, III, V e VI do **caput** deste artigo que não tenham sido desembolsadas pela instituição financeira até 31 de janeiro de 1999; e

IV - as dívidas externas junto a organismos internacionais multilaterais ou agências governamentais de crédito estrangeiras.

§ 5º A assunção de que trata este artigo será precedida da aplicação de deságio sobre o saldo devedor das obrigações, conforme estabelecido pelo Poder Executivo.

§ 6º Poderá ainda a União, nos respectivos vencimentos, fornecer os recursos necessários ao pagamento da dívida de que trata o inciso IV do **caput** deste artigo, incorporando o valor pago ao saldo devedor do refinanciamento.

Art. 2º As dívidas assumidas pela União serão refinanciadas aos Municípios, observando-se o seguinte:

I - prazo: até trezentas e sessenta prestações mensais e sucessivas, calculadas com base na Tabela Price, vencendo-se a primeira em até trinta dias após a assinatura do contrato e as seguintes em iguais dias dos meses subsequentes;

II - juros: calculados e debitados mensalmente, à taxa de nove por cento ao ano, sobre o saldo devedor previamente atualizado;

III - atualização monetária: calculada e debitada mensalmente com base na variação do Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna (IGP-DI), calculado pela Fundação Getúlio Vargas, ou outro índice que vier a substituí-lo;

IV - garantias adequadas que incluirão, obrigatoriamente, a vinculação de receitas próprias e dos recursos de que tratam os arts. 156, 158 e 159, inciso I, "b", e § 3º, da Constituição, e a Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996;

V - limite de comprometimento de treze por cento da Receita Líquida Real - RLR, para efeito de atendimento das obrigações correspondentes ao serviço da dívida refinanciada;

VI - em caso de descumprimento das obrigações pactuadas, sem prejuízo das demais cominações contratuais, os encargos referidos nos incisos II e III serão substituídos pela taxa média ajustada dos financiamentos diários apurados no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (SELIC), divulgada pelo Banco Central do Brasil, e acrescido de juros de mora de um por cento ao ano, calculados **pro rata die**; e

VII - em caso de impuntualidade no pagamento, sem prejuízo da aplicação do disposto no inciso VI, o valor da prestação será atualizado pela taxa média ajustada dos financiamentos diários apurados no SELIC, divulgada pelo Banco Central do Brasil, e acrescido de juros de mora de um por cento ao ano, calculados **pro rata die**; e

VIII - repasse aos Municípios dos deságios aplicados às obrigações assumidas pela União.

§ 1º Para o estabelecimento do prazo, será observado o mínimo de R\$ 1.000,00 (mil reais) para o valor inicial das amortizações mensais do contrato de refinanciamento.

§ 2º A elevação do limite de comprometimento será aplicada a partir da elevação subsequente ao descumprimento.

§ 3º Os acréscimos a que se refere o inciso VII não estão sujeitos ao limite de comprometimento da RLR.

§ 4º A taxa de juros poderá ser reduzida para:

I - sete inteiros e cinco décimos por cento, se o Município amortizar extraordinariamente valor equivalente a dez por cento do saldo devedor atualizado da dívida assumida e refinanciada pela União; e

II - seis por cento, se o Município amortizar extraordinariamente valor equivalente a vinte por cento do saldo devedor atualizado da dívida assumida e refinanciada pela União.

§ 5º A redução a que se refere o § 4º será aplicada a partir da data da integralização do correspondente percentual de amortização extraordinária.

§ 6º Não se aplicam à amortização extraordinária de que trata o § 4º deste artigo:

I - o disposto no art. 5º; e

II - o limite de comprometimento da RLR.

§ 7º As dívidas de responsabilidade dos Municípios junto à União, exceto as relativas a impostos e contribuições, contraídas até 31 de janeiro de 1999, poderão ser refinanciadas na forma desta Medida Provisória.

Art. 3º A critério do Município, a dívida poderá ser refinanciada a taxas inferiores à prevista no inciso II do art. 2º, desde que efetuada amortização extraordinária, no prazo de trinta meses, contados da data de assinatura dos respectivos contratos de refinanciamento.

§ 1º As taxas de que tratam o **caput** serão de:

I - sete inteiros e cinco décimos por cento, se o Município comprometer-se a amortizar extraordinariamente valor equivalente a dez por cento do saldo devedor atualizado da dívida assumida e refinanciada pela União; e

II - seis por cento, se o Município comprometer-se a amortizar extraordinariamente valor equivalente a vinte por cento do saldo devedor atualizado da dívida assumida e refinanciada pela União.

§ 2º Findo o prazo estabelecido no **caput** e não sendo realizada integralmente a amortização extraordinária, o saldo devedor será recalculado, desde a data da assinatura do contrato, alterando-se a taxa de juros para:

I - nove por cento, se o Município se comprometeu na forma do inciso I do § 1º;

II - nove por cento, se o Município se comprometeu na forma do inciso II do § 1º e a amortização extraordinária não tiver atingido dez por cento do saldo devedor atualizado;

III - sete e meio por cento, se o Município se comprometeu na forma do inciso II do § 1º e a amortização extraordinária tiver atingido dez por cento do saldo devedor atualizado.

Art. 4º Os títulos públicos emitidos após 12 de dezembro de 1995, para pagamento de precatórios judiciais, nos termos do art. 33 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, poderão ser objeto da assunção e do refinanciamento a que se referem os arts. 1º, 2º e 3º, observando-se, nesta hipótese, que a prestação mensal do contrato de refinanciamento corresponderá, no mínimo, à prestação que seria devida relativamente a esses títulos, calculada pela Tabela Price, para o prazo de cento e vinte meses.

Parágrafo único. Não será abrangida pela assunção e pelo refinanciamento a que se refere o **caput** a dívida mobiliária em poder do próprio ente emissor, mesmo que por intermédio de fundo de liquidez, ou que tenha sido colocada em mercado após 31 de dezembro de 1998.

Art. 5º Para fins de aplicação do limite estabelecido no inciso V do art. 2º, poderão ser deduzidas do limite apurado as despesas efetivamente realizadas no mês anterior pelo Município, correspondentes aos serviços das seguintes obrigações por ele tituladas:

I - dívida refinanciada com base na Lei nº 7.976, de 1989;

II - dívida externa contratada até 31 de janeiro de 1999, mesmo aquela objeto de reestruturação no âmbito do Plano Brasileiro de Financiamento da Dívida Externa (BIB, BEA, DMLP e Clube de Paris);

III - parcelamento de dívidas firmadas com base no art. 58 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, e na Lei nº 8.620, de 5 de janeiro de 1993;

IV - dívidas parceladas junto ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, cuja formalização tenha ocorrido até 31 de janeiro de 1999;

V - comissão do agente, incidente sobre o pagamento da prestação decorrente da Lei nº 8.727, de 1993; e

VI - dívida relativa a crédito imobiliário refinanciado ao amparo da Lei nº 8.727, de 1993, e efetivamente assumido pelo Município, deduzidas as receitas auferidas com essas operações.

§ 1º Poderão, ainda, ser deduzidas as despesas referentes a principal, juros e demais encargos das operações decorrentes da Lei nº 8.727, de 1993, realizadas no mês, excetada a comissão do agente.

§ 2º Os valores relativos à redução da prestação pela aplicação do limite a que se refere este artigo ou pela dedução a que se refere o art. 6º terão seu pagamento postergado, sobre eles incidindo os encargos financeiros dos contratos de refinanciamento, para o momento em que o serviço da dívida comprometer valor inferior ao limite.

§ 3º O limite de treze por cento estabelecido no art. 2º é aplicável somente para as dívidas refinanciadas nos termos desta Medida Provisória.

§ 4º Eventual saldo devedor resultante da aplicação do limite de comprometimento estabelecido na forma deste artigo, poderá ser refinanciado nas mesmas condições previstas nesta Medida Provisória, em até cento e vinte meses, a partir do vencimento da última prestação do contrato de refinanciamento.

§ 5º No caso previsto no § 4º, as prestações não poderão ser inferiores ao valor da última prestação do refinanciamento.

Art. 6º O montante efetivamente desembolsado pelo Município relativamente ao serviço das dívidas mencionadas nos incisos I, II, III e IV do art. 1º, vencidas entre 31 de janeiro de 1999 e a data de assinatura do contrato de refinanciamento, poderá ser deduzido das prestações calculadas com base na Tabela Price, limitada a dedução mensal a cinquenta por cento do valor da primeira prestação.

Art. 7º Para os fins desta Medida Provisória, entende-se como RLR a receita realizada nos doze meses anteriores ao mês imediatamente anterior àquele em que ela estiver sendo apurada, observado o seguinte:

I - serão excluídas as receitas provenientes de operações de crédito, de anulação de restos a pagar, de alienação de bens, de transferências vinculadas a qualquer título, de transferências voluntárias ou doações recebidas com o fim específico de atender a despesas de capital; e

II - serão computadas as receitas oriundas do produto da arrecadação do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transportes Interstatal e Intermunicipal e de Comunicação destinado à concessão de quaisquer favores fiscais ou financeiros, inclusive na forma de empréstimos ou financiamentos, ainda que por meio de fundos, instituições financeiras ou outras entidades controladas pelo poder público, concedidas com base no referido imposto e que resulte em redução ou eliminação, direta ou indireta, do respectivo ônus.

Parágrafo único. O superávit financeiro das autarquias e fundações, excluídas as de caráter previdenciário, será considerado como receita realizada para fins de cálculo da RLR.

Art. 8º O contrato de refinanciamento de dívidas deverá prever que o Município:

I - somente poderá emitir novos títulos da dívida pública mobiliária municipal interna ou externa, após a integral liquidação da dívida objeto do refinanciamento previsto nesta Medida Provisória; e

II - somente poderá contrair novas dívidas, inclusive operações de Antecipação de Receita Orçamentária, se a dívida financeira total do Município for inferior à sua RLR anual.

Parágrafo único. Excluem-se das vedações a que se refere o inciso II:

I - a contratação de operações de crédito instituídas por programas federais, destinadas à modernização e ao aparelhamento da máquina administrativa dos Municípios;

II - os empréstimos ou financiamentos junto a organismos financeiros multilaterais e a instituições de fomento e cooperação ligadas a governos estrangeiros, que tenham avaliação positiva da agência financiadora, e ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, desde que contratados dentro do prazo de três anos contados de 30 de junho de 1999 e destinados exclusivamente à complementação de programas em andamento.

Art. 9º O limite de comprometimento da RLR de que trata o inciso V do art. 2º será elevado em dois pontos percentuais para os Municípios que, a partir de 1º de janeiro de 2000:

I - não tenham adequado suas despesas com pessoal aos limites estabelecidos na legislação em vigor;

II - não tenham implantado contribuição previdenciária para os servidores ativos e inativos, com alíquota média de, no mínimo, onze por cento da remuneração total; e

SENADO FEDERAL
Subs. Coord. Legisl. do C. N.
MP 2.185-35/01
Fls. 137



III - não tenham limitado suas despesas com aposentados e pensionistas, na forma da legislação em vigor.

Art. 10. Somente por lei poderão ser autorizadas novas composições ou prorrogações das dívidas refinanciadas com base nesta Medida Provisória, ou, ainda, alteração a qualquer título das condições de refinanciamento ora estabelecidas.

Art. 11. A União assumirá as obrigações decorrentes desta Medida Provisória mediante emissão de títulos do Tesouro Nacional, com características a serem definidas pelo Poder Executivo.

Art. 12. A receita proveniente dos pagamentos dos refinanciamentos concedidos aos Municípios, nos termos desta Medida Provisória, será integralmente utilizada para abatimento da dívida pública de responsabilidade do Tesouro Nacional.

Art. 13. Fica o Banco do Brasil S.A. designado agente financeiro da União para o fim de celebração, acompanhamento e controle dos contratos de assunção e de refinanciamento de que trata esta Medida Provisória, cabendo ao devedor o pagamento da competente remuneração.

Art. 14. Fica a União autorizada a realizar, por intermédio da Caixa Econômica Federal, operações de crédito com os Municípios, destinadas a programas de fortalecimento e modernização da máquina administrativa municipal, utilizando para esse fim recursos provenientes de contratos de empréstimo junto a organismos financeiros internacionais.

Art. 15. Fica facultado ao Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, na hipótese de assunção pela União de obrigações relativas a repasses do FGTS, nos termos desta Medida Provisória, autorizar os agentes financeiros a promover o retorno dos recursos repassados, nas condições originalmente estabelecidas, desde que sejam constituídas garantias suficientes.

Art. 16. Ficam convalidados os atos praticados com base na Medida Provisória nº 2.185-34, de 27 de julho de 2001.

Art. 17. Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 24 de agosto de 2001; 180ª da Independência e 113ª da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO
Pedro Malan

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.187-13, DE 24 DE AGOSTO DE 2001

Dispõe sobre o reajuste dos benefícios mantidos pela Previdência Social, e altera dispositivos das Leis nºs 6.015, de 31 de dezembro de 1973, 8.212 e 8.213, de 24 de julho de 1991, 8.742, de 7 de dezembro de 1993, 9.604, de 5 de fevereiro de 1998, 9.639, de 25 de maio de 1998, 9.717, de 27 de novembro de 1998, e 9.796, de 5 de maio de 1999, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 62 da Constituição, adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:

Art. 1º Os benefícios mantidos pela Previdência Social serão reajustados, em 1º de junho de 2000, em cinco vírgula oitenta e um por cento.

Parágrafo único. Para os benefícios concedidos pela Previdência Social a partir de 1º de julho de 1999, o reajuste nos termos do caput dar-se-á de acordo com os percentuais indicados no Anexo a esta Medida Provisória.

Art. 2º O art. 80 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, passa a vigorar acrescido do seguinte dispositivo:

"12) pelo menos uma das informações a seguir arroladas: número de inscrição do PIS/PASEP; número de inscrição no Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, se contribuinte individual; número de benefício previdenciário - NB, se a pessoa falecida for titular de qualquer benefício pago pelo INSS; número do CPF; número de registro da Carteira de Identidade e respectivo órgão emissor; número do título de eleitor; número do registro de nascimento, com informação do livro, da folha e do termo; número e série da Carteira de Trabalho." (NR)

Art. 3º Os dispositivos adiante indicados da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 38.

§ 10. O acordo celebrado com o Estado, o Distrito Federal ou o Município conterá, ainda, cláusula em que estes autorizem, quando houver a falta de pagamento de débitos vencidos ou de prestações de acordos de parcelamento, a retenção do Fundo de Participação dos Estados - FPE ou do Fundo de Participação dos Municípios - FPM e o repasse ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS do valor correspondente à mora, por ocasião da primeira transferência que ocorrer após a comunicação da autarquia previdenciária ao Ministério da Fazenda.

§ 12. O acordo previsto neste artigo conterá cláusula em que o Estado, o Distrito Federal e o Município autorize a retenção do FPE e do FPM e o repasse à autarquia previdenciária do valor correspondente às obrigações previdenciárias correntes do mês anterior ao do recebimento do respectivo Fundo de Participação.

§ 13. Constará, ainda, no acordo mencionado neste artigo, cláusula em que o Estado, o Distrito Federal ou o Município autorize a retenção pelas instituições financeiras de outras receitas estaduais, distritais ou municipais nas depositadas e o repasse ao INSS do restante da dívida previdenciária apurada, na hipótese em que os recursos oriundos do FPE e do FPM não forem suficientes para a quitação do parcelamento e das obrigações previdenciárias correntes.

§ 14. O valor mensal das obrigações previdenciárias correntes, para efeito deste artigo, será apurado com base na respectiva Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e de Informações à Previdência Social - GFIP ou, no caso de sua não apresentação no prazo legal, estimado, utilizando-se a média das últimas doze competências recolhidas anteriores ao mês da retenção prevista no § 12 deste artigo, sem prejuízo da cobrança ou restituição ou compensação de eventuais diferenças." (NR)

"Art. 55.

II - seja portadora do Registro e do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, fornecidos pelo Conselho Nacional de Assistência Social, renovado a cada três anos;

§ 6º A inexistência de débitos em relação às contribuições sociais é condição necessária ao deferimento e à manutenção da isenção de que trata este artigo, em observância ao disposto no § 3º do art. 195 da Constituição." (NR)

"Art. 68.

§ 3º A comunicação deverá ser feita por meio de formulários para cadastramento de óbito, conforme modelo aprovado pelo Ministério da Previdência e Assistência Social.

§ 4º No formulário para cadastramento de óbito deverá constar, além dos dados referentes à identificação do Cartório de Registro Civil de Pessoas Naturais, pelo menos uma das seguintes informações relativas à pessoa falecida:

- número de inscrição do PIS/PASEP;
- número de inscrição no Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, se contribuinte individual, ou número de benefício previdenciário - NB, se a pessoa falecida for titular de qualquer benefício pago pelo INSS;
- número do CPF;
- número de registro da Carteira de Identidade e respectivo órgão emissor;
- número do título de eleitor;
- número do registro de nascimento ou casamento, com informação do livro, da folha e do termo;
- número e série da Carteira de Trabalho." (NR)

"Art. 102. Os valores expressos em moeda corrente nesta Lei serão reajustados nas mesmas épocas e com os mesmos índices utilizados para o reajustamento dos benefícios de prestação continuada da Previdência Social.

Parágrafo único. O reajuste dos valores dos salários de contribuição em decorrência da alteração do salário mínimo será descontado quando da aplicação dos índices a que se refere o caput." (NR)

Art. 4º Os dispositivos adiante indicados da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 41. Os valores dos benefícios em manutenção serão reajustados, a partir de 1º de junho de 2001, pro rata, de acordo com suas respectivas datas de início ou do seu último reajustamento, com base em percentual definido em regulamento, observados os seguintes critérios:

I - preservação do valor real do benefício;

III - atualização anual;

IV - variação de preços de produtos necessários e relevantes para a aferição da manutenção do valor de compra dos benefícios.

§ 8º Para os benefícios que tenham sofrido majoração devido à elevação do salário mínimo, o referido aumento deverá ser descontado quando da aplicação do disposto no caput, de acordo com normas a serem baixadas pelo Ministério da Previdência e Assistência Social.

§ 9º Quando da apuração para fixação do percentual do reajuste do benefício, poderão ser utilizados índices que representem a variação de que trata o inciso IV deste artigo, divulgados pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE ou de instituição congênera de reconhecida notoriedade, na forma do regulamento." (NR)

"Art. 96.

IV - o tempo de serviço anterior ou posterior à obrigatoriedade de filiação à Previdência Social só será contado mediante indenização da contribuição correspondente ao período respectivo, com acréscimo de juros moratórios de zero vírgula cinco por cento ao mês, capitalizados anualmente, e multa de dez por cento." (NR)

"Art. 134. Os valores expressos em moeda corrente nesta Lei serão reajustados nas mesmas épocas e com os mesmos índices utilizados para o reajustamento dos valores dos benefícios." (NR)

Art. 5º A Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 9º.

§ 3º A inscrição da entidade no Conselho Municipal de Assistência Social, ou no Conselho de Assistência Social do Distrito Federal, é condição essencial para o encaminhamento de pedido de registro e de certificado de entidade beneficente de assistência social junto ao Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS." (NR)

"Art. 18.

III - observado o disposto em regulamento, estabelecer procedimentos para concessão de registro e certificado de entidade beneficente de assistência social às instituições privadas prestadoras de serviços e assessoramento de assistência social que prestem serviços relacionados com seus objetivos institucionais;

IV - conceder registro e certificado de entidade beneficente de assistência social;

"(NR)

"Art. 28-A. Constitui receita do Fundo Nacional de Assistência Social, o produto da alienação dos bens imóveis da extinta Fundação Legião Brasileira de Assistência." (NR)

Art. 6º A Lei nº 9.604, de 5 de fevereiro de 1998, passa a vigorar acrescida do seguinte artigo:

"Art. 2º - A. O Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS poderá transferir recursos financeiros para o desenvolvimento das ações continuadas de assistência social diretamente às entidades privadas de assistência social, a partir da competência do mês de dezembro de 1999, independentemente da celebração de acordo, convênio, ajuste ou contrato, em caráter excepcional, quando o repasse não puder ser efetuado diretamente ao Estado, Distrito Federal ou Município em decorrência de inadimplência desses entes com o Sistema da Seguridade Social.

SENADO FEDERAL
Subs. Coord. Legisl. do C. N.
MP. 2.185-35, 01
Fls. 138



CÂMARA DOS DEPUTADOS
GABINETE DO LÍDER DO PSDB

Faça-se a substituição
solicitada
Em 28/9/2001

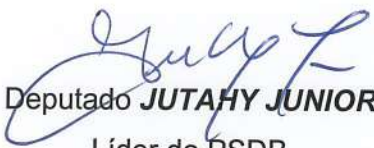
OF. PSDB//Nº 559/2001

Brasília, 04 de setembro de 2001

Senhor Presidente,

Venho solicitar a Vossa Excelência a gentileza de determinar a substituição do Deputado **AÉCIO NEVES** pelo Deputado **XICO GRAZIANO**, como membro titular, na Comissão Mista destinada a analisar a MP 2185-35/01 (Estabelece critérios para a consolidação, assunção e o refinanciamento, pela União, da Dívida Pública Mobiliária e outras que especifica de responsabilidade dos municípios.).

Atenciosamente,


Deputado **JUTAHY JUNIOR**
Líder do PSDB

A Sua Excelência o Senhor
Deputado **EFRAIM MORAES**
Presidente do Congresso Nacional em exercício

PR - COORDENAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO
Publicado na Seção
Diário Oficial de
Cópia Autenticada
27 AGO 2001

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.185-35, DE 24 DE AGOSTO DE 2001.

Estabelece critérios para a consolidação, a assunção e o refinanciamento, pela União, da dívida pública mobiliária e outras que especifica, de responsabilidade dos Municípios.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 62 da Constituição, adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:

Art. 1º Fica a União autorizada, até 15 de junho de 2000, a assumir as seguintes obrigações de responsabilidade dos Municípios:

I - dívida junto a instituições financeiras nacionais ou estrangeiras, cujos contratos tenham sido firmados até 31 de janeiro de 1999, inclusive a decorrente de transformação de operações de antecipação de receita orçamentária em dívida fundada;

II - dívida junto a instituições financeiras nacionais ou estrangeiras, decorrente de cessão de crédito firmada até 31 de janeiro de 1999;

III - dívida mobiliária interna constituída até 12 de dezembro de 1995 ou que, constituída após essa data, consubstancia simples rolagem de dívida mobiliária anterior;

IV - dívida mobiliária externa constituída até 12 de dezembro de 1995 ou que, constituída após essa data, consubstancia simples rolagem de dívida mobiliária anterior;

V - dívida relativa a operações de antecipação de receita orçamentária, contraída até 31 de janeiro de 1999; e

VI - dívida relativa a operações de crédito celebradas com instituições financeiras na qualidade de agente financeiro da União, dos Estados ou de fundos e programas governamentais, regularmente constituídos.

§ 1º Para efeito dos incisos I, III, V e VI, serão consideradas apenas as operações registradas, até 31 de janeiro de 1999, no Banco Central do Brasil.

§ 2º Poderão ser ainda objeto de assunção pela União as dívidas de entidades integrantes da administração pública municipal indireta, enquadráveis nos incisos I a VI do **caput** e que sejam previamente assumidas pelo Município.

§ 3º O serviço das dívidas mencionadas nos incisos I, II, V e VI do **caput** deste artigo, não pago e com vencimento ou qualquer forma de exigibilidade que tenha ocorrido entre 31 de janeiro de 1999 e a data de assinatura do contrato de refinanciamento poderá ser refinanciado pela União, observadas as condições estabelecidas nesta Medida Provisória, exceto quanto a

SENADO FEDERAL
Subs. Cond. Legisl. do C. N.
MPLV 2185-35 2001
Fls. 140

I - prazo: em até cento e oitenta meses, com prestações mensais e consecutivas, vencendo-se a primeira na data de assinatura do contrato de refinanciamento e, as demais, nas datas de vencimento estipuladas para o restante das dívidas refinanciadas ao amparo desta Medida Provisória;

II - encargos: equivalentes ao custo médio de captação da dívida mobiliária interna do Governo Federal (taxa SELIC), acrescidos, em caso de inadimplemento, de juros moratórios de um por cento ao ano, sobre o saldo devedor previamente atualizado;

III - extra-limite das demais dívidas refinanciadas na forma desta Medida Provisória e da Lei nº 8.727, de 5 de novembro de 1993; e

IV - amortização mensal mínima de R\$ 1.000,00 (mil reais), adicionalmente ao previsto no § 1º do art. 2º.

§ 4º Não serão abrangidas pela assunção a que se refere este artigo nem pelo refinanciamento a que se refere o art. 2º:

I - as dívidas renegociadas com base nas Leis nºs 7.976, de 27 de dezembro de 1989, e 8.727, de 1993;

II - as dívidas relativas à dívida externa objeto de renegociação no âmbito do Plano Brasileiro de Financiamento da Dívida Externa (BIB, BEA, DMLP e Clube de Paris);

III - as parcelas das dívidas referidas nos incisos I, II, III, V e VI do **caput** deste artigo que não tenham sido desembolsadas pela instituição financeira até 31 de janeiro de 1999; e

IV - as dívidas externas junto a organismos internacionais multilaterais ou agências governamentais de crédito estrangeiras.

§ 5º A assunção de que trata este artigo será precedida da aplicação de deságio sobre o saldo devedor das obrigações, conforme estabelecido pelo Poder Executivo.

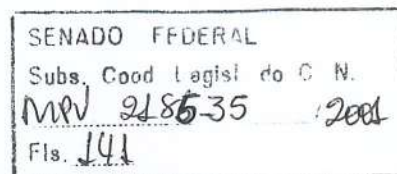
§ 6º Poderá ainda a União, nos respectivos vencimentos, fornecer os recursos necessários ao pagamento da dívida de que trata o inciso IV do **caput** deste artigo, incorporando o valor pago ao saldo devedor do refinanciamento.

Art. 2º As dívidas assumidas pela União serão refinanciadas aos Municípios, observando-se o seguinte:

I - prazo: até trezentas e sessenta prestações mensais e sucessivas, calculadas com base na Tabela Price, vencendo-se a primeira em até trinta dias após a assinatura do contrato e as seguintes em iguais dias dos meses subseqüentes;

II - juros: calculados e debitados mensalmente, à taxa de nove por cento ao ano, sobre o saldo devedor previamente atualizado;

III - atualização monetária: calculada e debitada mensalmente com base na variação do Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna (IGP-DI), calculado pela Fundação Getúlio Vargas, ou outro índice que vier a substituí-lo;



IV - garantias adequadas que incluirão, obrigatoriamente, a vinculação de receitas próprias e dos recursos de que tratam os arts. 156, 158 e 159, inciso I, "b", e § 3º, da Constituição, e a Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996;

V - limite de comprometimento de treze por cento da Receita Líquida Real - RLR, para efeito de atendimento das obrigações correspondentes ao serviço da dívida refinanciada;

VI - em caso de descumprimento das obrigações pactuadas, sem prejuízo das demais cominações contratuais, os encargos referidos nos incisos II e III serão substituídos pela taxa média ajustada dos financiamentos diários apurados no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (SELIC), divulgada pelo Banco Central do Brasil, acrescida de um por cento ao ano, elevando-se em quatro pontos percentuais o limite de comprometimento estabelecido no inciso V;

VII - em caso de impontualidade no pagamento, sem prejuízo da aplicação do disposto no inciso VI, o valor da prestação será atualizado pela taxa média ajustada dos financiamentos diários apurados no SELIC, divulgada pelo Banco Central do Brasil, e acrescido de juros de mora de um por cento ao ano, calculados **pro rata die**; e

VIII - repasse aos Municípios dos deságios aplicados às obrigações assumidas pela União.

§ 1º Para o estabelecimento do prazo, será observado o mínimo de R\$ 1.000,00 (mil reais) para o valor inicial das amortizações mensais do contrato de refinanciamento.

§ 2º A elevação do limite de comprometimento será aplicada a partir da prestação subsequente ao descumprimento.

§ 3º Os acréscimos a que se refere o inciso VII não estão sujeitos ao limite de comprometimento da RLR.

§ 4º A taxa de juros poderá ser reduzida para:

I - sete inteiros e cinco décimos por cento, se o Município amortizar extraordinariamente valor equivalente a dez por cento do saldo devedor atualizado da dívida assumida e refinanciada pela União; e

II - seis por cento, se o Município amortizar extraordinariamente valor equivalente a vinte por cento do saldo devedor atualizado da dívida assumida e refinanciada pela União.

§ 5º A redução a que se refere o § 4º será aplicada a partir da data da integralização do correspondente percentual de amortização extraordinária.

§ 6º Não se aplicam à amortização extraordinária de que trata o § 4º deste artigo:

I - o disposto no art. 5º; e

II - o limite de comprometimento da RLR.

§ 7º As dívidas de responsabilidade dos Municípios junto à União, exceto as relativas a impostos e contribuições, contraídas até 31 de janeiro de 1999, poderão ser refinanciadas na forma desta Medida Provisória.



Art. 3º A critério do Município, a dívida poderá ser refinanciada a taxas inferiores à prevista no inciso II do art. 2º, desde que efetuada amortização extraordinária, no prazo de trinta meses, contados da data de assinatura dos respectivos contratos de refinanciamento.

§ 1º As taxas de que tratam o **caput** serão de:

I - sete inteiros e cinco décimos por cento, se o Município comprometer-se a amortizar extraordinariamente valor equivalente a dez por cento do saldo devedor atualizado da dívida assumida e refinanciada pela União; e

II - seis por cento, se o Município comprometer-se a amortizar extraordinariamente valor equivalente a vinte por cento do saldo devedor atualizado da dívida assumida e refinanciada pela União.

§ 2º Findo o prazo estabelecido no **caput** e não sendo realizada integralmente a amortização extraordinária, o saldo devedor será recalculado, desde a data da assinatura do contrato, alterando-se a taxa de juros para:

I - nove por cento, se o Município se comprometeu na forma do inciso I do § 1º;

II - nove por cento, se o Município se comprometeu na forma do inciso II do § 1º e a amortização extraordinária não tiver atingido dez por cento do saldo devedor atualizado;

III - sete e meio por cento, se o Município se comprometeu na forma do inciso II do § 1º e a amortização extraordinária tiver atingido dez por cento do saldo devedor atualizado.

Art. 4º Os títulos públicos emitidos após 12 de dezembro de 1995, para pagamento de precatórios judiciais, nos termos do art. 33 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, poderão ser objeto da assunção e do refinanciamento a que se referem os arts. 1º, 2º e 3º, observando-se, nesta hipótese, que a prestação mensal do contrato de refinanciamento corresponderá, no mínimo, à prestação que seria devida relativamente a esses títulos, calculada pela Tabela Price, para o prazo de cento e vinte meses.

Parágrafo único. Não será abrangida pela assunção e pelo refinanciamento a que se refere o **caput** a dívida mobiliária em poder do próprio ente emissor, mesmo que por intermédio de fundo de liquidez, ou que tenha sido colocada em mercado após 31 de dezembro de 1998.

Art. 5º Para fins de aplicação do limite estabelecido no inciso V do art. 2º, poderão ser deduzidas do limite apurado as despesas efetivamente realizadas no mês anterior pelo Município, correspondentes aos serviços das seguintes obrigações por ele tituladas:

I - dívida refinanciada com base na Lei nº 7.976, de 1989;

II - dívida externa contratada até 31 de janeiro de 1999, mesmo aquela objeto de reestruturação no âmbito do Plano Brasileiro de Financiamento da Dívida Externa (BIB, BEA, DMLP e Clube de Paris);

III - parcelamento de dívidas firmadas com base no art. 58 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, e na Lei nº 8.620, de 5 de janeiro de 1993;

IV - dívidas parceladas junto ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, cuja formalização tenha ocorrido até 31 de janeiro de 1999;



V - comissão do agente, incidente sobre o pagamento da prestação decorrente da Lei nº 8.727, de 1993; e

VI - dívida relativa a crédito imobiliário refinanciado ao amparo da Lei nº 8.727, de 1993, e efetivamente assumido pelo Município, deduzidas as receitas auferidas com essas operações.

§ 1º Poderão, ainda, ser deduzidas as despesas referentes a principal, juros e demais encargos das operações decorrentes da Lei nº 8.727, de 1993, realizadas no mês, excetuada a comissão do agente.

§ 2º Os valores relativos à redução da prestação pela aplicação do limite a que se refere este artigo ou pela dedução a que se refere o art. 6º terão seu pagamento postergado, sobre eles incidindo os encargos financeiros dos contratos de refinanciamento, para o momento em que o serviço da dívida comprometer valor inferior ao limite.

§ 3º O limite de treze por cento estabelecido no art. 2º é aplicável somente para as dívidas refinanciadas nos termos desta Medida Provisória.

§ 4º Eventual saldo devedor resultante da aplicação do limite de comprometimento estabelecido na forma deste artigo, poderá ser refinanciado nas mesmas condições previstas nesta Medida Provisória, em até cento e vinte meses, a partir do vencimento da última prestação do contrato de refinanciamento.

§ 5º No caso previsto no § 4º, as prestações não poderão ser inferiores ao valor da última prestação do refinanciamento.

Art. 6º O montante efetivamente desembolsado pelo Município relativamente ao serviço das dívidas mencionadas nos incisos I, II, III e IV do art. 1º, vencidas entre 31 de janeiro de 1999 e a data de assinatura do contrato de refinanciamento, poderá ser deduzido das prestações calculadas com base na Tabela Price, limitada a dedução mensal a cinquenta por cento do valor da primeira prestação.

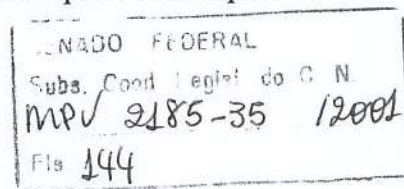
Art. 7º Para os fins desta Medida Provisória, entende-se como RLR a receita realizada nos doze meses anteriores ao mês imediatamente anterior àquele em que ela estiver sendo apurada, observado o seguinte:

I - serão excluídas as receitas provenientes de operações de crédito, de anulação de restos a pagar, de alienação de bens, de transferências vinculadas a qualquer título, de transferências voluntárias ou doações recebidas com o fim específico de atender a despesas de capital; e

II - serão computadas as receitas oriundas do produto da arrecadação do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transportes Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação destinado à concessão de quaisquer favores fiscais ou financeiros, inclusive na forma de empréstimos ou financiamentos, ainda que por meio de fundos, instituições financeiras ou outras entidades controladas pelo poder público, concedidas com base no referido imposto e que resulte em redução ou eliminação, direta ou indireta, do respectivo ônus.

Parágrafo único. O superávit financeiro das autarquias e fundações, excluídas as de caráter previdenciário, será considerado como receita realizada para fins de cálculo da RLR.

Art. 8º O contrato de refinanciamento de dívidas deverá prever que o Município:



I - somente poderá emitir novos títulos da dívida pública mobiliária municipal interna ou externa, após a integral liquidação da dívida objeto do refinanciamento previsto nesta Medida Provisória; e

II - somente poderá contrair novas dívidas, inclusive operações de Antecipação de Receita Orçamentária, se a dívida financeira total do Município for inferior à sua RLR anual.

Parágrafo único. Excluem-se das vedações a que se refere o inciso II:

I - a contratação de operações de crédito instituídas por programas federais, destinadas à modernização e ao aparelhamento da máquina administrativa dos Municípios;

II - os empréstimos ou financiamentos junto a organismos financeiros multilaterais e a instituições de fomento e cooperação ligadas a governos estrangeiros, que tenham avaliação positiva da agência financiadora, e ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, desde que contratados dentro do prazo de três anos contados de 30 de junho de 1999 e destinados exclusivamente à complementação de programas em andamento.

Art. 9º O limite de comprometimento da RLR de que trata o inciso V do art. 2º será elevado em dois pontos percentuais para os Municípios que, a partir de 1º de janeiro de 2000:

I - não tenham adequado suas despesas com pessoal aos limites estabelecidos na legislação em vigor;

II - não tenham implantado contribuição previdenciária para os servidores ativos e inativos, com alíquota média de, no mínimo, onze por cento da remuneração total; e

III - não tenham limitado suas despesas com aposentados e pensionistas, na forma da legislação em vigor.

Art. 10. Somente por lei poderão ser autorizadas novas composições ou prorrogações das dívidas refinanciadas com base nesta Medida Provisória, ou, ainda, alteração a qualquer título das condições de refinanciamento ora estabelecidas.

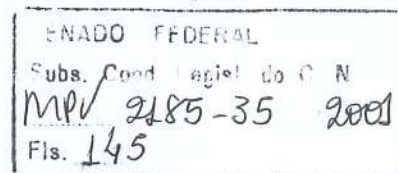
Art. 11. A União assumirá as obrigações decorrentes desta Medida Provisória mediante emissão de títulos do Tesouro Nacional, com características a serem definidas pelo Poder Executivo.

Art. 12. A receita proveniente dos pagamentos dos refinanciamentos concedidos aos Municípios, nos termos desta Medida Provisória, será integralmente utilizada para abatimento da dívida pública de responsabilidade do Tesouro Nacional.

Art. 13. Fica o Banco do Brasil S.A. designado agente financeiro da União para o fim de celebração, acompanhamento e controle dos contratos de assunção e de refinanciamento de que trata esta Medida Provisória, cabendo ao devedor o pagamento da concernente remuneração.

Art. 14. Fica a União autorizada a realizar, por intermédio da Caixa Econômica Federal, operações de crédito com os Municípios, destinadas a programas de fortalecimento e modernização da máquina administrativa municipal, utilizando para esse fim recursos provenientes de contratos de empréstimo junto a organismos financeiros internacionais.

Art. 15. Fica facultado ao Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, na hipótese de assunção pela União de obrigações relativas a repasses do FGTS, nos termos desta




Medida Provisória, autorizar os agentes financeiros a promover o retorno dos recursos repassados, nas condições originalmente estabelecidas, desde que sejam constituídas garantias suficientes.

Art. 16. Ficam convalidados os atos praticados com base na Medida Provisória nº 2.185-34, de 27 de julho de 2001.

Art. 17. Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 24 de agosto de 2001; 180º da Independência e 113º da República.

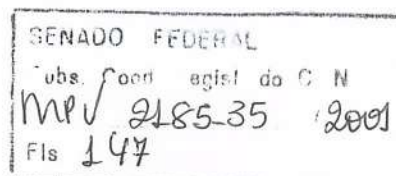


Mensagem nº 894

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do artigo 62 da Constituição Federal, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências o texto da Medida Provisória nº 2.185-35, de 24 de agosto de 2001, que “Estabelece critérios para a consolidação, a assunção e o refinanciamento, pela União, da dívida pública mobiliária e outras que especifica, de responsabilidade dos Municípios”.

Brasília, 24 de agosto de 2001.



E.M. nº 00151



Em 15 de agosto de 2001.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Tenho a honra de submeter à elevada consideração de Vossa Excelência proposta de reedição da Medida Provisória nº 2.185-34, de 27 de julho de 2001, que estabelece critérios para a consolidação, a assunção e o refinanciamento, pela União, da dívida pública mobiliária e outras que especifica, de responsabilidade dos Municípios.

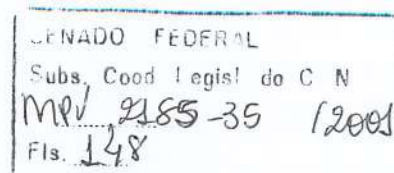
A presente proposição tem por objetivo reiterar os preceitos contidos naquela Medida Provisória, tendo em vista a iminência da perda de sua eficácia, face à falta de apreciação pelo Congresso Nacional, no prazo previsto no parágrafo único do art. 62 da Constituição.

Assim, a relevância e a urgência que a matéria envolve justificam a edição de nova Medida Provisória.

Respeitosamente,

PEDRO SAMPAIO MALAN
Ministro de Estado da Fazenda

(Documento assinado eletronicamente)



LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 7.976, DE 27 DE DEZEMBRO DE 1989

Dispõe sobre o refinanciamento pela União da dívida externa de responsabilidade dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, inclusive suas entidades da Administração Indireta, e dá outras providências.

LEI Nº 8.727, DE 5 DE NOVEMBRO DE 1993.

Estabelece diretrizes para a consolidação e o reescalonamento, pela União, de dívidas internas das administrações direta e indireta dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e dá outras providências.

LEI COMPLEMENTAR Nº 87, DE 13 DE SETEMBRO DE 1996.

Dispõe sobre o imposto dos Estados e do Distrito Federal sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, e dá outras providências.

LEI Nº 8.212, DE 24 DE JULHO DE 1991

Dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui Plano de Custeio e dá outras providências.

.....
Art. 58. Os débitos dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios para com o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), existentes até 1º de setembro de 1991, poderão ser liquidados em até 240 (duzentos e quarenta) parcelas mensais.

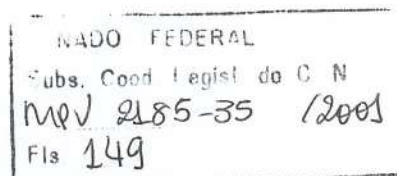
Parágrafo único. Para apuração dos débitos será considerado o valor original, atualizado pelo índice oficial utilizado pela Seguridade Social para correção de seus créditos.
.....

LEI Nº 8.620, DE 5 DE JANEIRO DE 1993

Altera as Leis nºs 8.212 e 8.213, de 24 de julho de 1991, e dá outras providências.

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.185-34, DE 27 DE JULHO DE 2001.

Estabelece critérios para a consolidação, a assunção e o refinanciamento, pela União, da dívida pública mobiliária e outras que especifica, de responsabilidade dos Municípios.



Aviso nº 981 - C. Civil.

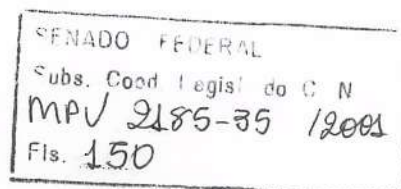
Brasília, 24 de agosto de 2001.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República, submete à deliberação do Congresso Nacional o texto da Medida Provisória nº 2.185-35, de 24 de agosto de 2001.


PEDRO PARENTE
Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

A Sua Excelência o Senhor
Senador **CARLOS WILSON**
Primeiro Secretário do Senado Federal
BRASÍLIA-DF.





SENADO FEDERAL
Gabinete do Líder do PFL

OF. Nº 306/01-GLPFL

Brasília, 25 de outubro de 2001.

*Faça-se a substituição
solicitada*

Em 31 / 10 / 2001

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico o Senador Antonio Carlos Júnior para ocupar, como titular, a vaga deste Partido na Comissão Mista incumbida do estudo e parecer da Medida Provisória nº 2.185-35 de 24 de agosto de 2001, em virtude do afastamento do Senador Freitas Neto.

Atenciosamente,

Senador HUGO NAPOLEÃO

Líder do PFL no Senado Federal

A Sua Excelência o Senhor
Senador RAMEZ TEBET
Presidente do Senado Federal

SENADO FEDERAL
Subs. Com. Reg. do C. N.
MP 2185-35 / 2001
Fls. 151



SENADO FEDERAL
GABINETE DA LIDERANÇA DO PSDB

*Façam-se as substituições
solicitadas*

Em 5 / 11 / 2001

Sr. Presidente do Congresso Nacional

INDICO, EM SUBSTITUIÇÃO À DESIGNAÇÃO DESTA PRESIDÊNCIA, OS SENADORES DO PSDB QUE COMPORÃO A COMISSÃO ESPECIAL MISTA DESTINADA A APRECIAR A SEGUINTE MEDIDA PROVISÓRIA:

MP Nº: 2185-35

PUBLICAÇÃO DOU: 27/08/01

ASSUNTO: Estabelece critérios para a consolidação, a assunção e o refinanciamento, pela União, da dívida pública mobiliária e outras que especifica, de responsabilidade dos Municípios.

TITULAR: ROMERO JUCÁ

SUPLENTE: LUIZ OTÁVIO

Brasília, / /

Senador **GERALDO MELO**
Líder do PSDB

SENADO FEDERAL
Subs. Coord. Legisl. do C. N.
MPV 2185-35, 2001
Fls. 152



OF.GLPMDB Nº 283/2001

Brasília, 23 de novembro de 2001

*Façam-se as substituições
solicitadas*

Em 28/11/2001

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, comunico a Vossa Excelência a indicação dos membros do PMDB, em substituição aos anteriormente indicados, que integrarão a Comissão Mista incumbida de examinar e emitir parecer à Medida Provisória n.º 2.185-35, de 24-8-2001, que “Estabelece critérios para a consolidação, a assunção e o refinanciamento, pela União, da dívida pública mobiliária e outras que especifica, de responsabilidade dos Municípios”, ficando a mesma assim constituída:

TITULARES

Senadora Marluce Pinto

Senador Pedro Simon

SUPLENTE

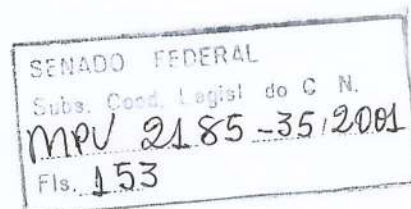
Senador Alberto Silva

Senador Maguito Vilela

Cordialmente,

Senador Renan Calheiros
Líder do PMDB

Exmo. Sr.
Senador Ramez Tebet
DD. Presidente do Congresso Nacional
Nesta





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Líder do PPB

*Faça-se a substituição
solicitada*

Em 26 / 03 /2003

Ofício nº 262/03

Brasília, 20 de março de 2003.

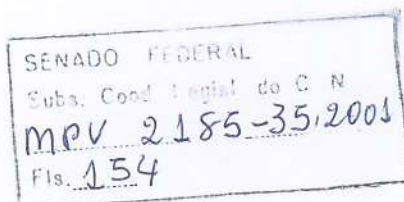
Senhor Presidente,

Tenho a honra de indicar a Vossa Excelência, pelo Partido Progressista Brasileiro - PPB, o Deputado **Simão Sessim**, como suplente, em substituição ao anteriormente indicado, para integrar a Comissão Especial Mista destinada a apreciar a **Medida Provisória nº 2.185-35**, de 24 de agosto de 2.001, que "Estabelece critérios para a consolidação, a assunção e o refinanciamento, pela União, da dívida pública mobiliária e outras que especifica, de responsabilidade dos Municípios".

Cordialmente,

Deputado Pedro Henry
Líder

Excelentíssimo Senhor
Senador **José Sarney**
DD. Presidente do Congresso Nacional
Nesta



\\serv_idpph_01\publico\Ofícios\Medidas Provisórias\OF262-03 - Indicação de Comissão MP 2185-35.doc



SENADO FEDERAL
GABINETE DO LÍDER DO PMDB

OF. GLPMDB nº 148/2003

Brasília, 29 de abril de 2003

À publicação.

Em 30/04/2003

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, comunico a Vossa Excelência a indicação dos Senadores Luiz Otávio e Sérgio Cabral, respectivamente, titular e suplente, na Comissão Mista incumbida de examinar e emitir parecer à Medida Provisória nº 2185-35, de 24/8/01.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência votos de apreço e consideração.

Senador Renan Calheiros
Líder do PMDB

Exmo. Sr.
Senador **JOSÉ SARNEY**
DD. Presidente do Congresso Nacional
Nesta





DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

República Federativa do Brasil

Imprensa Nacional

Ano CXL Nº 115

Brasília - DF, terça-feira, 17 de junho de 2003 R\$ 0,93



Sumário

	PÁGINA
Ato do Poder Legislativo	1
Ato do Poder Executivo	1
Presidência da República	19
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	20
Ministério da Assistência Social	20
Ministério da Ciência e Tecnologia	21
Ministério da Cultura	22
Ministério da Defesa	22
Ministério da Educação	22
Ministério da Fazenda	26
Ministério da Justiça	47
Ministério da Previdência Social	55
Ministério da Saúde	63
Ministério das Comunicações	68
Ministério de Minas e Energia	70
Ministério do Desenvolvimento Agrário	95
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior	95
Ministério do Meio Ambiente	95
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	95
Ministério dos Transportes	95
Ministério Público da União	96
Tribunal de Contas da União	96
Poder Judiciário	97
Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais	97

Ato do Poder Legislativo

LEI Nº 10.690, DE 16 DE JUNHO DE 2003

Reabre o prazo para que os Municípios que refinanciaram suas dívidas junto à União possam contratar empréstimos ou financiamentos, dá nova redação à Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Ato do Poder Executivo

DECRETO Nº 4.404, DE 3 DE OUTUBRO DE 2002(*)

Dispõe sobre a execução do Trigesimo Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica nº 35, entre os Governos da República Federativa do Brasil, da República Argentina, da República do Paraguai e da República Oriental do Uruguai, como Estados Partes do Mercosul, e o Governo da República do Chile, de 30 de agosto de 2002.

Preferências outorgadas pelo Chile - Inclusão no Anexo 5

NALADI/SH	DESCRIÇÃO	REGIME DO ACORDO	OBSERVAÇÃO
		Pref. Perc.	
4010	Correias transportadoras ou de transmissão, de borracha vulcanizada.	100	
4010.2	Correias de transmissão:		
4010.21.00	Correias de transmissão sem fim, de seção trapezoidal, mesmo estriadas, com uma circunferência superior a 60 cm, mas não superior a 180 cm		

Art. 1º O inciso II do parágrafo único do art. 8º da Medida Provisória nº 2.185-35, de 24 de agosto de 2001, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 8º

Parágrafo único.

II - os empréstimos ou financiamentos junto a organismos financeiros multilaterais e a instituições de fomento e cooperação ligadas a governos estrangeiros que tenham avaliação positiva da agência financiadora, ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, e à Caixa Econômica Federal - CEF, desde que contratados dentro do prazo de seis anos contados de 30 de junho de 1999 e destinados exclusivamente à complementação de programas em andamento." (NR)

Art. 2º A vigência da Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, alterada pelo art. 29 da Lei nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996, e pelo art. 2º da Lei nº 10.182, de 12 de fevereiro de 2001, é prorrogada até 31 de dezembro de 2006, com as seguintes alterações:

"Art. 1º Ficam isentos do Imposto Sobre Produtos Industrializados - IPI os automóveis de passageiros de fabricação nacional, equipados com motor de cilindrada não superior a dois mil centímetros cúbicos, de no mínimo quatro portas inclusive a de acesso ao bagageiro, movidos a combustíveis de origem renovável ou sistema reversível de combustão, quando adquiridos por:

IV - pessoas portadoras de deficiência física, visual, mental severa ou profunda, ou autistas, diretamente ou por intermédio de seu representante legal;

V - (VETADO)

§ 1º Para a concessão do benefício previsto no art. 1º é considerada também pessoa portadora de deficiência física aquela que apresenta alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções.

§ 2º Para a concessão do benefício previsto no art. 1º é considerada pessoa portadora de deficiência visual aque-

la que apresenta acuidade visual igual ou menor que 20/200 (tabela de Snellen) no melhor olho, após a melhor correção, ou campo visual inferior a 20º, ou ocorrência simultânea de ambas as situações.

§ 3º Na hipótese do inciso IV, os automóveis de passageiros a que se refere o caput serão adquiridos diretamente pelas pessoas que tenham plena capacidade jurídica e, no caso dos interditos, pelos curadores.

§ 4º A Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, nos termos da legislação em vigor e o Ministério da Saúde definirão em ato conjunto os conceitos de pessoas portadoras de deficiência mental severa ou profunda, ou autistas, e estabelecerão as normas e requisitos para emissão dos laudos de avaliação delas.

§ 5º Os curadores respondem solidariamente quanto ao imposto que deixar de ser pago, em razão da isenção de que trata este artigo.

§ 6º A exigência para aquisição de automóveis equipados com motor de cilindrada não superior a dois mil centímetros cúbicos e movidos a combustível de origem renovável ou sistema reversível de combustão, aplica-se, inclusive aos portadores de deficiência de que trata o inciso IV do caput deste artigo." (NR)

Art. 3º O art. 2º da Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, alterado pelo art. 29 da Lei nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º A isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI de que trata o art. 1º somente poderá ser utilizada uma vez, salvo se o veículo tiver sido adquirido há mais de três anos." (NR)

Art. 4º (VETADO)

Art. 5º Para os fins da isenção estabelecida no art. 1º da Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, com a nova redação dada por esta Lei, os adquirentes de automóveis de passageiros deverão comprovar a disponibilidade financeira ou patrimonial compatível com o valor do veículo a ser adquirido.

Parágrafo único. A Secretaria da Receita Federal normatizará o disposto neste artigo.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 16 de junho de 2003; 182ª da Independência e 115ª da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Antonio Palocci Filho
Guido Mantega

4010.22.00	Correias de transmissão sem fim, de seção trapezoidal, mesmo estriadas, com uma circunferência superior a 180 cm, mas não superior a 240 cm	100	
4010.29.00	Outras	100	
7007	Vidros de segurança, consistindo em vidros temperados ou formados por folhas contracolladas.		
7007.1	Vidros temperados		
7007.19	Outros		
7007.19.10	Curvos	100	
7007.19.90	Outros	100	
7007.2	Vidros formados de folhas contracolladas:		
7007.29	Outros		
7007.29.10	Curvo	100	
7007.29.90	Outros	100	
8421	Centrifugadores, incluídos os secadores centrífugos; aparelhos para filtrar ou depurar líquidos ou gases.		
8421.9	Partes:		
8421.99.00	Outras	100	

SENADO FEDERAL

Subs. Coord. Legisl. do C. N.

MPV 2185-35/2001

Fls. 156

Sanção em parte, pelas
razões constantes da
Mensagem de veto.
16/6/2003



SENADO FEDERAL
Subs. Good Legal do C. N.
MPU 2.185-35/2001
Fls. 157

Reabre o prazo para que os Municípios que refinanciaram suas dívidas junto à União possam contratar empréstimos ou financiamentos, dá nova redação à Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, e dá outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O inciso II do parágrafo único do art. 8º da Medida Provisória nº 2.185-35, de 24 de agosto de 2001, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 8º

Parágrafo único.

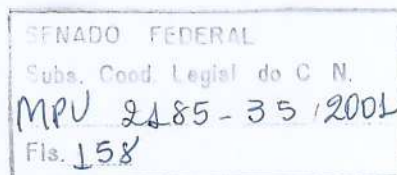
.....

II - os empréstimos ou financiamentos junto a organismos financeiros multilaterais e a instituições de fomento e cooperação ligadas a governos estrangeiros que tenham avaliação positiva da agência financiadora, ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, e à Caixa Econômica Federal - CEF, desde que contratados dentro do prazo de seis anos contados de 30 de junho de 1999 e destinados exclusivamente à complementação de programas em andamento." (NR)

Art. 2º A vigência da Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, alterada pelo art. 29 da Lei nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996, e pelo art. 2º da Lei nº 10.182, de 12 de fevereiro de 2001, é prorrogada até 31 de dezembro de 2006, com as seguintes alterações:

"Art. 1º Ficam isentos do Imposto Sobre Produtos Industrializados - IPI os automóveis de

W



passageiros de fabricação nacional, equipados com motor de cilindrada não superior a dois mil centímetros cúbicos, de no mínimo quatro portas inclusive a de acesso ao bagageiro, movidos a combustíveis de origem renovável ou sistema reversível de combustão, quando adquiridos por:

.....

IV - pessoas portadoras de deficiência física, visual, mental severa ou profunda, ou autistas, diretamente ou por intermédio de seu representante legal;

V - pessoas portadoras de deficiência física ou visual.

§ 1º Para a concessão do benefício previsto no art. 1º é considerada também pessoa portadora de deficiência física aquela que apresenta alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções.

§ 2º Para a concessão do benefício previsto no art. 1º é considerada pessoa portadora de deficiência visual aquela que apresenta acuidade visual igual ou menor que 20/200 (tabela de Snellen) no melhor olho, após a melhor correção,

5

art. 1º somente poderá ser utilizada uma vez, salvo se o veículo tiver sido adquirido há mais de três anos." (NR)

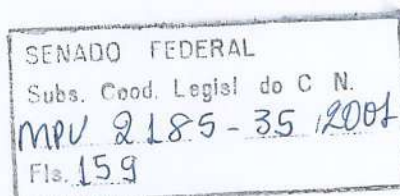
Art. 4º Ficam isentas do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI as cadeiras de rodas fabricadas com dispositivo eletrônico ou mecânico de locomoção, quando adquiridas para uso de deficiente físico.

Art. 5º Para os fins da isenção estabelecida no art. 1º da Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, com a nova redação da por esta Lei, os adquirentes de automóveis de passageiros deverão comprovar a disponibilidade financeira ou patrimonial compatível com o valor do veículo a ser adquirido.

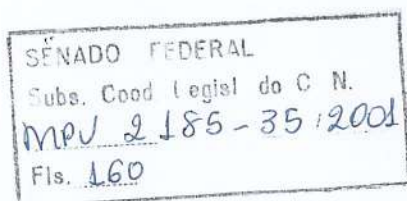
Parágrafo único. A Secretaria da Receita Federal normatizará o disposto neste artigo.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, 29 de maio de 2003.



LEI Nº 10.690 , DE 16 DE JUNHO DE 2003.



Reabre o prazo para que os Municípios que refinanciaram suas dívidas junto à União possam contratar empréstimos ou financiamentos, dá nova redação à Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, e dá outras providências.

O P R E S I D E N T E D A R E P Ú B L I C A
Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte

Lei:

Art. 1º O inciso II do parágrafo único do art. 8º da Medida Provisória nº 2.185-35, de 24 de agosto de 2001, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 8º

Parágrafo único.

.....
II - os empréstimos ou financiamentos junto a organismos financeiros multilaterais e a instituições de fomento e cooperação ligadas a governos estrangeiros que tenham avaliação positiva da agência financiadora, ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, e à Caixa Econômica Federal - CEF, desde que contratados dentro do prazo de seis anos contados de 30 de junho de 1999 e destinados exclusivamente à complementação de programas em andamento." (NR)

Art. 2º A vigência da Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, alterada pelo art. 29 da Lei nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996, e pelo art. 2º da Lei nº 10.182, de 12 de fevereiro de 2001, é prorrogada até 31 de dezembro de 2006, com as seguintes alterações:

"Art. 1º Ficam isentos do Imposto Sobre Produtos Industrializados – IPI os automóveis de passageiros de fabricação nacional, equipados com motor de cilindrada não superior a dois mil centímetros cúbicos, de no mínimo quatro portas inclusive a de acesso ao bagageiro, movidos a combustíveis de origem renovável ou sistema reversível de combustão, quando adquiridos por:

.....
IV – pessoas portadoras de deficiência física, visual, mental severa ou profunda, ou autistas, diretamente ou por intermédio de seu representante legal;

V – (VETADO)

§ 1º Para a concessão do benefício previsto no art. 1º é considerada também pessoa portadora de deficiência física aquela que apresenta alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções.

§ 2º Para a concessão do benefício previsto no art. 1º é considerada pessoa portadora de deficiência visual aquela que apresenta acuidade visual igual ou menor que 20/200 (tabela de Snellen) no melhor olho, após a melhor correção, ou campo visual inferior a 20º, ou ocorrência simultânea de ambas as situações.

§ 3º Na hipótese do inciso IV, os automóveis de passageiros a que se refere o **caput** serão adquiridos diretamente pelas pessoas que tenham plena capacidade jurídica e, no caso dos interditos, pelos curadores.

§ 4º A Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, nos termos da legislação em vigor e o Ministério da Saúde definirão em ato conjunto os conceitos de pessoas portadoras de deficiência mental severa ou profunda, ou autistas, e estabelecerão as normas e requisitos para emissão dos laudos de avaliação delas.

§ 5º Os curadores respondem solidariamente quanto ao imposto que deixar de ser pago, em razão da isenção de que trata este artigo.

§ 6º A exigência para aquisição de automóveis equipados com motor de cilindrada não superior a dois mil centímetros cúbicos e movidos a combustível de origem renovável ou sistema reversível de combustão aplica-se, inclusive aos portadores de deficiência de que trata o inciso IV do **caput** deste artigo." (NR)

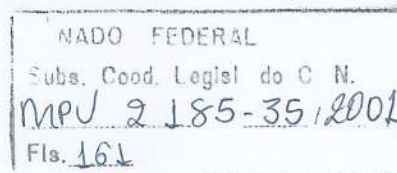
Art. 3º O art. 2º da Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, alterado pelo art. 29 da Lei nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º A isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI de que trata o art. 1º somente poderá ser utilizada uma vez, salvo se o veículo tiver sido adquirido há mais de três anos." (NR)

Art. 4º (VETADO)

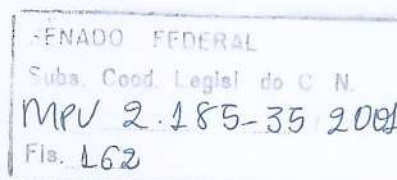
Art. 5º Para os fins da isenção estabelecida no art. 1º da Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, com a nova redação dada por esta Lei, os adquirentes de automóveis de passageiros deverão comprovar a disponibilidade financeira ou patrimonial compatível com o valor do veículo a ser adquirido.

Parágrafo único. A Secretaria da Receita Federal normatizará o disposto neste artigo.



Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Brasília, 16 de junho de 2003; 182º da Independência e 115º da República.



SF - 30-6-2000

9 horas

O Senhor Presidente da República adotou, em 24 de agosto de 2001 e publicou no dia 27 do mesmo mês e ano, a Medida Provisória nº **2.185-35**, que "Estabelece critérios para consolidação, a assunção e o refinanciamento, pela União, da dívida pública mobiliária e outras que especifica, de responsabilidade dos Municípios".

De acordo com as indicações das lideranças, e nos termos dos §§ 4º e 5º do art. 2º da Resolução nº 1/89-CN, e da Resolução nº 2/2000-CN, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

Senadores

Titulares

PMDB

****Luiz Otávio**

***Pedro Simon**

PFL

***Antônio Carlos Júnior**

Francelino Pereira

PSDB

Romero Jucá

Bloco Oposição (PT/PDT/PPS)

Heloísa Helena

PPB

Luiz Otávio

*PTB

Arlindo Porto

Suplentes

1. ***Alberto Silva**

2. ****Sérgio Cabral**

1. *****Bernardo Cabral**

2. **Bello Parga**

1. ***Luiz Otávio**

1. **Jefferson Peres-PDT**

1. **Ernandes Amorim**

1. **Clodoaldo Torres**



Deputados

Titulares

Bloco (PSDB/PTB)

*Xico Graziano

Roberto Jefferson

Bloco (PMDB/PST/PTN)

Armando Monteiro

Pedro Novais

PFL

Cesar Bandeira

PT

Professor Luizinho

PPB

Vadão Gomes

PV

Fernando Gabeira

Suplentes

1. Jutahy Junior

2. Narcio Rodrigues

1. Gastão Vieira

2. João Magalhães

1. *Celcita Pinheiro

1. *João Paulo

1. **Simão Sessim

1.

De acordo com a Resolução nº 1, de 1989-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:

Dia	30-6-2000	- designação da Comissão Mista**
Dia	- -2001	- instalação da Comissão Mista
Até	1º-9-2001	- prazo para recebimento de emendas e para a Comissão Mista emitir o parecer sobre a admissibilidade
Até	10-9-2001	- prazo final da Comissão Mista
Até	25-9-2001	- prazo no Congresso Nacional

***Comissão convalidada de acordo com o Ofício 103/99-CN, publicado no DSF de 7-5-99, pág. 10573/74*

*Substituição feita em 14-8-2000 (PPB-CD)

*Substituição feita em 4-4-2001 – (PFL/PST) – CD

*Substituição feita em 8-5-2001 – PT (CD)

***Substituição feita em 17-8-2001- PFL (SF)

*Substituição feita em 4-9-2001 - PSDB - (CD)

*Substituições feitas em 31-10-2001 – PFL – (SF)

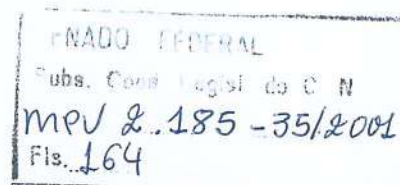
*Substituição feita em 5-11-2001 – PSDB – (SF)

*Substituições feitas em 28-11-2001 – PMDB – (SF)

*Substituição feita, em 26-03-2003 – PPB – (CD)

****Substituição feita em 30-04-2003 – PMDB-SF

*Designações feitas nos termos da Resolução nº 2, de 2000-CN.



SGM/P nº 1481/02

Brasília, 07 de novembro de 2002.

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, para as providências que julgar pertinentes, Ofício nº 333, datado de 23 de outubro do corrente, da Associação dos Juizes Federais do Brasil, solicitando providências no sentido de acelerar o processo de votação das 61 Medidas Provisórias editadas antes da promulgação da Emenda Constitucional nº 32, de 2001, que "altera dispositivos dos arts. 48, 57, 61, 62, 64, 66, 84, 88 e 246 da Constituição Federal e dá outras providências".

Colho o ensejo para renovar a Vossa Excelência protestos de alto apreço e distinta consideração.


Deputado **AÉCIO NEVES**
Presidente

A Sua Excelência o Senhor
Senador **RAMEZ TEBET**
Presidente do Senado Federal
N E S T A



Recebi em 07/11/02
... 182. 4864



Medidas Provisórias antigas serão entulho da era FHC

O alerta foi feito hoje à imprensa pela AJUFE, que afirma que as 61 Medidas Provisórias anteriores à Emenda 32, às quais estão apenas cerca de 1.500 reedições sucessivas, virarão o grande entulho da era FHC para seu sucessor se não votadas ou revogadas logo.

AJUFE alerta:

Medidas Provisórias antigas serão entulho da era FHC

No momento em que o Congresso corre o risco de parar se não forem votadas as 25 Medidas Provisórias que já trancam a pauta da Câmara - e que chegarão a 31 caso os congressistas não se reúnam antes do Segundo Turno - a Associação dos Juizes Federais do Brasil (AJUFE) alerta que existe uma situação ainda pior em termos de segurança legislativa e que foi esquecida pelos parlamentares. Trata-se das 61 Medidas Provisórias anteriores à Emenda Constitucional nº 32, de 2001 - a que criou esse sistema que tranca a pauta de votação na Câmara e Senado toda vez que uma MP não for apreciada em até 45 dias, contados de sua publicação (parágrafo 6º do artigo 62 da Constituição, conforme a EMC 32).

De acordo com o artigo 2º dessa Emenda, todas as medidas provisórias editadas antes de sua publicação continuam em vigor até que uma nova MP as revogue explicitamente ou até deliberação definitiva do Congresso Nacional. "Ou seja, enquanto o Presidente da República não tomar a iniciativa de editar nova MP para revogá-las ou os presidentes da Câmara ou do Senado não as submeterem ao processo legislativo, elas continuam tendo força de lei, sem que tenham sido aprovadas pelo Poder competente", denuncia o presidente da AJUFE, juiz Paulo Sérgio Domingues.

Segundo Domingues, a situação é muito grave, pois essas 61 MPs englobam alterações legislativas estabelecidas em quase 1.500 reedições anteriores. Todas em vigor, de acordo com a Emenda 32. Figuram nessas MPs temas de extrema importância que deveriam ser discutidos pelo Congresso, tais como a definição das normas de regulação para o setor de medicamentos e da fórmula de reajuste de preços, o acréscimo do dispositivo da transcendência à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), o reajuste dos benefícios mantidos pela Previdência Social, a regulamentação da Convenção sobre Diversidade Biológica e do acesso ao patrimônio genético do país e as relações financeiras entre a União e o Banco Central.

"O problema é que esse enorme pacote legislativo está hoje numa espécie de limbo, acima das leis comuns, o que nos impõe a situação patológica de convivemos no Brasil com Medidas Provisórias Permanentes", critica o juiz, lembrando que algumas dessas MPs já vigoram há cinco anos. A AJUFE acredita que, se quiserem garantir real segurança jurídica no país, os parlamentares precisam enfrentar a questão e começar a votar esse saldo de MPs. "O Ideal é que elas fossem avaliadas ainda este ano, para não se transformarem num lamentável entulho da era FHC".

21/10/2002





Associação dos Juizes Federais do Brasil

Entidade de âmbito nacional

Utilidade Pública Federal – Decreto de 08.08.1996 – (DOU de 09.08.1996 – pág. 150570)

OFÍCIO AJUFE N.333

Brasília, 23 de outubro de 2002.

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Servimo-nos do presente para alertar Vossa Excelência quanto à existência de 61 Medidas Provisórias anteriores à Emenda Constitucional n. 32/2001. De acordo com o artigo 2º dessa Emenda, as Medidas antigas continuam tendo força de lei até que seja editada uma nova que as revogue explicitamente ou até deliberação definitiva do Congresso Nacional.


Dessa forma, encontramos-nos na peculiar situação de haver Medidas Provisórias permanentes, o que reflete uma anomalia no sistema. Daí a urgência de se votar imediatamente as MP's necessárias para garantir uma real segurança jurídica no país.

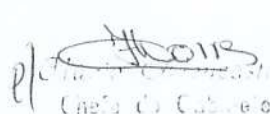
Tendo em vista tal situação, tomamos a liberdade de sugerir a Vossa Excelência a tomada das providências cabíveis no sentido de acelerar o processo de votação das 61 Medidas Provisórias anteriores à Emenda Constitucional n. 32, que englobam alterações legislativas estabelecidas em quase 1.500 reedições. Essas Medidas estão todas em vigor e se referem a temas importantes que deveriam ser amplamente discutidos pelo Congresso, como a definição das normas de regulação para o setor de medicamentos e da fórmula de reajuste de preços, o acréscimo do dispositivo da transcendência à Consolidação das Leis do Trabalho, o reajuste dos benefícios mantidos pela Previdência Social, a regulamentação da Convenção sobre Diversidade Biológica e do acesso ao patrimônio genético do país e as relações financeiras entre a União e o Banco Central.

Na tentativa de evitar que persista o problema e que ele se torne crônico no âmbito do processo legislativo brasileiro é que fazemos as presentes considerações.

Ao ensejo, renovamos a Vossa Excelência protestos de elevada consideração e apreço.

Atenciosamente,


Paulo Sérgio Domingues
Presidente da AJUFE

Gabinete da Presidência
Em 28 / 10 / 02
De ordem, ao Senhor Secretário-Geral.
 Chefe do Gabinete

Exmº. Sr.

Deputado Aécio Neves

Presidente da Câmara dos Deputados

SENADO FEDERAL
Subs. Coord. Legisl. do C. N.
MPV 2185-35/2001
Fls. 167



CONGRESSO NACIONAL

MEDIDA PROVISÓRIA

Nº 237, DE 2005

Mensagem nº 12, de 2005-CN

(nº 48/2005, na origem)

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 237, DE 27 DE JANEIRO DE 2005.

Autoriza a União a prestar auxílio financeiro aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, com o objetivo de fomentar as exportações do País, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 62 da Constituição, adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:

Art. 1º Fica a União autorizada a entregar aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, no exercício de 2005, o montante de R\$ 900.000.000,00 (novecentos milhões de reais), com o objetivo de fomentar as exportações do País, de acordo com os critérios, prazos e condições previstos nesta Medida Provisória.

Art. 2º A parcela pertencente a cada Estado, incluídas as parcelas de seus Municípios, e ao Distrito Federal será proporcional aos coeficientes individuais de participação discriminados no Anexo desta Medida Provisória.

Parágrafo único. O montante citado no art. 1º será entregue aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios na razão de um doze avos no último dia útil de cada mês, observado o disposto no art. 6º.

Art. 3º Do montante dos recursos que cabe a cada Estado, a União entregará diretamente ao próprio Estado setenta e cinco por cento, e aos seus Municípios, vinte e cinco por cento.

Senado Federal
Subs. Coord. Legisl. do Congresso
Nacional

MPV 2.185-33/2001

Fls. 168

Parágrafo único. O rateio das parcelas dos Municípios obedecerá aos coeficientes individuais de participação na distribuição da parcela do ICMS de seus respectivos Estados, a serem aplicados no exercício de 2005.

Art. 4º Para a entrega dos recursos à unidade federada, a ser realizada por uma das formas previstas no art. 5º, serão obrigatoriamente considerados, pela ordem e até o montante total da entrega apurado no respectivo período, os valores das seguintes dívidas:

I - contraídas junto ao Tesouro Nacional pela unidade federada, vencidas e não pagas, computadas primeiro as da administração direta e depois as da administração indireta;

II - contraídas pela unidade federada com garantia da União, inclusive dívida externa, vencidas e não pagas, computadas inicialmente as da administração direta e posteriormente as da administração indireta; e

III - contraídas pela unidade federada junto aos demais entes da administração federal direta e indireta, vencidas e não pagas, computadas inicialmente as da administração direta e posteriormente as da administração indireta.

Parágrafo único. Para efeito do disposto no inciso III deste artigo, ato do Poder Executivo Federal poderá autorizar:

I - a inclusão, como mais uma opção para efeito da entrega dos recursos, e na ordem que determinar, do valor correspondente a título da respectiva unidade federada na carteira da União, inclusive entes de sua administração indireta, primeiro relativamente aos valores vencidos e não pagos e, depois, aos vincendos no mês seguinte àquele em que serão entregues os recursos; e

II - a suspensão temporária da dedução de dívida compreendida pelo inciso III do caput, quando não estiverem disponíveis, no prazo devido, as necessárias informações.

Art. 5º Os recursos a serem entregues mensalmente à unidade federada, equivalentes ao montante das dívidas apurado na forma do art. 4º, serão satisfeitos pela União pelas seguintes formas:

I - entrega de obrigações do Tesouro Nacional, de série especial, inalienáveis, com vencimento não inferior a dez anos, remunerados por taxa igual ao custo médio das dívidas da respectiva unidade federada junto ao Tesouro Nacional, com poder liberatório para pagamento das referidas dívidas; ou

II - correspondente compensação.

Parágrafo único. Os recursos a serem entregues mensalmente à unidade federada equivalentes à diferença positiva entre o valor total que lhe cabe e o valor da dívida apurada nos termos do art. 4º, e liquidada na forma do inciso II deste artigo, serão satisfeitos por meio de crédito, em moeda corrente, à conta bancária do beneficiário.

Art. 6º Para efeito de aplicação desta Medida Provisória, o Ministério da Fazenda definirá, em até sessenta dias a contar de sua publicação, as regras da prestação de informação pelos Estados e pelo Distrito Federal sobre a efetiva manutenção e aproveitamento de créditos pelos exportadores a que se refere o art. 155, § 2º, inciso X, alínea "a", da Constituição.

Parágrafo único. O ente federado que não enviar as informações referidas no caput ficará sujeito à suspensão do recebimento do auxílio de que trata esta Medida Provisória.

Art. 7º A regularização do envio das informações de que trata o art. 6º permitirá o recebimento dos recursos no mês imediatamente posterior, observado o disposto no parágrafo único do art. 2º.

Art. 8º As alterações promovidas pelos arts. 5º, 6º, 7º e 8º da Medida Provisória nº 232, de 30 de dezembro de 2004, somente se aplicam aos pagamentos efetuados a partir de 1º de março de 2005.

Art. 9º O art. 8º da Medida Provisória nº 2.185-35, de 24 de agosto de 2001, fica acrescido de § 2º, passando o seu parágrafo único a vigorar como § 1º, com a seguinte redação:

“§ 1º Excluem-se das vedações a que se refere o inciso II:

I - a contratação de operações de crédito instituídas por programas federais, destinadas à modernização e ao aparelhamento da máquina administrativa dos Municípios;

II - os empréstimos ou financiamentos junto a organismos financeiros multilaterais e a instituições de fomento e cooperação ligadas a governos estrangeiros, que tenham avaliação positiva da agência financiadora, ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e à Caixa Econômica Federal, desde que contratados dentro do prazo de seis anos contados de 30 de junho de 1999 e destinados exclusivamente à complementação de programas em andamento; e

III - as operações de crédito destinadas à implantação de projeto de melhoria em sistemas de iluminação pública, no âmbito do Programa Nacional de Iluminação Pública Eficiente - Reluz.

§ 2º Os efeitos da exclusão a que se refere o inciso III do § 1º retroagem a 29 de junho de 2000.” (NR)

Art. 10. Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 27 de janeiro de 2005; 184ª da Independência e 117ª da República.

ANEXO

AC	0,2744%	PB	1,4302%
AL	4,3752%	PE	0,6902%
AM	3,2328%	PI	0,9683%

AP	0,9973%	PR	8,6683%
BA	4,4506%	RJ	2,3220%
CE	1,9816%	RN	1,9305%
DF	0,8496%	RO	1,1196%
ES	9,2782%	RR	0,2542%
GO	2,7487%	RS	7,5130%
MA	4,3531%	SC	7,5214%
MG	6,3221%	SE	0,2818%
MS	1,6964%	SP	3,5133%
MT	9,3948%	TO	0,7410%
PA	13,8914%	BR	100,0000%

EM Nº 00007/MME/MF

Brasília, 26 de janeiro de 2005

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submetemos à consideração de Vossa Excelência proposta de edição de Medida Provisória, que objetiva excluir as operações de crédito firmadas no âmbito do Programa Nacional de Iluminação Pública Eficiente - Reluz das vedações a que estão sujeitos os municípios que firmaram contratos de refinanciamento de dívidas com a União, ao amparo da Medida Provisória nº 2.185, de 24 de agosto de 2001, e suas edições anteriores.

2. O Reluz tem por objetivo o incremento da eficiência do parque de iluminação pública dos municípios, projetos que passam pela substituição e melhoria de equipamentos e de instalações elétricas, possibilitando aos entes municipais a prestação de serviços de melhor qualidade às suas populações concomitantemente à racionalização de seus gastos com o consumo de energia elétrica.

3. Ciente da importância que o Programa Reluz representa para as municipalidades, o Senado Federal, por meio da Resolução nº 19, de 2003, alterou a Resolução daquela Casa Legislativa, de nº 43, de 2001, excluindo, dos limites ali estabelecidos para operações de crédito, aquelas contratadas junto ao aludido Programa.

4. A necessidade de edição de Medida Provisória reside no fato de que parte dos cento e oitenta Municípios que tiveram suas dívidas refinanciadas pela União encontram-se impedidos de firmarem operações de crédito, nada obstante a exclusão de observância a limites

pelo Senado Federal, até que suas dívidas financeiras totais venham a ser inferiores às suas receitas líquidas reais anuais, e estão sujeitos, inclusive, a penalidades contratuais de natureza financeira em caso de descumprimento.

5. Com essa medida estar-se-ia conferindo ao conjunto dos Municípios brasileiros a possibilidade imediata de usufruir dos benefícios de um Programa Federal de elevado interesse público.

6. Estas, Senhor Presidente, são as razões que nos levam a propor a Vossa Excelência a edição da Medida Provisória de que se trata.

Respeitosamente,

EM Nº 00010/2004 - MF

Brasília, 27 de janeiro de 2004.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. O Governo Federal vem perseguindo a meta de fortalecimento de nossa economia e construindo barreiras contra eventuais vulnerabilidades. Nesse sentido, têm empreendido esforços visando alavancar as exportações, fato que se evidenciou com o elevado superávit comercial do ano de 2004, comparado aos anos anteriores.

2. Os resultados obtidos no comércio exterior não decorreram apenas dos esforços do Governo Federal, mas da cooperação de todas as unidades da Federação. Dada a relevância do tema para os interesses do país e a necessidade de manutenção desse esforço, cabe ao Governo Federal, embora reconhecendo os avanços obtidos, coordenar a continuidade desta linha de atuação. Nesse contexto, justifica-se que a União premie os entes federados exportadores pela mobilização demonstrada.

3. Os Estados e o Distrito Federal deixam de arrecadar ICMS por conta da desoneração das exportações e a respectiva compensação financeira é regulada pelo art. 31 da Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, com a redação dada pela Lei Complementar nº 115, de 26 de dezembro de 2002, que disciplina a entrega de recursos pela União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios.

4. Não obstante a compensação acima referida, é oportuno para o Governo Federal auxiliar os entes federados com melhor desempenho exportador por meio de uma transferência específica. Embora o ideal seja a elaboração de um modelo de compensação dos estados pela desoneração das exportações que levem em conta também seus ganhos com a tributação das importações – e o Ministério da Fazenda está trabalhando com os Governos Estaduais na elaboração deste modelo -, no curto prazo propõe-se a adoção de um sistema de compensação semelhante ao adotado em 2004 nos termos da Lei nº 10.966, de 2004.

5. Nesse sentido, o Ministério da Fazenda propõe a Vossa Excelência a edição de medida provisória, visando autorizar a União a entregar aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, no exercício de 2005, o montante de R\$ 900.000.000,00 (novecentos milhões de reais), a título de auxílio financeiro aos entes federados exportadores.

6. A distribuição será feita na forma de duodécimos, no corrente exercício, proporcionalmente a coeficientes individuais de participação de cada unidade federada, segundo entendimentos havidos com os Governos Estaduais.

7. Ao Ministério da Fazenda caberá definir as regras da prestação de informação pelos Estados e pelo Distrito Federal sobre a efetiva manutenção e aproveitamento de créditos pelos exportadores a que se refere o art. 155, § 2º, inciso X, alínea "a", da Constituição.

8. A implementação da medida permitirá a entrega tempestiva de recursos às unidades federadas, cumprindo cronograma acordado com os Governos Estaduais e, via de consequência, contribuindo para a boa execução de suas programações orçamentárias.

9. Propõe-se, ainda, artigo visando possibilitar às pessoas jurídicas obrigadas a efetuar as retenções introduzidas pela Medida Provisória nº 232, de 2004, a adequação de seus sistemas operacionais e de controles à nova sistemática de retenções.

10. São essas, Senhor Presidente, as razões pelas quais submeto à consideração de Vossa Excelência o projeto de medida provisória em anexo.

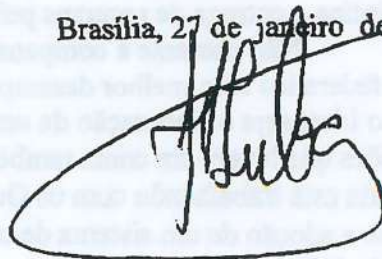
Respeitosamente,

Mensagem nº 48

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do artigo 62 da Constituição, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências o texto da Medida Provisória nº 237, de 27 de janeiro de 2005, que "Autoriza a União a prestar auxílio financeiro aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, com o objetivo de fomentar as exportações do País, e dá outras providências".

Brasília, 27 de janeiro de 2005.



LEGISLAÇÃO CITADA

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 232, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2004.

Altera a Legislação Tributária Federal e dá outras providências.

Art. 5º Os arts. 30 e 32 da Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003, passam a vigorar com a seguinte redação: (Vigência) (Vide MPV 237, de 2005)

"Art. 30. Os pagamentos efetuados pelas pessoas jurídicas a outras pessoas jurídicas de direito privado pela prestação de serviços de limpeza, conservação, manutenção, segurança, vigilância, transporte, locação de mão-de-obra, medicina, engenharia, publicidade e propaganda, assessoria creditícia, mercadológica, gestão de crédito, seleção e riscos, administração de contas a pagar e a receber, bem como pela remuneração de serviços profissionais estão sujeitos a retenção na fonte da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS e da Contribuição para o PIS/PASEP.

§ 4º Os serviços de medicina e os de engenharia de que trata o caput deste artigo são, respectivamente, os prestados por ambulatório, banco de sangue, casa e clínica de saúde, casa de recuperação e repouso sob orientação médica, hospital e pronto-socorro; e os de construção de estradas, pontes, prédios e obras assemelhadas." (NR)

"Art. 32.

II - empresas estrangeiras de transporte;

Parágrafo único.

I - a título de transporte internacional efetuados por empresa nacional;

....." (NR)

Art. 6º Os pagamentos efetuados pelas pessoas jurídicas que produzam as mercadorias relacionadas no caput do art 8º e no art. 15 da Lei nº 10.925, de 23 de julho de 2004, às pessoas físicas ou jurídicas fornecedoras dos insumos que geram direito ao crédito presumido, ficam sujeitos à retenção do imposto de renda à alíquota de um e meio por cento. (Vigência) (Vide MPV 237, de 2005)

§ 1º Na hipótese de fornecedor pessoa jurídica, também deverá ser efetuada a retenção da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, mediante a aplicação da alíquota de um por cento.

§ 2º Os valores retidos na quinzena serão recolhidos até o último dia útil da semana subsequente à quinzena de ocorrência dos fatos geradores.

§ 3º Os valores retidos serão considerados:

I - antecipação do devido na Declaração de Ajuste Anual, ficando o rendimento sujeito ao ajuste anual, na hipótese de pessoa física; e

II - antecipação do devido no período de apuração, na hipótese de fornecedor pessoa jurídica.

§ 4º O disposto neste artigo aplica-se também às demais hipóteses de pagamentos efetuados por pessoa jurídica a pessoa física ou jurídica que dêem direito a crédito presumido na forma dos §§ 19 e 20 do art. 3º da Lei nº 10.833, de 2003.

§ 5º Na hipótese de transportadora rodoviária de carga que subcontratar serviço de transporte de carga à pessoa física transportador autônomo, a retenção de que trata o § 4º será calculada sobre o valor correspondente a quarenta por cento do pagamento efetuado.

§ 6º Fica dispensada a retenção para pagamentos de valor igual ou inferior:

I - R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), no caso de pessoas jurídicas;

II - ao limite de isenção previsto na tabela progressiva mensal do imposto de renda, no caso de pessoas físicas.

§ 7º Ocorrendo mais de um pagamento no mês à mesma pessoa física ou jurídica, deverá ser efetuada a soma de todos os valores pagos no mês para efeito do cálculo do limite de retenção previsto no § 6º deste artigo, compensando-se o valor retido anteriormente.

§ 8º O disposto neste artigo não se aplica na hipótese de fornecimento efetuado por cooperativa de produção agropecuária ou de pagamento efetuado a pessoa jurídica optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte - SIMPLES.

Art. 7º As importâncias pagas ou creditadas pelas pessoas jurídicas a outras pessoas jurídicas de direito privado pela prestação de serviços de manutenção de bens móveis e imóveis e transporte, bem como de medicina prestados por ambulatório, banco de sangue, casa e clínica de saúde, casa de recuperação e repouso sob orientação médica, hospital e pronto-socorro, e de engenharia relativos à construção de estradas, pontes, prédios e obras assemelhadas ficam sujeitas ao desconto do imposto de renda na fonte, à alíquota de um e meio por cento. (Vigência) (Vide MPV 237, de 2005)

Parágrafo único. O valor retido deverá ser recolhido até o terceiro dia útil da semana subsequente à de ocorrências dos fatos geradores.

Art. 8º Fica fixada em um e meio por cento a alíquota do imposto de renda na fonte de que trata o art. 55 da Lei nº 7.713, de 1988. (Vigência) (Vide MPV 237, de 2005)

LEI COMPLEMENTAR Nº 87, DE 13 DE SETEMBRO DE 1996

Dispõe sobre o imposto dos Estados e do Distrito Federal sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, e dá outras providências. (LEI KANDIR)

Art. 31. Até o exercício financeiro de 2.002, inclusive, a União entregará mensalmente recursos aos Estados e seus Municípios, obedecidos os limites, os critérios, os prazos e as demais condições fixados no Anexo desta Lei Complementar, com base no produto da arrecadação estadual efetivamente realizada do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação no período julho de 1995 a junho de 1996, inclusive.

§ 1º Do montante de recursos que couber a cada Estado, a União entregará, diretamente:

I - setenta e cinco por cento ao próprio Estado; e

II - vinte e cinco por cento aos respectivos Municípios, de acordo com os critérios previstos no parágrafo único do art. 158 da Constituição Federal.

§ 2º Para atender ao disposto no caput, os recursos do Tesouro Nacional serão provenientes:

I - da emissão de títulos de sua responsabilidade, ficando autorizada, desde já, a inclusão nas leis orçamentárias anuais de estimativa de receita decorrente dessas emissões, bem como de dotação até os montantes anuais previstos no Anexo, não se aplicando neste caso, desde que atendidas as condições e os limites globais fixados pelo Senado Federal, quaisquer restrições ao acréscimo que acarretará no endividamento da União;

II - de outras fontes de recursos.

§ 3º A entrega dos recursos a cada Unidade Federada, na forma e condições detalhadas no Anexo, especialmente no seu item 9, será satisfeita, primeiro, para efeito de pagamento ou compensação da dívida da respectiva Unidade, inclusive de sua administração indireta, vencida e não paga ou vincenda no mês seguinte àquele em que for efetivada a entrega, junto ao Tesouro Nacional e aos demais entes da administração federal. O saldo remanescente, se houver, será creditado em moeda corrente.

§ 4º O prazo definido no caput poderá ser estendido até o exercício financeiro de 2006, inclusive, nas situações excepcionais previstas no subitem 2.1. do Anexo.

§ 5º Para efeito da apuração de que trata o art. 4º da Lei Complementar nº 65, de 15 de abril de 1991, será considerado o valor das respectivas exportações de produtos industrializados, inclusive de semi-elaborados, não submetidas a incidência do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação em 31 de julho de 1996.

.....
LEI COMPLEMENTAR Nº 115, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2002

Altera as Leis Complementares nºs 87, de 13 de setembro de 1996, e 102, de 11 de julho de 2000.

.....
LEI Nº 10.966, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2004.

Autoriza a União a prestar auxílio financeiro aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, com o objetivo de fomentar as exportações do País.

.....
Secretaria Especial de Editoração e Publicações do Senado Federal - Brasília-DF

OS: (10115/2005)

Autoriza a União a prestar auxílio financeiro aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, com o objetivo de fomentar as exportações do País; altera a Medida Provisória nº 2.185-35, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica a União autorizada a entregar aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, no exercício de 2005, o montante de R\$ 900.000.000,00 (novecentos milhões de reais), com o objetivo de fomentar as exportações do País, de acordo com os critérios, prazos e condições previstos nesta Lei.

Art. 2º A parcela pertencente a cada Estado, incluídas as parcelas de seus Municípios, e ao Distrito Federal será proporcional aos coeficientes individuais de participação discriminados no Anexo desta Lei.

Parágrafo único. O montante citado no art. 1º desta Lei será entregue aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios na razão de 1/12 (um doze avos) no último dia útil de cada mês, observado o disposto no art. 6º desta Lei.

Art. 3º Do montante dos recursos que cabe a cada Estado, a União entregará diretamente ao próprio Estado 75% (setenta e cinco por cento) e aos seus Municípios 25% (vinte e cinco por cento).

Parágrafo único. O rateio das parcelas dos Municípios obedecerá aos coeficientes individuais de participação na distribuição da parcela do ICMS de seus respectivos Estados, a serem aplicados no exercício de 2005.

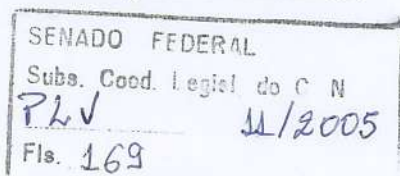
Art. 4º Para a entrega dos recursos à unidade federada, a ser realizada por uma das formas previstas no art. 5º desta Lei, serão obrigatoriamente considerados, pela ordem e até o montante total da entrega apurado no respectivo período, os valores das seguintes dívidas:

I - contraídas no Tesouro Nacional pela unidade federada, vencidas e não pagas, computadas primeiro as da administração direta e depois as da administração indireta;

II - contraídas pela unidade federada com garantia da União, inclusive dívida externa, vencidas e não pagas, computadas inicialmente as da administração direta e posteriormente as da administração indireta; e

III - contraídas pela unidade federada nos demais entes da administração federal, direta e indireta, vencidas e não pagas, computadas inicialmente as da administração direta e posteriormente as da administração indireta.

Parágrafo único. Para efeito do disposto no inciso III do **caput** deste artigo, ato do Poder Executivo Federal poderá autorizar:



Subsecretaria de Expediente

PLVN.º 011 05
Fls. 107

I - a inclusão, como mais uma opção para efeito da entrega dos recursos e na ordem que determinar, do valor correspondente a título da respectiva unidade federada na carteira da União, inclusive entes de sua administração indireta, primeiro relativamente aos valores vencidos e não pagos e, depois, aos vincendos no mês seguinte àquele em que serão entregues os recursos; e

II - a suspensão temporária da dedução de dívida compreendida pelo inciso III do **caput** deste artigo, quando não estiverem disponíveis, no prazo devido, as necessárias informações.

Art. 5º Os recursos a serem entregues mensalmente à unidade federada, equivalentes ao montante das dívidas apurado na forma do art. 4º desta Lei, serão satisfeitos pela União nas seguintes formas:

I - entrega de obrigações do Tesouro Nacional, de série especial, inalienáveis, com vencimento não inferior a 10 (dez) anos, remunerados por taxa igual ao custo médio das dívidas da respectiva unidade federada no Tesouro Nacional, com poder liberatório para pagamento das referidas dívidas; ou

II - correspondente compensação.

Parágrafo único. Os recursos a serem entregues mensalmente à unidade federada equivalentes à diferença positiva entre o valor total que lhe cabe e o valor da dívida apurada nos termos do art. 4º desta Lei e liquidada na forma do inciso II deste artigo serão satisfeitos por meio de crédito, em moeda corrente, à conta bancária do beneficiário.

Art. 6º Para efeito de aplicação desta Lei, o Ministério da Fazenda definirá, em até 60 (sessenta) dias a contar de sua publicação, as regras da prestação de informação pelos Estados e pelo Distrito Federal sobre a efetiva manutenção e aproveitamento de créditos pelos exportadores a que se refere o art. 155, § 2º, inciso X, alínea a, da Constituição Federal.

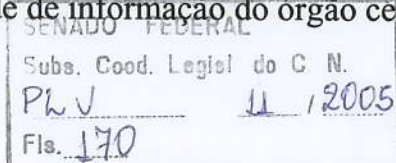
Parágrafo único. O ente federado que não enviar as informações referidas no **caput** deste artigo ficará sujeito à suspensão do recebimento do auxílio de que trata esta Lei.

Art. 7º A regularização do envio das informações de que trata o art. 6º desta Lei permitirá o recebimento dos recursos no mês imediatamente posterior, observado o disposto no parágrafo único do art. 2º desta Lei.

Art. 8º Fica a União autorizada, por meio do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, a prestar assistência técnica e financeira aos Estados, Distrito Federal e Municípios com o objetivo de promover o fortalecimento institucional de seus Tribunais de Contas para cumprimento do estabelecido na Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, por intermédio do Programa de Modernização do Sistema de Controle Externo dos Estados, Distrito Federal e Municípios - Promoex.

Parágrafo único. Para os efeitos do **caput** deste artigo, são cláusulas obrigatórias nos convênios firmados pelos órgãos envolvidos:

I - o compromisso do tribunal participante de encaminhar, em formato eletrônico, conforme cronograma a ser definido, os dados referentes aos arts. 51, 52 e 54 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF e os relativos ao cumprimento dos limites mínimos de gasto com saúde e educação, que atendam à necessidade de informação do órgão central de contabilidade da União;



Subsecretaria de Expediente
PLV N.º 011 05
Fls. 108

II - a devolução à União dos recursos transferidos, no caso de descumprimento de obrigações no período de vigência do convênio, conforme gradação a ser estipulada.

Art. 9º Fica a União autorizada, por meio do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, a prestar assistência técnica e cooperação financeiras aos Estados e ao Distrito Federal para modernização das funções de planejamento e de gestão no âmbito do Programa de Apoio à Modernização da Gestão e do Planejamento dos Estados e do Distrito Federal – Pnage.

Art. 10. O art. 8º da Medida Provisória nº 2.185-35, de 24 de agosto de 2001, passa a vigorar acrescido do seguinte § 2º, passando o atual parágrafo único a vigorar como § 1º, com a seguinte redação:

“Art. 8º

§ 1º Excluem-se das vedações a que se refere o inciso II do **caput** deste artigo:

I - a contratação de operações de crédito instituídas por programas federais, destinadas à modernização e ao aparelhamento da máquina administrativa dos Municípios;

II - os empréstimos ou financiamentos em organismos financeiros multilaterais e em instituições de fomento e cooperação ligadas a governos estrangeiros que tenham avaliação positiva da agência financiadora, no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e na Caixa Econômica Federal, desde que contratados dentro do prazo de 7 (sete) anos contados de 30 de junho de 1999 e destinados exclusivamente à complementação de programas em andamento; e

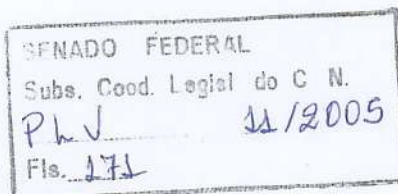
III - as operações de crédito destinadas à implantação de projeto de melhoria em sistemas de iluminação pública, no âmbito do Programa Nacional de Iluminação Pública Eficiente - Reluz.

§ 2º Os efeitos da exclusão a que se refere o inciso III do § 1º deste artigo retroagem a 29 de junho de 2000.”(NR)

Art. 11. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 30 de junho de 2005

Senador Renan Calheiros
Presidente do Senado Federal



A N E X O

AC	0,2744%	PB	1,4302%
AL	4,3752%	PE	0,6902%
AM	3,2328%	PI	0,9683%
AP	0,9973%	PR	8,6683%
BA	4,4506%	RJ	2,3220%
CE	1,9816%	RN	1,9305%
DF	0,0496%	RO	1,1196%
ES	9,2782%	RR	0,2542%
GO	2,7487%	RS	7,5130%
MA	4,3531%	SC	7,5214%
MG	6,3221%	SE	0,2818%
MS	1,6964%	SP	3,5133%
MT	9,3948%	TO	0,7410%
PA	13,8914%	BR	100%

SENADO FEDERAL
 Subs. Coord. Legis. do C. N.
 PLV 11/2005
 Fls. 172

Subsecretaria de Expediente

PLVN.º 011 05
 Fls. 110



§ 3º É vedado o enquadramento, no conceito de desenvolvimento institucional, de:

I - atividades como manutenção predial ou infraestrutural, conservação, limpeza, vigilância, reparos, coqueiragem, recepção, secretariado, serviços administrativos na área de informática, gráficos, reprográficos e de telefonia e demais atividades administrativas de rotina, bem como suas respectivas expansões vegetativas, inclusive por meio do aumento no número total de pessoal; e

II - realização de outras tarefas que não estejam objetivamente definidas no Plano de Desenvolvimento Institucional da instituição apoiada.

§ 4º É vedada a subcontratação total do objeto dos ajustes realizados pelas IFES e ICTs com as fundações de apoio, com base no disposto nesta Lei, bem como a subcontratação parcial que delegue a terceiros a execução do núcleo do objeto contratado.

§ 5º Os materiais e equipamentos adquiridos com recursos transferidos com fundamento no § 2º integrarão o patrimônio da IFES ou ICT contratante." (NR)

"Art. 2º As fundações a que se refere o art. 1º deverão estar constituídas na forma de fundações de direito privado, sem fins lucrativos, regidas pelo Código Civil Brasileiro e por estatutos cujas normas expressamente disponham sobre a observância dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade e eficiência, e sujeitas, em especial:

" (NR)

"Art. 4º As IFES e ICTs contratantes poderão autorizar, de acordo com as normas aprovadas pelo órgão de direção superior competente e limites e condições previstos em regulamento, a participação de seus servidores nas atividades realizadas pelas fundações referidas no art. 1º desta Lei, sem prejuízo de suas atribuições funcionais.

§ 1º A participação de servidores das IFES e ICTs contratantes nas atividades previstas no art. 1º desta Lei, autorizada nos termos deste artigo, não cria vínculo empregatício de qualquer natureza, podendo as fundações contratadas, para sua execução, conceder bolsas de ensino, de pesquisa e de extensão, de acordo com os parâmetros a serem fixados em regulamento.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA CASA CIVIL IMPrensa NACIONAL

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Presidente da República

ERENICE ALVES GUERRA
Ministra de Estado Chefe da Casa Civil

CARLOS EDUARDO ESTEVES LIMA
Secretário Executivo da Casa Civil

FERNANDO TOLENTINO DE SOUSA VIEIRA
Diretor-Geral da Imprensa Nacional

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO SEÇÃO 1

Publicação de atos normativos

JORGE LUIZ ALENCAR GUERRA
Coordenador-Geral de
Publicação e Divulgação

ALEXANDRE MIRANDA MACHADO
Coordenador de Editoração e
Divulgação Eletrônica dos Jornais Oficiais

FRANCISCO DAS CHAGAS PINTO
Coordenador de Produção

A Imprensa Nacional não possui representantes autorizados para a comercialização de assinaturas impressas e eletrônicas

http://www.in.gov.br ouvidoria@in.gov.br
SIG, Quadra 6, Lote 800, CEP 70610-460, Brasília - DF
CNPJ: 04196645/0001-00
Fone: 0800 725 6787

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/autenticidade.html>, pelo código 00012010072000002

§ 3º É vedada a utilização dos contratados referidos no caput para contratação de pessoal administrativo, de manutenção, docentes ou pesquisadores para prestarem serviços ou atender a necessidades de caráter permanente das IFES e ICTs contratantes." (NR)

"Art. 5º Fica vedado às IFES e ICTs contratantes pagamento de débitos contraídos pelas instituições contratadas na forma desta Lei e a responsabilidade a qualquer título, em relação ao pessoal por estas contratado, inclusive na utilização de pessoal da instituição, conforme previsto no art. 4º desta Lei." (NR)

"Art. 6º No cumprimento das finalidades referidas nesta Lei, poderão as fundações de apoio, por meio de instrumento legal próprio, utilizar-se de bens e serviços das IFES e ICTs contratantes, mediante ressarcimento, e pelo prazo estritamente necessário à elaboração e execução do projeto de ensino, pesquisa e extensão e de desenvolvimento institucional, científico e tecnológico de efetivo interesse das IFES e ICTs contratantes e objeto do contrato firmado." (NR)

Art. 4º A Lei nº 8.958, de 1994, passa a vigorar acrescida dos seguintes dispositivos:

"Art. 1º-A. A Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP, como secretaria-executiva do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq e as Agências Financeiras Oficiais de Fomento poderão realizar convênios e contratos, nos termos do inciso XIII do art. 24 da Lei nº 8.666, de 1993, por prazo determinado, com as fundações de apoio, com finalidade de dar apoio às IFES e às ICTs, inclusive na gestão administrativa e financeira dos projetos mencionados no caput do art. 1º, com a anuência expressa das instituições apoiadas." (NR)

"Art. 4º-A. Serão divulgados, na íntegra, em sítio mantido pela fundação de apoio na rede mundial de computadores - internet:

I - os instrumentos contratuais de que trata esta Lei, firmados e mantidos pela fundação de apoio com as IFES, ICTs, FINEP, CNPq e Agências Financeiras Oficiais de Fomento;

II - os relatórios semestrais de execução dos contratos de que trata o inciso I, indicando os valores executados, as atividades, as obras e os serviços realizados, discriminados por projeto, unidade acadêmica ou pesquisa beneficiária; e

III - a relação dos pagamentos efetuados a servidores ou agentes públicos de qualquer natureza em decorrência dos contratos de que trata o inciso I." (NR)

"Art. 4º-B. As fundações de apoio poderão conceder bolsas de ensino, pesquisa e extensão e de estímulo à inovação aos alunos de graduação e pós-graduação vinculadas a projetos institucionais das IFES e ICTs apoiadas, na forma da regulamentação específica, observados os princípios referidos no art. 2º." (NR)

Art. 5º A Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 2º

V - Instituição Científica e Tecnológica - ICT: órgão ou entidade da administração pública cuja missão institucional seja predominantemente voltada à execução de atividades de pesquisa básica ou aplicada de caráter científico, tecnológico ou de inovação;

VII - instituição de apoio - fundação criada com a finalidade de dar apoio a projetos de pesquisa, ensino e extensão e de desenvolvimento institucional, científico e tecnológico de interesse das IFES e ICTs, registrada e credenciada nos Ministérios da Educação e da Ciência e Tecnologia, nos termos da Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994.

" (NR)

"Art. 27.

IV - dar tratamento preferencial, diferenciado e favorecido, na aquisição de bens e serviços pelo poder público e pelas fundações de apoio para a execução de projetos de desenvolvimento institucional da instituição apoiada, nos termos da Lei nº 8.958, de 1994, às empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País e às microempresas e empresas de pequeno porte de base tecnológica, criadas no ambiente das atividades de pesquisa das ICTs." (NR)

Art. 6º A Lei nº 10.973, de 2004, passa a vigorar acrescida do seguinte dispositivo:

"Art. 3º-A. A Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP, como secretaria-executiva do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq e as Agências Financeiras Oficiais de Fomento poderão realizar convênios e contratos, nos termos do inciso XIII do art. 24 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, por prazo determinado, com as fundações de apoio, com a finalidade de dar apoio às IFES e às

ICTs, inclusive na gestão administrativa e financeira dos projetos mencionados no caput do art. 1º da Lei nº 8.958, de 1994, com a anuência expressa das instituições apoiadas." (NR)

Art. 7º Fica revogado o § 1º do art. 2º da Lei nº 11.273, de 6 de fevereiro de 2006.

Art. 8º Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 19 de julho de 2010; 189ª da Independência e 122ª da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

Guido Mantega
Fernando Haddad
Paulo Bernardo Silva
Sérgio Mouchado Rezende

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 496, DE 19 DE JULHO DE 2010

Dispõe sobre o limite de endividamento de Municípios em operações de crédito destinadas ao financiamento de infraestrutura para a realização da Copa do Mundo FIFA 2014 e dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016, sobre imóveis oriundos da extinta Rede Ferroviária Federal S.A. - RFFSA, sobre dívidas referentes ao patrimônio imobiliário da União, sobre acordos envolvendo patrimônio imobiliário da União, transfere o domínio útil de imóveis para a Companhia Docas do Rio de Janeiro - CDRJ, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 62 da Constituição, adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:

Endividamento de Municípios - Copa do Mundo FIFA 2014 e Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016

Art. 1º Fica acrescido o seguinte inciso IV ao § 1º do art. 8º da Medida Provisória nº 2.185-35, de 24 de agosto de 2001:

"IV - as operações de crédito destinadas ao financiamento de infraestrutura para a realização da Copa do Mundo FIFA 2014 e dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016, autorizadas pelo Conselho Monetário Nacional." (NR)

Art. 2º Fica a Secretaria do Tesouro Nacional autorizada a dispensar os Municípios com dívidas refinanciadas com fundamento na Lei nº 8.727, de 5 de novembro de 1993, que não utilizam do limite de pagamento previsto no art. 2º daquela Lei ou que não tenham acumulado resíduo nos termos desse mesmo artigo, da remessa do balancete da execução orçamentária mensal e do cronograma de compromissos da dívida vinculada, prevista no art. 21 daquela Lei.

Art. 3º Fica a Secretaria do Tesouro Nacional autorizada a dispensar os Municípios com dívidas refinanciadas com fundamento na Medida Provisória nº 2.185-35, de 2001, que não utilizam do limite de pagamento previsto no inciso V do art. 2º da referida Medida Provisória ou que não tenham acumulado resíduo nos termos desse mesmo artigo:

I - da remessa do balancete da execução orçamentária mensal, cronograma de compromissos da dívida vinculada e balanço anual, prevista contratualmente; e

II - da verificação do cumprimento dos requisitos constantes do art. 9º da Medida Provisória nº 2.185-35, de 2001.

Parágrafo único. Os documentos previstos no inciso I deste artigo deverão ser exigidos quando da verificação do disposto no inciso II do caput do art. 8º da Medida Provisória nº 2.185-35, de 2001.

Art. 4º O parágrafo único do art. 6º da Lei nº 9.711, de 20 de novembro de 1998, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Parágrafo único. Para efeito da compensação a que se refere este artigo, entre a União e as unidades da Federação, o abatimento dos créditos da União decorrentes de contratos celebrados no âmbito da Lei nº 9.496, de 11 de setembro de 1997, da Medida Provisória nº 1.702-29, de 28 de setembro de 1998, e da Medida Provisória nº 2.185-35, de 24 de agosto de 2001, e edições anteriores, poderá ser efetuado sobre o estoque da dívida contratada." (NR)

Patrimônio da extinta RFFSA

Art. 5º Os arts. 10, 11, 12, 16 e 28 da Lei nº 11.483, de 31 de maio de 2007, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 10.

§ 1º Aos ocupantes de boa-fé dos imóveis referidos no inciso II do caput do art. 6º desta Lei que estejam em dia com suas obrigações, é assegurado o direito de preferência à compra, pelo valor da proposta vencedora e nas mesmas condições desta, de

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Congresso Nacional
Secretaria de Coordenação
Legislativa do Congresso Nacional

MPU nº 2185-35/2001
Fls. 173 Rubrica: Avenice



duzido o valor das benfeitorias e das acessões realizadas, observadas, em qualquer hipótese, as regras da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil.

§ 4º Poderá ser dispensada a licitação na venda dos imóveis de que trata o caput, respeitado o valor de mercado, quando o adquirente for:

I - outro órgão ou entidade da administração, de qualquer esfera de governo; ou

II - empresa, pública ou privada, inserida em operação urbana consorciada aprovada na forma dos arts. 32 a 34 da Lei nº 10.257 de 10 de julho de 2001, desde que os imóveis estejam na área delimitada para a operação." (NR)

"Art. 11.

Parágrafo único. Na hipótese de aplicação da alienação direta prevista no art. 10, § 4º, inciso I, serão concedidas as seguintes condições especiais para pagamento:

I - entrada mínima de cinco por cento do preço total de venda do imóvel, a título de sinal e princípio de pagamento; e

II - prazo máximo de cento e vinte meses." (NR)

"Art. 12.

§ 1º Para avaliação dos imóveis referidos no caput, deduzir-se-á o valor correspondente às benfeitorias e às acessões comprovadamente realizadas pelo ocupante, observadas, em qualquer hipótese, as regras da Lei nº 10.406, de 2002.

"Art. 13.

"Art. 14.

III - quando não for possível comprovar a dominialidade de imóvel oriundo da extinta RFFSA, é permitido à União, por intermédio do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, transferir os direitos possessórios deste, de forma onerosa ou gratuita, ficando eventual regularização posterior a cargo do adquirente;

§ 1º Não serão alienados os bens imóveis situados na faixa de domínio das ferrovias cuja ocupação ou utilização por particulares coloque em risco a vida das pessoas ou comprometa a segurança ou a eficiência da operação ferroviária.

§ 2º O título de transferência da posse de que trata o inciso III terá os mesmos efeitos da legitimação de posse prevista na Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, desde que:

I - o imóvel objeto da transferência esteja matriculado junto ao Cartório de Registro de Imóveis; e

II - o adquirente cumpra os requisitos contidos no parágrafo único do art. 59 da Lei nº 11.977, de 2009." (NR)

"Art. 28. Fica a União autorizada a renegociar o pagamento de dívidas e saldos devedores decorrentes de contratos de transferência de domínio e de débitos dos demais contratos firmados pela extinta RFFSA tendo por objeto imóveis não operacionais.

§ 1º Os critérios e condições de renegociação de que trata o caput serão fixados em ato do Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, observados os seguintes parâmetros:

I - parcelamento em até cento e vinte parcelas mensais;

II - concessão de desconto entre vinte por cento e sessenta por cento do valor do débito consolidado no parcelamento, na proporção inversa à do valor do débito; e

III - aplicação de descontos entre vinte e cinco por cento e sessenta e cinco por cento do valor do débito consolidado para liquidação à vista, na proporção inversa à do valor do débito.

§ 2º Para os fins deste artigo, considera-se débito consolidado o somatório da dívida e do saldo devedor decorrente de contrato de transferência de domínio ou da posse, ou do valor correspondente ao total da dívida decorrente dos demais contratos firmados pela extinta RFFSA tendo por objeto bens imóveis não operacionais." (NR)

Art. 6º A Lei nº 11.483, de 2007, passa a vigorar acrescida dos seguintes artigos:

"Art. 28-A. Fica a União autorizada a constituir aforamento em favor dos adquirentes originários, ou seus sucessores, de imóveis oriundos da extinta RFFSA localizados em terrenos de marinha ou acrescidos.

§ 1º A constituição do aforamento prevista no caput implicará a:

I - isenção dos débitos principais e acessórios correspondentes às taxas de ocupação não pagas desde a aquisição do imóvel até a data da assinatura do novo contrato; e

II - dedução de dezessete por cento do valor correspondente ao terreno, na hipótese dos contratos de compra e venda ou promessa de compra e venda de domínio pleno em que exista saldo devedor.

§ 2º Não será devido pela União qualquer pagamento ou indenização decorrente da constituição do aforamento prevista neste artigo.

§ 3º Em se tratando de transferência de posse, pela extinta RFFSA, de imóveis localizados em terrenos de marinha e acrescidos, poderá a União outorgar a concessão de direito real de uso aos adquirentes originários ou a seus sucessores." (NR)

"Art. 28-B. Os Cartórios de Registro de Imóveis deverão promover a averbação, em nome da União ou do DNIT, dos bens imóveis em cujos registros figure a RFFSA ou suas antecessoras na qualidade de titular de direito real, em conformidade com o disposto no inciso II do art. 2º e incisos I e IV do art. 8º desta Lei.

§ 1º Para a averbação de que trata o caput, será suficiente requerimento da Secretaria do Patrimônio da União, quando tratar de imóvel não operacional transferido para a União, e do DNIT, na hipótese de bem operacional ou declarado como reserva técnica.

§ 2º No caso de imóvel formado por parcelas operacional e não operacional, o requerimento previsto no § 1º deverá ser acompanhado de planta e memorial descritivo assinados pela Secretaria do Patrimônio da União e pelo DNIT, esclarecendo os limites de cada uma das parcelas." (NR)

"Art. 28-C. Os compromissos de compra e venda firmados pela extinta RFFSA tendo por objeto imóveis não operacionais valerão como título para o registro da propriedade do bem adquirido, quando acompanhados de termo de quitação expedido pela Secretaria do Patrimônio da União." (NR)

Débitos para com a extinta RFFSA

Art. 7º Fica a União autorizada a renunciar às dívidas e saldos devedores decorrentes de contratos de compra e venda e de transferência de direitos possessórios, bem como os débitos principais e acessórios vinculados aos demais contratos firmados pela extinta RFFSA, desde que o respectivo contratante:

I - seja considerado de baixa renda;

II - não seja proprietário, promitente comprador, cessionário ou concessionário de outro imóvel urbano ou rural; e

III - utilize o imóvel para sua moradia ou de sua família.

§ 1º Considera-se saldo devedor para efeitos do disposto no caput o valor resultante do somatório dos débitos principais e acessórios correspondentes às parcelas vincendas.

§ 2º Para os fins do disposto neste artigo, considera-se de baixa renda aquele com renda familiar mensal igual ou inferior a cinco salários mínimos.

§ 3º A extinção de que trata o caput alcança as parcelas vincendas e não pagas até 15 de junho de 2010.

Desapropriações de bens da extinta RFFSA

Art. 8º Ficam convalidadas as desapropriações sobre imóveis não operacionais da extinta RFFSA realizadas por outros entes da Federação, desde que o apossamento ou a imissão na posse tenham ocorrido antes de 22 de janeiro de 2007.

§ 1º A União fica autorizada a celebrar acordos, renunciar valores, principais e acessórios, nas ações de que trata o caput, até a quitação total dos precatórios, desde que as áreas desapropriadas estejam sendo utilizadas ou sejam destinadas a projeto de reabilitação de centros urbanos, funcionamento de órgãos públicos ou execução de políticas públicas, sem fins lucrativos.

§ 2º Poderão ser realizados acordos em relação à parcela da área desapropriada que cumpra os requisitos do § 1º, seguindo a desapropriação em relação ao restante do imóvel.

§ 3º Não serão devidas quaisquer devoluções de valores já pagos em decorrência dos acordos com fundamento no § 1º.

Acordo com a Companhia Docas do Rio de Janeiro - CDRJ

Art. 9º Fica a União autorizada a transferir à Companhia Docas do Rio de Janeiro - CDRJ o domínio útil dos terrenos de marinha e acrescidos de marinha por ela ocupados em 15 de junho de 2010, em substituição à transferência de domínio pleno desses imóveis, operada quando da integralização do capital social dessa empresa.

§ 1º Realizada a transferência de que trata o caput, ficam extintos os créditos de natureza não tributária da União em face da CDRJ, inscritos ou não em dívida ativa.

§ 2º Não será devido pela União qualquer pagamento ou indenização decorrente da transferência de domínio útil prevista neste artigo.

Alienação de imóveis do INSS

Art. 10. O art. 3º da Lei nº 9.702, de 17 de novembro de 1998, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 3º.

§ 1º No exercício do direito de preferência de que trata o caput, serão observadas, no que couber, as disposições dos §§ 1º a 4º do art. 13 da Lei nº 9.636, de 1998.

§ 2º Poderão adquirir os imóveis residenciais do INSS localizados no Distrito Federal, em condições de igualdade com o vencedor da licitação, os servidores detentores de termos de cessação de uso cujas ocupações iniciaram-se entre 1º de janeiro de 1997 e 22 de agosto de 2007, e que estejam em dia com as obrigações relativas à ocupação.

§ 3º Aplica-se o disposto neste artigo aos servidores ocupantes de boa-fé que detenham termo de cessação de uso em conformidade com os requisitos estabelecidos em atos normativos expedidos pelo INSS.

§ 4º Nas hipóteses deste artigo, o direito de preferência será estendido também ao servidor que, no momento da aposentadoria, ocupava o imóvel ou, em igual condição, ao cônjuge ou companheiro enviuvado que permaneça residindo no imóvel funcional." (NR)

Compensação entre regimes de previdência

Art. 11. O art. 12 da Lei nº 10.666, de 8 de maio de 2003, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 12. Para fins de compensação financeira entre o regime geral de previdência social e os regimes próprios de previdência social da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, os regimes instituídos apresentarão aos regimes de origem, até o mês de maio de 2013, os dados relativos aos benefícios em manutenção em 5 de maio de 1999 concedidos a partir de 5 de outubro de 1988." (NR)

Art. 12. Fica revogado o § 2º do art. 1º da Lei nº 9.469, de 10 de julho de 1997.

Art. 13. Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 19 de julho de 2010; 189ª da Independência e 122ª da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Guilherme Montenegro
Paulo Bernardo Silva
Carlos Eduardo Gabas
Luís Inácio Lucena Adams

DECRETO Nº 7.232, DE 19 DE JULHO DE 2010

Dispõe sobre os quantitativos de lotação dos cargos dos níveis de classificação "C", "D" e "E" integrantes do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, de que trata a Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005, das universidades federais vinculadas ao Ministério da Educação, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso VI, alínea "a", da Constituição, e tendo em vista o disposto no seu art. 207,

D E C R E T A :

Art. 1º Os quantitativos de lotação dos cargos dos níveis de classificação "C", "D" e "E" integrantes do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, de que trata a Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005, das universidades federais vinculadas ao Ministério da Educação, são definidos na forma do Anexo I.

Parágrafo único. Os efeitos deste Decreto não se aplicam aos cargos extintos ou em extinção, nos termos da Lei nº 9.632, de 7 de maio de 1998.

Art. 2º Observados os quantitativos do Anexo I e o disposto nos arts. 20 e 21 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, as universidades federais vinculadas ao Ministério da Educação poderão realizar, mediante deliberação de suas instâncias competentes, na forma do respectivo estatuto, independentemente de prévia autorização dos Ministérios do Planejamento, Orçamento e Gestão e da Educação, concursos públicos para o provimento dos cargos vagos.

Art. 3º Observados os quantitativos constantes do Anexo II, o Ministro de Estado da Educação poderá, mediante portaria, redistribuir entre as universidades federais os saldos eventualmente não utilizados dos cargos previstos no Anexo I.

Congresso Nacional
Secretaria de Coordenação
Legislativa do Congresso Nacional
MPV nº 2185-735/2010
Fls. 174 Rubrica: Avenice



DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

República Federativa do Brasil - Imprensa Nacional

Em circulação desde 1º de outubro de 1862

Ano CXLVII Nº 140

Brasília - DF, sexta-feira, 23 de julho de 2010



SEÇÃO



Sumário

	PÁGINA
Ato do Congresso Nacional.....	1
Ato do Poder Executivo.....	1
Presidência da República.....	2
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.....	3
Ministério da Ciência e Tecnologia.....	4
Ministério da Cultura.....	4
Ministério da Defesa.....	6
Ministério da Educação.....	7
Ministério da Fazenda.....	20
Ministério da Integração Nacional.....	33
Ministério da Justiça.....	34
Ministério da Pesca e Aquicultura.....	38
Ministério da Previdência Social.....	38
Ministério da Saúde.....	40
Ministério das Cidades.....	42
Ministério das Comunicações.....	43
Ministério das Relações Exteriores.....	45
Ministério de Minas e Energia.....	47
Ministério do Desenvolvimento Agrário.....	54
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.....	55
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.....	56
Ministério do Esporte.....	57
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.....	57
Ministério do Trabalho e Emprego.....	61
Ministério dos Transportes.....	66
Ministério Público da União.....	67
Tribunal de Contas da União.....	69
Poder Judiciário.....	92
Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais.....	96

Ato do Congresso Nacional

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 528, DE 2010

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO RADIO COMUNITARIA SCHROEDER STRASSE FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Schroeder, Estado de Santa Catarina.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 987, de 23 de dezembro de 2008, que outorga autorização à Associação

TABELA DE PREÇOS DE JORNAIS AVULSOS			
Páginas	Distrito Federal	Demais Estados	
de 02 a 28	R\$ 0,30	R\$ 1,80	
de 32 a 76	R\$ 0,50	R\$ 2,00	
de 80 a 156	R\$ 1,10	R\$ 2,60	
de 160 a 250	R\$ 1,50	R\$ 3,00	
de 254 a 500	R\$ 3,00	R\$ 4,50	

- Acima de 500 páginas - preço de tabela mais excedente de páginas multiplicado por R\$ 0,0107

Rádio Comunitária Schroeder Strasse FM para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Schroeder, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 23 de julho de 2010.
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Ato do Poder Executivo

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 496, DE 19 DE JULHO DE 2010(*)

Dispõe sobre o limite de endividamento de Municípios em operações de crédito destinadas ao financiamento de infraestrutura para a realização da Copa do Mundo FIFA 2014 e dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016, sobre imóveis oriundos da extinta Rede Ferroviária Federal S.A. - RFFSA, sobre dívidas referentes ao patrimônio imobiliário da União, sobre acordos envolvendo patrimônio imobiliário da União, transfere o domínio útil de imóveis para a Companhia Docas do Rio de Janeiro - CDRJ, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 62 da Constituição, adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:

Art. 1º Fica acrescido o seguinte inciso IV ao § 1º do art. 8º da Medida Provisória nº 2.185-35, de 24 de agosto de 2001:

"IV - as operações de crédito destinadas ao financiamento de infraestrutura para a realização da Copa do Mundo FIFA 2014 e dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016, autorizadas pelo Conselho Monetário Nacional." (NR)

Art. 2º Fica a Secretaria do Tesouro Nacional autorizada a dispensar os Municípios com dívidas refinanciadas com fundamento na Lei nº 8.727, de 5 de novembro de 1993, que não utilizam o limite de pagamento previsto no art. 2º daquela Lei ou que não tenham acumulado resíduo nos termos desse mesmo artigo, da remessa do balancete da execução orçamentária mensal e do cronograma de compromissos da dívida vinculada, prevista no art. 21 daquela Lei.

Art. 3º Fica a Secretaria do Tesouro Nacional autorizada a dispensar os Municípios com dívidas refinanciadas com fundamento na Medida Provisória nº 2.185-35, de 2001, que não utilizam o limite de pagamento previsto no inciso V do art. 2º da referida Medida Provisória ou que não tenham acumulado resíduo nos termos desse mesmo artigo:

I - da remessa do balancete da execução orçamentária mensal, cronograma de compromissos da dívida vinculada e balanço anual, prevista contratualmente; e

II - da verificação do cumprimento dos requisitos constantes do art. 9º da Medida Provisória nº 2.185-35, de 2001.

Parágrafo único. Os documentos previstos no inciso I deste artigo deverão ser exigidos quando da verificação do disposto no inciso II do caput do art. 8º da Medida Provisória nº 2.185-35, de 2001.

Art. 4º O parágrafo único do art. 6º da Lei nº 9.711, de 20 de novembro de 1998, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Parágrafo único. Para efeito da compensação a que se refere este artigo, entre a União e as unidades da Federação, o abatimento dos créditos da União decorrentes de contratos celebrados no âmbito da Lei nº 9.496, de 11 de setembro de 1997, da Medida Provisória nº 1.702-29, de 28 de setembro de 1998, e da Medida Provisória nº 2.185-35, de 24 de agosto de 2001, e edições anteriores, poderá ser efetuado sobre o estoque da dívida contratada." (NR)

Art. 5º Os arts. 10, 11, 12, 16 e 28 da Lei nº 11.483, de 31 de maio de 2007, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 10.

§ 1º Aos ocupantes de boa-fé dos imóveis referidos no inciso II do caput do art. 6º desta Lei que estejam em dia com suas obrigações, é assegurado o direito de preferência à compra, pelo valor da proposta vencedora e nas mesmas condições desta, deduzido o valor das benfeitorias e das acessões realizadas, observadas, em qualquer hipótese, as regras da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil.

§ 4º Poderá ser dispensada a licitação na venda dos imóveis de que trata o caput, respeitado o valor de mercado, quando o adquirente for:

I - outro órgão ou entidade da administração, de qualquer esfera de governo; ou

II - empresa, pública ou privada, inserida em operação urbana consorciada aprovada na forma dos arts. 32 a 34 da Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, desde que os imóveis estejam na área delimitada para a operação." (NR)

"Art. 11.

Parágrafo único. Na hipótese de aplicação da alienação direta prevista no art. 10, § 4º, inciso I, serão concedidas as seguintes condições especiais para pagamento:

I - entrada mínima de cinco por cento do preço total de venda do imóvel, a título de sinal e princípio de pagamento; e

II - prazo máximo de cento e vinte meses." (NR)

"Art. 12.

§ 1º Para avaliação dos imóveis referidos no caput, deduzir-se-á o valor correspondente às benfeitorias e às acessões comprovadamente realizadas pelo ocupante, observadas, em qualquer hipótese, as regras da Lei nº 10.406, de 2002.

" (NR)

"Art. 16.

III - quando não for possível comprovar a dominialidade de imóvel oriundo da extinta RFFSA, é permitido à União, por intermédio do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, transferir os direitos possessórios deste, de forma onerosa ou gratuita, ficando eventual regularização posterior a cargo do adquirente;

§ 1º Não serão alienados os bens imóveis situados na faixa de domínio das ferrovias cuja ocupação ou utilização por particulares coloque em risco a vida das pessoas ou comprometa a segurança ou a eficiência da operação ferroviária.

§ 2º O título de transferência da posse de que trata o inciso III terá os mesmos efeitos da legitimação de posse prevista na Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, desde que:

Congresso Nacional
Secretaria de Coordenação
Legislativa do Congresso Nacional
MPV nº 2185-35/2001
Fls. 175 Rubrica: Arneville



I - o imóvel objeto da transferência esteja matriculado junto ao Cartório de Registro de Imóveis; e

II - o adquirente cumpra os requisitos contidos no parágrafo único do art. 59 da Lei nº 11.977, de 2009." (NR)

"Art. 28. Fica a União autorizada a renegociar o pagamento de dívidas e saldos devedores decorrentes de contratos de transferência de domínio e de débitos dos demais contratos firmados pela extinta RFFSA tendo por objeto imóveis não operacionais.

§ 1º Os critérios e condições de renegociação de que trata o caput serão fixados em ato do Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, observados os seguintes parâmetros:

I - parcelamento em até cento e vinte parcelas mensais;

II - concessão de desconto entre vinte por cento e sessenta por cento do valor do débito consolidado no parcelamento, na proporção inversa à do valor do débito; e

III - aplicação de descontos entre vinte e cinco por cento e sessenta e cinco por cento do valor do débito consolidado para liquidação à vista, na proporção inversa à do valor do débito.

§ 2º Para os fins deste artigo, considera-se débito consolidado o somatório da dívida e do saldo devedor decorrente de contrato de transferência de domínio ou da posse, ou do valor correspondente ao total da dívida decorrente dos demais contratos firmados pela extinta RFFSA tendo por objeto bens imóveis não operacionais." (NR)

Art. 6º A Lei nº 11.483, de 2007, passa a vigorar acrescida dos seguintes artigos:

"Art. 28-A. Fica a União autorizada a constituir aforamento em favor dos adquirentes originários, ou seus sucessores, de imóveis oriundos da extinta RFFSA localizados em terrenos de marinha ou acrescidos.

§ 1º A constituição do aforamento prevista no caput implicará a:

I - isenção dos débitos principais e acessórios correspondentes às taxas de ocupação não pagas desde a aquisição do imóvel até a data da assinatura do novo contrato; e

II - dedução de dezessete por cento do valor correspondente ao terreno, na hipótese dos contratos de compra e venda ou promessa de compra e venda de domínio pleno em que exista saldo devedor.

§ 2º Não será devido pela União qualquer pagamento ou indenização decorrente da constituição do aforamento prevista neste artigo.

§ 3º Em se tratando de transferência de posse, pela extinta RFFSA, de imóveis localizados em terrenos de marinha e acrescidos, poderá a União outorgar a concessão de direito real de uso aos adquirentes originários ou a seus sucessores." (NR)

"Art. 28-B. Os Cartórios de Registro de Imóveis deverão promover a averbação, em nome da União ou do DNIT, dos bens imóveis em cujos registros figure a RFFSA ou suas antecessoras na qualidade de titular de direito real, em conformidade com o disposto no inciso II do art. 2º e incisos I e IV do art. 8º desta Lei.

§ 1º Para a averbação de que trata o caput, será suficiente requerimento da Secretaria do Patrimônio da União, quando tratar de imóvel não operacional transferido para a União, e do DNIT, na hipótese de bem operacional ou declarado como reserva técnica.

§ 2º No caso de imóvel formado por parcelas operacional e não operacional, o requerimento previsto no § 1º deverá ser acompanhado de planta e memorial descritivo assinados pela Secretaria do Patrimônio da União e pelo DNIT, esclarecendo os limites de cada uma das parcelas." (NR)

"Art. 28-C. Os compromissos de compra e venda firmados pela extinta RFFSA tendo por objeto imóveis não operacionais valerão como título para o registro da propriedade do bem adquirido, quando acompanhados de termo de quitação expedido pela Secretaria do Patrimônio da União." (NR)

Art. 7º Fica a União autorizada a renunciar às dívidas e saldos devedores decorrentes de contratos de compra e venda e de transferência de direitos possessórios, bem como os débitos principais e acessórios vinculados aos demais contratos firmados pela extinta RFFSA, desde que o respectivo contratante:

I - seja considerado de baixa renda;

II - não seja proprietário, promitente comprador, cessionário ou concessionário de outro imóvel urbano ou rural; e

III - utilize o imóvel para sua moradia ou de sua família.

§ 1º Considera-se saldo devedor para efeitos do disposto no caput o valor resultante do somatório dos débitos principais e acessórios correspondentes às parcelas vencidas.

§ 2º Para os fins do disposto neste artigo, considera-se de baixa renda aquele com renda familiar mensal igual ou inferior a cinco salários mínimos.

§ 3º Quando se tratar de contratos de permissão de uso, locação e outros que tenham por objeto apenas o uso e fruição do imóvel, sem transferência definitiva de direitos, a extinção de que trata o caput alcança as parcelas vencidas e não pagas até 15 de junho de 2010.

Art. 8º Ficam convalidadas as desapropriações sobre imóveis não operacionais da extinta RFFSA realizadas por outros entes da Federação, desde que o apossamento ou a imissão na posse tenham ocorrido antes de 22 de janeiro de 2007.

§ 1º A União fica autorizada a celebrar acordos, renunciar valores, principais e acessórios, nas ações de que trata o caput, até a quitação total dos precatórios, desde que as áreas desapropriadas estejam sendo utilizadas ou sejam destinadas a projeto de reabilitação de centros urbanos, funcionamento de órgãos públicos ou execução de políticas públicas, sem fins lucrativos.

§ 2º Poderão ser realizados acordos em relação à parcela da área desapropriada que cumpra os requisitos do § 1º, seguindo a desapropriação em relação ao restante do imóvel.

§ 3º Não serão devidas quaisquer devoluções de valores já pagos em decorrência dos acordos com fundamento no § 1º.

Art. 9º Fica a União autorizada a transferir à Companhia Docas do Rio de Janeiro - CDRJ o domínio útil dos terrenos de marinha e acrescidos de marinha por ela ocupados em 15 de junho de 2010, em substituição à transferência de domínio pleno desses imóveis, operada quando da integralização do capital social dessa empresa.

§ 1º Realizada a transferência de que trata o caput, ficam extintos os créditos de natureza não tributária da União em face da CDRJ, inscritos ou não em dívida ativa.

§ 2º Não será devido pela União qualquer pagamento ou indenização decorrente da transferência de domínio útil prevista neste artigo.

Art. 10. O art. 3º da Lei nº 9.702, de 17 de novembro de 1998, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 3º

§ 1º No exercício do direito de preferência de que trata o caput, serão observadas, no que couber, as disposições dos §§ 1º a 4º do art. 13 da Lei nº 9.636, de 1998.

§ 2º Poderão adquirir os imóveis residenciais do INSS localizados no Distrito Federal, em condições de igualdade com o vencedor da licitação, os servidores detentores de termos de cessão de uso cujas ocupações iniciaram-se entre 1º de janeiro de 1997 e 22 de agosto de 2007, e que estejam em dia com as obrigações relativas à ocupação.

§ 3º Aplica-se o disposto neste artigo aos servidores ocupantes de boa-fé que detenham termo de cessão de uso em conformidade com os requisitos estabelecidos em atos normativos expedidos pelo INSS.

§ 4º Nas hipóteses deste artigo, o direito de preferência será estendido também ao servidor que, no momento da aposentadoria, ocupava o imóvel ou, em igual condição, ao cônjuge ou companheiro envidado que permaneça residindo no imóvel funcional." (NR)

Art. 11. O art. 12 da Lei nº 10.666, de 8 de maio de 2003, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 12. Para fins de compensação financeira entre o regime geral de previdência social e os regimes próprios de previdência social da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, os regimes instituídos apresentarão aos regimes de origem, até o mês de maio de 2013, os dados relativos aos benefícios em manutenção em 5 de maio de 1999 concedidos a partir de 5 de outubro de 1988." (NR)

Art. 12. Fica revogado o § 2º do art. 1º da Lei nº 9.469, de 10 de julho de 1997.

Art. 13. Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 19 de julho de 2010; 189ª da Independência e 122ª da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Guilherme Mantega
Paulo Bernardo Silva
Carlos Eduardo Gubias
Luiz Inácio Lucena Adams

(*) Republicada em face de incorreção no § 3º do art. 7º, no DOU de 20 de julho de 2010, Seção 1, página 3.

RETIFICAÇÃO

DECRETO DE 21 DE JULHO DE 2010

Cria Comissão Interministerial para elaborar estudos e apresentar propostas de revisão do marco regulatório da organização e exploração dos serviços de telecomunicações e de radiodifusão.

(Publicado no DOU de 22 de julho de 2010, Seção 1, página 5)

Nas assinaturas, onde se lê: José Artur Filardi Leite, leia-se: Franklin Martins

Presidência da República

DESPACHOS DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

MENSAGEM

Nº 437 de 21 de julho de 2010. Encaminhamento ao Supremo Tribunal Federal de informações para instruir o julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4430.

CASA CIVIL INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

DESPACHO DO DIRETOR-PRESIDENTE Em 22 de julho de 2010

Entidade candidata: AR CDL JUNDIAÍ, vinculada à SERASA CD e à AC SERASA RFB

Processos nºs: 00100.000161/2010-55 e 00100.000163/2010-44
Nos termos do Parecer CCA/DA/INSTITUTO - 077/2010 e consoante Pareceres ICP 026 e 027/2010 - APG/PFE/ITI, DEIRO o pedido de credenciamento da AR CDL JUNDIAÍ, vinculada à SERASA CD e à AC SERASA RFB, na cadeia da SERASA ACP e AC RFB, localizada na Rua Senador Fonseca - nº 651 - Centro - Jundiaí - SP.

PEDRO PAULO LEMOS MACHADO
Substituto

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA CASA CIVIL IMPrensa NACIONAL

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Presidente da República

ERENICE ALVES GUERRA
Ministra de Estado Chefe da Casa Civil

CARLOS EDUARDO ESTEVES LIMA
Secretário Executivo da Casa Civil

FERNANDO TOLentino DE SOUSA VIEIRA
Diretor-Geral da Imprensa Nacional

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO SEÇÃO 1

Publicação de atos normativos

JORGE LUIZ ALENCAR GUERRA
Coordenador-Geral de
Publicação e Divulgação

ALEXANDRE MIRANDA MACHADO
Coordenador de Editoração e
Divulgação Eletrônica dos Jornais Oficiais

FRANCISCO DAS CHAGAS PINTO
Coordenador de Produção

A Imprensa Nacional não possui representantes autorizados para a comercialização de assinaturas impressas e eletrônicas

http://www.in.gov.br ouvidoria@in.gov.br
SIG, Quadra 6, Lote 800, CEP 70610-460, Brasília - DF
CNPJ: 04196645/0001-00
Fone: 0800 725 6787

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/autenticidade.html>, pelo código 00012010072300002

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Congresso Nacional
Secretaria de Coordenação
Legislativa do Congresso Nacional
MPV nº 2185-35/2001
Fls. 175 Rubrica: Aronile



DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

República Federativa do Brasil - Imprensa Nacional

Em circulação desde 1º de outubro de 1862

Ano CXLVII Nº 240

Brasília - DF, quinta-feira, 16 de dezembro de 2010



SEÇÃO

1

Sumário

	PÁGINA
Atos do Poder Legislativo.....	1
Atos do Poder Executivo.....	4
Presidência da República.....	10
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.....	13
Ministério da Ciência e Tecnologia.....	14
Ministério da Cultura.....	16
Ministério da Defesa.....	22
Ministério da Educação.....	24
Ministério da Fazenda.....	25
Ministério da Integração Nacional.....	60
Ministério da Justiça.....	61
Ministério da Previdência Social.....	65
Ministério da Saúde.....	67
Ministério das Cidades.....	78
Ministério das Comunicações.....	80
Ministério de Minas e Energia.....	90
Ministério do Desenvolvimento Agrário.....	101
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.....	105
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.....	106
Ministério do Esporte.....	108
Ministério do Meio Ambiente.....	110
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.....	111
Ministério do Trabalho e Emprego.....	114
Ministério dos Transportes.....	124
Ministério Público da União.....	126
Tribunal de Contas da União.....	127
Poder Judiciário.....	158
Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais.....	158

Atos do Poder Legislativo

LEI Nº 12.348, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2010

Dispõe sobre o limite de endividamento de Municípios em operações de crédito destinadas ao financiamento de infraestrutura para a realização da Copa do Mundo FIFA 2014 e dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016, sobre imóveis oriundos da extinta Rede Ferroviária Federal S.A. - RFFSA, sobre dívidas referentes ao patrimônio imobiliário da União e sobre acordos envolvendo patrimônio imobiliário da União; transfere o domínio útil de imóveis para a Companhia Docas do Rio de Janeiro - CDRJ; altera a Medida Provisória nº 2.185-35, de 24 de agosto de 2001, e as Leis nºs 9.711, de 20 de novembro de 1998, 11.483, de 31 de maio de 2007, 9.702, de 17 de novembro de 1998, 10.666, de 8 de maio de 2003, e 9.469, de 10 de julho de 1997; e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

TABELA DE PREÇOS DE JORNAIS AVULSOS

Páginas	Distrito Federal	Demais Estados
de 02 a 28	R\$ 0,30	R\$ 1,80
de 32 a 76	R\$ 0,50	R\$ 2,00
de 80 a 156	R\$ 1,10	R\$ 2,60
de 160 a 250	R\$ 1,50	R\$ 3,00
de 254 a 500	R\$ 3,00	R\$ 4,50

* Acima de 500 páginas - preço de tabela mais excedente de páginas multiplicado por R\$ 0,0107.

Art. 1º O § 1º do art. 8º da Medida Provisória nº 2.185-35, de 24 de agosto de 2001, passa a vigorar acrescido dos seguintes incisos IV e V:

"Art. 8º.....

§ 1º.....

IV - as operações de crédito destinadas ao financiamento de infraestrutura para a realização da Copa do Mundo FIFA 2014 e dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016, autorizadas pelo Conselho Monetário Nacional;

V - (VETADO)

....." (NR)

Art. 2º Fica a Secretaria do Tesouro Nacional autorizada a dispensar os Municípios com dívidas refinanciadas com fundamento na Lei nº 8.727, de 5 de novembro de 1993, que não utilizam do limite de pagamento previsto no art. 2º daquela Lei ou que não tenham acumulado resíduo nos termos desse mesmo artigo da remessa do balancete da execução orçamentária mensal e do cronograma de compromissos da dívida vinculada, prevista no art. 21 daquela Lei.

Art. 3º Fica a Secretaria do Tesouro Nacional autorizada a dispensar os Municípios com dívidas refinanciadas com fundamento na Medida Provisória nº 2.185-35, de 24 de agosto de 2001, que não utilizam do limite de pagamento previsto no inciso V do art. 2º da referida Medida Provisória ou que não tenham acumulado resíduo nos termos desse mesmo artigo:

I - da remessa do balancete da execução orçamentária mensal, cronograma de compromissos da dívida vinculada e balanço anual, prevista contratualmente; e

II - da verificação do cumprimento dos requisitos constantes do art. 9º da Medida Provisória nº 2.185-35, de 24 de agosto de 2001.

Parágrafo único. Os documentos previstos no inciso I deste artigo deverão ser exigidos por ocasião da verificação do disposto no inciso II do caput do art. 8º da Medida Provisória nº 2.185-35, de 24 de agosto de 2001.

Art. 4º O parágrafo único do art. 6º da Lei nº 9.711, de 20 de novembro de 1998, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 6º.....

Parágrafo único. Para efeito da compensação a que se refere este artigo, entre a União e os demais entes federativos, o abatimento dos créditos da União decorrentes de contratos celebrados no âmbito da Lei nº 9.496, de 11 de setembro de 1997, da Medida Provisória nº 1.702-29, de 28 de setembro de 1998, e da Medida Provisória nº 2.185-35, de 24 de agosto de 2001, e edições anteriores, poderá ser efetuado sobre o estoque da dívida contratada." (NR)

Art. 5º Os arts. 10, 11, 12, 16 e 28 da Lei nº 11.483, de 31 de maio de 2007, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 10.....

§ 1º Aos ocupantes de boa-fé dos imóveis referidos no inciso II do caput do art. 6º desta Lei que estejam em dia com suas obrigações é assegurado o direito de preferência à compra, pelo

valor da proposta vencedora e nas mesmas condições desta, deduzido o valor das benfeitorias e das acessões realizadas, observadas, em qualquer hipótese, as regras da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil.

§ 4º Poderá ser dispensada a licitação na venda dos imóveis de que trata o caput, respeitado o valor de mercado, quando o adquirente for:

I - outro órgão ou entidade da administração, de qualquer esfera de governo; ou

II - empresa, pública ou privada, inserida em operação urbana consorciada aprovada na forma dos arts. 32 a 34 da Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, desde que os imóveis estejam na área delimitada para a operação." (NR)

"Art. 11.....

Parágrafo único. Na hipótese de aplicação da alienação direta prevista no inciso I do § 4º do art. 10, serão concedidas as seguintes condições especiais para pagamento:

I - entrada mínima de 5% (cinco por cento) do preço total de venda do imóvel, a título de sinal e princípio de pagamento; e

II - prazo máximo de 120 (cento e vinte) meses." (NR)

"Art. 12.....

§ 1º Para avaliação dos imóveis referidos no caput, deduzir-se-á o valor correspondente às benfeitorias e às acessões comprovadamente realizadas pelo ocupante, observadas, em qualquer hipótese, as regras da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil.

....." (NR)

"Art. 16.....

III - quando não for possível comprovar a dominialidade de imóvel oriundo da extinta RFFSA, é permitido à União, por intermédio do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, transferir os direitos possessórios deste, de forma onerosa ou gratuita, ficando eventual regularização posterior a cargo do adquirente;

§ 1º Não serão alienados os bens imóveis situados na faixa de domínio das ferrovias cuja ocupação ou utilização por particulares coloque em risco a vida das pessoas ou comprometa a segurança ou a eficiência da operação ferroviária.

§ 2º O título de transferência da posse de que trata o inciso III terá os mesmos efeitos da legitimação de posse prevista na Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, desde que:

I - o imóvel objeto da transferência esteja matriculado no Cartório de Registro de Imóveis; e

II - o adquirente cumpra os requisitos contidos no parágrafo único do art. 59 da Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009." (NR)

"Art. 28. Fica a União autorizada a renegociar o pagamento de dívidas e saldos devedores decorrentes de contratos de trans-

AVISO

CIRCULOU EM 15/12/2010 A EDIÇÃO EXTRA Nº 239 - A
Também disponível no endereço: www.in.gov.br - Publicações Especiais



ferência de domínio e de débitos dos demais contratos firmados pela extinta RFFSA tendo por objeto imóveis não operacionais.

§ 1º Os critérios e condições de renegociação de que trata o caput serão fixados em ato do Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, observados os seguintes parâmetros:

I - parcelamento em até 120 (cento e vinte) parcelas mensais;

II - concessão de desconto entre 20% (vinte por cento) e 60% (sessenta por cento) do valor do débito consolidado no parcelamento, na proporção inversa à do valor do débito; e

III - aplicação de descontos entre 25% (vinte e cinco por cento) e 65% (sessenta e cinco por cento) do valor do débito consolidado para liquidação à vista, na proporção inversa à do valor do débito.

§ 2º Para os fins deste artigo, considera-se débito consolidado o somatório da dívida e do saldo devedor decorrente de contrato de transferência de domínio ou da posse, ou do valor correspondente ao total da dívida decorrente dos demais contratos firmados pela extinta RFFSA tendo por objeto bens imóveis não operacionais." (NR)

Art. 6º A Lei nº 11.483, de 31 de maio de 2007, passa a vigorar acrescida dos seguintes arts. 28-A, 28-B e 28-C:

"Art. 28-A. Fica a União autorizada a constituir aforamento em favor dos adquirentes originários, ou seus sucessores, de imóveis oriundos da extinta RFFSA localizados em terrenos de marinha ou acrescidos.

§ 1º A constituição do aforamento prevista no caput implicará a:

I - isenção dos débitos principais e acessórios correspondentes às taxas de ocupação não pagas desde a aquisição do imóvel até a data da assinatura do novo contrato; e

II - dedução de 17% (dezesete por cento) do valor correspondente ao terreno, na hipótese dos contratos de compra e venda ou promessa de compra e venda de domínio pleno em que exista saldo devedor.

§ 2º Não será devido pela União qualquer pagamento ou indenização decorrente da constituição do aforamento prevista neste artigo.

§ 3º Em se tratando de transferência de posse pela extinta RFFSA de imóveis localizados em terrenos de marinha e acres-

cidos, poderá a União outorgar a concessão de direito real de uso aos adquirentes originais ou a seus sucessores."

"Art. 28-B. Os Cartórios de Registro de Imóveis deverão promover a averbação, em nome da União ou do DNIT, dos bens imóveis em cujos registros figure a RFFSA ou suas antecessoras na qualidade de titular de direito real, em conformidade com o disposto no inciso II do art. 2º e incisos I e IV do art. 8º desta Lei.

§ 1º Para a averbação de que trata o caput, será suficiente requerimento da Secretaria do Patrimônio da União, quando tratar de imóvel não operacional transferido para a União, e do DNIT, na hipótese de bem operacional ou declarado como reserva técnica.

§ 2º No caso de imóvel formado por parcelas operacional e não operacional, o requerimento previsto no § 1º deverá ser acompanhado de planta e memorial descritivo assinados pela Secretaria do Patrimônio da União e pelo DNIT, esclarecendo os limites de cada uma das parcelas."

"Art. 28-C. Os compromissos de compra e venda firmados pela extinta RFFSA tendo por objeto imóveis não operacionais valerão como título para o registro da propriedade do bem adquirido, quando acompanhados de termo de quitação expedido pela Secretaria do Patrimônio da União."

Art. 7º Fica a União autorizada a renunciar às dívidas e aos saldos devedores decorrentes de contratos de compra e venda e de transferência de direitos possessórios, bem como os débitos principais e acessórios vinculados aos demais contratos firmados pela extinta RFFSA, desde que o respectivo contratante:

I - seja considerado de baixa renda;

II - não seja proprietário, promitente comprador, cessionário ou concessionário de outro imóvel urbano ou rural; e

III - utilize o imóvel para sua moradia ou de sua família.

§ 1º Considera-se saldo devedor para efeitos do disposto no caput o valor resultante do somatório dos débitos principais e acessórios correspondentes às parcelas vencidas.

§ 2º Para os fins do disposto neste artigo, considera-se de baixa renda aquele com renda familiar mensal igual ou inferior a 10 (dez) salários mínimos.

§ 3º Quando se tratar de contratos de permissão de uso, locação e outros que tenham por objeto apenas o uso e fruição do imóvel, sem transferência definitiva de direitos, a extinção de que trata o caput alcança as parcelas vencidas e não pagas até 15 de junho de 2010.

Art. 8º Ficam convalidadas as desapropriações sobre imóveis não operacionais da extinta RFFSA realizadas por outros entes da Federação, desde que o apossamento ou a imissão na posse tenham ocorrido antes de 22 de janeiro de 2007.

§ 1º A União fica autorizada a celebrar acordos, renunciar valores, principais e acessórios, nas ações de que trata o caput, até a quitação total dos precatórios, desde que as áreas desapropriadas estejam sendo utilizadas ou sejam destinadas a projeto de reabilitação de centros urbanos, funcionamento de órgãos públicos ou execução de políticas públicas, sem fins lucrativos.

§ 2º Poderão ser realizados acordos em relação à parcela da área desapropriada que cumpra os requisitos do § 1º, seguindo a desapropriação em relação ao restante do imóvel.

§ 3º Não serão devidas quaisquer devoluções de valores já pagos em decorrência dos acordos com fundamento no § 1º.

Art. 9º Fica a União autorizada a transferir à Companhia Docas do Rio de Janeiro - CDRJ o domínio útil dos terrenos de marinha e acrescidos de marinha por ela ocupados em 15 de junho de 2010, em substituição à transferência de domínio pleno desses imóveis, operada por ocasião da integralização do capital social dessa empresa.

§ 1º Realizada a transferência de que trata o caput, ficam extintos os créditos de natureza não tributária da União em face da CDRJ, inscritos ou não em dívida ativa.

§ 2º Não será devido pela União qualquer pagamento ou indenização decorrente da transferência de domínio útil prevista neste artigo.

Art. 10. O art. 3º da Lei nº 9.702, de 17 de novembro de 1998, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 3º

§ 1º No exercício do direito de preferência de que trata o caput, serão observadas, no que couber, as disposições dos §§ 1º a 4º do art. 13 da Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998.

§ 2º Poderão adquirir os imóveis residenciais do INSS localizados no Distrito Federal, em condições de igualdade com o vencedor da licitação, os servidores detentores de termos de cessação de uso cujas ocupações iniciaram-se entre 1º de janeiro de

1997 e 22 de agosto de 2007, e que estejam em dia com as obrigações relativas à ocupação.

§ 3º Aplica-se o disposto neste artigo aos servidores ocupantes de boa-fé que detenham termo de cessação de uso em conformidade com os requisitos estabelecidos em atos normativos expedidos pelo INSS.

§ 4º Nas hipóteses deste artigo, o direito de preferência será estendido também ao servidor que, no momento da aposentadoria, ocupava o imóvel ou, em igual condição, ao cônjuge ou companheiro enviado que permaneça residindo no imóvel funcional." (NR)

Art. 11. O art. 12 da Lei nº 10.666, de 8 de maio de 2003, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 12. Para fins de compensação financeira entre o regime geral de previdência social e os regimes próprios de previdência social da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, os regimes instituidores apresentarão aos regimes de origem, até o mês de maio de 2013, os dados relativos aos benefícios em manutenção em 5 de maio de 1999 concedidos a partir de 5 de outubro de 1988." (NR)

Art. 12. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 13. Fica revogado o § 2º do art. 1º da Lei nº 9.469, de 10 de julho de 1997.

Brasília, 15 de dezembro de 2010; 189ª da Independência e 122ª da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Guilherme Mantega
Paulo Bernardo Silva
Carlos Eduardo Gabas
Luís Inácio Lucena Adams

LEI Nº 12.349, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2010

Altera as Leis nºs 8.666, de 21 de junho de 1993, 8.958, de 20 de dezembro de 1994, e 10.973, de 2 de dezembro de 2004; e revoga o § 1º do art. 2º da Lei nº 11.273, de 6 de fevereiro de 2006.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA
Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º A Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

§ 1º

I - admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo, inclusive nos casos de sociedades cooperativas, e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato, ressalvado o disposto nos §§ 5º a 12 deste artigo e no art. 3º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991;

§ 5º Nos processos de licitação previstos no caput, poderá ser estabelecido margem de preferência para produtos manufaturados e para serviços nacionais que atendam a normas técnicas brasileiras.

§ 6º A margem de preferência de que trata o § 5º será estabelecida com base em estudos revisados periodicamente, em prazo não superior a 5 (cinco) anos, que levem em consideração:

I - geração de emprego e renda;

II - efeito na arrecadação de tributos federais, estaduais e municipais;

III - desenvolvimento e inovação tecnológica realizados no País;

IV - custo adicional dos produtos e serviços; e

V - em suas revisões, análise retrospectiva de resultados.

§ 7º Para os produtos manufaturados e serviços nacionais resultantes de desenvolvimento e inovação tecnológica realizados no País, poderá ser estabelecido margem de preferência adicional àquela prevista no § 5º.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA CASA CIVIL IMPrensa NACIONAL

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Presidente da República

CARLOS EDUARDO ESTEVES LIMA
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil - Interino e
Secretário Executivo da Casa Civil

FERNANDO TOLENTINO DE SOUSA VIEIRA
Diretor-Geral da Imprensa Nacional

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO SEÇÃO 1

Publicação de atos normativos

JORGE LUIZ ALENCAR GUERRA
Coordenador-Geral de
Publicação e Divulgação

ALEXANDRE MIRANDA MACHADO
Coordenador de Editoração e
Divulgação Eletrônica dos Jornais Oficiais

FRANCISCO DAS CHAGAS PINTO
Coordenador de Produção

A Imprensa Nacional não possui representantes autorizados para a comercialização de assinaturas impressas e eletrônicas

http://www.in.gov.br ouvidoria@in.gov.br
SIG, Quadra 6, Lote 800, CEP 70610-460, Brasília - DF
CNPJ: 04196645/0001-00
Fone: 0800 725 6787



DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

República Federativa do Brasil - Imprensa Nacional

Em circulação desde 1º de outubro de 1862

Ano CLI N° 229

Brasília - DF, quarta-feira, 26 de novembro de 2014



SEÇÃO



Sumário

	PÁGINA
Ato do Poder Legislativo.....	1
Ato do Poder Executivo.....	2
Presidência da República.....	5
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.....	29
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.....	31
Ministério da Cultura.....	32
Ministério da Defesa.....	37
Ministério da Educação.....	43
Ministério da Fazenda.....	46
Ministério da Justiça.....	73
Ministério da Previdência Social.....	80
Ministério da Saúde.....	80
Ministério das Cidades.....	86
Ministério das Comunicações.....	86
Ministério de Minas e Energia.....	90
Ministério do Desenvolvimento Agrário.....	98
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.....	99
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.....	99
Ministério do Esporte.....	102
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.....	102
Ministério do Trabalho e Emprego.....	104
Ministério dos Transportes.....	104
Conselho Nacional do Ministério Público.....	105
Ministério Público da União.....	105
Tribunal de Contas da União.....	111
Poder Judiciário.....	111
Entidades de Fiscalização do exercício das Profissões Liberais.....	112

Ato do Poder Legislativo

N. da Cocção: Torna sem efeito a republicação da Lei nº 12.043, de 13 de novembro de 2014, ocorrida no DOU nº 227-A, de 24-11-2014, Seção 1, pág. 1.

LEI COMPLEMENTAR Nº 148, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2014

Altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal; dispõe sobre critérios de indexação dos contratos de refinanciamento da dívida celebrados entre a União, Estados, o Distrito Federal e Municípios; e dá outras providências.

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

TABELA DE PREÇOS DE JORNAIS AVULSOS		
Páginas	Distrito Federal	Demais Estados
de 02 a 28	R\$ 0,30	R\$ 1,80
de 32 a 76	R\$ 0,50	R\$ 2,00
de 80 a 156	R\$ 1,10	R\$ 2,80
de 160 a 250	R\$ 1,50	R\$ 3,00
de 254 a 500	R\$ 3,00	R\$ 4,50

- Acima de 500 páginas = preço de tabela mais excedente de páginas multiplicado por R\$ 0,0107

Art. 1º (VETADO).

Art. 2º É a União autorizada a adotar, nos contratos de refinanciamento de dívidas celebradas entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, com base, respectivamente, na Lei nº 9.496, de 11 de setembro de 1997, e na Medida Provisória nº 2.185-35, de 24 de agosto de 2001, e nos contratos de empréstimos firmados com os Estados e o Distrito Federal ao amparo da Medida Provisória nº 2.192-70, de 24 de agosto de 2001, as seguintes condições, aplicadas a partir de 1º de janeiro de 2013:

I - juros calculados e debitados mensalmente, à taxa nominal de 4% a.a. (quatro por cento ao ano) sobre o saldo devedor previamente atualizado; e

II - atualização monetária calculada mensalmente com base na variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), apurado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ou outro índice que venha a substituí-lo.

§ 1º Os encargos de que trata o caput ficarão limitados à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic) para os títulos federais.

§ 2º Para fins de aplicação da limitação referida no § 1º, será comparada mensalmente a variação acumulada do IPCA + 4% a.a. (quatro por cento ao ano) com a variação acumulada da taxa Selic.

§ 3º O IPCA e a taxa Selic estarão referenciados ao segundo mês anterior ao de sua aplicação.

§ 4º (VETADO).

Art. 3º É a União autorizada a conceder descontos sobre os saldos devedores dos contratos referidos no art. 2º, em valor correspondente à diferença entre o montante do saldo devedor existente em 1º de janeiro de 2013 e aquele apurado utilizando-se a variação acumulada da taxa Selic desde a assinatura dos respectivos contratos, observadas todas as ocorrências que impactaram o saldo devedor no período.

Art. 4º Os efeitos financeiros decorrentes das condições previstas nos arts. 2º e 3º serão aplicados ao saldo devedor, mediante aditamento contratual.

Art. 5º É a União autorizada a firmar Programas de Acompanhamento Fiscal, sob a gestão do Ministério da Fazenda, com os Municípios das capitais e com os Estados que não estão obrigados a manter Programa de Reestruturação e de Ajuste Fiscal nos termos do § 3º do art. 1º da Lei nº 9.496, de 11 de setembro de 1997.

§ 1º Os Programas de Acompanhamento Fiscal conterão, obrigatoriamente, além de objetivos específicos para cada unidade da Federação, metas ou compromissos quanto:

I - à dívida financeira em relação à Receita Líquida Real (RLR);

II - ao resultado primário, entendido como a diferença entre as receitas e as despesas não financeiras;

III - às despesas com funcionalismo público;

IV - às receitas de arrecadação próprias;

V - à gestão pública; e

VI - ao investimento.

§ 2º A unidade da Federação deverá obter autorização legislativa específica para o estabelecimento do Programa de Acompanhamento Fiscal.

§ 3º O Programa de Acompanhamento Fiscal será mantido:

I - no caso dos Municípios, enquanto houver obrigação financeira decorrente de contrato de refinanciamento firmado com a União no âmbito da Medida Provisória nº 2.185-35, de 24 de agosto de 2001, ou durante, no mínimo, 5 (cinco) exercícios financeiros a partir daquele em que houver contratação de operação de crédito ao seu amparo;

II - no caso dos Estados, durante, no mínimo, 5 (cinco) exercícios financeiros a partir daquele em que houver contratação de operação de crédito ao seu amparo.

Art. 6º O § 1º do art. 8º da Medida Provisória nº 2.185-35, de 24 de agosto de 2001, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso VI:

"Art. 8º

§ 1º

VI - as operações de crédito de Municípios das capitais, desde que incluídas em Programa de Acompanhamento Fiscal firmado com a União.

....." (NR)

Art. 7º É a União autorizada a formalizar aditivo aos contratos de refinanciamento de dívidas dos Municípios das capitais efetuados no âmbito da Medida Provisória nº 2.185-35, de 24 de agosto de 2001, para incluir a regra de que trata o inciso VI do § 1º do art. 8º da Medida Provisória nº 2.185-35, de 24 de agosto de 2001.

Art. 8º O § 5º do art. 3º da Lei nº 9.496, de 11 de setembro de 1997, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 3º

§ 5º Enquanto for exigível o Programa de Reestruturação e de Ajuste Fiscal, o contrato de refinanciamento deverá prever que a unidade da Federação:

b) somente poderá contrair novas dívidas desde que incluídas no Programa de Reestruturação e de Ajuste Fiscal;

....." (NR)

Art. 9º É a União autorizada a formalizar aditivo aos contratos de refinanciamento de dívidas dos Estados e do Distrito Federal efetuados no âmbito da Lei nº 9.496, de 11 de setembro de 1997, para alterar a regra de que trata o § 3º do art. 3º da Lei nº 9.496, de 11 de setembro de 1997.

Art. 10. O Ministério da Fazenda, mediante ato normativo, estabelecerá critérios para a verificação prevista no art. 32 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, diretamente pelas instituições financeiras de que trata o art. 33 da citada Lei Complementar, levando em consideração o valor da operação de crédito e a situação econômico-financeira do ente da Federação, de maneira a atender aos princípios da eficiência e da economicidade.

Parágrafo único. Na hipótese da verificação prevista no caput, deverá o Poder Executivo do ente da Federação formalizar o pleito à instituição financeira, acompanhado de demonstração da existência de margens da operação de crédito nos limites de endividamento e de certidão do Tribunal de Contas de sua jurisdição sobre o cumprimento das condições nos termos definidos pelo Senado Federal.

Art. 11. É vedada aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios a emissão de títulos da dívida pública mobiliária.

Art. 12. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 25 de novembro de 2014; 193ª da Independência e 126ª da República.

DILMA ROUSSEFF
Guilherme Mantega

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/autenticidade.html>, pelo código 00012014112600001

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Secretaria Legislativa do
Congresso Nacional

MPV nº 2185-35/2001

Fls. 179 Rubrica: